URBANISMO E HUMANISMO: A SAGMACS e o estudo da “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana”

Lucas R. Cestaro
mestrando

Prof. Dr. Carlos R. M. de Andrade
orientador

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Escola de Engenharia de São Carlos | USP
Fevereiro | 2009

URBANISMO E HUMANISMO:

A SAGMACS e o estudo da “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana”

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Área de concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos.

Lucas R. Cestaro

Mestrando

Prof. Dr. Carlos R. M. de Andrade

Orientador

São Carlos / SP
Fevereiro de 2009

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Tratamento
da Informação do Serviço de Biblioteca – EESC/USP

C422s	<p>Cestaro, Lucas R. A SAGMACS e o estudo da "Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana" / Lucas R. Cestaro ; orientador Carlos R. M. de Andrade. -- São Carlos, 2009.</p> <p>Dissertação (Mestrado-Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo -- Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2009.</p> <p>1. Urbanismo. 2. Lebrete. 3. SAGMACS. 4. Pesquisa urbana. 5. São Paulo (SP). I. Título.</p>
-------	--

SUMÁRIO

Resumo	6
Abstract	8
Nota Prévia	10
Agradecimentos	12
Introdução	16
Capítulo 1	
SÃO PAULO NA HISTÓRIA:	
A CONSTRUÇÃO DA URBANÍSTICA MODERNA	26
Breve Aspecto da Formação Histórica da Cidade de São Paulo	29
No Século XIX a construção da imagem de uma Capital Moderna	36
A imposição de um projeto modernizador para São Paulo	43
O debate acerca da Urbanística: primeiras ações	49
Buscando eficiência: São Paulo no século XX, uma Cidade Americana	56
São Paulo: Crescimento, Desenvolvimento e Suburbanização	65
Capítulo 2	
URBANISMO E METROPOLIZAÇÃO EM SÃO PAULO:	
CONSTRUINDO A METRÓPOLE INDUSTRIAL MODERNA BRASILEIRA	72
O Planejamento Paulistano: Construindo a Hegemonia da Cidade Capitalista	75
O fomento à Metropolização Paulistana: perpetuando a Imagem da Cidade	81
O Estado Novo: Crise Política e Novos Rumos na articulação institucional da Municipalidade	88
São Paulo: uma aglomeração embrionária e sem controle	93
Capítulo 3	
O TRABALHO URBANÍSTICO DO PADRE LEBRET:	
SÃO PAULO NO FOCO DO <i>MOUVEMENT ÉCONOMIE ET HUMANISME</i>	102

O Padre Lebrete: Fundador do <i>Mouvement Économie et Humanisme</i>	105
O <i>Mouvement Économie et Humanisme</i> em busca de um contraponto	116
A igreja Católica na manutenção da ordem social vigente	119
Économie et Humanisme construindo um método de trabalho	126
Brasil e Terceiro Mundo no foco de <i>Économie et Humanisme</i>	132
A fundação da SAGMACS em São Paulo, Brasil	137
 Capítulo 4	
RE-CONHECENDO OS PROBLEMAS PAULISTANOS:	
A ATUAÇÃO DA SAGMACS E LEBRET EM 1956-1958	146
 Anos 1950 em São Paulo: novos tempos e novos problemas	149
A prefeitura contrata a SAGMACS	156
A equipe participante da pesquisa SAGMACS	162
O Relatório da Pesquisa Urbana	168
 Capítulo 5	
O ESTUDO DA “ESTRUTURA URBANA DA AGLOMERAÇÃO PAULISTANA”	182
 Analisando a Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana	185
Parte I – Um estudo introdutório sobre os aspectos formadores da hegemonia paulistana	188
Parte II – A Estrutura Urbana de São Paulo	197
Parte IV – Um trabalho empírico acerca da urbanística	211
Parte V – Planejando o futuro da Cidade	227
 Considerações Finais	
A SAGMACS E A INSERÇÃO DA PESQUISA URBANA	236
 Anexos	248
 Índice das Figuras e Mapas	316
 Referências Bibliográficas	320

Urbanismo e Humanismo: A SAGMACS e o estudo da Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana

RESUMO

Apresentamos nossa dissertação de mestrado enquanto resultado do trabalho de pesquisa iniciado a partir de estudos sobre o planejamento urbano na cidade de São Paulo e a discussão sobre a conceituação do ideário da urbanística moderna paulistana.

Guiados pelo estudo da história urbana a partir do século XIX, buscamos elucidar a maneira como se deu a inserção do habitante e das demandas populares no trabalho dos urbanistas no que tange o planejamento urbano e regional em São Paulo. Neste percurso ao longo da primeira metade do século XX, deparamo-nos com significativos planos e projetos na tentativa de ordenamento territorial urbano da cidade de São Paulo, porém, não percebermos nestes, a importância dada aos habitantes por parte dos técnicos responsáveis.

Nos anos 1950, identificamos o trabalho de pesquisa urbana com tônica social, política e econômica a partir do estudo realizado pela Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais – SAGMACS, organização vinculada ao Mouvement Économie et Humanisme, dirigido pelo Padre Louis-Joseph Lebreton. Assim, com o intuito de contribuir com a elucidação da história urbana e social da formação da urbanística em São Paulo, nos propusemos estudar e analisar o Estudo da “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana”, relatório nunca publicado pela Prefeitura e ainda pouco discutido pela historiografia do urbanismo paulistano e brasileiro.

Urbanism and Humanism: The SAGMACS and the study of Structure of Agglomeration Urban Paulistana

ABSTRACT

In order to obtain our Master's degree, we developed this work, as a result of an investigation on modern town planning in the city of São Paulo where we discuss how these ideas were conceived.

Guided by the urban history study since the nineteenth century, we tried to explain how popular demands were introduced in planners' work regarding urban and regional planning in São Paulo. In this journey through the first half of twentieth century, we found significant plans and projects trying to arrange São Paulo's territory. However, they do not show much importance given to people's ideas by the experts.

In the 1950's decade, we could identify social, political and economic aspects in the urban research work developed by the Society for Graphic and Mechanographical Analysis applied to Social Environment – SAGMACS, associated to the *Mouvement et Économie Humanisme* organization, led by Father Louis-Joseph Lebreton. Thus, in order to contribute to the comprehension of São Paulo's town planning development, we intended to study and to analyze the Study of the "São Paulo's Agglomeration Urban Structure", a report that was never published and even today is rarely discussed by Brazilian's and São Paulo's urban historiography.

NOTA PRÉVIA

A realização deste trabalho de pesquisa deve-se, em grande parte, à colaboração dos profissionais atuantes nos quadros da SAGMACS, em diferentes momentos, e que se dispuseram a nos receber para que pudéssemos entrevistá-los. Neste sentido, cabe-nos agradecer imensamente pela contribuição do Frei Carlos Josaphat, dos Professores Antonio Cláudio Moreira, Celso Monteiro Lamparelli e Flávio Villaça, dos Arquitetos Urbanistas Clementina De Ambrósio, Domingos Teodoro de Azevedo Netto e Jorge Wilhein.

Faço menção também às funcionárias da Biblioteca da pós-graduação da FAU-USP, à Neusa Kazue Habe, funcionária responsável pelo Setor Audiovisual da Biblioteca da FAU, pela acolhida e contribuição; aos funcionários da Biblioteca Lebrecht do Centro de Estudos Dominicanos; bem como aos dominicanos das Perdizes – Convento Santo Domingos que abriram seu convento para nosso encontro com Chiara De Ambrósio Pinheiro Machado.

Agradeço de forma especial à Economista Chiara De Ambrósio Pinheiro Machado, por sua generosidade; sua atenção para conosco e o desprendimento apresentado, e por Francisco Whitaker Ferreira, pela simpatia e fluência na melhor elucidação dos fatos.

AGRADECIMENTOS

O risco de cometer algumas injustiças neste momento é grande, pois muitos foram os que fizeram parte e colaboraram direta ou indiretamente com nossa trajetória pessoal e também acadêmica. São muitos os que se aproximaram e se distanciaram até o término desta dissertação, trazendo sua contribuição a nós seja enquanto pesquisador, urbanista, ser humano. Porém compreendi que ao fazermos história, cometemos pequenos erros, deslizos e esquecimentos, percebemos então o quanto o campo da memória, é falho e muitas vezes fragilizado e viciado, o que impõe aos seus estudiosos a constante necessidade de revisões, correções e a tentativa de reinterpretar e elucidação dos fatos. Deste modo, antecipo minhas desculpas aos não nomeados aqui que sentirem-se injustiçados.

Agradeço primeiramente a *Profa. Dra. Marisa Varanda Teixeira Carpintéro*, pela confiança, amizade e apoio, pelos quais durante o período em que fui seu aluno na graduação, cuidou das sementes do conhecimento, me instigou com novas possibilidades de interpretação sobre a história do urbanismo, mostrou-me a necessidade de querer mais, de conhecer mais e de compreender melhor a história de nossas cidades, da cultura urbanística e da arquitetura, e, sobretudo da história social, levando-me tornar um pesquisador no campo da historiografia do urbanismo. Da mesma forma agradeço ao *Prof. Dr. Philip Gunn* (in memoriam) que através da disciplina “*Os processos do Projeto e do Planejamento Urbano em São Paulo*” (ministrada pela última vez na pós-graduação da FAU USP em 2005 antes de sua precoce partida) e nossas conversas sobre a montagem do plano de pesquisa para a seleção da pós-graduação, muito contribuiu com a construção do ideário temático e das linhas que compõem esta pesquisa.

Agradeço aos meus pais *Armando* e *Maria Amélia* e minhas irmãs *Giovana* e *Lilian*, pelo apoio afetivo e material em vários momentos antes e durante a realização desta pesquisa. Imensa é minha gratidão por terem atuado diretamente em minha educação e formação humanista, apoiado a maioria das escolhas feitas até aqui e de certo modo me levado a conhecer a cidade real. À amiga *Camila Moreno*, cúmplice, expectadora e torcedora, presente antes, durante e certamente depois de todo este processo.

Ao meu orientador *Prof. Dr. Carlos Monteiro de Andrade*, pelas observações, comentários precisos e hipóteses trabalhadas para possíveis correções de rumos. Elegantemente exigente, mostrou-me que é sempre possível elucidar melhor os fatos da história, pois não existe nela verdade absoluta, nem campo ideológico que não mereça ser interpretado. Obrigado *Mancha*, pela liberdade e confiança que depositou em mim durante o mestrado. Da mesma forma agradeço aos professores *Candido Malta Campos Neto* e *Sarah Feldman* pelas colaborações precisas e encorajadoras durante a banca de qualificação que orientaram à correção dos rumos deste trabalho.

Aos colegas do grupo de pesquisa Urbis da EESC, *Maristela Janjulio*, *Fabiola Cordovil*, *George Dantas*, *Luisa Videsot*, *Taís Cruz* e *Francisco Sales Trajano* obrigado pelo apoio, amizade e contribuições. Trocamos experiências, compartilhamos angústias e nos aproximamos, sou grato à vocês por estes bons anos. À colega *Michelle Ramos de Ângelo* pela troca de informações, agradáveis conversas e expectativas em decorrência da proximidade de nossos temas de pesquisa.

À FAPESP – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo que me concedeu bolsa de estudos, imprescindível para o andamento deste trabalho. E ao Camilo Cazonatto pela diagramação do design gráfico da capa de nossa dissertação. Também sou grato à Profa. Mônica Frandi Ferreira com quem me iniciei na carreira docente.

Aos amigos arquitetos urbanistas *Walter Castro Jr.*, *Ricardo Duarte*, *Flávia Scopin*, *Débora da Costa Lara*, *Paola Morini*, *Emanuelle Basso*, *Victorio Rojas*, *Prof. Dr. Octávio Lacombe*, *Prof. Dr. Nuno de Azevedo Fonseca* e *Prof. Dirceu Rother Jr.*, que torceram por mim e me entusiasmaram a trilhar este caminho. E aos mais que amigos sempre presentes *Iata Souza* e *Tatiani Pedro*.

O meu eterno obrigado!

Introdução

INTRODUÇÃO

Estudar a cidade de São Paulo é uma atividade recorrente a muitos estudiosos e autores de variadas áreas do conhecimento, e entre estes situamos os pesquisadores da história urbana e da urbanística. A existência destes trabalhos vem contribuindo com a melhor elucidação da história urbana e da formação da urbanística paulistana, deixando sua contribuição no fomento às novas idéias, a respeito da investigação e incremento do debate acerca da questão em São Paulo.

Como nos aponta Bernard Lepetit (2004) o trabalho do pesquisador em ciências humanas, que se propõe a investigar história urbana e do urbanismo, consiste em contribuir com o incremento do debate e o incentivo às novas pesquisas sobre a temática, pois não há em história verdade absoluta e nem mesmo conclusões incontestáveis, sendo este um objeto sempre a retomar. Apesar da relevância dos trabalhos de história sobre a urbanística paulistana, é fato que um objeto de pesquisa não se esgota por si só. De forma que estudar a cidade de São Paulo e suas especificidades é tema merecedor de muitas vertentes de pesquisa, pois a história da cidade propicia uma temática que não se esgotou.

A cidade de São Paulo é um lugar de contrastes expostos de forma abrupta e sem constrangimento no que tange aspectos humanos e econômicos. Ao mesmo tempo em que é o exemplo apresentado como referência da grande metrópole econômica brasileira, é também uma das cidades mais desiguais e desumanas do mundo – considerando-se os índices de desenvolvimento humano e de distribuição de renda percapita nas diferentes regiões da cidade. Da mesma forma que apresenta o requinte e a tecnologia na arquitetura de seus edifícios contemporâneos e pós-modernos das Avenidas Brigadeiro Faria Lima, Paulista e Nações Unidas, constata-se a sinuosidade peculiar das ruas de Heliópolis, a maior favela da América Latina.

A mesma cidade que concentra a maior quantidade de profissionais arquitetos urbanistas, geógrafos, economistas, sociólogos e engenheiros, enfim, o maior capital técnico humano do país, é a campeã de problemas urbanísticos, tais como falta de transporte adequado, habitações feitas através de

autoconstrução, na clandestinidade, e uma enorme quantidade de habitantes que deixam suas casas na periferia das zonas sul, leste e norte, rumo à região central, onde está a maior concentração de empregos da capital paulista, demonstrando assim a concentração econômica de sua estrutura física territorial.

Através deste quadro de contrastes, é sempre possível enxergar São Paulo com um novo olhar, pois, embora a nosso ver, as estruturas sejam as mesmas vigentes no início do século anterior, a cidade continua em busca de se reinventar, na tentativa de conciliar crescimento com desenvolvimento. Em alguns momentos, parece rejeitar sua identidade de metrópole desumana e cruel, apresentando uma idéia de cidade multifacetada, com várias possibilidades de interpretação.

Sob o olhar da historiografia urbanística e da formação do pensamento social urbano, identificamos periodizações que nos possibilitam reinterpretar alguns dos aspectos que norteiam a história social e urbana da metrópole paulistana.

Nestor Goulart Reis Filho e Benedito Lima de Toledo periodizaram a história urbana paulistana em três momentos: o período da vila – que cobre a fundação em 1554 pelos padres Jesuítas até a metade do século XIX; o período da cidade – que se inicia com a adoção do ideário capitalista e segue até o início dos anos 1930, e o período da metrópole – que é iniciado no final da década de 1930 e segue até nossos dias. Candido Malta Campos (2002: p. 18) nos chama a atenção para estas periodizações, dizendo que “*costumam derivar de periodizações consagradas na História do Brasil*”. Cita que “*A ‘cidade de taipa’ revelaria a herança colonial persistindo no século XIX; A ‘capital do café’ corresponderia ao estágio agro exportador que costuma ser identificado com a República Velha;*” e conclui salientando que “*embora útil, essa periodização não deixa de apresentar alguns perigos*”, pois carrega alguns vícios e contribui de forma vazia para a massificação de algumas idéias dominantes, às vezes também romantizadas.

Aderimos à narrativa e re-interpretação dos fatos, a partir do século XIX, buscando uma faceta ainda pouco estudada e conhecida pela historiografia – a introdução dos aspectos humanos e suas necessidades, na condução do

planejamento urbano da cidade. Pois perseguindo este objetivo, verificamos que o alinhamento político e econômico de São Paulo com as demais capitais do mundo, ocorreu a partir da segunda metade do século XIX, quando a cidade passou a respirar ares urbanos, receber capital estrangeiro, ampliar seu parque industrial e diversificar suas atividades comerciais e de serviços.

Quanto mais adepta à modernidade, mais São Paulo torna-se desumana. Ao analisar o desenvolvimento das cidades brasileiras e comparando com às demais cidades do mundo, Richard Morse afirma que *“nenhuma delas expressou de maneira mais dramática o processo de desenvolvimento urbano como a cidade de São Paulo”* (1974: p. 19). Esta maneira dramática, conforme definição de Morse, além de distinguir o processo de desenvolvimento urbano de São Paulo em relação às demais cidades brasileiras, também a coloca em situação peculiar quanto ao grau de desenvolvimento econômico atingido. Pois São Paulo ganhou importância econômica no país, sobretudo, no século XX.

É possível entender melhor a afirmação de Morse lembrando que a população da cidade de São Paulo, segundo Paul Singer (1977: p. 59), cresceu em média nos últimos dez anos do século XIX a taxas de 14% ao ano, índice jamais repetido por outras capitais e até em outros momentos da história da própria capital paulista. Ao passo que este crescimento abrupto somado ao desenvolvimento do capitalismo e ao alinhamento com as práticas modernas das economias melhor desenvolvidas, abriu campo para a introdução da urbanística moderna, visando, sobretudo, na resolução de problemas que poderiam pôr em risco o crescimento tão rápido e rentável às elites burguesas, pois *“remodelada e equipada a grande cidade capitalista poderia emergir como sede e símbolo do avanço modernizador”* (Campos: 2002: p. 26).

“O urbanismo enquanto disciplina nasceu ligado à modernidade urbana e industrial, uma vez que as preocupações urbanísticas ganharam corpo com as conseqüências problemáticas da industrialização na esfera urbana” (idem: p. 28) ainda no século XIX. É evidente que assim como o modo de produção capitalista importado da Europa chega ao Brasil com certo atraso em relação à estes países, o urbanismo enquanto disciplina, também não é obra genuína e original nossa, e trata-se de mais um objeto importado, que abrirá campo para as cidades brasileiras tornarem-se reféns de modelos dominantes na França, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos.

Teve início então o debate acerca da questão urbanística, seguindo sempre referências e modelos estrangeiros, com o poder público preocupando-se em dar respostas aos problemas decorrentes do vultoso crescimento populacional e às exigências da industrialização da cidade. Nota-se que o urbanismo enquanto disciplina não se impôs apenas como técnica, mas também, como campo ideológico se apóia nas exigências da sociedade moderna. Segundo Henri Lefebvre:

Intervir sobre a cidade não é conseqüência mecânica de forças maiores, mas um território de lutas e iniciativas que terão repercussões consideráveis no desenho do ambiente construído, e conseqüentemente nas relações sociais e nas oportunidades econômicas (1979: p. 278).

Deste modo, considerando técnica e ideologia, e buscando construir em São Paulo a imagem de uma capital moderna, o prefeito Antonio Prado instituiu em 1899, o Departamento de Obras Municipais, chefiado pelo engenheiro Victor da Silva Freire¹. A partir desta data, o urbanismo enquanto disciplina foi oficialmente instituído para a cidade de São Paulo, embora isto não significasse a pretensão de resolver os problemas de ordem urbanística, nem melhorar as condições de vida da população como um todo, mas sim alinhar-se com a modernização da cidade e o ideário da modernidade².

¹ A contratação de Víctor da Silva Freire para chefiar o Departamento de Obras Municipais expressa este alinhamento com o urbanismo moderno vigente na Europa e EUA. Formou-se engenheiro em 1888 pela Escola Politécnica de Lisboa, em 1891 concluiu curso na École de Ponts et Chaussées de Paris, iniciou sua carreira profissional na França e adquiriu experiência atuando na Société Internationale dês Travaux Publics até 1895, quando retornou ao Brasil.

² Quanto a esta datação do urbanismo moderno em São Paulo, Carlos R. M. de Andrade (1992: p. 6) chama atenção para o fato da modernidade no urbanismo já estar presente em propostas anteriores àquelas que se auto-denominam modernas, o que, por si só, pressupõe a distinção entre os termos: moderno e modernismo. Toma-se por moderno, quando se faz menção ao período histórico e por modernidade, enquanto ideologia.

Este ideário³ impôs à cidade de São Paulo a discussão de inúmeros projetos e planos discutidos por agentes públicos na Prefeitura e na Câmara Municipal; em instituições de ensino como a Escola Politécnica e mais tarde a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, ambas da Universidade de São Paulo; no curso da Universidade Mackenzie; em órgãos de representação de classe como o Instituto de Engenharia, o Instituto dos Arquitetos do Brasil e Associação dos Geógrafos Brasileiros, além de outros setores como o Sindicato das Empresas da Construção Civil e Associação Comercial de São Paulo. Com base nisto, constituímos o campo conceitual de nossa pesquisa de mestrado, buscando a maneira como os habitantes e suas necessidades foram tratados frente aos estudos, projetos e planos urbanísticos. Questionamos, a partir desta conceituação, a forma com que ocorreu a vinculação do habitante com a questão urbana. Assim, nossa dissertação de mestrado se insere como um estudo da história urbanística de São Paulo, sendo, ao mesmo tempo, um estudo acerca das ações do planejamento e da história social e política da cidade.

Percorremos a primeira metade do século XX, período fértil para a produção de planos e projetos urbanos em São Paulo até os anos 1950, momento em que foi comemorado o IV centenário da cidade. Notamos nestes trabalhos, as ressonâncias e influências de profissionais estrangeiros como Antoine Bouvard, Alfredo Agache, Barry Parker, Le Corbusier, Robert Moses e Louis Joseph Lebreton, o que nos mostra que desde a atuação de Victor Freire, São Paulo inseriu-se na rota do debate urbanístico internacional. Neste período, o quadro paulistano, vinculava o urbanismo à imposição de planos enquanto obras de melhoramentos, muitas vezes sem levar em conta as reais necessidades da cidade e sua população.

Analisamos então, os estudos e planos que pudessem contemplar uma visão de conjunto, que compreendesse a realidade social, buscando nos planos aonde se inseria a periferia da cidade dentro do orçamento de obras, ainda que ao que tudo indica, não fosse este objetivo presente nos projetos da maior parte

³ Tomamos como ponto de partida para a atividade de investigação de base historiográfica a criação da Diretoria de Obras Municipais em 1899, pelo Prefeito Antonio Prado.

dos prefeitos que passaram pelo poder público no período⁴. O trabalho da SAGMACS – Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais, nos anos 1950, sob a orientação do padre dominicano francês Louis Joseph Lebre, trouxe inovação tanto na metodologia de pesquisa utilizada, quanto no debate acerca da questão urbanística. Pois a SAGMACS recusou o encargo de elaborar um plano para a cidade, em detrimento de realizar um trabalho de pesquisa urbana, com o intuito de conhecer profundamente os problemas de ordem urbanística, econômica e social da cidade de São Paulo.

Assim, o trabalho da SAGMACS em São Paulo tornou-se o principal objeto de investigação de nossa pesquisa, e para tanto debruçamo-nos a estudar o relatório referente a pesquisa “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana”, realizado para a Prefeitura de São Paulo entre 1956 e 1958, durante as administrações dos prefeitos Wladimir Toledo Piza e Adhemar de Barros – o qual será explorado nos capítulos IV e V deste trabalho.

Percebendo a diferença de enfoque dada pela SAGMACS em comparação com os demais urbanistas da época, delimitamos o estudo da “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana” na tentativa de elucidar as condições para o trabalho urbano na cidade de São Paulo no final dos anos 1950, quando esta já era considerada a principal metrópole industrial do país. E assim, sendo uma metrópole, apresentava também problemas de uma típica aglomeração, e no caso de São Paulo, a existência significativa de um cinturão periférico bastante consolidado neste período. Notamos que a historiografia do urbanismo no Brasil tem dado pouca importância à atuação da SAGMACS e de Lebre à frente de estudos, planos e projetos para nossas cidades, o que justifica a escolha de nosso objeto de investigação. Por isso, mantivemos a delimitação sobre o urbanismo paulistano e constituímos como objetivo de nosso trabalho pesquisar, a partir do estudo “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana”, o quadro urbanístico e sóciopolítico de um momento ainda pouco

⁴ Sobre esta questão, destacamos importante papel ao engenheiro Anhaia Mello, que governou São Paulo em 1931 e, por ocasião do I Congresso de Habitação ocorrido em São Paulo nos anos 1930, introduziu a discussão sobre a periferia já existente e também o trabalho da SAGMACS nos anos 1950, que pesquisou áreas periféricas da cidade e região metropolitana.

elucidado pela historiografia, propondo-nos a contribuir com mais um capítulo sobre a história do urbanismo e do planejamento urbano em São Paulo, nos anos 1950.

Desta forma, preparamos nossa dissertação de modo a introduzir os elementos para facilitação da leitura e compreensão do estudo da Aglomeração Paulistana realizado pela SAGMACS. O fato do relatório resultante do estudo “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana” não ter sido publicado pela Prefeitura, impediu um debate sobre suas considerações e projeções futuras, sendo mais um trabalho que recebeu o mesmo destino de outros planos, conforme Flávio Villaça (1998), indo parar na gaveta.

Ainda que, seus apontamentos e diretrizes não tenham sido considerados pelas administrações dos anos 1960, para nós o trabalho realizado pela SAGMACS entre os anos de 1956 e 1958, incorporou desdobramentos sociais ao quadro do urbanismo brasileiro. Além disso, a metodologia empregada e a presença de profissionais com formação em ciências sociais, geografia, arquitetura e economia, romperam com a antiga visão de planejamento enquanto plano de obras viárias e também da função meramente normativa de regular o uso do solo.

Reitero que embora a atuação da SAGMACS não se limite à cidade de São Paulo e ainda que tenhamos buscado elucidar as bases de sustentação da equipe coordenada por Lebrecht, o principal enfoque de nossa dissertação permaneceu sendo um estudo sobre a urbanística paulistana.

Para tanto, situamos ao longo dos dois primeiros capítulos, o contexto sócio-político vivido nos períodos de formação urbana da cidade de São Paulo, realizando uma breve revisão historiográfica. Com fins de elucidar o trabalho da SAGMACS, debruçamo-nos a estudar também o movimento Economia e Humanismo, iniciado na França e difundido por Lebrecht mundo afora, com desdobramentos no Brasil, sobretudo na cidade de São Paulo, tecendo nossas observações ao longo do terceiro capítulo. E por fim, nos capítulos IV e V propusemo-nos a desvendar e apresentar o estudo da “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana”, como principal contribuição de nossa dissertação, uma vez que este não foi ainda estudado e discutido pela historiografia do urbanismo paulistano.

São Paulo na História

A formação da urbanística moderna

1.0. Introdução

No primeiro capítulo desta dissertação, situamos a cidade de São Paulo na história da formação da urbanística moderna, introduzida no Brasil no final do século XIX. Conforme já apontamos, a cidade de São Paulo é cenário de nossa pesquisa, funcionando como campo de análise para a elucidação da história da formação da urbanística brasileira. Cabe-nos dizer que dissociamos urbanística de história urbana, uma vez que, para nós, a urbanística consiste em estudar os aspectos da disciplina e da prática do planejamento da cidade e das intervenções no campo do urbanismo. Já a História Urbana consiste no estudo da formação da cidade enquanto espaço cultural, social e político da vida urbana de seus habitantes, retratando assim os costumes, os aspectos sociais e a economia.

Assim, através de uma revisão historiográfica, apontamos os aspectos que levaram São Paulo a se constituir enquanto principal cidade do país e a construir uma imagem de metrópole industrial moderna nos anos 1950. Buscamos situar os momentos de construção e consolidação desta imagem, levando em consideração os aspectos da economia, da política e do contexto social do país, destacando o alinhamento de São Paulo com as demais capitais do mundo, abrindo espaço para a urbanística moderna. Assim, este capítulo visa fundamentar nossa pesquisa no campo da formação histórica urbana de São Paulo e mostrar as primeiras ações voltadas para o planejamento urbanístico da cidade e o ordenamento do espaço territorial, as quais abriram espaço para a conceituação e consolidação da prática do urbanismo enquanto disciplina, ainda que apresentado de maneira pouco aprofundada.

1.1. Breve aspecto da formação Histórica da Cidade de São Paulo

“Temos por hábito estudar as origens. As origens do mundo, dos homens, das cidades entre tantas outras.”

Janice Theodoro da Silva e Rafael Ruiz, 2004, p. 69

A história mais recente da expansão urbana e econômica de São Paulo está relacionada à adesão ao ideário da modernidade, implantada no Brasil a partir do século XIX, trazendo fortes consequências para os arranjos produtivos, que consolidaram a produção industrial e exigiram uma nova maneira de organização dos espaços urbanos da cidade.

No que tange aos estudos sobre a história urbana de São Paulo, Richard Morse, E. Simões de Paula, Ernani Silva Bruno, Caio Prado Jr., Luis Saia, Jurdgen Lagenbuch, entre outros autores, fazem parte do elenco que tomamos como referências iniciais, na conceituação do ideário urbanístico histórico e na formação da cidade de São Paulo. Porém, é importante dizer que a história não se faz em um dia e que a historiografia está em constante revisão, fato que leva estes autores a serem revisados por pesquisadores urbanos na contemporaneidade dos anos 1970 para cá.

O período que se estende a fundação de São Paulo, em 1554, até o início do século XIX, é reconhecido pelos historiadores como o período da cidade colonial. É fato que até então, São Paulo exercia pouca influência sobre as demais regiões do país, e também pouco havia de preocupações urbanísticas. Porém, não descartamos seus ares urbanos, pois lembramos aqui a dissociação entre história urbana e história da urbanística, e neste sentido é possível notar que, embora de maneira muito pobre e atrasada em relação às demais cidades do litoral brasileiro, encontramos, desde sua fundação, a preocupação com a formulação de leis e de regulação de costumes, que constituem atos da vida urbana e não do meio rural.

Diante do objetivo maior deste capítulo inicial, buscamos resgatar o passado histórico de São Paulo. E assim, utilizando-nos das disciplinas da

história e das ciências humanas, buscamos reconstituir, sob linhas gerais, as bases conceituais para uma narrativa acerca da formação social e urbanística da cidade de São Paulo, ao longo de seus mais de quatro séculos.

Num percurso sobre a formação urbana de São Paulo propagada pelos estudiosos, verificamos que desde sua fundação pelos padres jesuítas⁵ portugueses em 1554 até o século XVIII, a cidade permaneceu sob o status de Vila, apresentando um cotidiano pouco urbano e nada semelhante aos ares das demais cidades brasileiras – então capitais de Províncias – como Salvador, Recife e Rio de Janeiro, que já demonstravam maior aspiração aos modos urbanos de vida presentes nas capitais européias como Paris, Berlim, Londres, Lisboa e Madri. Nos demais países da América Latina, destacamos que até este período, a cidade de Buenos Aires na Argentina também já demonstrava maior afinidade com o projeto sócio cultural urbano, que eclodiu na modernidade.

Depois da fundação de São Vicente, em 1532, e da abertura, neste local, de um colégio jesuítico, a conquista do planalto já estabeleceria, alguns anos mais tarde, um importante ponto de apoio: Santo André da Borda do Campo.” (Simões Jr: 2004, p. 18).

Este fato facilitou a ocupação do território onde se localiza a cidade de São Paulo. Até então, São Paulo era a única vila que os colonizadores portugueses haviam construído fora do litoral brasileiro, abrindo espaço para a expansão territorial do país rumo ao “hinterland”. Neste sentido, o geógrafo e historiador Caio Prado Júnior, destaca a situação geográfica da cidade de São Paulo, localizada num entroncamento de caminhos, entre o interior e o litoral, apontando que “*São Paulo é o ponto inicial de partida do povoamento e colonização do Planalto*” (1963: p. 97), o que mais tarde justificou seu

⁵ A Companhia de Jesus foi fundada por Ignácio de Loyola Brandão e em 1500 era uma das mais novas ordens sacerdotais católicas, o que causava a desconfiança dos espanhóis e também da igreja de Roma. Por isso, não se encontra formação de vilas e cidades coloniais pelos braços dos jesuítas na América Hispânica, mas sim na América Portuguesa.

desenvolvimento econômico frente ao Brasil⁶. Levando-se em conta os aspectos políticos e econômicos vigentes no século XVI, esta situação privilegiada em relação ao sertão brasileiro caracterizava São Paulo como um entroncamento de caminhos estratégicos aos interesses da Coroa Portuguesa, pois, neste período estava em vigência o Tratado de Tordesilhas, que dividia o território americano em uma parte espanhola e outra parte portuguesa.

Figura 1

Linha divisória com o Tratado de Tordesilhas

Conforme o mapa anterior nos aponta, a parte portuguesa localizava-se a leste das Américas, onde está a costa marítima que forma o litoral brasileiro. Deste modo, a ocupação da Vila de São Paulo de Piratininga explicita-nos um plano de expansão territorial por parte da Coroa Portuguesa, visando ampliação das atividades mineradoras em busca de ouro e prata, para reforço econômico de sua balança comercial. Por este motivo, Portugal dava total apoio aos padres

⁶ Porém, Ab'Saber (1958: p. 171) descreve as características do sítio urbano de São Paulo e diz que a superfície da cidade impõe dificuldades para se ocupar a área *“se para pequenas aglomerações se torna difícil encontrar-se, no Planalto Atlântico, o indispensável espaço urbano, imagine-se o teor das dificuldades em relação aos problemas de sítio urbano quando se trata de grandes cidades. Na verdade, no interior desse acidentado planalto, raros são os compartilhamentos de relevo suficientemente amplos para alojar, sem maiores complicações, organismos metropolitanos de população superior a meio milhão de habitantes”*.

jesuítas na construção de um colégio, já que este abriria espaço para a formação de uma futura cidade, que serviria de caminho para o interior do território brasileiro.

É necessário salientar que, apesar da literatura acerca da formação histórica de São Paulo ignorar os ares da cultura urbana e os modos de viver na cidade, ainda muito distantes das demais capitais da Europa, a nosso ver, São Paulo já iniciava no final do século XVI a abertura para aspectos que a caracterizavam com ares de cidade. Neste sentido, Richard Morse destaca o aspecto coletivista e urbano presente nos habitantes do vilarejo, dizendo que:

A Vila de São Paulo desenvolveu-se tendo como apêndice não o campo, mas a cidade. Os valores do mundo ibérico, religiosos e administrativos, foram responsáveis pela reunião dos vizinhos nas festas religiosas, nas procissões e reuniões da Câmara onde tinham assento os homens bons”. Sendo que “a própria Câmara Municipal realizava suas atividades em residências particulares, e só em 1575 terá uma sede definitiva. (1974: p. 30-32).

De fato, a leitura de Morse aponta para a existência de um pacto social entre os habitantes paulistanos no século XVI e XVII, num sentido de criação de leis próprias e específicas, quase que independente em relação à Coroa Portuguesa, o que perdurou até meados do século XVIII.

Esta autonomia em relação à Coroa, apontada por Morse, abriu espaço para o que Theodoro e Ruiz (2004: p. 92-94) chamam de política legislativa dos jesuítas.

A idéia dos jesuítas era tornar os índios ‘políticos e homens’. ‘Políticos’ no sentido de ‘capazes de viver na aldeia’. Contudo, esse processo exigiria uma série de experiências de parte a parte, que dariam conta de muitas das tensões e desentendimentos, não apenas entre índios, jesuítas e moradores, mas também entre jesuítas que, de fato, passaram a viver nas aldeias e jesuítas que ficaram na direção romana da Companhia, ou que preferiram ficar nos colégios. [...] viver na aldeia era algo que precisava ser ensinado. E só poderia ser ensinado se os religiosos não apenas explicassem como fazer, mas

vivenciassem o ensinamento juntamente com os indígenas. [...] Os jesuítas não poderiam desvincular-se das tarefas civis, se quisessem que as aldeias prosperassem.

Criou-se assim, um código de condutas que se estendia aos moradores de toda a vila, e conferia aos jesuítas o poder espiritual e temporal na administração da vida urbana da cidade. Com a criação de um código de condutas, São Paulo aderiu nitidamente a aspectos da “urbe” presentes em cidades européias, abrindo espaço para a criação de leis e regulação específica⁷. E assim, *“com essa atitude, instalou-se uma separação entre o ‘meu’ e o ‘teu’, o ‘público’ e o ‘privado’, o ‘eclesiástico’ e o ‘civil’, num mundo em que essas distinções conceituais só podiam ser lidas e interpretadas como ‘ingratidão’, ‘independência’ ou ‘prepotência’.”* (idem: p. 95).

Preocupados em não perder o caráter doutrinal de sacerdotes, os padres jesuítas, já conhecedores dos aspectos da urbanidade européia, buscaram desvencilhar-se da administração oficial da vila e conferiram à Câmara Municipal o papel de regulador da vida urbana da população paulista⁸.

Para Theodoro e Ruiz existiu forte presença da Câmara na vida cotidiana dos paulistas, pois desde 1610 já apresentavam resoluções visando regular a postura dos moradores da Vila.

As ruas deviam ser cuidadas pelos particulares, mandando cada um ‘o seu negro com a sua enxada para carpir’”, visando noções de higiene “era importante para a Câmara que os porcos não fossem criados perto dos muros, que o gado não obstruísse o caminho, que os moradores alinhassem as casas,

⁷ A respeito da constituição de leis, recorremos à filósofa Hannah Arendt, que nos lembra que a terminologia “lei” deriva da palavra grega “nomos” e está relacionada não só com a idéia de distribuir e possuir, mas também com a idéia de “muro”, marcando assim o que foi distribuído. In: “ARENDT, Hannah. A condição humana. 9ª ed., São Paulo: Forense Universitária, 1999, p. 73.

⁸ Os padres jesuítas chamavam a população residente na Vila de São Paulo de Piratininga de paulistas, e não paulistanos, como fazemos de forma mais recente.

que os negros da terra não ficassem em volta das fontes aonde iam as moças solteiras à procura de água... (2004: p. 105).

Cabe-nos dizer, aqui, que a regulação da postura dos habitantes de São Paulo, a organização social e política imposta pelos vereadores e os padres jesuítas mantiveram a Vila, de certo modo, independente das diretrizes da Coroa Portuguesa. Pois, enquanto a função escolhida para São Paulo era de abrir caminhos rumo às minas de ouro, por estar mais próxima à “linha de Tordesilhas”, o povo paulista buscava maior independência, procurando viver de forma isolada na cidade, sem a intromissão da metrópole portuguesa. Estes aspectos foram estudados por Sérgio Buarque de Holanda (1986) e demais autores, que apontavam para os planos da Coroa em relação a São Paulo e a contrariedade deles por parte dos seus moradores.

Esta independência em relação à Coroa foi responsável por atrair moradores de outras províncias, como a Bahia e o Rio de Janeiro, que migraram para a Vila de São Paulo, buscando fugir do pagamento do “quinto” pela extração do ouro. Nota-se, aí, a construção do caráter cosmopolita e agregador com que São Paulo ficou conhecida, mais especificamente no século XX. É possível perceber que mesmo ainda quando era um vilarejo precário, muito mais próximo de uma vida rural e distante de vislumbrar o cenário urbano já presente no Rio de Janeiro, Recife e Salvador, São Paulo já atraía população de fora de seu território e já abria espaço para a contribuição de novos atores para a cultura local. Marcílio (2004: p. 251), ao descrever a população paulistana nos tempos de Vila, aponta que:

São Paulo foi a primeira vila fundada no interior das terras portuguesas. Todas as demais estavam presas ao litoral, nos primeiros duzentos anos. Ficou, pois, isolada, e esse isolamento era ainda mais forte por estar a Vila situada atrás da forte barreira da Serra do Mar, gerando em seus moradores algumas características aclamadas pelos historiadores paulistas: uma certa arrogância, um tipo calado, desconfiado, arredio, meio selvagem.

Além destes aspectos que atraíram população à São Paulo, dando a cidade um caráter cosmopolita, destacamos também, a expansão bandeirista, nos séculos XVI e XVII, que abriu novos caminhos rumo ao “hinterland” do território brasileiro. São Paulo exerceu importante papel, enquanto lócus central deste espaço, fazendo o papel de entreposto e ponto de pouso dos bandeirantes⁹ que percorriam as trilhas em busca de minas de ouro. Esta expansão consolidou os planos da Coroa Portuguesa em conquistar o oeste brasileiro e abriu espaço para a criação de novas vilas nos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

No século XVIII, São Paulo recebeu o título de cidade (em 1711), porém, segundo Morse, “*pouco refletia dessas realizações, pois seu caráter era mais claramente determinado pela inacessibilidade e pela pobreza de uma economia de subsistência*” (1974: p. 17), e pouca influência exercia sobre o país ou até sobre o restante do estado, que já apresentava algumas cidades com maior destaque, tais como Campinas e Piracicaba, destacando-se economicamente pelo cultivo da lavoura de cana-de-açúcar, e a cidade de Santos no litoral, que era dotada do porto e exercia papel de entreposto comercial.

É importante retomar o que Prado Jr. destaca enquanto localização estratégica de São Paulo, dentre o território brasileiro. Neste sentido, lembramos que no final do século XVIII a cidade de São Paulo já contava com cinco estradas abertas que configuravam seu território urbano.

Essas cinco estradas abriam-se em leque para o interior de São Paulo da seguinte maneira: 1) A nordeste, para o Rio de Janeiro, ao longo do rio Paraíba. [...] 2) Ao norte, para Minas Gerais, através de Atibaia e Bragança. Essa rota desenvolveu-se relativamente tarde, no período colonial, e teve apenas uma importância local. 3) A noroeste, via Jundiaí, para Campinas [...]. 4) A oeste-noroeste, para Itu e Porto Feliz [...]. 5) A oeste, para Sorocaba, e daí a sudoeste, para as províncias criadoras de gado. (Morse: 1970, p. 42).

⁹ Os bandeirantes são saudados pela história como verdadeiros heróis do Brasil, sobretudo de São Paulo. Porém, os estudos de Taunay sobre as bandeiras apontam para o massacre e dizimação da população indígena de várias regiões do país, que contrariava o princípio de viver em harmonia, pregado pelos jesuítas.

A referência aos percursos de deslocamentos possíveis através das cinco estradas, ligando São Paulo às demais regiões, no final do século XVIII, é importante para reafirmarmos a possibilidade de expansão e desenvolvimento econômico que a cidade sofreu ao longo dos séculos XIX e XX.

Além do aspecto da organização territorial, apontamos que na arquitetura paulistana, apesar do crescimento populacional dos três primeiros séculos de vida da cidade, não há ruptura com as formas tradicionais de ordenamento territorial, ficando as mudanças estruturais no tecido urbano e nos aspectos arquitetônicos para o século XIX, quando São Paulo despertou para a modernidade e buscou a todo custo romper com seu passado colonial, pobre e rudimentar.

1.2. No século XIX a construção da imagem de uma Capital Moderna

O século XIX impôs mudanças profundas ao estilo de vida da população de São Paulo. Desde seu início, antes mesmo da independência do país, o processo de industrialização já acenava para a adesão brasileira ao ideário do capitalismo industrial vigente na Europa. Nas cidades européias, neste período, já era possível verificar que o ideário capitalista, além de influenciar diretamente o modo de produção e estruturação da economia, exigia também alterações na morfologia da cidade, tanto pela atração de população, quanto pelas necessidades impostas pela indústria para a expansão de suas atividades.

Apesar deste tímido início da atividade industrial nas primeiras décadas do XIX, foi com a implantação da Academia de Direito, em 1828, e a expansão da atividade cafeeira no interior do estado, que São Paulo adquiriu novos hábitos, novas atividades econômicas e, enfim, passou a respirar de fato ares urbanos.

A implantação da Academia de Direito constituiu um importante marco na história social e política brasileira, pois, a partir desta implantação, o Brasil deu

início ao ensino superior e à formação de uma elite intelectual local. A mudança estrutural nas bases sociais e intelectuais do país instalou-se nas cidades de São Paulo e Recife – primeiras cidades a receberem uma escola de nível superior no Brasil. Com a implantação da Academia de Direito na cidade, foi reservado à São Paulo importante papel nesta mudança estrutural do país e na abertura rumo à modernização das estruturas políticas e sociais, já que a cidade passou a ser dominada por bacharéis e fazendeiros, inclusive na organização territorial urbana.

E assim, a partir da segunda metade do século XIX, São Paulo passou a crescer, industrializar-se e a receber importantes investimentos oriundos da lavoura cafeeira, formando uma aliança interestadual, integrando o Porto de Santos com a produção cafeeira do interior e a capital da Província como entreposto comercial, a partir da década de 1860, com a implantação do transporte ferroviário, conhecido pela história econômica como complexo cafeeiro.

Com a implantação da ferrovia, a comunicação do Estado foi facilitada e São Paulo passou a concentrar todo o aparato burocrático necessário ao funcionamento da capital da Província, atraindo também novas modalidades de serviços urbanos e atividades comerciais. Também atraiu fluxo migratório dos chamados barões de café, que, com a facilidade introduzida pela ferrovia em locomover-se até suas fazendas no interior, passaram a preferir morar na capital da província, formando assim uma elite burguesa paulistana. Porém, não só setores da elite influenciaram a intensificação do processo de urbanização da cidade de São Paulo. Com o incremento da indústria, foi necessário atrair também a mão de obra para o trabalho operário, o que fez com que a cidade, nas últimas décadas do XIX, crescesse de maneira intempestiva e sem limites, agravando os problemas de ordem urbanística, como a falta de moradia e saneamento básico, abrindo espaço para a atuação dos engenheiros sanitaristas.

Décadas	1860	1872	1886	1890	1900
População	27.900	31.385	47.697	65.000	240.000

Tabela 1

Em vermelho, a população paulistana; em verde, os imigrantes;
Em azul, a população total de São Paulo.

Fonte: SAES, 2004 e SINGER, 1958

Foi neste período, a partir de meados do século XIX, e neste contexto de crescimento populacional e econômico acelerado, que verificamos o marco inicial da urbanística paulistana, abrindo espaço para intervenções pontuais e generalistas, frente à tentativa de resolução de problemas e enfrentamento das questões de ordem urbana, para acomodar os ares desenvolvimentistas, presentes no discurso da recém formada elite empresarial paulistana.

Assim, ao longo do século XIX, implantou-se na cidade um anseio pela modernização do espaço urbano paulistano e um primeiro movimento no sentido de alinhamento com as demais capitais de províncias brasileiras, enquanto no campo político ocorria a oposição de idéias entre os chamados liberais e conservadores, sendo os primeiros mais voltados ao alinhamento com a modernização e os outros mais resistentes. Para se ter uma idéia de como a cidade de São Paulo ainda não se impunha enquanto força importante, as lutas e conflitos no campo ideológico visavam sempre a conquista do governo da Província e não da capital paulista.

A rede viária que apontamos anteriormente foi um fator estruturador da ocupação urbana não só da cidade, mas também da província de São Paulo. Este fato ocasionou o desenvolvimento intraurbano da cidade, sobretudo na

área conhecida atualmente como central, ponto em que os cinco caminhos convergiam. Deste modo, verificamos que nas primeiras décadas do século XIX, São Paulo era uma cidade com estrutura bastante concentrada, cortada apenas pelos cursos d'água e linhas divisórias que serviam aos caminhos de passagem.

Figura 2

Recorte do Mapa da área central paulistana no final da década de 1860, com destaque para as ruas por onde passavam os principais fluxos de viajantes e tropeiros.

Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo. Planta da Cidade de São Paulo, 1868

De acordo com a planta da cidade de 1868, pode-se verificar que na metade do século, a estrutura viária de São Paulo concentrava-se próximo aos divisores de água. Simões Jr. (2004) analisou as mudanças urbanísticas da área central no período e aponta para a seguinte configuração urbana: as ruas da Liberdade e Vergueiro no divisor de águas entre o Tamanduateí e o Anhangabaú, a rua da Consolação, acompanhando o divisor de águas entre os vales dos rios Anhangabaú e Pacaembu; a avenida São João que se dirigia até o rio Tietê; a Florêncio de Abreu no espigão entre o Anhangabaú e o Tamanduateí e a rua do Carmo que buscava o caminho descendente em direção à várzea do Tamanduateí até o Brás, conforme podemos verificar na planta de 1881.

Figura 3

Planta da Cidade de São Paulo em 1881, mostrando a expansão da cidade próxima a área central, e a demarcação das estradas viárias e da recém implantada linha do trem.

Fonte: Departamento de Patrimônio Histórico do Estado de São Paulo

Como mostra a figura anterior, a configuração do desenho urbano do território da capital paulista, foi rompido com o crescimento populacional, o aumento das atividades industriais e a implantação do traçado ferroviário, a partir da década de 1860, percebendo-se em 1890 o início da dispersão para novas áreas da cidade.

Figura 4

Planta da Cidade de São Paulo em 1897, mostrando o crescimento espreado e disperso adquirido a partir da última década do século.

Fonte: Departamento de Patrimônio Histórico do Estado de São Paulo

1.3. A imposição de um projeto modernizador para São Paulo

É fato que, antes mesmo do Brasil se tornar independente, São Paulo já havia se inserido em metas desenvolvimentistas, dando início ao processo de industrialização, ainda que de forma muito tímida. Como Portugal enfrentava “problemas diplomáticos” com os demais países da Europa, o Imperador passou

a enxergar no Brasil a alternativa para destinação dos investimentos que visavam à modernização do sistema econômico português e, confiando nas impressões do cronista Auguste Saint Hilaire¹⁰, enxergou em São Paulo a possibilidade de acomodar investimentos para implantação da futura indústria brasileira. Segundo Morse:

Saint Hilaire, Veloso de Oliveira e Beyer, influenciados pelo clima e o baixo custo de vida em São Paulo recomendaram ao Imperador a cidade como o lugar ideal para receber as futuras indústrias que viriam a se consolidar no Brasil. (1974, p. 45)

Cabe-nos dizer que, neste período, apesar da sinalização para algumas mudanças de âmbito estrutural no sistema produtivo, as intervenções urbanísticas em São Paulo ainda eram quase inexistentes, conservando a tipologia presente até o século anterior, da cidade de taipa, enquanto que o Rio de Janeiro¹¹ e Recife já haviam dado início às primeiras grandes intervenções rumo à modernização urbanística do país. Porém, mais do que ideologia, para empreender tais obras era necessário dispor também de significativo aporte financeiro.

No caso de São Paulo, este aporte financeiro, num primeiro momento, não veio em detrimento da indústria instalada nos anos 1820, e sequer em decorrência da própria cidade, mas sim do desenvolvimento conquistado pelas fazendas de café, cultivado em cidades do interior paulista. Verificando-se a viabilidade econômica da cultura cafeeira, desde o início do século, o café foi

¹⁰ Moura (1999, p. 351-355) explicita a curiosidade do estrangeiro frente à Vila de São Paulo, dizendo que entre o final do século XVIII e início do XIX três expedições passaram por São Paulo. Deste modo, em 1817 Saint Hilaire comandou uma expedição à cidade de São Paulo e assim conheceu o modo de viver do paulistano, apontando para a extrema falta de conforto que havia no local. Mesmo assim, Hilaire encantou-se pelo baixo custo de vida da cidade e enxergou ali um ponto promissor à economia do país.

¹¹ Desde a instalação da corte imperial na cidade do Rio de Janeiro, em 1808, uma série de melhoramentos urbanos foram empreendidos por conta da Coroa Portuguesa, que sentia necessidade de ampliar o conforto nas instalações prediais existentes.

cultivado além dos limites do Vale do Paraíba, mas também no então chamado Oeste paulista, sendo iniciado em Jundiaí, Itu e Campinas, e mais tarde Limeira, Rio Claro, São Carlos e Ribeirão Preto.

A chegada do cultivo do café na região do oeste paulista implicou em uma mudança na distribuição da safra colhida, pois enquanto a produção ocorria somente no Vale do Paraíba, o escoamento desta era facilitado devido à proximidade com o porto do Rio de Janeiro. Porém, com o incremento das fazendas cafeicultoras no interior, o porto de Santos ganhou nova vida, de modo que, *“nesses primeiros anos, toda a produção de café do interior paulista era escoada para o porto de Santos em carregamentos sobre muares, o que implicava imensas dificuldades para a transposição da serra do Mar e grande tempo despendido”*, além de ser custoso aos barões do café (Simões Jr: 2004, p. 36).

Assim, tornava-se fundamental pensar em melhorias que facilitassem o escoamento da produção, bem como garantissem a ampliação dos lucros aos cafeicultores. Dessa forma, as primeiras grandes intervenções urbanísticas em São Paulo, se deram devido à implantação da ferrovia no estado. A implantação desta estrada de ferro foi viabilizada com capital britânico, num acordo entre os governos brasileiro e inglês, além de contar com a participação de empresários britânicos e fazendeiros paulistas. Esta implantação teve início nos anos 1860, primeiramente ligando a capital da província ao porto de Santos, em 1865, e Jundiaí, um dos principais produtores de café, em 1867¹².

A São Paulo Railway, ou “Ingleza”, de Santos a Jundiaí, inaugurada em 1867, pretendia reservar o monopólio dos transportes, assumindo o prolongamento da rede quando lhe fosse conveniente. Entretanto, o governo do liberal Saldanha Marinho (outubro de 1867 a abril de 1868) articulou grandes fazendeiros das famílias Barros, Aranha e Sousa Queirós, no sentido de montar a Companhia

¹² É importante lembrar que em 1855 o governo imperial havia concedido aos Marqueses de Monte Alegre e São Vicente e ao Barão de Mauá o benefício de explorarem este serviço após construírem a estrada de ferro ligando Santos a Jundiaí, porém não houve capital suficiente e nem apoio do governo imperial para tal empreendimento, sendo que em 1860 a concessão foi renovada para os ingleses explorarem o serviço.

Paulista de Estradas de Ferro e tomar a si essa iniciativa, levando a ferrovia de Jundiaí a Campinas – trecho inaugurado em 1872 – e além, na direção de São Carlos. Outros grupos se puseram em funcionamento, a Companhia Ituana (1873) e as Companhias Mogiana e Sorocabana (1875), consagrando a pluralidade de empresas que dividiriam a rede que desembocava na São Paulo Railway. (Campos: 2002, p. 44)¹³.

A implantação da ferrovia na província de São Paulo ocorreu em ritmo acelerado, de forma que em 1872, Campinas já recebia a estrada e, em 1876, Rio Claro. A ampliação desta rede proporcionou a ampliação da produção agrícola no interior do estado e a expansão do cultivo para as fazendas do oeste paulista. Além disso, a implantação da ferrovia transformou a capital da província em um entreposto comercial e devido à facilidade de locomoção, os barões do café passaram a freqüentar São Paulo de maneira mais rotineira, transformando a cidade em um ponto central de negócios e discussões políticas e econômicas. Dessa forma, abrem-se espaço para o trabalho dos engenheiros, pois a *“economia agroexportadora, apoiada nas redes de financiamento, aparelhamento e transporte do capitalismo oitocentista, exigia cada vez mais obras de engenharia”* (idem, p. 40).

Porém, a atuação dos engenheiros não era vista com bons olhos pelos conservadores e nem pelos liberais, ainda que estes tentassem, desde os anos 1830, uma reforma administrativo-institucional do aparelho do estado, abrindo campo para as obras públicas¹⁴. Até então, a responsabilidade pela regulação da política urbana na cidade de São Paulo estava a cargo dos bacharéis

¹³ É importante notar uma abertura liberalizante da economia, bem como a abertura para a presença do capital estrangeiro inglês no país, sobretudo em São Paulo, que permaneceu exercendo grande influência nas decisões sobre os serviços urbanos até os anos 1940.

¹⁴ A discussão sobre a implantação de um órgão responsável pelas obras públicas na Província de São Paulo alonga-se até os anos 1860, com avanços e retrocessos. Em 1835 foi criado o Gabinete Topográfico, para formação de técnicos especializados na abertura de estradas, porém o serviço foi fechado em 1838. Em 1844, criou-se pela primeira vez um órgão com o nome de Diretoria de Obras Públicas da Província, que foi extinta em 1847, sendo recriada somente em 1868, já com o advento das ferrovias.

advogados¹⁵, que, através de sua atuação em cartórios, garantiam o direito à propriedade e a aplicabilidade de leis específicas, que eram criadas pelo governo da província.

Em 1868, o governo de Saldanha Marinho criou definitivamente um órgão responsável pelas obras públicas no estado. O órgão foi chamado de Repartição de Obras Públicas, e vinha com o objetivo de incorporar à estrutura estatal os técnicos e engenheiros que deveriam acompanhar e comandar o processo de abertura das estradas de ferro, bem como, a exemplo dos países europeus, pensar em demais melhoramentos para a estrutura urbana das cidades da província.

Existia neste período a consolidação de uma aliança entre capital produtivo e Estado, resultando num trinômio – café, ferrovia e indústria, fator que ficou conhecido como complexo cafeeiro. A implantação da ferrovia, ainda que, importada da Inglaterra, justificava por si só, a instalação de indústrias que dariam suporte à construção das estradas e das estações, bem como à produção de outros segmentos, como a indústria têxtil, alinhada com a produção de algodão no interior. Para Cano, “*a expansão ferroviária foi talvez o elemento mais importante desse complexo, tendo sua maior fase de crescimento nas décadas de 1870 e 1880.*” (1974, p. 28)¹⁶.

¹⁵ Não se via com bons olhos a concessão do serviço de planejamento e organização das obras públicas aos engenheiros, sendo que o presidente da Província, José Tomás Nabuco de Araújo, no Relatório apresentado à Assembléia Provincial de 1840, aponta para a necessidade de prevenção contra os engenheiros.

¹⁶ O autor analisa a expansão ferroviária ocorrida em São Paulo em comparação com o Rio de Janeiro no mesmo período, concluindo que estaria aí um dos motivos para o arranque desenvolvimentista paulista. Pois enquanto no Rio de Janeiro a maioria dos investimentos para a implantação da rede ferroviária veio em detrimento da lavoura cafeeira, em São Paulo, além destes investidores, contou também com capital estrangeiro e apoio estatal, de forma que tratasse de uma injeção de capital na economia local e não uma evasão de divisa como ocorreu no Rio de Janeiro, afirmando que “*o censo de 1907 constatou que, em 1906, grande parte dessas ferrovias já eram deficitárias, e aquelas que ainda apresentavam resultado positivo, estavam na realidade em deplorável situação financeira, como a ‘Central do Brasil’, por exemplo, cujos custos representavam 96,5% de suas receitas.*” (Cano: 1974, p. 30).

Figura 5

Mapa com a Implantação do traçado ferroviário no Estado de São Paulo.

Fonte: SAES, 2004

Com a implantação da ferrovia no Estado de São Paulo, foi possível ampliar a produção cafeeira de forma substancial à província paulista, e assim São Paulo saltou da produção de 1 milhão de sacas de café em 1874 (quando da chegada da ferrovia à Campinas), para 2,5 milhões em 1886 e mais de 7 milhões em 1900.

Período	Cafeeiros em Produção	Produção de café (milhões de sacas)	Novos Cafeeiros Plantados	
			Período	Quantidade
1880	106	1,2	1876-1883	105
1888	211	2,6	1884-1885	9
1890	220	2,9	1886-1896	306
1901	526	8,9	1897	159
1902	685	10,2	1898-1901	4
1906	689	6,9	1902	8
1907	697	15,4	1903-1906	-
1911	697	8,5	1907-1908	25

Tabela 2

Expansão Cafeeira no Estado de São Paulo (milhões de cafeeiros)

Fonte: Prado Jr., 1934-40

Este crescimento todo esteve atrelado também ao crescimento urbano da capital da província, pois gozando de status de entreposto comercial e sediando o aparato estatal, além da indústria e dos bancos, era possível perceber o rompimento da cidade com a vila colonial e seu alinhamento com as demais capitais brasileiras.

Conforme já apontamos, a partir do prolongamento ferroviário rumo ao oeste paulista, o acesso dos fazendeiros, conhecidos como barões do café, foi facilitado à capital paulista. Ficou mais fácil, as famílias dos barões também passaram a visitar São Paulo com maior frequência, tanto para fazer compras, como também para estudar os filhos da elite cafeeira. Esta situação proporcionou à cidade ampliar sua rede comercial e obrigou-a a implantar uma rede de serviços urbanos, visando o conforto de seus moradores e visitantes. Temos aí a vinculação com a imagem da cidade burguesa, voltada para os ricos interioranos que utilizavam São Paulo para o entretenimento, comércio e principalmente realização de seus negócios. E pouco a pouco, iniciou-se um fluxo migratório dos barões do café do interior rumo à capital paulista.

Concomitante à chegada desta “burguesia”, chegaram também os imigrantes italianos, trazidos para formar uma classe trabalhadora que substituiria o trabalho escravo nas fazendas de café. Dentre os imigrantes que vinham em busca de melhores condições de vida, fugindo da fome em seu país de origem, algumas permaneceram na capital para trabalhar nas indústrias e os que nelas não conseguiam emprego, dedicaram-se às atividades comerciais,

tanto como empregados de casas de comércio, como, em alguns casos, montando seu próprio negócio.

Somando-se os barões do café com os imigrantes italianos e espanhóis que se instalaram na capital da província, São Paulo sofreu um crescimento populacional extraordinário e intenso, o que ocasionou também a ampliação dos problemas e demandas urbanas, como falta de moradia adequada, ruas estreitas e insuficientes para circulação viária, aspectos arquitetônicos pobres, não condizentes com uma cidade burguesa moderna, e a falta quase que total de saneamento básico.

Assim, ao final do século XIX, os problemas decorrentes da urbanização desenfreada, ocorrida nas últimas décadas, exigiam soluções urbanas, a fim de dotar a cidade de infraestrutura para a implantação de novas indústrias e também conter problemas de saúde e melhorar as condições de vida da população, fatores que levariam o poder público a implantar, em 1899, a Diretoria de Obras Municipais.

Nesse momento, reconhecia-se oficialmente a existência de problemas de ordem urbanística e a necessidade de intervenções visando, sobretudo, consolidar a imagem de São Paulo enquanto capital moderna, sob influência dos princípios de Haussmann, usados na reforma urbanística de Paris. Simões Jr. (2004) e Campos (2002) salientam que, desde os anos 1880, já se instalava na cidade a preocupação com a implantação de obras de melhoramentos urbanos, a exemplo do que se fazia em cidades européias, iniciando-se então o debate acerca da urbanística e a construção desta enquanto disciplina aqui no Brasil.

Com a implantação da Diretoria de Obras Municipais, na transição do século XIX para o século XX, a complexidade da questão urbana foi oficialmente reconhecida, passando a figurar como tema de preocupação e interesse das autoridades e da elite burguesa. Cabe lembrar, conforme já apontamos, que no Brasil esta vinculação do urbanismo com a elite burguesa foi legitimada pelos advogados através dos cartórios, sendo que até o século XIX cabia a estes a responsabilidade sobre as leis que regiam a cidade e, conseqüentemente, sua política urbana. Já a Diretoria de Obras Municipais passou a vincular-se,

inicialmente, mais às ações técnicas do urbanismo sanitário, formado por médicos e engenheiros.

A Diretoria de Obras Municipais deu início a seu trabalho fornecendo diretrizes para a política urbana em São Paulo e conferindo ao urbanismo status de ciência e técnica. Neste sentido, as intervenções e tentativas de corrigir os problemas urbanos colocaram em pauta a preocupação com o sistema viário; a abertura de novas vias de circulação, como a Avenida Tiradentes; e as obras sanitárias como canalização de córregos e o embelezamento da área central da cidade, abrindo espaço para a discussão de planos urbanos.

Alguns destes planos incrementaram a discussão sobre a questão urbana e a necessidade de aprimoramento das ferramentas até então vigentes para o tratamento da cidade, contribuindo para o debate sobre a formação da urbanística no Brasil e o alinhamento de São Paulo às idéias modernas impostas pelo capitalismo industrial europeu.

1.4. O debate acerca da urbanística: primeiras ações

“A glória do paulista é ser ‘avançado’. Ele despreza os países ‘atrasados’; esses que somam menos trilhos, menos estações, menos mobiliário vienense em madeira recurvada, menos eletricidade nas luminárias das lojas, mais casas antigas cor-de-rosa, azuis, marrons e brancas com arcadas, mais cadeirões em jacarandá maciço e entalhado, mais igrejas azuis e brancas de dois sinos e com amplos pórticos em estilo jesuíta, mais passantes de ponchos, chapéus de feltro, lenços púrpura, botas de cano curto e pregueadas. Toda a tradição e o que dela subsiste é uma injúria lembrar ao Paulista [...]”.

Paul Adam, in: *Les visages du Brésil*, 1914 : p. 106-107

Desde as últimas décadas do século XIX, São Paulo aderiu ao ideário da modernidade e buscou alinhar-se com os modelos de reforma urbana e social, a exemplo do que ocorreu em capitais européias como Londres, Paris, Viena e Berlim. Analisando este contexto das intervenções urbanas, na modernidade, podemos afirmar que o mais significativo exemplo de reforma urbana é

empreendido por George-Eugène Haussmann para Paris, nos anos 1850. Sob o patrocínio econômico e apoio político do governo francês, Haussmann conseguiu impor um modelo de modernização urbanística em Paris, rompendo em definitivo com seu traçado ultrapassado de cidade medieval. Assim, ele conseguiu empreender o saneamento e canalização do Rio Senna e reconstruir as habitações em cerca de 60% da cidade.

Este movimento de modernização empreendido por Haussmann em Paris, influenciou o debate acerca da urbanística mundial, ganhando ecos na Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos, e chegando mais tardiamente no Brasil, pelas mãos dos arquitetos franceses Alfred Agache e Antoine Bouvard, que atuaram tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo. A movimentação dos franceses em importantes cidades brasileiras não demonstra unicamente o eco do urbanismo Haussmanniano, mas sim do alinhamento brasileiro com as idéias internacionais e com a compreensão da necessidade de incorporar no Brasil as técnicas modernas, alinhando-se com o contexto internacional. Porém, cabe-nos dizer que o trabalho urbanístico de Bouvard não está filiado à prática modernizadora de Haussmann, inaugurando espaço para a prática do urbanismo culturalista¹⁷.

Assim, São Paulo percebe que para tornar-se de fato uma capital moderna, como quisera na segunda metade do século XIX, era preciso empreender grandes obras de modernização urbana, para garantir o crescimento de seu parque industrial e assim atrair maior capital financeiro e produtivo, além de população para trabalhar na indústria. Abre-se então campo para a atuação dos engenheiros e urbanistas, visando a modernização da cidade. Apresentamos a seguir o organograma da Prefeitura paulistana com a Diretoria de Obras Municipais (ainda chamada de Intendência), instituída por Antonio Prado em 1899.

¹⁷ O urbanismo culturalista opõem-se as práticas modernizantes de Haussmann, e estão mais próximos do modelo espanhol de Ildefonso Cerda para Barcelona no mesmo período. Já no século XX a prática culturalista será difundida pela Europa por Camilo Sitte e de uma maneira mais contemporânea por Françoise Choay.

Ato nº 71 - 29/01/1900

Organograma da Prefeitura Municipal de São Paulo em 1900

Fonte: Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico, 199, 1991

Sob a coordenação do engenheiro Victor da Silva Freire, ocorreram importantes ações saneadoras, modernizadoras e de melhoramentos na área central da cidade e, seguindo como exemplo o ideário haussmanniano para Paris, importantes obras de embelezamento foram realizadas. Assim, a Praça da República foi ampliada, o Jardim da Luz reformado, empreendeu-se a abertura de avenidas, entre outras importantes realizações, que incrementaram o debate acerca do urbanismo paulistano.

Além do trabalho de Victor Freire frente à Diretoria de Obras, é importante notar que se instalou em São Paulo um clima de renovação urbana, em que sanear era preciso e também visto como sinônimo de embelezar. Notamos aí a legitimação da segregação espacial em São Paulo, pois a abertura de novos loteamentos por parte de incorporadores imobiliários, bem como a polarização na região das estações ferroviárias, passaram a induzir as intervenções públicas e melhoramentos da infraestrutura urbana, tendo como objetivo final o processo de parcelamento das terras em proximidade a essas obras.

A dinâmica intra-urbana do crescimento paulistano viria a direcionar e transferir os pontos mais valorizados da cidade para os lados do norte e oeste, fazendo

com que se ocupassem as partes planas e salubres situadas entre o vale do Tietê e o espigão do Caaguaçu (onde se construiu a avenida Paulista). [...] Assim, a partir da década de 1880, os investimentos públicos passam a se concentrar nos novos e elegantes bairros de Campos Elísios, Higienópolis e região da Paulista. (Simões Jr: 2004, p. 53-55).

Chamamos a atenção para as práticas urbanísticas implantadas em São Paulo visarem não só os melhoramentos da cidade e seu alinhamento com o debate internacional, mas também aprofundar em São Paulo as condições necessárias à consolidação da cidade enquanto espaço da burguesia capitalista do Brasil. Assim, notamos que o nascedouro da urbanística brasileira, ainda que aliado ao debate internacional e ao ideário da modernidade, fundou-se também numa matriz de dominação burguesa.

Enquanto dominação ideológica, a cidade burguesa não permitia falhas, e por isso era preciso que tudo funcionasse e com eficiência. Não cabia ali os problemas que vigoravam desde a fundação da vila de São Paulo, como falta d'água, ruas tortuosas, dificuldade de locomoção e interligação com os bairros, entre tantos outros problemas de ordem urbanística. Além disso, era preciso disciplinar esta população aos novos ares da capital moderna. Era possível perceber um movimento em curso, que visava a aceleração da vida, e *“nesta operação, cidade e sociedade vão se modificando mutuamente. Mudanças que incluem a aceleração da vida e uma mudança na forma de percepção do mundo”* (cf. Janjulio)¹⁸.

Assim, além das obras de melhoramentos e embelezamento, também se abriu espaço para a atuação dos engenheiros sanitaristas, visando impor sua visão de cidade higiênica, sem espaço para a sujeira, o rústico, a falta de técnica e o antigo. Nos anos 1880, teve início o trabalho da Companhia Cantareira de Água e Esgotos, dando início à importação dos materiais hidráulicos, inclusive para uso doméstico, e em 1883 passou a funcionar o

¹⁸ A autora analisa as transformações urbanas e nos modos de compreender a cidade de São Paulo, frente à formação de uma elite burguesa na América Latina, no final do século XIX até os anos 1930. JANJULIO, Maristela da Silva. Sinais de modernidade: São Paulo burguesa no início do século XX. In: Anais do X Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Recife, PE: 2008.

primeiro sistema de esgotos da cidade, beneficiando os moradores da região da Consolação, Higienópolis e Luz.

No anseio destas mudanças, impostas pela hegemonia burguesa, em 1894 foi promulgado pelo governo da Província o Código Sanitário do Estado de São Paulo, e no ano seguinte a prefeitura promulgou o Código de Posturas, dando diretrizes aos paulistas de como deveriam comportar-se e realizar as instalações hidráulico-sanitárias em suas residências. *“A ampliação da capacidade de armazenamento de água e a instalação de um sistema de distribuição domiciliar permitiram que novos empreendimentos imobiliários fossem realizados em áreas afastadas do tradicional centro histórico da cidade, definindo assim uma nova lógica de ocupação nos espaços urbanos”* (Simões Jr.: p. 59). Foi assim, que ocorreu o deslocamento da elite paulistana para a região da avenida Paulista e, mais tarde, para os bairros Jardins, implantados pela Companhia. City, de origem inglesa.

Quando dizemos que as operações de melhoramentos e de implantação de infraestrutura legitimaram a segregação sócioespacial em São Paulo, buscamos explicitar que o discurso e a prática urbanística atrelam-se a uma noção de ideologia e não são pura retórica tecnicista. Assim, Andrade afirma que:

As operações de reforma da cidade, que marcaram de modo decisivo a história urbana capitalista, redefinindo periodicamente sua forma, vão se caracterizar pela introdução de algo novo na cidade. Expressão de uma nova classe que ascende ao poder, manifestação de interesses econômicos emergentes ou de inovações técnicas, as reformas urbanas pioneiras são constitutivas do próprio processo de formação da cidade capitalista. (1992, p. 66).

Desse modo, era preciso impor de forma definitiva o ideário da modernidade burguesa, implantando os equipamentos urbanos presentes nas capitais européias, como Teatros, Bibliotecas, Mercados e lojas de artigos importados. Porém, apesar das obras iniciadas e empreendidas desde os anos 1880, muito ainda era preciso fazer para dar a São Paulo este aspecto de capital moderna brasileira. Assim, é possível afirmar que a mentalidade e o

ideário moderno, impostos ao longo do XIX, permitiram a construção de uma imagem de cidade moderna, mas na prática, as intervenções ainda se distanciavam muito de tal conquista.

Na primeira década do século XX, uma gama de projetos marcou o debate acerca da questão urbana. Coincidentemente, os projetos discutidos localizavam-se na área central da cidade, decorrentes da polarização do setor oeste e propostas para a região do Anhangabaú. No caso do Anhangabaú, a discussão sobre um projeto de melhoramentos para o local teve início após a construção do Teatro Municipal, projetado por Ramos de Azevedo, também autor do Mercado Municipal e de outros importantes edifícios públicos em linguagem eclética, imitando o neoclássico europeu. Diante de exuberante obra arquitetônica, não cabia mais um fundo de vale que interrompia¹⁹ a ligação entre um lado e outro da cidade. E assim, entre 1911 e 1913, São Paulo discutia, segundo Freire, seu mais importante projeto urbano: a urbanização do Vale do Anhangabaú.

Surgem, a partir daí, propostas abrangentes de remodelação para a área: inicialmente, a do vereador Augusto Carlos da Silva Teles, em 1906; depois da Diretoria de Obras da Prefeitura, apresentada em fins de 1910, ao se encerrar a gestão do prefeito Antonio Prado; e, por fim, a do governo estadual, sob a coordenação de Samuel das Neves. (Simões Jr: 2004, p. 81).

Esta discussão polêmica atravessou a década, culminando com o convite por parte de Freire, para o urbanista francês Antoine Bouvard, que no período se encontrava em Buenos Aires. Apesar da polêmica levantada, é importante atentar para a importância do debate e da construção da urbanística paulistana, através deste projeto para o Anhangabaú. Até então, as obras de melhoramentos eram discutidas por foros ligados à Intendência Municipal, sendo baixa a influência de técnicos alheios ao poder público. Visando uma solução conciliatória, *“Freire sugere que seja examinada com atenção a*

¹⁹ Neste período o vale já não era mais um impedimento na ligação entre a São Paulo antiga e a nova centralidade urbana, pois já contava com o Viaduto do Chá, implantado nos primeiros anos do século XX.

experiência do país nosso vizinho, a Argentina, que pouco tempo antes, em 1907, havia passado pela fase de renovação de sua capital” (idem, p. 125).

O projeto de Bouvard para o Vale do Anhangabaú, foi influenciado pelo urbanismo de Camilo Sitte, que tinha um viés mais preservacionista que a modernização haussmanniana, visando assim não romper com o passado e não realizar grandes rasgos na estrutura urbana paulistana, propondo uma rua de traçado artístico no fundo do vale (quer dizer, acompanhando as sinuosidades do relevo existente – da tradição pitoresca, utilizada pelos ingleses), além da construção de alguns edifícios palacianos, que incrementariam o local enquanto cartão de visitas de São Paulo. Verifica-se aí um rompimento com o ideário Haussmanniano de abertura de grandes avenidas, dando lugar a um urbanismo mais culturalista e menos agressivo à história da cidade.

O incremento do debate acerca da questão urbanística em São Paulo, na primeira década do século, só cessou após a contratação de um urbanista internacional para conciliar um projeto de reformulação urbanística, fazendo com que a opinião pública, através de sua cobertura midiática, contagiasse parte dos moradores e a burguesia de São Paulo sobre a importância do urbanismo, bem como do estilo arquitetônico internacional. E como era impossível somente o poder público alterar a imagem da cidade através de obras de melhoramentos, abriu-se espaço para a arquitetura, sobretudo a eclética, embelezando e modernizando as casas paulistanas. Assim, consolidou-se a imagem da cidade enquanto capital industrial moderna e ampliou-se a discussão sobre os melhoramentos urbanos na região central.

1.5. Buscando Eficiência:

São Paulo no século XX, uma Cidade Americana

O rompimento com o urbanismo francês, que mencionamos anteriormente, tornou-se mais claro após o fim da Primeira Guerra Mundial, quando as atenções recaíram sobre as experiências norte-americanas, abrindo espaço para a recepção de guias e manuais de urbanização, com uma visão mais ampla e generalista, que ia além da preocupação com o embelezamento.

Nos anos 1920, a discussão deu lugar à resolução de problemas e à possibilidade de implantação de grandes obras de engenharia, como o sistema projetado pelo engenheiro Billings – chamado de Projeto Serra – que visava utilizar a queda d'água de São Paulo para Cubatão (pela serra do mar), para gerar energia elétrica à cidade, e ao mesmo tempo construir um canal de ligação naval entre o interior paulista e o porto de Santos. O projeto que também visava resolver o problema de estiagem revelou a capacidade de intervenção do urbanismo. Porém, o projeto não foi posto em prática e mais tarde foi reaproveitado pela Companhia Light, que vendeu ao Estado somente a idéia de reversão da calha do rio Tietê.

Cabe lembrar que o projeto Serra tinha forte cunho econômico-mercadológico e foi concebido pelos engenheiros Fred Hyde e Billings, com o intuito de ampliar os negócios da Light em São Paulo. Porém, a empresa não tinha concessão para implantar tal projeto e só conseguiu anos mais tarde, devido ao problema de estiagem e à falta de água na cidade de São Paulo, ocorridos no final dos anos 1920.

Conforme já apontamos, a partir dos anos 1930 percebe-se uma vinculação da urbanística paulistana ao planejamento urbano e regional norte-americano. Libaneo (1989) destaca que “*São Paulo nos anos 30 se assemelha a uma grande obra de engenharia*”. Percebe-se também a entrada em cena de novos atores no campo da técnica urbanística, incrementando ainda mais o debate e abrindo espaço para a discussão dos princípios modernistas e da visão integrada e de conjunto, presente nos EUA e Inglaterra. Neste período, atuam no departamento de urbanismo da prefeitura os engenheiros Francisco

Ulhoa Cintra e Francisco Prestes Maia, e na Escola Politécnica o professor Luis Anhaia Mello.

O período que se iniciou nos anos 1930 e se estendeu às décadas seguintes foi marcado por uma série de reformas administrativas na Prefeitura paulistana, visando dotar o Departamento de Obras Públicas de novas atribuições e tratar assim as novas necessidades e especificidades que a capital moderna exigia. Neste sentido, foram criados novos órgãos de planejamento urbano dentro da estrutura administrativa, visando a implantação de uma legislação urbanística destinada a controlar o uso e a ocupação do solo, abrindo espaço para um urbanismo restritivo e controlador. Esta visão do urbanismo enquanto mecanismo de controle foi muito difundida pelo engenheiro Anhaia Mello, que foi prefeito de São Paulo em 1931.

Durante a administração de Anhaia Mello, é nítido o alinhamento de São Paulo às práticas urbanísticas norte-americanas, uma vez que o então prefeito identificava-se com a maneira pragmática de organização dos trabalhos no campo do planejamento urbano nos Estados Unidos²⁰. Desta forma, sua principal referência é o *Regional Plan of New York and its Environs*, trabalho elaborado em equipe multidisciplinar, sob a coordenação de Thomas Adams, nos anos 1920, e difundido com ampla propaganda pela opinião pública de lá, alcançando também notoriedade em outros países. Assim, Anhaia Mello impôs a São Paulo, enquanto referência, o que para ele havia de mais moderno na maneira de se planejar uma grande capital.

Em 1938, Prestes Maia apresentou para São Paulo o Plano de Avenidas, baseado numa visão de conjunto, seguindo as referências pragmáticas dos norte-americanos e, ao mesmo tempo, não abandonando princípios de embelezamento (presentes no início do século por conta da influência Haussmaniana), e salientando a importância das soluções modernas.

O Plano de Avenidas trazia, em seu próprio nome, sua principal preocupação, a de viabilizar em São Paulo um sistema viário moderno e

²⁰ É importante mencionar que as referências do Prof. Anhaia Mello não se limitam ao pragmatismo norte americano. Em seu acervo pessoal, doado para a biblioteca da FAU-USP, nos anos 1970, é possível notar a forte influência do urbanismo inglês, sobretudo nas referências de Patrick Abercrombie.

eficiente, voltado para o automóvel individual, o que reforçaria a imagem de uma cidade burguesa e moderna. Assim, Prestes Maia, numa combinação de referências internacionais, projetou um anel circundando a área central de São Paulo, chamando-o de “perímetro de irradiação” e colocando internamente o “sistema Y”.

Figura 6

Reprodução da planta com o esquema para o Plano de Avenidas de Maia.

Fonte: MAIA: 1930, p. 52

As intervenções propostas por Maia, em seu plano²¹, visavam adaptar a estrutura urbana às novas necessidades surgidas com o desenvolvimento industrial, tendo como matriz o transporte individualizado. “*Prestes Maia não procurava impedir o crescimento urbano nem impor restrições ao mesmo e, ao contrário de outros urbanistas da época, não via na metrópole um mal a ser combatido*” (Osello: 1983, p. 113-114). Tal postura o aproxima do ideário progressista da Carta de Atenas, defendida por Le Corbusier, a quem Maia refere-se como o autor da moda.

O Plano de Avenidas trouxe esta tônica de ser um plano mais abrangente, ainda que sua principal preocupação fosse a ordenação do trânsito paulistano, incluindo aspectos de legislação urbanística, regulação do uso do solo e implantação de parques e áreas verdes ao longo de avenidas, numa alusão às park ways presentes no urbanismo norte-americano. Assim, podemos dizer que, com o plano de Maia, a prefeitura de São Paulo deixou de ter intervenções isoladas e casuísticas na cidade e passou, através de um conjunto coordenado de intervenções, a implantar uma estrutura ideal capaz de favorecer o crescimento urbano.

Além do Plano de Avenidas, podemos citar como exemplos de planejamento integrado o Plano de Abastecimento de Água do Eng. Whitaker (1946), para expandir o serviço de abastecimento de água para os novos bairros da cidade, na região oeste e sul, e também o Programa de Melhoramentos do norte-americano Robert Moses (1951), baseado em melhorias viárias para a cidade, a exemplo do que havia feito para Nova York.

É importante dizer que todos estes planos traziam diretrizes para a área central da cidade e em certo modo desprezavam os bairros inseridos na periferia da metrópole, que já alcançava quase metade da população urbana e apresentava graves problemas, necessitando de soluções integradas com o restante da cidade. Porém, as administrações da cidade, até os anos 1950, não

²¹ Cabe salientar que as intervenções propostas por Maia, em seu Plano de Avenidas, haviam sido publicadas pela primeira vez no Boletim do Instituto de Engenharia, em 1924, com o título “Um problema atual: os grandes melhoramentos de São Paulo”, e assinado pelos engenheiros municipais Francisco Prestes Maia e João Florence d’Ulhôa Cintra.

revelavam grande interesse ou preocupação com a população destas áreas²², pois São Paulo já havia se constituído enquanto capital industrial moderna – que, a nosso ver, também queria dizer – uma cidade burguesa.

Cabe salientar que, a partir dos anos 1940, após a implantação da Universidade de São Paulo, muitas foram as contribuições de pesquisadores estrangeiros ligados às ciências humanas, como Claude Lévis-Strauss, Preston James, Pierre Mombeig e François Perroux. Esta vinculação dos intelectuais internacionais vem ao encontro do contexto urbanístico paulistano, incrementando o quadro com a participação dos geógrafos e sociólogos em trabalhos de pesquisas urbanas, um fator que não era considerado pelos engenheiros-arquitetos, que desde os anos 1930 vinculavam o urbanismo à realização de obras. Sendo que em 1946 a prefeitura criou a Companhia Municipal de Transportes Coletivos – CMTC, visando o controle das linhas de bondes e ônibus urbanos.

Ao longo dos anos 1930-1940, uma série de reformulações administrativas foi realizada na estrutura da Prefeitura, inclusive nos departamentos responsáveis pelas obras públicas, planejamento urbano e de urbanismo, sempre visando dar maior agilidade no controle dos problemas urbanísticos. Com o intuito de explicitar as mudanças na organização da estrutura administrativa da prefeitura paulistana, apontamos, a seguir, as alterações no organograma municipal durante as décadas de 1930 e 1940.

²² Exceção seja feita a Anhaia Mello que, em 1931, por ocasião do Congresso Internacional de Habitação, realizado em São Paulo, onde se discutiu o problema da Habitação, já havia levantado o problema da expansão territorial paulistana rumo às terras da periferia, denunciando a existência de uma população vivendo em condições precárias e não assistida de serviços e equipamentos públicos. No entanto a observação de Mello tinha mais interesse em demonstrar a modernização de São Paulo, numa tentativa de alinhamento com o “Plano Voisin”, apresentado pelo arquiteto francês Le Corbusier nos anos 1920, numa tentativa de expansão territorial em Paris.

Ato nº 142 - 15/04/1931

Organograma da Prefeitura Paulistana em 1931

Fonte: Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico, 199, 1991, p. 61

Ato nº 768 - 10/01/1935

Organograma da Administração Paulistana, após as reformulações empreendidas na gestão do Prefeito Fábio Prado, acusado de inchar a máquina pública.

Fonte: Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico, 199, 1991, p. 64

Decreto-Lei nº 333 - 27/12/1945

Organograma da Prefeitura Paulistana, após as reformulações do Prefeito Prestes Maia

Fonte: Revista do Arquivo Municipal, São Paulo,

Departamento do Patrimônio Histórico, 199, 1991, p. 71

Segundo Feldman “a reestruturação da administração municipal de 1947 absorve grande parte das propostas apresentadas por Anhaia Mello. O binômio departamento/comissão é adotado, embora os órgãos não assumam a importância preconizada. Como parte da Secretaria de Obras, o Departamento é subordinado ao secretário e não ao prefeito, e o orçamento é função de outra secretaria.” (2005, p. 73). As informações apontadas mostram que apesar das diferenças das idéias defendidas por Prestes Maia e Anhaia Mello, o então diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP não ficou alijado do processo de planejamento das ações e sequer da organização administrativa da prefeitura.

Além da Faculdade de Filosofia da USP, também é importante mencionar a participação da Escola Livre de Sociologia e Política, atualmente conhecida como FESPSP – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, que contava com consultoria de Donald Pierson, professor da Escola de Chicago, nos EUA, cujo viés tratava os estudos urbanos de maneira multidisciplinar, integrando o planejamento urbano com as ciências econômicas, a sociologia e a geografia. Assim, a ELSP tinha uma atuação mais voltada ao empirismo, sendo duramente criticada pelos filósofos da Universidade de São Paulo.

Porém, nos anos 1940, a imagem de São Paulo enquanto capital moderna do Brasil já não refletia mais o alinhamento com o contexto internacional e nem a projetava, ao menos no discurso ideológico, à frente das demais capitais brasileiras. Para alcançar este alinhamento e projetar-se nacionalmente, foi preciso que a cidade perseguisse a meta de tornar-se a metrópole industrial brasileira, a exemplo das grandes capitais internacionais, como Nova York, Buenos Aires, Londres, Paris e Berlim.

1.6. São Paulo:

Crescimento, Desenvolvimento e Suburbanização

“... a experiência do trágico é a própria experiência metropolitana”

Manfredo Tafuri (1985, p. 56)

À luz da razão, as grandes cidades são objetivamente estruturadas como máquina funcional, reproduzindo-se pelos próprios mecanismos de condicionamento, à realidade dos modos de produção industrial. Esta máquina funcional é estruturada, assim como a fábrica, para a extração de mais valia, ou seja, no caso da grande cidade, capacidade de sempre expandir mais sua produção, o capital excedente, seu domínio e seu poder. E este foi o desafio imposto a São Paulo nos anos 1940, para alinhar-se ao contexto econômico e urbanístico internacional.

Analisando a constituição das metrópoles no contexto europeu e norte-americano, podemos entender que estas são resultados de ações tomadas desde o século XVIII e consolidadas ao longo do XIX, em decorrência da implantação do capitalismo industrial como novo modo de produção econômica. Porém, para Simmel, Benjamin e Engels, além da questão econômica, há também a questão da cientificidade presente em seus estudos, fazendo assim alusão à idéia de razão, que, por sua vez, está intimamente ligada à idéia de poder. Deste modo, podemos entender que uma forma de expressão de poder no capitalismo se dá pela quantidade de dinheiro que a atividade de produção é capaz de gerar e assim movimentar a cidade, local onde está instalado o ‘motor da sociedade’.

O discurso adotado pela elite paulistana, a partir da década de 1940, após o enriquecimento obtido pela indústria, em decorrência da Segunda Guerra Mundial, era de ambição. Entretanto, muito antes disso, já desde a segunda metade do século XIX, São Paulo se preparava para tomar a dianteira do desenvolvimento nacional e tornar-se a referência brasileira no que diz respeito às grandes cidades industriais, atrelando-a um projeto burguês.

Libertada de seu passado colonial, São Paulo vai aos poucos conquistando sua imagem de cidade grande e moderna, vinculando ainda mais os seus movimentos urbanísticos à economia capitalista. E como o capital produtivo não conhece fronteiras para sua capacidade de expansão, assim como o aumento do capital excedente não leva em consideração as condições geográficas do local, a cidade rompe com os limites da territorialidade física e expande o domínio e importância de seu território. Expande seus limites territoriais, ignorando as barreiras naturais geográficas, abrindo espaço para a suburbanização. Assim, São Paulo, enquanto metrópole, consolida uma imagem que se assemelha com a da máquina, figura simbólica e predominante no período de consolidação do capitalismo industrial no mundo.

Figura 7

Foto: Alice Brill

Fonte: ARANTES: 2000, [s.p.]

O rápido crescimento paulistano atraiu a curiosidade de estudiosos sobre as bases para tal organização. Num estudo sobre a cidade de São Paulo, o geógrafo Pierre Deffontaines aponta que *“a forma desta cidade é devida, não tanto a causas geográficas, mas a um passado histórico, orientado por atos de vontade do homem”* (1939, p. 4). Já Preston James (1946) enxerga semelhanças no crescimento de São Paulo com o de Chicago e Detroit, o que o leva a afirmar que *“trata-se de uma cidade americana”*. Da mesma forma que Vidal De La Blache (1922, p. 285) diz que *“quem percorre a capital paulista e, principalmente, quem a sobrevoa, sente imediatamente que tem diante de si uma grande cidade, comparável a muitas das que se encontram nos Estados Unidos. São Paulo é bem uma cidade americana e, como tal, uma perfeita expressão do americanismo”*.

Esta discussão de autores estrangeiros sobre São Paulo só demonstra a importância que a cidade tomou frente à questão urbanística no Brasil. Embora ainda menor em população, que o Rio de Janeiro, as ações empreendidas anteriormente e o enriquecimento da indústria projetaram São Paulo, ao final dos anos 1940, à condição de metrópole industrial brasileira. Porém, percebemos que é ausente das esferas de planejamento urbano uma discussão sobre as benesses desta condição. Enquanto na elite industrial burguesa se instaurava um discurso comemorativo sobre o desenvolvimento econômico atingido, a ponto de celebrar a perda dos limites físicos da metrópole. Não se percebe o distanciamento do subúrbio em relação aos bairros centrais. Este discurso comemorativo deixa os olhos dos homens públicos inebriados e os impede de perceber que:

Como acontece em todas as grandes cidades, os contrastes existentes dentro do ‘mosaico’ paulistano chegam a ser chocantes. De um lado, as alamedas ensombradas e os amplos espaços ajardinados do Jd. América ou do Jd. Europa, de outro, os quarteirões compactos, densamente povoados, do Brás ou da Mooca. Que diferença entre as mansões senhoriais da Avenida Paulista e Higienópolis e as habitações standardizadas das ‘vilas’ operárias de muitos trechos da área periférica. Ou, ainda, entre o conforto dos edifícios de apartamentos e a sordidez dos porões mal arejados ou dos ‘cortiços’ onde

impera a promiscuidade. Estes são o preço doloroso, mas inevitável, das grandes aglomerações urbanas (idem, p. 19).

De acordo com os dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a partir dos anos 1940 verifica-se que o crescimento populacional passa a ocorrer de forma mais intensa nos bairros suburbanos e nota-se o início de perda de população em bairros mais próximos do centro. São Paulo tinha em 1940, 1.580.300 habitantes, saltando em 1950 para 2.688.901, um crescimento de 66%, que se intensificou ainda mais na década seguinte. Este fato mostra que o crescimento populacional estava vinculado à população de menor renda, trabalhadora da indústria ou não, prestadora de serviços à elite burguesa.

Através das tabelas apontadas pelos Censos de 1940 e 1950, é possível compararmos a evolução populacional de São Paulo em uma década e verificarmos o forte crescimento das áreas periféricas (cidades vizinhas) e suburbanas em São Paulo (bairros afastados do centro).

CENSO IBGE – 1940									
MUNICÍPIOS E DISTRITOS				PESSOAS PRESENTES EM DOMICÍLIOS SITUADOS NOS QUADROS INDICADOS					
TOTAIS				Quadro Urbano		Quadro Suburbano		Quadro Rural	
	Total	Homens	Mulhere	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
SÃO PAULO	1.326.261	655.673	670.588	569.647	592.246	49.683	46.906	36.343	31.436
Santo André	89.874	46.488	43.386	35.237	34.216	4.595	3.512	6.656	5.658
São Bernardo do Campo	11.685	6.555	5.130	3.217	3.006	1.177	440	2.161	1.684
Guarulhos	13.439	6.991	6.448	2.737	2.637	687	599	3.567	3.212
* São Bernardo do Campo ainda estava vinculado a Santo André, bem como Mauá, Paranapiacaba e Ribeirão Pires, e a população aferida é parte integrante do total do Município de Santo André. (para saber somente Santo André, subtrair, São Bernardo)									

Tabela 2

Fonte: CENSO IBGE, 1940, p. 559 – Quadro 63

CENSO IBGE – 1950							
Zonas Fisiográficas, Municípios e Distritos	População Presente						
	Totais	Quadro Urbano		Quadro Suburbano		Quadro Rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
São Paulo	2.198.096	798.527	837.470	210.995	205.150	76.443	69.511
Santo André	127.032	36.663	36.380	17.777	17.113	10.191	8.908
São Bernardo do Campo	29.295	8.418	8.013	2.670	2.532	4.121	3.541
Guarulhos	34.683	5.128	4.902	3.229	3.002	9.841	8.581

Tabela 3

Fonte: CENSO IBGE, 1950, p. 160 – Tabela Mostra por domicílio.

E deste modo, São Paulo apresentava prestes a completar seu quarto centenário de existência (1954), um cenário muito mais caótico que o verificado nas décadas finais do século XIX, ao mesmo tempo em que apresentava significativo saldo na balança comercial e crescimento econômico jamais visto em outro momento de sua história²³. É importante mencionar que São Paulo não era a única cidade brasileira, na primeira metade do século XX, a deter atividades industriais, passar por transformações urbanísticas e receber em grande quantidade população como força de trabalho. Quase que da mesma forma, havia “movimento” semelhante também nas capitais de Estado, como o Rio de Janeiro (então capital federal), Recife e Salvador, além de cidades localizadas no interior do território brasileiro.

No caso de São Paulo, podemos dizer que desde os anos 1930 ocorria, de forma cada vez mais clara, a vitória da cidade burguesa sobre a cidade real, formada pelo trabalhador, até então operário industrial. Mas como é possível perceber, esta vitória do projeto burguês para a cidade de São Paulo não se

²³ Por ocasião do complexo cafeeiro, o desenvolvimento econômico esteve atrelado não só à cidade de São Paulo, mas ao estado como um todo. Já nos anos 1950, pós-guerra, o maior crescimento foi exclusivo da cidade de São Paulo, sede da indústria.

dava sem ônus algum e não se mostrava finalizado na primeira metade do século XX. Permanecia e se intensificava a cada ano, de forma que o sonho de consolidar-se enquanto metrópole industrial brasileira era o novo degrau a ser conquistado pelo projeto burguês no final dos anos 1940.

Assim, com o perverso processo de metropolização ocorrido em São Paulo, novos males eram gerados e velhos problemas agravados, de modo que é possível afirmar que a cidade se fragmentava em duas: uma em proximidade à área central, onde estavam os inebriados pela modernização, e outra localizada nos arredores do centro e próximo às cidades vizinhas, como Santo André, São Bernardo do Campo, Guarulhos e Mauá. Porém, *“com tudo a cidade oficial não ‘via’ a cidade popular que surgia a seu lado. Mais do que isso: as intervenções realizadas no centro buscavam encobrir tais discrepâncias, ocupando o campo visual dos espectadores dominantes”* (Campos, 2002, p. 91), num movimento de expulsão, desdém e desconhecimento, face àquilo que não combinava com as conquistas modernas advindas do progresso capitalista industrial.

E assim, a propaganda sobre as conquistas rumo à metrópole cresciam entre a população, enquanto o cenário permanecia sendo um canteiro de obras, cada vez mais empreendidas pelos investimentos imobiliários privados, e vários edifícios arranha-céus eram inaugurados no centro da cidade, como marca dos novos tempos. Já na periferia, só o pó em dias de sol, o barro em dias de chuva, o breu total à noite, nas ruas sem luz destes bairros, de onde era possível contemplar a visão noturna de São Paulo, que já vislumbrava alguns de seus arranha-céus, num quadro de total descaso ou desconhecimento por parte dos administradores e também dos urbanistas.

Mas, não havia tempo para assimilar estes problemas e demandas, pois isto denunciaria a incompetência do poder público e o descaso dos chamados homens bons para com os trabalhadores mais pobres. E por isso, neste período, estas áreas não faziam parte dos planos e projetos de melhoramentos urbanísticos para a cidade.

Neste sentido, chamamos a atenção para o trabalho do então prefeito Wladimir Toledo Piza, em sua gestão entre 1956 e 1957, quando criticou o tratamento empírico que fora dado pelos engenheiros e urbanistas à cidade de

São Paulo e chamou à responsabilidade de realizar um diagnóstico, a fim de conhecer as reais demandas da metrópole, solicitando ao Padre Louis-Joseph Lebret que coordenasse através da SAGMACS, um trabalho de pesquisa urbana para apontar tais demandas.

Urbanismo e Metropolização em São Paulo

Construindo a metrópole moderna brasileira

2.0. Introdução

No capítulo anterior, percorremos a formação histórica do urbanismo em São Paulo, até os anos 1930 e 1940, finalizando este período com uma alusão à imposição de um projeto de metropolização em curso a partir da década de 1930, e consolidado nos anos 1950 e 1960, na capital paulista. Cabe a este capítulo a continuidade e aprofundamento da discussão sobre estes aspectos, bem como a elucidação sobre o processo de periferização da metrópole, intensificado a partir dos anos 1930 e reconhecido pelas autoridades na década de 1950, período que coincide com a eclosão do fenômeno da metropolização.

Desde o final do século XIX, com o fortalecimento econômico através do complexo cafeeiro, sobretudo nas duas últimas décadas, até os anos 1930, São Paulo tomava a dianteira no desenvolvimento industrial brasileiro. É neste período que a economia paulista se prepara para a consolidação de sua posição no mercado nacional, que segundo Cano (1977, p. 15) “*se daria após a ‘Grande Depressão’*”. Neste capítulo discutiremos esta vinculação da indústria ao projeto de metropolização empreendido pelos paulistanos na primeira metade do século XX e as conseqüências destes projetos, como a eclosão da periferia paulistana e a centralização de São Paulo frente às cidades próximas, como Santo André, Guarulhos, Mauá, Mogi das Cruzes e Suzano que passaram a exercer o papel de cidades dormitório, reafirmando a configuração espacial paulistana enquanto resultado de um desenvolvimento econômico concentrado.

Lembrando que a fundação da cidade de São Paulo, no século XVI, vincula-se à ação dos padres da Companhia de Jesus, com destaque principal para José de Anchieta, que impôs um método de intervenção na cultura local indígena, culminando com a aculturação deste povo nativo e transformando-os em homens urbanos, chamamos a atenção para dois aspectos – a forte vinculação com o estilo de vida europeu e católico, e a presença de um padre introdutor de modos de vida e, assim, de uma reforma social. O percurso deste capítulo é finalizado com um outro padre ligado à igreja católica. Séculos mais tarde, o francês dominicano Louis-Joseph Lebret, introdutor de novas ferramentas de pesquisas sociais, que foram incorporadas ao planejamento urbano brasileiro, sobretudo na cidade de São Paulo.

2.1. O Planejamento Paulistano:

Construindo a hegemonia da Cidade Capitalista

Conforme apontamos no capítulo inicial desta dissertação, desde as últimas décadas do século XIX, encontrava-se em curso, em São Paulo, técnicas urbanísticas para o planejamento da cidade e algumas tentativas de resolução de problemas de ordem sanitária, habitacionais e de transportes, sob o discurso de que era preciso modernizar a cidade, alinhando-se as demais capitais européias, num processo de consolidação do capitalismo industrial no Brasil.

Sob a égide do discurso da modernização da cidade, mais do que a preocupação em urbanizar e implantar obras de melhoramentos urbanos em São Paulo, é possível notar que estava em curso a implantação de um projeto de cidade burguesa, buscando assim o alinhamento com as demais capitais de países europeus, cidades norte-americanas e até mesmo o Rio de Janeiro, no caso do Brasil, e Buenos Aires na Argentina. Entendemos assim que a busca pela cidade moderna, instaurada no último quarto do século XIX e corrente nas idéias dos técnicos municipais e urbanistas até os anos 1930, nada mais era do que a perseguição dos ideais da classe dominante, na tentativa de ampliação de sua hegemonia e poder econômico.

Desta forma, é possível verificar na historiografia sobre a urbanística paulistana que, além do alinhamento com a Europa, em busca da cidade moderna, as autoridades e a elite empresarial paulistana tentavam através das suas ações de melhoramentos urbanos, construir a hegemonia da cidade capitalista sobre a miséria gerada pela paisagem industrial. Assim, não há espaço para erros e nem locais sem tratamento no perímetro central e nos bairros próximos, sendo alguns deles projetados por empresas estrangeiras²⁴ e comercializados para a elite da cidade. Nestes espaços era possível respirar os

²⁴ Em 1912 a empresa britânica City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company Ltd. se instalou no Brasil e adquiriu grandes glebas de terra em proximidade à área central e em direção ao lado oeste, onde está o Rio Pinheiros, visando a implantação de bairros jardins, para comercialização entre os setores de alta renda.

ares burgueses do progresso, sem incomodar-se com as fumaças das chaminés e os apitos das fábricas, que configuravam a paisagem da cidade industrial moderna.

Ao mesmo tempo, nesta mesma cidade, a periferia eclodia como espaço da moradia da classe trabalhadora; migrantes do interior do estado e imigrantes italianos e espanhóis, desprovidos de condição material para morar em áreas já consolidadas, procuravam baratear o acesso à moradia. No entanto, não se previam para estas áreas o tratamento e embelezamento que as ações urbanísticas destinavam às antigas áreas centrais de São Paulo e seus novos e elegantes bairros – como Higienópolis, Avenida Paulista, Jardim América e Pacaembu (estes últimos empreendimentos lançados pela Companhia City em 1914 e 1925 respectivamente).

Em 1923, pela primeira vez em São Paulo, foi instituída legislação sobre os loteamentos urbanos – lei 2.611 de 20 de junho de 1923 – numa tentativa de disciplinar a disseminação de novas áreas de moradia. Esta legislação foi revisada pela prefeitura e mantida em 1929, e perdurou pelas décadas seguintes, sofrendo pequenas e insignificantes revisões (conforme Grostein, 1987). A primeira versão desta lei foi formulada pelo então diretor do departamento de Obras Públicas, o engenheiro Victor da Silva Freire, com o intuito de abrir caminho para a aprovação do loteamento do Pacaembu, bairro jardim desenhado por Barry Parker, engenheiro da Companhia City. Desde sua instalação em São Paulo, em 1912, a City havia adquirido cerca de 12 milhões de metros quadrados de área na cidade, nas quais tinha interesse em disseminar as novas práticas do urbanismo moderno, a exemplo do que vinha fazendo na Europa e Estados Unidos, com loteamentos de traçados pitorescos – prática tradicional no urbanismo britânico, seguindo o exemplo do desenho dos jardins ingleses desde o século XVIII. Porém, no período, a Prefeitura de São Paulo exigia que os novos loteamentos tivessem as ruas abertas de maneira retilínea, a exemplo das diretrizes pombalinas, vigentes no Brasil desde o século XVIII. Tais diretrizes diferiam da técnica de desenho aplicada pela City²⁵. Segundo a prefeitura, não seria possível aprovar um loteamento com

²⁵ A Cia. City utilizava no desenho do arruamento de seus loteamentos burros de carga, animais conhecidos por procurarem sempre o caminho mais fácil. Segundo a Cia, por onde esses animais passassem seriam riscados pelos desenhistas os locais a serem arruados, minimizando-

traçado irregular – orgânico – e por isso iniciaram-se estudos para elaboração de uma nova lei, a fim de se alcançar um consenso²⁶.

Para nós está iniciativa da prefeitura demonstra convivência do poder público com a iniciativa privada estrangeira. Embora a partir desta iniciativa instaurou-se em São Paulo, ao menos enquanto retórica, uma prática urbanística severa pregando-se o máximo poder à Prefeitura no ordenamento dos espaços urbanos paulistanos, ao mesmo tempo em que tais ações não coincidem com as práticas de fato. Inaugura-se assim uma ação em que discurso e prática não são coincidentes, e a medida que no campo da retórica o poder público mostra interesse em consolidar-se enquanto principal força política no que tange o ordenamento territorial urbano, a ação não se impõem diante dos interesses dos incorporadores imobiliários no desejo de abertura de novos loteamentos, tanto para áreas destinadas às elites burguesas como para regiões periféricas destinadas a população de baixa renda.

Assim, se por um lado criava-se a lei em conformidade com os interesses de uma companhia estrangeira poderosa e influente, esta mesma lei visava beneficiar outros loteadores que teriam interesse em expandir seus negócios e lotear outras áreas da cidade, abrindo campo para os bairros operários distantes da cidade legal, consolidada próxima ao perímetro central. De modo que, pode-se constatar que a lógica implantada pela prefeitura era a de abertura para a atuação irrestrita dos segmentos privados.

Antes mesmo da adesão ao ideário norte-americano de introdução de um estudo de zoning, difundida no final dos anos 1920, por Anhaia Mello, com a introdução da legislação de loteamentos, São Paulo já legitimava a segregação da cidade por tipos de usos, criando áreas específicas para uso residencial,

se os impactos na gleba a receber o loteamento. Assim, os percursos abertos pelos burros de carga configuravam um tecido orgânico, respeitando as curvas de níveis da topografia original e não possibilitando a ocupação em forma de quadrícula e ruas retilíneas, aplicadas no restante da cidade. (City Co. Almanaque da Cia. City, in: <http://www.ciacity.com.br>)

²⁶ Apesar do Pacaembu ter sido desenhado pela City em 1912, sua aprovação só foi possível em 1925, após a implantação da legislação para regulamentação de loteamentos em São Paulo. Por isso o loteamento Jardim América, também da City, foi lançado e comercializado em 1914, antes do Pacaembu.

normalmente destinado às camadas sociais mais ricas. Ao ponto de Feldman afirmar que *“o zoneamento como instrumento privilegiado de planejamento e inseparável do plano é, o grande consenso desde os anos 1930 em São Paulo”* (2005, p. 32), certamente devido seu caráter de *“salvaguarda dos direitos dos proprietários e garantia contra vizinhos desvalorizadores das propriedades”* (idem, idem). Desta forma é possível verificar que:

Os interesses do poder público e das elites urbanas coincidem. Por um lado, as leis especiais elaboradas pelos loteadores para implantação dos bairros residenciais para as elites asseguravam o uso dessas áreas de uma determinada maneira e por uma só classe. Paralelamente, o poder público trata das vilas operárias e cortiços em legislação específica e procura excluí-las do núcleo central, direcionando o investimento neste tipo de empreendimento para as áreas suburbanas pouco povoadas. (Grostein: 1987, p. 74) ²⁷.

Além da implantação dos bairros elitizados, coube também à iniciativa privada prover habitação para as camadas mais populares. Demonstrando a total convivência entre poder público e iniciativa privada, ainda que esta elite burguesa apresentasse contradições em seus discursos e algumas diferenças de seus próprios interesses. Porém, ajustando-se os diferentes projetos de poder à ideologia capitalista. Enquanto o poder público legislava com o intuito de disciplinar a modalidade dos cortiços, contidos em Santa Ifigênia e demais bairros próximos ao centro. Nesta tentativa de disciplinar o uso e embelezar a região central, permitia-se ao mesmo tempo a expansão territorial da cidade abrindo espaço para os incorporadores lotearem novas áreas para a habitação de baixa renda. Desta forma, empresários e loteadores urbanos tornaram-se de

²⁷ Para se ter idéia do quanto o projeto paulistano estava aliado aos interesses da burguesia, a primeira associação de moradores constituída na cidade fica a cargo dos moradores do Jd. América, bairro em que habitavam moradores de alta renda. Assim, as reclamações e anseios desta população foram institucionalizados na Associação Amigos do Bairro Jardim América, facilitando ainda mais sua influência frente ao Poder Público, ainda que fosse este empreendido pela Cia. City que quando loteava implantava também a infra-estrutura no local.

fato os responsáveis pelo ordenamento da cidade e o planejamento de suas áreas futuras, agindo em comum acordo com o poder público, que não impunha um projeto claro e coerente, mas sim, respeitava os interesses particulares da elite burguesa paulistana.

Assim, os anos 1920 e 1930, revelam a convivência do poder público com os interesses burgueses no lançamento de novos loteamentos urbanos, resultando na eclosão de um cinturão periférico em torno do que até então configurava a malha urbana de São Paulo. O cinturão periférico era destinado aos moradores que migravam do interior paulista em busca do trabalho na indústria, e isso refletia uma prática de segregação de usos por classes sociais, patrocinada pela elite paulistana e orientada pela própria prefeitura.

Figura 8

Mapa Sara Brasil, com levantamento planialtimétrico e cadastral de São Paulo nos anos 1930, nesta planta, percebe-se os loteamentos já aprovados na zona leste, como a Vila Maria, porém, pouco adensado em relação as regiões mais antigas da cidade.

Figura 9

Mapa Sara Brasil de 1930 apontando o adensamento de novos loteamentos na região norte da cidade.

É necessário relembrar que o ideário capitalista moderno foi imposto a partir das idéias liberais, vigentes na elite e no Estado formado amplamente, senão unicamente, por representantes deste mesmo grupo. Adeptos do liberalismo econômico, pregavam a mínima intervenção do Poder Público na prestação dos serviços públicos e na implantação de políticas públicas, de modo que até os anos 1930, o serviço de águas e esgotos, de energia elétrica,

de transportes, de iluminação pública e de gás domiciliar estavam todos a cargo da iniciativa privada²⁸.

2.2. O Fomento à Metropolização Paulistana:

Perpetuando a Imagem da Cidade Moderna

Conforme citamos tanto no início deste capítulo e, como também no primeiro capítulo desta dissertação, as ações tomadas pelas administrações municipais que passaram pela Prefeitura nas três primeiras décadas do século XX, período conhecido pela história política do país como primeira República, não contemplavam as áreas periféricas²⁹ de São Paulo e priorizaram as obras de melhoramentos urbanos e embelezamento da cidade nas áreas em proximidade à região central da cidade e nos novos bairros, sobretudo, nos exclusivamente residenciais. Este quadro aponta para uma nítida preferência para o embelezamento e modernização da área central e a implantação de melhorias em áreas urbanizadas, como os bairros de Higienópolis, Jardim América, Pacaembu, reconhecidos com fins de uso residencial destinados para as camadas de alta renda – os quais tratamos aqui como bairros exclusivos.

Até o início dos anos 1920, a cidade apresentava vultoso ritmo de crescimento, já não mais, concentrado somente no perímetro do centro antigo. Nessa década, porém, a periferia a que nos referimos na introdução de nossa dissertação e que nos interessou enquanto campo epistemológico começou a

²⁸ Para se ter uma idéia do quanto o poder público era permeado pela iniciativa privada, o serviço de águas e esgotos estava a cargo da Cia. Cantareira, o de energia elétrica e transportes da Light Power et Cia., e o de iluminação pública e distribuição de gás domiciliar a cargo da São Paulo Gás Corporation Ltda.

²⁹ É importante, neste período, dissociar a imagem de periferia com a de situação de penúria. Até o início dos anos 1920, entendemos por periferia da cidade os bairros que hoje fazem parte do centro expandido da cidade de São Paulo, como Bela Vista, Consolação, Jd. América e Brás (este último com grande concentração de indústrias e habitações operárias).

ser formada, intensificando-se em 1930 e 1940, quando ocorreu sua consolidação enquanto território urbano de São Paulo.

A história nos aponta que desde os anos 1890 São Paulo crescia de forma rápida e intempestiva, atraía capital financeiro nacional e internacional, e sobrevivia a crises econômicas graças a seu parque industrial e à consolidação de um mercado consumidor interno. Conforme nos aponta Cano (1974, p. 140), “*a gênese do capital industrial em São Paulo, deu-se no período que vai de 1881 a 1894*”. Portanto, nas primeiras décadas do século XX, já se apresentava enquanto cidade industrial. O que ficou mais latente, a partir da década de 1930, após a grande depressão da economia norte-americana.

Com este cenário, São Paulo transpirava ares desenvolvimentistas e atraía o interesse da população de outras regiões do estado e também do país. Porém, diferentemente da migração ocorrida nas últimas décadas do século XIX, em função da implantação da ferrovia, que atraiu grande parte dos barões do café do interior para a capital paulista, formando uma elite burguesa na cidade, a migração ocorrida nas primeiras décadas do século XX, até os anos 1970, era impulsionada principalmente por trabalhadores rurais do interior, imigrantes italianos e espanhóis e, a partir do final dos anos 1940, trabalhadores de outras regiões do país. Assim, a migração da primeira metade do século XX se deu com o intuito de formação das massas de trabalhadores urbanos. No final da década de 1930, a cidade já contava com uma população superior a 1 milhão de habitantes.

A chegada desta população que migrava para São Paulo era necessária para a manutenção e expansão da atividade industrial na cidade. Foi nesse período que se firmou o discurso de que São Paulo era a cidade que não podia parar – discurso vigente ainda em dias atuais. Ainda que durante a década de 1920, a indústria paulista sofresse uma retração de produção, devido a eliminação dos entraves às importações de bens de consumo para o Brasil, o que pressionou a queda de preços dos produtos, e acentuou a competição entre a indústria nacional e internacional.

São Paulo obteve um maior grau de modernização industrial, aumentando-lhe, assim, as possibilidades de enfrentar a concorrência com a indústria das demais

regiões do país. [...] E, ao mesmo tempo em que a indústria nacional era pressionada pelo aumento das importações de bens de consumo, a economia das demais regiões do país apresentava um fraco desempenho, tanto no que se refere à produção industrial quanto à produção agrícola. (Cano: 1974, p. 177-178).

Revelando no período maior capacidade econômica dos paulistas, fator que implicava em maior possibilidade de articulação de investimentos na modernização do parque industrial, além da adoção de medidas protecionistas para o mercado consumidor.

Ano	Número de Fábricas em Atividade	Número de Trabalhadores Empregados
1900	165	17.537
1907	334	24.606
1920	4.145	83.998
1940	14.225	272.865
1950	24.519	484.844
1956	51.450	888.937

Tabela 4 – Fábricas e Trabalhadores Industriais em São Paulo

Fonte: Bruno: 1968, p. 117-121

Os dados deixam claro que o crescimento da atividade industrial na cidade de São Paulo apresentou dois momentos importantes de intensificação de sua produção, o início do século até a década de 1920 e novamente a partir dos anos 1950. Identificamos assim, a força econômica da elite industrial burguesa e a capacidade de investimentos em atividade financeira. Fator que garantiria também rentabilidade e possibilidade de diversificação dos seguimentos capitalistas, como o investimento no setor imobiliário e na indústria da construção civil.

As ações da prefeitura paulistana, no período, vinham de encontro com os interesses das elites, na expansão das áreas industriais que renderia a imagem de modernidade e capacidade econômica. Além da expansão das áreas

industriais, nas antigas áreas da região central, promoviam-se obras de embelezamento e implantação de novos empreendimentos imobiliários para setores de rendas média e alta.

Figura 10

Planta do Plano de Avenidas demonstrando o perímetro de irradiação, aonde aconteceriam as principais intervenções do projeto de Prestes Maia para a década de 1940.

Ao mesmo tempo, os migrantes e imigrantes que formavam a massa de trabalhadores urbanos, desde o final do XIX, necessitavam de um lugar para viver, não encontrando tal facilidade em proximidade da área central paulistana. E assim, a administração municipal alinhou-se mais uma vez ao empresariado paulistano, abrindo campo para a ampliação dos negócios imobiliários privados, visando resolver parte do déficit habitacional. De forma que, para Reis (2004: p. 190), as diretrizes políticas implantadas na área do urbanismo em São Paulo “a partir de 1930 incluíam a valorização dos empresários urbanos”.

Figura 15-A e 15-B

Mancha Urbana mostrando a expansão territorial do município entre as décadas de 1930 e 1950, apontando o crescimento de São Paulo e das cidades em seu entorno imediato.

Esta parceria da administração pública com a elite empresarial paulistana, abriu espaço para a atuação em incorporação imobiliária e construção de unidades habitacionais, o que não consistia em prover habitação apenas para a população trabalhadora de baixa renda, mas, sobretudo, implantar a indústria da construção civil no país e com isso fomentar a nacionalização da produção de cimento portland, ferragens, materiais elétricos e hidráulicos (até então importados de países modernos e desenvolvidos), fomentando o desenvolvimento da atividade industrial não só em São Paulo, mas em todo o Brasil. Porém, cabe salientar o pioneirismo paulistano neste aspecto, em relação às demais regiões do país, por motivos já explicitados anteriormente.

E assim, como vimos afirmando, o grande projeto de cidade imposto a São Paulo, sob a égide da modernização, era a consolidação da cidade burguesa. E a busca por tal objetivo atrelava-se diretamente aos interesses dos empresários e das elites urbanas, engajadas com o desenvolvimento econômico e obtenção de maior rentabilidade para seus negócios. Assim, o empresariado da construção civil percebeu que, além do déficit habitacional entre a população de baixa renda, ocorria também um clamor por novas formas de morar, abrindo-se então espaço para unidades habitacionais dispostas em torres verticais, com apartamentos residenciais. A modalidade residencial multifamiliar e a implantação dos condomínios verticais, ou seja, mais de uma unidade de habitação num mesmo lote, para serem usados por setores de classe média alta

e alta renda, tornou-se então aos olhos destes empresários, um negócio muito mais rentável do que a construção de moradias para as massas urbanas de trabalhadores.

E assim, como o principal entrave para a aquisição de moradia pelas classes menos favorecidas estava no custo de sua implantação, a solução legitimada pelo poder público, em parceria com os incorporadores imobiliários, foi a de expandir as áreas urbanas da cidade para além dos limites territoriais, aonde ainda se era possível adquirir glebas de terras a preços menores. Tal solução mostrou-se muito rentável aos empresários, porém, para o poder público, que deveria arcar com os custos de implantação da infraestrutura, levando rede de água e esgoto, iluminação pública, transportes e equipamentos urbanos até os novos loteamentos da cidade, a solução era onerosa e quase que inatingível a curto prazo, se considerada a velocidade de crescimento empreendida por São Paulo. Percebe-se então novamente a formação de uma aliança econômica, entre elite empresarial paulistana e poder público, o que garantiu obtenção de altos lucros aos empresários.

Embora reconhecida a necessidade do controle público sobre as construções, a essência das atividades do Estado e da iniciativa privada se pautaram, em seu conjunto, pelas normas liberais, que limitaram a interferência do Poder Público no processo de produção e reprodução do espaço urbano. [...] Em São Paulo o poder econômico vinculado à propriedade imobiliária desde cedo demonstrou sua força política e os planos urbanísticos implantados não se opuseram aos seus interesses. (Osello: 1983, p. 26).

Verificamos que esta aliança entre poder público, empresários e loteadores, combinada com leis que garantiam normas especiais para a ocupação territorial em determinadas áreas da cidade ³⁰, além de balizar os

³⁰ A legislação urbanística introduziu, nos anos 1930, o padrão de zoneamento na cidade de São Paulo. A prefeitura tratava assim de proteger e diferenciar padrões de ocupação territorial na cidade de São Paulo, formando redutos de bairros propícios à ocupação pela elite e outros sem a menor regulação, onde seria conveniente criar áreas para adensamento de população mais pobre.

termos dos contratos entre as partes, contribuiu para a configuração de um processo de segregação social e espacial na cidade de São Paulo, conforme já apontado. Segundo Grostein (1987) e Bonduki (1983), essa segregação foi crescente e caracterizou o processo de desenvolvimento urbano no município, neste século. Bonduki denomina este processo de “*padrão periférico de expansão urbana*”.

Notamos então, por parte dos planejadores da cidade, a exclusão da população de baixa renda e dos trabalhadores urbanos das políticas urbanísticas e das obras executadas pelas administrações públicas, possibilitando a criação de uma periferia clandestina. Esquecida pelo poder público e ignorada pelas elites, consolidando-se um novo modo de morar em São Paulo, o qual consistia no deslocamento dos trabalhadores para a periferia da cidade, causando problemas de transporte e integração com as áreas consolidadas, além dos altos custos à municipalidade na implantação de infraestrutura. É importante lembrar que o processo de periferização criou uma cidade clandestina, deslocada da “cidade legal”, sendo reconhecida por técnicos da prefeitura nos anos 1930, mas permanecendo na clandestinidade – ao menos no que tange às ações de urbanização – até os anos 1950, quando ocorreu a ascensão de políticos populistas ao poder municipal.

Nos anos 1930, nota-se um discurso ambíguo por parte do poder público. Ao mesmo tempo em que técnicos da prefeitura demonstravam preocupação com a questão da expansão urbana causada pelo processo de periferização, excluía-se uma parte dos limites da cidade das normas a serem cumpridas e das restrições urbanísticas, criando diferenciação no tratamento da cidade enquanto um todo. Esta prática proporcionava um campo de atuação para os empresários loteadores, que conseguiam viabilizar o assentamento residencial dos trabalhadores – uma demanda que o poder público não vinha conseguindo cumprir.

Ao mesmo tempo em que se delegava à iniciativa privada a responsabilidade pela expansão territorial e melhorias urbanísticas em São Paulo, autoridades da prefeitura e também urbanistas ligados a outras instituições adotavam um discurso em que apregoavam que “*os problemas que crescentemente vinham se manifestando nas cidades são causados pelo seu crescimento caótico – sem planejamento – e que um planejamento ‘integrado’*

ou ‘de conjunto’, seguindo técnicas e métodos bem definidos seria indispensável para solucioná-los” (Villaça: 1999, p. 183). Porém, não podemos afirmar que as ações ocorridas no ordenamento espacial da cidade de São Paulo, neste período, não se deram de forma planejada. A articulação entre o poder público e os interesses privados da elite burguesa, durante a primeira república, planejaram as obras – algumas das quais apontamos no primeiro capítulo – perseguindo o ideal da cidade moderna, bela, elegante e ordenada nas regiões onde se destinadas à moradia dos habitantes de melhor poder aquisitivo. Sobre isto, Osello nos aponta que:

Ao contrário de algumas idéias correntes, o planejamento urbano é prática antiga na cidade de São Paulo, pois a Prefeitura teve desde o começo do século um certo nível de interferência intencional na estruturação da cidade, principalmente nos aspectos relacionados com o sistema viário. (1983, p. 12).

A partir dos anos 1930, período que segundo Villaça, as elites clamavam pelo planejamento integrado, a prefeitura de São Paulo passou por intensa reformulação, devido às alterações no quadro político nacional, implantadas pela ditadura do presidente Getúlio Vargas, que inaugurou o período conhecido pela história política brasileira como Estado Novo, e implantou uma nova forma de governar.

2.3. O Estado Novo:

Novos rumos na articulação institucional da Municipalidade

A década de 1930, no Brasil, instaurou um novo momento político e a necessidade de novos rumos para a sociedade. Assim, de 1930 a 1935, o contexto sóciopolítico brasileiro foi marcado por instabilidades e descontentamento de setores operários e também empresariais com as reformulações em curso, implantadas pelo presidente Vargas. Na economia, a

política do Estado Novo previa a modernização do país, de modo a consolidar o capitalismo industrial em todo o país, rompendo com o improvisado de investimentos financeiros e pautando as relações sociais com um novo pacto federativo. Na política, o Estado Novo acabava com a eleição direta para os cargos de prefeito e governador de Estado.

Com o fim das eleições diretas para a chefia do Executivo Municipal, vários prefeitos passaram pela prefeitura de São Paulo, sendo que no período entre 1930 e 1934, todos por um curto período de administração. A nomeação dos prefeitos pautava-se por critérios técnicos, de forma que o cargo foi exercido ao longo deste período, na maioria das vezes por engenheiros, alinhados as diretrizes políticas de Vargas e do interventor estadual. Assim, a partir da promulgação do Estado Novo, passaram pela prefeitura paulistana, os engenheiros: Fábio da Silva Prado (1934-1937), Francisco Prestes Maia (1937-1947), o arquiteto Christiano das Neves (1947) e os deputados estaduais Paulo Lauro (1947-1948) e Milton Imbrota (1948). O último prefeito nomeado foi Asdúbral da Cunha, substituído por Lineu Prestes, eleito para o cargo em 1950, reabrindo o período de eleições diretas, que perdurou até 1964.

O Estado Novo tinha como um de seus objetivos a modernização das estruturas institucionais do Brasil e preparar as leis para a população que vivia nas cidades. Assim, os trabalhadores ganharam novo estatuto, além de abrir campo para o discurso nacional desenvolvimentista.

Em 1934, o engenheiro Fábio da Silva Prado assumiu o cargo onde ficou por quatro anos, rompendo com as curtas temporadas dos primeiros anos da década. Sua administração foi caracterizada pelas obras de caráter social e cultural³¹ e deu início à construção de importantes obras e equipamentos urbanos, como o Estádio do Pacaembu, a Avenida 9 de julho, a implantação de uma rede de bibliotecas públicas municipais e os parques infantis. Para alcançar esses objetivos, foi necessário uma modernização na estrutura administrativa da prefeitura e a contratação de novos funcionários.

³¹ Fábio da Silva Prado teve Mário de Andrade como responsável pela direção do Departamento Municipal de Cultura.

A respeito das administrações nomeadas pelo interventor estadual para a capital paulista, não se verifica grande diferença nas linhas de atuação e nem dos discursos feitos pelos urbanistas nas tentativas de planejar o crescimento da cidade. De modo que podemos afirmar que, até os anos 1950, não houve ruptura nas linhas diretivas do urbanismo paulistano, mantendo-se a liderança de Luiz Anhaia Mello e Francisco Prestes Maia frente ao debate acerca da urbanística municipal³².

É fato que nos anos 1930 a passagem dos renomados urbanistas paulistanos Anhaia Mello e Prestes Maia pela prefeitura de São Paulo (respectivamente em 1931 e 1938-1945) proporcionou a ambos imporem sua maneira de administrar os problemas da cidade. Enquanto Anhaia mostrou-se simpático aos ideais urbanísticos norte-americanos de elaboração do plano para a cidade, Prestes Maia mostrou-se mais simpático ao ideário das grandes obras de ordenamento viário para São Paulo, fazendo oposição ao metrô proposto pela Light, apresentando uma revisão do estudo para um “Plano de Avenidas” em 1938, sugerindo obras de melhoramento que compreendiam o perímetro central e seus arredores, mas excluía os bairros periféricos.

Ao longo da administração de Prestes Maia, a estrutura administrativa da Prefeitura passou por uma ampla reforma, a fim de dinamizar o setor de obras e de planejamento da cidade, ainda que tivesse diminuído o número de cargos e funções da estrutura municipal que recebera de Fabio Prado. Assim, o departamento de urbanismo ficou responsável pelo planejamento urbano, ainda que Anhaia Mello pregasse a importância do planejamento enquanto quarto poder. É importante mencionar que, neste momento da história das administrações municipais paulistanas, não havia espaço para contribuições externas à Prefeitura; o poder municipal era super dimensionado por Maia e as iniciativas de obras partiam de seu próprio Gabinete, cabendo aos técnicos detalhar seus estudos e propostas³³.

³² É importante dissociar a prática e as idéias vigentes nos discursos de Anhaia Mello e Prestes Maia, tendo os dois engenheiros e professores protagonizados acalorados debates e alimentado divergências pessoais, embora a nosso ver, isto não tenha alterado a finalidade do projeto de imposição da cidade burguesa.

³³ Segundo Osello (1983), Prestes Maia foi o primeiro urbanista a conceber um plano de conjunto para a ordenação da cidade, mas só conseguiu implantar parcialmente esse plano

Entre 1947 e 1961, um grupo de engenheiros municipais assume os cargos de direção do Departamento de Urbanismo: Henrique Neves Lefèvre que, como Anhaia Mello, é ligado ao Partido Democrático, é nomeado Diretor. Carlos Brasil Lodi assume a Divisão de Planejamento Geral, e Carlos Alberto Gomes Cardim Filho, Rogério César de Andrade Filho e Heitor Eiras Garcia alternam-se na direção do departamento, da Divisão de Pesquisas, Regulamentação e Divulgação e da Divisão de Desenvolvimento do Plano. Todos já faziam parte do quadro de funcionários do Setor de Obras e, com exceção de Henrique Neves Lefèvre que se aposenta em 1952, os demais permanecem como membros estáveis na direção do departamento até 1961, quando Prestes Maia retorna ao posto de prefeito. (Feldman: 2005, p. 77-78).

O que de certo modo, revelava os motivos pelos quais a urbanística paulistana do período, seguiu sem grandes alterações ideológicas. De forma que, os interesses das elites urbanas permaneceram sendo respeitados e legitimados também nos anos da administração de Prestes Maia, tendo o seu Plano de Avenidas servido para valorizar ainda mais algumas das áreas destinadas a moradia dos setores de rendas médias e altas. Legitimando assim, a expulsão da população de baixa renda da área próxima a região central da cidade.

Embora Prestes Maia denominou 'descentralização' à expansão geográfica da área central, o resultado concreto do seu modelo de anel e radiais acentuou o processo de centralização e especialização do centro, com a conseqüente segregação e expulsão de tipos de uso do solo que não podiam pagar a valorização decorrente dos melhoramentos (habitação e comércio de baixa renda). (idem, p. 118).

graças aos sete anos que permaneceu no cargo de prefeito (1938-1945) e à estrutura administrativa autoritária da ditadura de Getúlio Vargas, de quem tinha total apoio.

Figura 12

Aquarela de Prestes Maia, detalhando a estética desejável para a cidade a partir do seu Plano de Avenidas.

Fonte: Toledo, 1998

Segundo alguns autores, o plano de Prestes Maia foi o responsável pela atual estrutura espacial da cidade de São Paulo, através de suas ações de valorização da área central, e contribuiu para a criação de bairros periféricos destinados a trabalhadores de baixa renda. O traçado proposto também consolidou as direções de crescimento da cidade, sempre coincidindo com os interesses dos loteadores privados, que desejavam obter valorização fundiária e maior retorno financeiro, comprovando a hipótese de que as ações tomadas pela prefeitura, na gestão territorial, foram planejadas desde seu início. O que não quer dizer que os problemas foram enfrentados e sequer solucionados.

O Plano de Avenidas de Maia teve forte viés rodoviarista, vindo ao encontro do que se via nas ruas enquanto paisagem urbana – a presença do automóvel, que no final dos anos 1930 passou a fazer parte da paisagem da cidade, sobretudo nos elegantes bairros exclusivos, alinhando-se à imagem de cidade americana. Com a introdução do automóvel à paisagem paulistana, legitimou-se a possibilidade de crescimento territorial sem limite, pois o discurso adotado era pelo transporte de porta a porta, e não em defesa dos meios coletivos de locomoção. Desse modo, o trabalho de Prestes Maia buscou dar maior viabilidade a este projeto da elite burguesa.

2.4. São Paulo Metrópole:

Uma aglomeração embrionária e sem controle

Na década de 1950, o território físico paulistano se apresentava excessivamente expandido, se comparado as primeiras décadas do século XX. Assim, São Paulo passou a ser uma cidade ocupada de forma clandestina e irregular, formada por novos loteamentos urbanos que não haviam obedecido aos padrões urbanísticos estabelecidos em leis que controlavam a ocupação do solo urbano. A situação apresentada era de desordem urbana em relação à tentativa de ordenamento que fora estabelecida pelo Código de Obras dos anos 1910 e pelas sucessivas reedições de legislação de loteamento e zoneamento urbano.

No campo político-ideológico, o cenário encontrado naquele momento em que a cidade estava prestes a comemorar seu quarto centenário de fundação já não era mais o da grande cidade moderna presente nas primeiras décadas do século, mas o da metrópole industrial moderna. Constituída ao longo dos anos 1940, a ideologia da metrópole industrial moderna, aproximava-se do modelo de ocupação das grandes cidades norte-americanas, ficando nítido, neste momento, o rompimento com o ideário urbanístico europeu.

O fenômeno da metropolização é objeto de pesquisa de vários autores, que buscam compreender suas bases conceituais através da noção de sua conceituação ideológica. Neste sentido, generaliza-se a definição sobre o conceito de metropolização, pois para Meyer (1991, p. 12) *“todos os autores a definem como sendo essencialmente a incorporação de aglomerações vizinhas através da expansão horizontal das cidades, de forma a criar um só núcleo urbano”*. Porém, a autora salienta que *“apesar da afinidade na definição do fenômeno que se busca apontar as condições gerais, internas e externas, nas quais este ocorreu. Ater-se simplesmente a demarcação cronológica do ‘início’ da metropolização, proposta por cada um dos autores é um empobrecimento do conjunto de suas argumentações.”* (idem).

Apesar de termos apontado anteriormente alguns dos fatores que levaram São Paulo a tornar-se uma metrópole industrial moderna a partir dos

anos 1950, este conceito de formação de uma aglomeração, através da incorporação de cidades vizinhas, é nítido no território paulistano. Pois na década de 1950, quando se reconheceu o fenômeno da metropolização, a cidade já não percebia as diferenças entre seu limite físico e o dos municípios vizinhos. Santo André, Guarulhos e Mauá, cidades emancipadas da capital paulista, continuavam a se parecer mais com bairros da periferia paulistana do que com cidades propriamente ditas. A dependência destas cidades em relação à região central de São Paulo era nítida, de forma que seus trabalhadores deixavam suas residências e dirigiam-se para as regiões industriais de São Paulo, configurando assim um movimento de migração pendular e impondo a estes municípios a lógica das cidades-dormitório.

Assim, era preciso revisar o entendimento às demandas populares da cidade, além de se buscar o entendimento da nova dinâmica urbana imposta pela metropolização. De forma que, os planos urbanísticos propostos até então, que já não davam conta de enfrentar todos os problemas da cidade, teriam que redefinir seu recorte metodológico e a abordagem sobre a dimensão metropolitana. A metrópole pressupunha assumir uma nova estrutura de organização espacial, reconhecendo a inter-relação dos habitantes da periferia com a capital paulista, e impondo um tratamento digno de uma aglomeração urbana.

Figura 13

Mapa apontando para o Município de São Paulo e seus arredores, formando uma só aglomeração na década de 1950.

Fonte: SAGMACS, 1958 – Great São Paulo

É importante notar que, tanto a periferia da cidade de São Paulo – configurada a partir do isolamento e distanciamento dos bairros em relação a sua área central, quanto as cidades periféricas em relação à metrópole paulistana, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano, Guarulhos e Mauá, apresentavam precariedade de infraestrutura, dificuldade de acesso e dependência direta dos trabalhadores destas áreas em relação ao emprego

industrial – em sua maioria na cidade de São Paulo – e de apropriação de serviços e comércios, também em sua maioria no centro da capital paulista³⁴.

A consolidação de São Paulo como metrópole industrial moderna está atrelada ao crescimento da produção da indústria paulista, que após a grande depressão dos anos 1930, e durante a segunda guerra mundial, se viu obrigada a modernizar-se e expandir sua escala de produção para atender seu mercado consumidor. *“Além da autonomia relativa já apontada, em termos de criação de mercados mútuos e complementares à indústria paulista, o que também significava a preparação das bases para a futura consolidação de seus ‘mercados exteriores’: São Paulo modernizara e diversificara seu parque industrial, não ocorrendo o mesmo com a indústria do resto do país.”* (Cano, 1974, p. 194).

Cabe ressaltar, que durante a segunda guerra mundial, o Brasil não declarou apoio a nenhum dos lados, e foi beneficiado no que tange o comércio exterior, fornecendo produtos aos países em guerra, impedidos de produzir bens de consumo. Tentou assim, tirar proveito do contexto internacional, comercializando com ambos os lados pelo máximo tempo que foi possível sem alinhar-se a nenhum deles, até o momento em que os países aliados reagiram a ofensiva do eixo e impuseram derrota à estes. E conforme já apontamos, São Paulo despontava como sede da indústria nacional, o que garantiu uma nova injeção de capital, à indústria nacional.

Nos anos 1940, com a introdução do ideário rodoviarista, em detrimento da ferrovia, deu-se início a implantação de rodovias como a via Anchieta e a via Dutra, que estabeleceram um novo padrão de ocupação industrial. Seguindo o exemplo de facilitação do escoamento da produção industrial, abriu-se espaço para a construção de novos prédios industriais ao longo destas rodovias, na periferia de São Paulo, iniciando-se assim, a formação de novos distritos industriais, em proximidade da capital paulista.

³⁴ Cabe explicitar que, a partir de 1945, ocorre um aumento da importância da atividade industrial em cidades próximas a São Paulo, implantando-se um ciclo de migração do parque industrial, na década de 1950, a partir dos incentivos dados pelo governo do presidente Kubtscheck para a consolidação da indústria automobilística no Brasil.

Este aumento recente da importância industrial da periferia da Grande São Paulo encontra sua explicação numa certa 'saturação' industrial do núcleo constituído pela capital. Esta 'saturação' decorre, por sua vez, duma série de desvantagens cada vez maiores, que a localização industrial na capital apresenta que se pode interpretar como resultado da "lei dos rendimentos decrescentes". (Singer: 1977, p. 63).

Iniciou-se então nesse momento, um processo de transferência dessas áreas, gerando um rápido crescimento de municípios como São Caetano, Santo André, Osasco e, principalmente, São Bernardo do Campo e Guarulhos, cidades localizadas nas saídas das principais rodovias.

A expansão da área urbanizada da capital e dos municípios vizinhos foi gradualmente eliminando as áreas rurais que envolviam os diversos núcleos urbanos e consolidando esta região periférica, enquanto periferia urbana da capital paulista. Assim, a imagem da cidade de São Paulo já não se distinguia de forma dissociada das cidades periféricas, mas configurava-se como uma paisagem unificada.

Esta movimentação de urbanização das antigas áreas rurais veio ao encontro do projeto nacional desenvolvimentista que se impôs no Brasil a partir do Estado Novo, visando a transformação do país em potência industrial moderna e desenvolvida, rompendo com o passado arcaico e rural. Deste modo, São Paulo ampliou sua vantagem em relação às demais regiões do país, pois em 1940-1950 já despontava como principal sede da indústria nacional, o que lhe impunha um modo de vida extremamente urbano.

Para Meyer, "*a partir de 1956, a hegemonia da cultura urbana em São Paulo é inquestionável*" (1991, p. 33). A cidade ultrapassou seus limites administrativos e físicos e surgiu uma nova denominação terminológica – a grande São Paulo – expressão utilizada por Louis-Joseph Lebreton, em 1954, em alusão à terminologia criada pelo urbanista britânico Abercrombie – *Great London City* – e pelo sociólogo francês Chombart De Lauwe – *Aglomeration Parisienne*.

Nas comemorações de seu quarto centenário, em 1954, a alusão à metrópole industrial brasileira fazia parte dos discursos das principais autoridades da cidade e do estado, além de povoar o ideário burguês, presente na elite industrial paulistana.

Porém, Ianni (1972) considera que somente durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek a cidade conquistou uma vitória sobre o campo na medida em que o poder político passou das mãos da aristocracia rural para as mãos da burguesia industrial, conforme era objetivo do governo de Vargas. Assim, a partir da segunda metade da década de 1950, já não era mais possível reviver a não ser com anacronismo, a ideologia da vocação agrária do Brasil, a qual São Paulo recusara desde o final do XIX.

A nosso ver, a cultura urbana foi substituída pela cultura metropolitana, anteriormente ao governo Kubitschek, de forma que os paulistanos davam continuidade ao projeto da cidade burguesa, a exemplo da movimentação ocorrida no final do século XIX. Assim, novos hábitos passam a constituir o modo de viver do paulistano, trazendo também alterações na paisagem urbana.

Na região central, o cenário alterava-se rapidamente, abrindo espaço para a verticalização, que tinha como objetivo atrair as camadas médias e altas para este novo modo de morar. E assim, *“a área central perdia definitivamente as características pitorescas que possuía décadas atrás. As construções assobradadas cederam lugar aos novos edifícios que ocupavam o lote ao máximo, sem deixar recuos ou áreas verdes e reforçavam a agressividade nervosa das ruas congestionadas pelo rápido aumento do número de veículos particulares que passaram de 22.739 em 1940, para 120.662 em 1960.”* (Osello, op. cit, p. 169). Este aumento do número de carros nas ruas impunha à São Paulo uma contradição, pois, ao mesmo tempo em que metrópole pressupunha movimento constante, os paulistanos passavam a vivenciar os congestionamentos em suas principais avenidas.

Diante deste novo e celebrado cenário, já eram visíveis os problemas agravados em função da metropolização paulistana, de forma que as autoridades passaram a sugerir uma série de novas obras e melhoramentos, nas principais avenidas da cidade e em sua região central, fato que mais uma vez preocupava-se em atender somente o interesse das elites, não contemplando as regiões periféricas e sequer melhorando o sistema de transporte público que interligavam estas regiões ao centro da cidade.

Foi neste momento que emergiu o discurso que defendia a elaboração de um Plano Diretor para São Paulo, o qual, segundo Feldman (2005, p. 77), não chegou a se concretizar até os anos 1960, pois, apesar dos estudos e tentativas

por parte dos técnicos da administração municipal e de consultores contratados, o resultado “*não passava de um esboço que nunca saiu do departamento de urbanismo*”. Cabe situar que um plano deste porte só foi aprovado na década de 1970, ainda que em 1961 o prefeito Ademar de Barros tivesse apresentado o primeiro documento intitulado “Plano Diretor de São Paulo” à Câmara de Vereadores do Município.

Ao se analisar os textos publicados pelos engenheiros e engenheiros-arquitetos que dirigiam o Departamento de Urbanismo, entre 1947 e 1961, ficam evidentes duas direções: um discurso laudatório da necessidade de um plano para solução dos problemas da cidade e, ao mesmo tempo, o descrédito na efetividade de planos e a colocação da legislação como único recurso dito efetivo para resolver os problemas da cidade. (idem, p. 78).

Legitimando a prática do planejamento urbano enquanto ideologia, e sua eficácia atrelada ao interesse das elites burguesas, era possível verificar que, ao mesmo tempo em que o discurso em defesa da elaboração de um Plano Diretor para São Paulo era encampado pela prefeitura e por setores da burguesia, visando à resolução dos problemas viários nas áreas consolidadas da cidade, nos bairros da periferia paulistana, emendados com as cidades periféricas, emergiam problemas de habitação, falta de infraestrutura – como rede de água e coleta de esgoto, iluminação pública, etc. – e carência dos serviços públicos essenciais – como escola, unidade de saúde, transporte coletivo, demonstrando total despreparo do município para trabalhar de forma integrada, numa visão de conjunto da cidade.

Assim, a prática da segregação espacial presente nos anos 1920 e 1930, continuava com a emergência do fenômeno metropolitano. Como a velocidade de crescimento se intensificava nas décadas de 1940 e 1950, metade da cidade de São Paulo pode ser considerada clandestina e desconhecida por suas autoridades, revelando São Paulo não como a metrópole industrial moderna do Brasil, mas sim como uma aglomeração urbana embrionária e sem controle, ao ponto de, em 1956, o prefeito Wladimir Toledo Piza declarar que a cidade havia crescido e buscava crescer ainda mais, sem nem saber para que e para onde. A analogia do então prefeito foi feita comparando a cidade de São Paulo a um grande navio, que não dispunha de uma carta de navegação.

O clamor de Piza por uma carta de navegação, que vinha de encontro com o discurso em defesa de um Plano Diretor, também fazia alusão à necessidade de atrelar a prática do planejamento, ao conhecimento da realidade social da cidade, para se saber quais demandas deveriam ser enfrentadas. Assim, a situação em que São Paulo se encontrava neste período, fez emergir uma nova prática, na tentativa de ordenamento urbanístico, o da pesquisa urbana, inaugurada pela SAGMACS – Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais, em 1956, quando realizou para a prefeitura de São Paulo o estudo conhecido como “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana”.

O trabalho de pesquisa urbana que marcou o final dos anos 1950 e impôs a prática do diagnóstico social como antídoto para enfrentar o caos da aglomeração fora de controle, foi o primeiro trabalho a extrapolar os limites administrativos da capital paulista e expandir sua área de estudo para a periferia paulistana – no que se constitui chamar de Grande São Paulo – e para as cidades industriais do interior paulista.

Conforme já apontamos, a pesquisa elaborada pela SAGMACS constitui nosso principal objeto de estudo neste trabalho de pesquisa para nossa dissertação de mestrado. Sua apresentação e análise serão feitas nos capítulos quatro e cinco, após a apresentação do terceiro capítulo, que situará o coordenador da pesquisa urbana realizada pela SAGMACS, o Pe. Lebreton, fundador do Mouvement Économie et Humanisme na França e da SAGMACS no Brasil, bem como a fundação de tais organismos em São Paulo.

O Trabalho Urbanístico do Padre Lebre

**São Paulo no foco do
*Mouvement Economie et Humanisme***

3.0. Introdução

Este capítulo situa Louis Joseph Lebreton, coordenador do estudo “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana” em São Paulo, personagem que, a nosso ver, contribuiu na formação de novos quadros para o planejamento urbano brasileiro, pois, além de ter introduzido novas ferramentas e métodos para o trabalho urbanístico em nossas cidades, também expressou sua preocupação com as questões sociais, combinadas com as bases do sistema econômico de produção, apontando sua interferência direta no espaço habitado.

Porém, para se compreender melhor sobre o padre Lebreton, é necessário apresentarmos um pouco sobre os desdobramentos que o *Mouvement Économie et Humanisme*, de origem francesa, teve nos anos 1940, percorrendo e influenciando personalidades em vários locais do mundo, incluindo o Brasil, em especial São Paulo. Este vínculo de Lebreton com o Brasil se deu após sua primeira visita, em 1947, à cidade de São Paulo e demais países da América Latina. O *Mouvement Économie et Humanisme* era o órgão de pensamento e concepção de idéias acerca do desenvolvimento econômico harmônico, que buscava integrar, ao mesmo tempo, desenvolvimento econômico e social – dada a sua preocupação com a população mais pobre e os países menos desenvolvidos. A SAGMACS, por sua vez, instituição fundada por Lebreton e demais personalidades políticas e intelectuais em São Paulo, era seu braço institucional no Brasil.

Assim, este capítulo tem início inserindo os aspectos de formação intelectual de Louis-Joseph Lebreton, seus anseios pelo desenvolvimento harmônico, suas vindas para o Brasil e o chamado terceiro mundo no contexto de pós-segunda guerra. Finalizamos o capítulo culminando com a fundação do *Mouvement Économie et Humanisme* e sua vinculação com o Brasil, onde se constituiu a Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais – SAGMACS e seus desdobramentos acerca da urbanística brasileira, mais precisamente na cidade de São Paulo, fazendo assim a interligação com os problemas urbanos paulistanos.

3.1. O Padre Lebret ³⁵:

Fundador do *Mouvement Économie et Humansisme*

“Chega uma hora que é preciso fechar os livros e partir para o conhecimento da realidade, levantando seus problemas in-loco.”

Caio Prado Jr.

Louis-Marie-Nicolas Lebret nasceu em Le-Minihic-sur-Rance, na Bretanha, na França, em 1897, seis anos após a promulgação da Carta Encíclica “Rerum Novarum”, escrita em 1891 pelo Papa Leão XIII. Esta encíclica é considerada, pelos adeptos do catolicismo, um marco na história econômica mundial, pois nela a igreja católica tratou sobre as condições de vida dos operários e trabalhadores mais pobres, impondo pela primeira vez uma doutrina social a seus adeptos.

Chamamos atenção para esta relação do nascimento de nosso personagem para sua contemporaneidade com a “Rerum Novarum”, devido ao engajamento militante de Lebret em relação à defesa de melhores condições de vida para os mais pobres, e de utilizar-se da igreja para isso. Porém, trataremos da Rerum Novarum mais adiante, e pretendemos aqui discorrer melhor sobre a trajetória de Lebret e sua formação acadêmica, que rendeu a ele o título de especialista em desenvolvimento econômico da Organização das Nações Unidas, onde atuou como consultor nas décadas de 1950 e 1960.

Nascido na região da Bretanha, Lebret era filho de um carpinteiro que atuava como chefe da carpintaria na Marinha Nacional. O pequeno vilarejo de Minihic-sur-Rance a poucos quilômetros de Saint-Malo, onde se localiza importante atividade pesqueira do sul da França, permitiu a ele conhecer desde cedo a atividade pesqueira e devido ao trabalho de seu pai, conhecer também a

³⁵ Apesar de ter ficado conhecido na América Latina como padre Lebret, é bom lembrar que a ordem de Santo Domingo não usa o título de padre, e sim de frade, sendo portando frei Louis-Joseph Lebret. Porém, como os franceses tratam os padres e freis por “père”, que também quer dizer pai, a tradução para o português foi adaptada como padre.

Marinha Francesa. Sua mãe faleceu precocemente, pouco depois de seu nascimento, o que fez com que ele fosse criado pelo pai e a madrasta.

Seus estudos foram iniciados em instituição católica vinculada à congregação dos Jesuítas em Saint-Malo. Em 1914, obteve o título de bacharel em Matemática, mesmo ano em que ingressou na École Navale à Saint-Brieuc. Porém, seus estudos em Saint-Brieuc foram interrompidos, devido a seu ingresso na Marinha em 1915, e sua formação foi continuada na École de Marine de Rochefort. Lebret seguia até então os passos do pai, funcionário da Marinha Nacional Francesa, e em 1922 já alcançava a patente de Oficial Adjunto na base de Beirute. Este período de formação como oficial da Marinha coincidiu com a Primeira Guerra Mundial, o que o obrigou a defender seu país e aos vinte e cinco anos ingressar no Conselho Marítimo Permanente de Guerra.

Atuando na Marinha, Lebret deparou-se com uma realidade diferente da que ele conhecia em Saint-Malo, onde os pescadores viviam em condições ainda precárias, sem vislumbrar o ideário da modernidade e da modernização de seus instrumentos de trabalho. Foi neste momento que ele percebeu a existência de desigualdade de condição entre os homens e, sobretudo, a alimentação disso através do Estado Francês, que era capaz de gastar vultosos recursos orçamentários na manutenção de sua Marinha, sempre preparada para combater em guerras, e relegar o investimento na agricultura e na pesca, áreas vitais para o desenvolvimento econômico de qualquer país que fosse, e que ainda eram atrasadas nos anos 1910 e 1920, na França.

Le passage de Lebret à la marine lui permit une première approche de l'enseignement social de l'Eglise. Alors qu'il n'avait que 24 ans ses supérieurs lui avaient donné déjà de lourdes responsabilités ; ils avaient apprécié ses nombreuses qualités d'officier : l'ordre, l'autorité, l'efficacité, le sens de

'initiative, son aptitude à former, à initier, à mettre en mouvement" ³⁶. (Garreau : 1997, p, 19).

Tais aptidões apontadas por Garreau garantiram a Lebret condições de prosperar rapidamente dentro da hierarquia da Marinha Francesa. Em 1922, foi nomeado pelo vice-almirante para integrar o Conselho de Guerra da Marinha, função aceita por ele e que lhe rendeu, embora ainda na condição de oficial, prestígio suficiente entre as autoridades de alta patente, pois o colocou em condição de trabalhar em parceria com os juízes e magistrados e também os economistas ligados à Marinha.

Este despertar de Lebret para as condições econômicas e sociais da população francesa coincidiu também com o despertar de sua vocação para o sacerdócio. Tudo isto o tornou diferente dos demais rapazes que estudavam em seminários, no período, pois quando ingressou em uma ordem religiosa para dedicar a ela, já estava com mais de vinte anos e já tinha certa experiência de vida, tendo atuado na Marinha e conhecido diferentes regiões de seu país. Em 1923,³⁷ Lebret pediu seu desligamento da Marinha para ingressar na Ordem de Santo Domingo.

Como vimos anteriormente, sua vinculação com o catolicismo se deu desde sua infância, devido à formação católica cristã de seu pai, que delegou aos padres jesuítas a formação básica de Lebret. Por isso, antes de iniciar sua formação sacerdotal, Lebret já havia decidido ingressar como leigo em uma ordem religiosa, no final de 1917, ainda sem a idéia de tornar-se um frade. Assim, decidido a engajar-se como leigo na igreja católica, Lebret buscou

³⁶ Tradução nossa: A passagem de Lebret pela Marinha lhe permitiu uma primeira aproximação dos ensinamentos sociais da Igreja. Não tendo mais que 24 anos, seus superiores já haviam dado a ele pesadas responsabilidades; eles apreciavam suas numerosas qualidades para ser oficial: a disciplina, a autoridade, a eficiência, o senso de iniciativa, sua aptidão para formar, sua capacidade, para iniciar e pôr em movimento.

³⁷ Segundo Garreau, a demissão de Lebret foi aceita e publicada no Jornal Oficial em 3 de março de 1923, encerrando suas funções junto a Marinha.

conhecer as diferentes ordens religiosas ligadas ao catolicismo. Segundo Pelletier (1996: p. 16), Lebret se questionava: “*que ordem escolher? Franciscanos, Capuccinos, Jesuítas ou Dominicanos?*”. A possibilidade da ação era uma de suas principais preocupações dentro da vocação sacerdotal, de modo que, não interessava a ele uma ordem que estivesse mais ocupada em rezar do que em agir sobre o local.

Depois de passar uns dias num convento jesuíta e aconselhar-se com o capelão de seu colégio em Saint-Malo, procurou os Dominicanos, que eram defensores do Movimento francês chamado Ação Católica³⁸ e vistos como sacerdotes de uma esquerda progressista.

Em 31 de março de 1923, Lebret ingressou no noviciado de Angers, numa província dominicana de Lyon, pertencente à Bretanha. Porém, conforme dissemos anteriormente, seu contato com a Ordem Dominicana se deu ainda como leigo, no final dos anos 1910, por dois anos anteriores ao ingresso no noviciado, engajando-se no apostolado da palavra³⁹.

Durante sua formação sacerdotal no seminário de Angers, dois professores lhe marcaram de forma mais enfática: o pe. Auguier – responsável pela coordenação dos estudos e mestre dos noviços, que iniciou Lebret na leitura teológica de São Paulo e no trabalho de Santo Agostinho, e o pe. Sertillanges, que engajou Lebret num trabalho de crítica ao pensamento moderno dominante no mundo. Este estudo sobre o pensamento moderno levou Lebret, juntamente com o pe. Chenu, no decorrer de sua formação sacerdotal, a trabalhar num estudo para integrar a ciência moderna à visão de São Tomas.

Lebret terminou os estudos dominicanos em 1929 e retornou a Saint-Malo para descansar no Convento de Saint Malo Paramé, chamado de Saint-

³⁸ A Ação Católica Francesa foi difundida por Charles Maurras visando a separação entre as questões religiosas e da organização do Estado. Foi também contrária as monarquias nacionais e alinhava-se com a concepção política de Maquiavel, aderindo ao positivismo social.

³⁹ Os religiosos da Ordem Dominicana são reconhecidos também pela efervescência de seus discursos, são considerados “padres” pregadores e combativos, chocando-se muitas vezes com interesses dos grupos dominicanos e da cúpula da própria igreja católica em Roma.

Anne-des Greves, onde reencontrou os padres Cathelineau e Serrand, velhos conhecidos de nosso personagem.

Este retorno a Saint-Malo colocou Lebret, já ordenado frei, em contato com uma nova situação dos pescadores bretões, que se desinteressavam do cristianismo devido aos graves problemas sociais e econômicos locais, que causavam um distanciamento entre os fiéis e o que pregava a igreja católica. Tal situação levou Lebret a debruçar-se num estudo sobre as condições locais e os motivos pelos quais os pescadores diziam-se descrentes do catolicismo. Verificou então a presença de uma igreja retrógrada e distante da realidade social da população de Saint-Malo, o que contribuía para a perda de fiéis. Este quadro levou Lebret a perseguir como meta, até o final de sua vida, a reforma da igreja, buscando tanto no clero como nos leigos a possibilidade da ampliação da doutrina social, impondo um fim à oposição entre o estudo e a ação e entre a pesquisa científica e a fé, conforme havia sido determinado pelo papa Pio IX, nos anos 1860. Tal conquista se realizaria em partes nos anos 1960, durante o pontificado de João XXIII, de quem Lebret foi colaborador durante o Concílio Vaticano II. De certo modo sua visão e metodologia de trabalho social, colaboraram na escrita da Carta Encíclica “Mater et Magistra”, de João XXIII, em 1961. Pouco antes de sua morte, em 1966, auxiliou o papa Paulo VI a escrever a Carta Encíclica “Populorum Progresso”.

Ainda em sua juventude, no início de sua carreira como frade dominicano, o contexto sóciopolítico encontrado por ele em Saint-Malo, em 1929, apontava para a necessidade de reconciliação entre a igreja e o mundo, uma vez que o distanciamento desta para com a realidade social e econômica, em detrimento da fé, já não bastava mais para atrair as massas de fiéis e garantir a predominância do catolicismo mundo afora. Para Lebret, a única saída era a aliança entre o pensamento social e a fé, para agir no mundo através de ações práticas e eficazes, e não mais apenas com estudos teóricos e interpretações teológicas.

Puel (2004, p. 69) aponta que, desde meados do século XIX, os Dominicanos já tinham como fundamento a reconciliação da igreja com o mundo moderno, aspirando à liberdade, o que nos mostra que a opção de Lebret por uma formação de frade dominicano tinha fundamento. “*Il s’agissait d’ouvrir la vieille Église liée aux monarchies de l’âge classique et aux États réactionnaires*

issus du congrés de Vienne (1815) à la modernité apportée par la Révolution française, celle-ci étant fait de démocratie avec un régime politique ouvert à l'opinion publique et au jeu des partis politiques. “⁴⁰ .

É importante salientar que as críticas de Lebreton à atuação intra-muros da igreja católica e sua pregação à reconciliação com o mundo, culminando com uma ação prática, não excluía os estudos teóricos e teológicos. Ao contrário, seria através de estudos teóricos, utilizando-se das ciências modernas e de pesquisas sociais, que Lebreton iria conhecer as necessidades do mundo daquele período e apontar possíveis ações para ampliar a ação da igreja no combate ao empobrecimento e à exploração da classe trabalhadora.

Segundo Garreau (1997, p. 25), a primeira pesquisa feita por Lebreton não seguiu rigores científicos, limitando-se a uma análise hipotética que buscava compreender a complexa situação vivida pelos pescadores de Saint-Malo e, sobretudo, as razões pelas quais estes abandonavam a igreja católica e demonstravam descontentamento diante de sua doutrina⁴¹. A explicação do método utilizado por Lebreton é apontada por Garreau com a seguinte descrição:

Mes feuilles d'enquetes recevaient en page de gauche, soit des tableaux préparés, soit, sur des lignes à mots repérés, tout ce qui regardait la vie économique et professionnelle, [...] et précise qu'ainsi se trouvaient entrevus le support économique, la vie sociologique et le comportement religieux ⁴².

⁴⁰ Tradução nossa: Tratava-se de abrir a velha Igreja ligada às monarquias da idade clássica e aos Estados reacionários provenientes do Congresso de Viena (1815) à modernidade trazida pela Revolução Francesa, esta última sendo feita de democracia com um regime político aberto à opinião pública e aos partidos políticos.

⁴¹ Segundo Whitaker Ferreira (2007) e Chiara De A. Pinheiro Machado (2007), no Brasil, os métodos de Lebreton são mal vistos pelos intelectuais e professores da Faculdade de Filosofia da USP, por estes considerarem-no pouco científico.

⁴² Tradução nossa: Minhas fichas de investigação recebiam à esquerda da página seja sobre tabelas preparadas, seja em linhas com palavras assinaladas, tudo o que eu via, da precisamente assim podiam ser vistos o suporte econômico, a atividade sociológica e o comportamento religioso.

A pesquisa de Lebreton sobre a população costeira permitiu-lhe em 1930, chegar a algumas conclusões sobre os problemas vividos no local e descobrir uma crise de valores e identidade entre os entrevistados. Embora sem o menor rigor científico, esta análise o fez perceber que o afastamento dos pescadores da igreja, sendo promovido pela ação radical de professores anti-clero, simpáticos aos estudos de Karl Marx, o que acabou por abrir espaço para a Ação Socialista dentro do grupo de pescadores, que formaram sindicatos e atraíram seus pares, buscando contrapor-se aos aspectos da economia capitalista predominante na França.

Para os demais dominicanos que viviam em Saint-Malo, pouco havia a se fazer diante de tal quadro. Mas para Lebreton, a igreja católica não podia curvar-se diante da ameaça da Ação Socialista e tão pouco contribuir com o desencantamento desses pescadores. Por isso, concluiu que, reforçar a defesa das instituições capitalistas e defender o livre mercado seria afastar ainda mais a igreja da realidade social vivida na Bretanha, criticando a não adaptação da igreja à nova conjuntura econômica e social, o que o tornou um crítico da estratégia diocesana, que segundo ele, havia deixado de fazer da igreja “pescadora de homens”⁴³.

Notamos aí a preocupação de Lebreton em impedir o afastamento da igreja da sociedade. Para tanto, enxergava como única saída uma ampla reforma social dentro de sua estrutura, a condenação tanto do socialismo quanto do capitalismo e a adoção de uma nova doutrina social que unificasse povos e Estados em busca do bem comum e de um desenvolvimento mais harmônico. Para ele, a igreja deveria atualizar-se, buscando respostas para os problemas do mundo atual e não se apegando ou repetindo os valores da Idade Média e nem valores do século anterior, que haviam consolidado o afastamento da igreja

⁴³ Trata-se de uma referência bíblica à “igreja de Pedro”, apóstolo de Cristo que, segundo a história bíblica, era pescador e foi incumbido de formar e dirigir a Igreja Católica, deixando de ser um pescador de peixes para tornar-se um pescador de homens.

católica do mundo real, pois isso não seria capaz de satisfazer as pessoas naquele momento.

Porém, suas críticas àquele período passaram a extrapolar a estrutura da igreja católica, de modo a incluir o Estado e os empresários, além das instituições, indiscriminadamente, públicas ou privadas, apontando que todas estas estruturas não estavam preparadas para dar respostas ao mundo naquele momento, pois simplesmente não conheciam as especificidades dos problemas.

L'ignorance des structures, des conditions de vie, des courants idéologiques, de la conjoncture économique mondiale et souvent locale, l'ignorance de la psychologie et de la sociologie, sont autant de fermeteurs à l'humanité réelle.”⁴⁴ (LEBRET, apud GARREAU: 1997, p. 28).

Nesta afirmação é possível verificar, a exemplo do que apontamos anteriormente, que as críticas de Lebreton à incompreensão dos fatores sociais atuais do mundo não se restringiam à igreja católica, mas estendiam-se também às instituições como um todo, tais como o poder público, as organizações empresariais e os sindicatos, pois, segundo Lebreton, todos descartavam a necessidade de interpretação da realidade e não dispunham de qualificação para utilizar-se das ciências modernas para elaboração de diagnósticos.

Assim, é possível notar a aproximação de Lebreton com as teorias de Marx, para interpretação do mundo moderno e capitalista e, conseqüentemente, de sua realidade social. Esta proximidade com o Marxismo somada às contínuas críticas que Lebreton fazia ao distanciamento da igreja com a realidade social, trouxe problemas ao frade dominicano, que se tornou uma voz incômoda e destoante da cúpula do catolicismo. Diante deste quadro, Lebreton passou a buscar apoio e possíveis adeptos a seus anseios de interpretação da realidade social fora da estrutura do catolicismo, aliando-se a intelectuais ligados a

⁴⁴ Tradução nossa: A ignorância das estruturas, desde as condições de vida, desde as correntes ideológicas, da conjuntura econômica mundial e muitas vezes local, a ignorância da psicologia e da sociologia, são igualmente obstrução à humanidade real.

universidades e centros de estudos, porém mantendo-se ainda refém de pessoas simpáticas ou praticantes do catolicismo.

Percebendo que as instituições já não davam conta de enfrentar os problemas presentes no mundo, durante os anos 1920 e 1930, e diante da incapacidade desses atores em interpretar os reais problemas, o padre Lebreton passou a buscar uma maneira de fazer o contraponto aos valores vigentes, difundidos pela modernidade, de forma a não se aliar nem com o socialismo e nem com o capitalismo, pois para ele ambos os modelos eram perversos aos trabalhadores e insuficientes para alcançar desenvolvimento econômico e social.

Neste sentido, um primeiro Movimento organizado por ele com o apoio deste grupo de intelectuais ligados ao catolicismo, foi a *Jeunesse Maritime Chrétienne* – JMC, em 1929, congregando os jovens pescadores da Bretanha, de modo a evitar o engajamento deles com o sindicato, de orientação mais à esquerda e ao comunismo. Esta iniciativa visava agregar a juventude da igreja católica em torno da discussão de seus problemas e de seus anseios frente ao mundo. Este tipo de organização, ligada e patrocinada pela ala mais progressista da igreja, cresceu durante os anos 1930 na França e chegou ao Brasil no final dos anos 1940, quando foi fundada a JUC – Juventude Universitária Católica, a JEC – Juventude Estudantil Católica e a JOC – Juventude Operária Católica.

Na França, além da JMC, houve também os Movimentos da JOC – *Jeunesse ouvrière chrétienne*, JOCF – *Jeunesse ouvrière chrétienne féminine*, JAC – *Jeunesse agricole catholique* e a JE – *Jeunesse de l'Eglise*.

No entanto, Lebreton sentia que este Movimento, embora capaz de agregar a juventude cristã da França, não era capaz de dar respostas aos problemas do mundo e seus adeptos não tinham capacitação técnica suficiente para empenhar-se em pesquisas científicas e sociais, as quais ele julgava necessárias para alcançar resultados ante a necessidade de contrapor os valores da modernidade e dos sistemas econômicos capitalista e socialista.

Assim, para nós, a aproximação de Lebret com a leitura de cunho marxista⁴⁵ o fez romper com sua formação original de engenheiro e de filósofo e o conduziu a estudar também as teorias econômicas, com o intuito de interpretar as condições de vida da população e os problemas de desenvolvimento econômico. E assim, em conjunto com o economista François-Perroux, percebeu a possibilidade de expandir para a França uma terceira via, capaz de corrigir as distorções presentes tanto no capitalismo quanto no socialismo, chamando-a de terceira via, ou de Economia Humana. Porém, a institucionalização deste Movimento só ocorreu nos anos 1940, culminando com o fim da Segunda Guerra Mundial e com seu desencantamento frente ao regime de Vichy⁴⁶, no qual havia se engajado em 1940, acreditando na possibilidade de uma revolução nacional.

Deste modo, é possível perceber que a trajetória de Louis-Joseph Lebret, que nos anos 1950, aqui no Brasil foi combatido por suas idéias progressistas, consideradas mais à esquerda do que desejava a classe dominante, não tivera seu início vinculado com o pensamento esquerdista. Ao contrário disso, ele engajara-se na militância, com a Juventude Católica com o intuito de combater o avanço do socialismo e das idéias de pregação de emancipação social frente ao patronato.

Assim, podemos concluir que Lebret, diante da constatação da realidade e dos problemas da sociedade, deparou-se com uma situação que o levou à militância mais próxima da esquerda católica do que da cúpula romana. E esta opção se intensificou e tornou-se mais clara no momento em que Lebret conheceu países da América Latina, em 1947, como o Brasil, Chile, Colômbia e

⁴⁵ É importante salientar que, apesar do engajamento de Lebret na leitura marxista, ele se tornou um crítico a Marx por não concordar com a luta de classes, presente no texto marxista, pois acreditava na possibilidade de uma integração mais humana e não da competição entre as diferentes classes sociais.

⁴⁶ Após a rendição da França à Alemanha, em 1940, durante a Segunda Guerra, dentro do aparelho de Estado Francês foi formado um governo que, supostamente, alinhava-se ao nazismo. Porém seus componentes representavam simpatia diante da Alemanha e opunham-se ferozmente ao governo nazi-fascista. Esta solução foi acordada pelo então vice Primeiro Ministro Henri Pétain, que tornou-se o chefe de Estado da República de Vichy, após os alemães aceitarem alguns termos da negociação. A França de Vichy perdeu até 1944.

Peru, quando iniciou seu interesse em fazer do terceiro mundo um laboratório de experiências em desenvolvimento harmônico.

Porém, para agir em prol da construção de uma terceira via, não era possível restringir sua ação à igreja católica, e por isso, utilizando de seu conhecimento intelectual, de seu prestígio enquanto frei dominicano e das influências entre personalidades e intelectuais franceses, Lebreton fundou com o apoio de François Perroux, Raymond Delprat, Gustave Thibon, Jean-Marie Gatheron, René Moreaux e Alexandre Dubois em 1941 o *Mouvement Économie et Humanisme*, em busca de compreender as causas dos problemas sociais e econômicos e buscar uma possível solução para estes, numa terceira via, aproveitando o que havia de bom, segundo sua visão, dentro do capitalismo e do socialismo.

Cronologia “Lebretoniana” Resumida:

1915-1923	Atuou na Marinha Francesa
1923-1929	Estudos como noviço com os Dominicanos em Agers
1930-1940	Atuação junto aos pescadores e marinheiros em Saint-Malo; Início do diálogo com o Marxismo e com as teorias econômicas;
1941-1945	Fundação do Mouvement Économie et Humanisme e da Revue Économie et Humanisme; Em 1945 viajou para Bélgica, Luxemburgo, Alemanha, Suíça, Dinamarca e Suécia, para compreender as estruturas e as complexidades econômicas;
1946-1950	Disseminação de novas equipes internacionais do Mouvement; Em 1947 visitou o Brasil, onde ministrou em São Paulo, na ELSP, a disciplina de Economia Humana; Além do Brasil, viajou para o Chile, Uruguai e Argentina;
1950	Viagem de estudos para a Holanda, Itália e Espanha
1952-1957	Retorno ao Brasil para realização de trabalhos à frente da SAGMACS;

1955	Viagem à África e ao Marrocos;
1958-1960	Fundação do IRFED – Institut International de Formation et Recherche en vue du développement harmonisé ; Viagem à Colômbia e ao Senegal ;
1961-1963	Viagem de estudos ao Líbano e Peru; Participação da Conferência da ONU sobre Aplicação da ciência para o desenvolvimento;
1963-1965	Especialista para assessorar o Concílio Vaticano II;
1964	Torna-se membro da ONU para comércio e desenvolvimento;
1965	Participa da Conferência da FAO-ONU no Chile;
1966	Segue atuante dentro do Vaticano, até sua morte.

3.2. O *Mouvement Économie et Humanisme* em busca de um contraponto

“Por toda a parte, os espíritos estão apreensivos e numa ansiedade expectante, o que por si só basta para mostrar quantos e quão graves interesses estão em jogo. Esta situação preocupa e põe ao mesmo tempo em exercício o gênio dos doutos, a prudência dos sábios, as deliberações das reuniões populares, a perspicácia dos legisladores e os conselhos dos governantes, e não há, presentemente, outra causa que impressione com tanta veemência o espírito humano.”

Trecho da **Carta Encíclica Rerum Novarum do Papa Leão XIII** de 1891

Apropriando-nos deste trecho da Encíclica “Rerum Novarum”, retornamos ao final do século XIX. Apesar da estranheza que possa causar esta nossa incursão, ao XIX, justificamos sua necessidade devido ao fato de ter ocorrido neste período, a consolidação do capitalismo industrial e a eclosão do fenômeno urbano, impondo uma nova realidade social, política e econômica.

Além disso, o trabalho de Lebret sobre pesquisa social e interpretação da realidade dos pescadores de Saint-Malo baseou-se em sua experiência acadêmica, com métodos que conhecia graças às ciências modernas – como a sociologia, a economia e a filosofia – muito difundidas durante este período.

Ao contrário do que pregava a cúpula da igreja católica, sobre afastar fé e religião das ciências modernas e, conseqüentemente, da realidade social do mundo, Lebret propunha maior ação frente aos entraves do desenvolvimento econômico na França e nos demais países europeus. E, percebendo que não era possível dar continuidade a esta separação, que contribuía para o aumento das tensões sociais entre trabalhadores e empresários, ele buscou uma maneira de agir. Assim, em 1938 engajado nos estudos marxistas, Lebret teve a idéia de fundar o Mouvement Économie et Humanisme, como um organismo à parte da igreja católica. Isso, após ter atuado no Movimento de Saint-Malo, visando a reforma social favorável aos pescadores e ao desenvolvimento das atividades agrícolas no local. Porém, este momento coincidiu com o avanço do nazismo de Hitler e a eclosão da Segunda Guerra Mundial, o que fez com que Lebret evitasse tamanha exposição.

Les années 1930 en France ont été des années de décadence avec la crise économique et l'incapacité de résister à la montée du nazisme en Allemagne, mais ce furent des années d'intense activité intellectuelle comme le montre bien l'ouvrage de Jean-Louis Loubert Del Bayle sur ce qu'il appelle 'les non-conformistes des années trente'. Comme Maritain et Mounier, Lebret fut un non-conformiste de ces années, même si leurs messages portent bien au-delà et rayonnent encore au XXI siècle. (PUEL : 2004, p. 73)⁴⁷.

⁴⁷ Tradução nossa: Os anos 1930 na França foram anos de decadência com a crise econômica e a incapacidade de resistir à ascensão do nazismo na Alemanha, porém foram anos de intensa atividade intelectual como mostra o trabalho de Jean-Louis Loubert Del Bayle sobre o que ele chama 'os não conformistas dos anos trinta'. Como Jacques Maritain e Emanuel Mounier, Lebret foi um não conformista destes anos, mesmo suas mensagens indo além e ainda irradiando no século XXI.

Apesar da distância temporal dos anos 1930 e do período pós-segunda guerra em relação aos anos de 1800, verificamos que as bases em que ocorreram os meios de produção e ocupação territorial, bem como as bases sociais, inseridas no XIX, continuam vigentes até então, sendo estas as bases que iriam produzir, nos anos 1930, esta sensação de ‘anos de decadência’.

Vemos então, no caso brasileiro, que as décadas de 1940 e 1950, para a cidade de São Paulo, confirmam a hipótese de que o Brasil viveu de forma tardia a adesão ao ideário da modernidade e ao capitalismo industrial, pois foi neste período que São Paulo viveu, de forma pioneira no Brasil, o auge da modernidade e do desenvolvimento industrial, consolidando-se de forma hegemônica como principal centro produtivo do país e passando a ser considerada a metrópole industrial brasileira.

No século XIX, a consolidação do capitalismo industrial e a eclosão do fenômeno urbano impuseram ao mundo um período de ebulição e transformações profundas, tanto em seu modo de produção, quanto em suas instituições e no modo de vida da população. Tais transformações surgiram no Brasil com certo atraso, porém, não se deram de forma tão diferente dos demais países, sendo que a tensão social foi um dos aspectos mais relevantes, impondo anseios e a necessidade de se fazer um contraponto aos valores vigentes que se impunham com força e de maneira inquestionável.

Neste sentido, esta tensão social, a divisão entre classes e as condições para o desenvolvimento do capital, constituíam um campo em que se permitia, ou se fazia necessária a contraposição de idéias, contribuindo com o florescimento de ideologias e críticas ferrenhas às condições de vida impostas à população. Entendemos que o *Économie et Humanisme*, devido a sua ligação com a Igreja Católica, apesar de ser constituído no século XX, pós-segunda guerra mundial, teve neste ideário da efervescência de idéias, na segunda metade do século XIX, uma de suas bases conceituais. Tal fato nos levou a querer entender melhor e assim, desvendar a influência da Igreja Católica como uma das forças institucionais, responsáveis pela manutenção da ordem social e política, sob a égide capitalista.

3.3. A Igreja Católica na manutenção da Ordem Social vigente

Analisando a “Encíclica Rerum Novarum”, publicada em 1891 pelo papa Leão XIII, observamos a intenção da igreja católica em apaziguar os ânimos dos trabalhadores e minimizar os conflitos e tensões sociais da luta de classes. Entretanto, ao mesmo tempo em que chamava a atenção para a necessidade dos patrões e empresários cederem aos direitos trabalhistas e não serem tão truculentos com seus empregados, legitimava e reconhecia o direito à propriedade privada dos mais ricos e, a nosso ver, pregava uma sociedade quase estamental, sem mobilidade dos mais pobres, que deveriam respeitar seus patrões e a riqueza destes, criticando o que pregavam os socialistas sobre *“violar os direitos legítimos dos proprietários, viciar as funções do Estado e tender para a subversão completa do edifício social”* (Leão XIII: 1891).

Mas, e isto parece ainda mais grave, o remédio proposto está em oposição flagrante com a justiça, por-que a propriedade particular e pessoal é, para o homem, de direito natural. Há, efectivamente, sob este ponto de vista, uma grandíssima diferença entre o homem e os animais destituídos de razão. [...] O que em nós se avanta, o que nos faz homens, nos distingue essencialmente do animal, é a razão ou a inteligência, e em virtude desta prerrogativa deve reconhecer-se ao homem não só a faculdade geral de usar das coisas exteriores, mas ainda o direito estável e perpétuo de as possuir, tanto as que se consomem pelo uso, como as que permanecem depois de nos terem servido.” (idem).

Segundo a visão católica, esta carta Encíclica trazia avanços sociais para os trabalhadores, pois pregava a caridade dos mais ricos e o respeito aos mais pobres, que deveria ser garantido através de direitos e deveres dos patrões e dos Estados. Porém, ao analisarmos com mais profundidade, é possível afirmar que a “Rerum Novarum” consolidava o apoio da igreja ao Estado Liberal e com isso aderiu de forma mais oficial ao capitalismo industrial, defendendo a propriedade privada dos mais ricos e o direito ao enriquecimento como fruto do trabalho.

Lebret, apesar de seu engajamento na leitura marxista, refutava em aceitar a teoria da luta de classes, pois, segundo ele, esta não contribuía com uma cultura de paz e harmonia entre os homens, uma vez que visava a aniquilação da classe dominante em detrimento de mais liberdade para a classe trabalhadora, que passaria a administrar o processo histórico. Assim, nos anos 1940, Lebret adotou em seu discurso a dinâmica do bem comum, ao invés de luta de classes, e que mais tarde seria atualizada para desenvolvimento harmônico.

A dinâmica do bem comum, apropriada por Lebret, a nosso ver, também era extraída da própria “Rerum Novarum”, numa crítica aos socialistas, apontando para o que Leão XIII chamava de “Concórdia de Classes”, segundo a qual:

O homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível. É, sem dúvida, isto o que desejam os Socialistas; mas contra a natureza todos os esforços são vãos. Foi ela, realmente, que estabeleceu entre os homens diferenças tão múltiplas como profundas; diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde, de força; diferenças necessárias, de onde nasce espontaneamente a desigualdade das condições. Esta desigualdade, por outro lado, reverte em proveito de todos, tanto da sociedade como dos indivíduos; porque a vida social requer um organismo muito variado e funções muito diversas, e o que leva precisamente os homens a partilharem estas funções é, principalmente, a diferença das suas respectivas condições.

Desta forma, a “Rerum Novarum” insistia em combater a luta de classes, afirmando que:

O erro capital na questão presente é crer que as duas classes são inimigas natas uma da outra, como se a natureza tivesse armado os ricos e os pobres para se combaterem mutuamente num duelo obstinado. Isto é uma aberração tal, que é necessário colocar a verdade numa doutrina contrariamente oposta, porque, assim como no corpo

humano os membros, apesar da sua diversidade, se adaptam maravilhosamente uns aos outros, de modo que formam um todo exactamente proporcionado e que se poderá chamar simétrico, assim também, na sociedade, as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio. Elas têm imperiosa necessidade uma da outra: não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital.

Guiado por estas diretrizes, o pe. Lebreton substituiu as críticas rancorosas de Leão XIII aos socialistas, no final do século XIX, suavizando o discurso contrário a estes e absorvendo elementos críticos aos defensores do capitalismo e do desenvolvimento económico a qualquer custo, passando a pregar o desenvolvimento harmónico, na tentativa de unir trabalhadores e empresários. Assim, tornando-se um crítico do liberalismo económico, passou a pregar maior regulação, afirmando que “*a política do desenvolvimento harmónico é controversa à acumulação sem ordem*” (Perroux: 1967: p. 547)⁴⁸. Desta forma, Lebreton apontava, já no final dos anos 1930, que crescimento e desenvolvimento não eram sinónimos, e que mais importante do que crescer economicamente a qualquer custo, era desenvolver a sociedade, perpassando áreas além da economia, como saúde, educação e cultura.

Se por um lado Lebreton vinculava-se aos estudos marxistas que criticavam o capitalismo, por outro, seu vínculo de sacerdote com a igreja católica o tornava crítico do socialismo. Em 1937, a carta Encíclica “Divini Redemptoris” reafirmou a hostilidade da igreja católica ao comunismo e ao marxismo. Porém, segundo Pelletier (1996: p. 115), existia uma conexão de Lebreton com Marx, de forma que “*une analyse (celle Marx) et une expérience (celle du père Lebreton) se rencontrent dans une même indignation devant le système capitaliste*”⁴⁹.

⁴⁸ O conceito de desenvolvimento harmónico foi criado pelo economista François Perroux, parceiro de Lebreton na fundação do Mouvement Économie et Humanisme que passou a difundir esta doutrina por uma economia humana.

⁴⁹ Tradução nossa: A análise (de Marx) e a experiência (de Lebreton) se encontram na mesma indignação sobre o sistema capitalista.

Unindo sua experiência prática em pesquisas e enquetes sociais com seus estudos teóricos, Lebret buscou adeptos e companheiros que pudessem colaborar numa perspectiva de humanização da economia, e François Perroux foi um dos principais auxiliares que contribuiu com a fundação do Mouvement Économie et Humanisme, na França. Porém, sua constituição formal ocorreu somente em 1941, mais próximo do fim da Segunda Guerra e durante o governo de Vichy, pois, apesar da efervescência intelectual dos anos 1930, conforme já apontamos, Lebret não foi capaz de ultrapassar os limites do pensamento, devido ao avanço do nazismo, culminando com o estouro do período de guerra⁵⁰.

Conforme apontamos anteriormente, além de Perroux e Lebret, participaram da composição inicial do Movimento o filósofo Gustave Thibon, Jean-Marie Gatheron, René Moreaux e Alexandre Dubois. Todos católicos praticantes e com certa influência no meio intelectual e político francês. Porém, conforme já colocamos, o avanço do nazismo atrapalhou o lançamento do Movimento no final dos anos 1930, retardando-o para o ano de 1941, numa perspectiva de recuperar a economia francesa quando a guerra terminasse e engajando-se no governo de Vichy.

Ainda que Lebret discordasse do conceito de luta de classes, difundido por Marx, sua primeira idéia de concepção de um movimento de estudos de economia humana baseava-se no interesse em fundar um centro de estudos marxistas, pois acreditava que, assim, poderia contrapor os males do capitalismo e ao mesmo tempo do socialismo. Para ele havia uma:

Position d'antithèse massive et brutale entre la thèse débordée qu'était le capitalisme et la synthèse equivoque dont le national-socialisme se masquait. Centrer son effort sur le marxisme, c'était en réalité analyser et juger le trois

⁵⁰ Além desses fatores econômicos e políticos, 1939 marca a igreja católica com a ascensão de um novo papa, o Cardeal Pacelli assume a liderança do Vaticano adotando o nome de Pio XII. Seu papado tem duração de cerca de quinze anos e é marcado por forte retrocesso social da igreja, condenação do diálogo com o Marxismo, alinhamento com os Estados Capitalistas e duras críticas ao envolvimento de padres e bispos com questões políticas e sociais, num período que deu início à Guerra Fria.

mystiques conquérantes qui, ensemble, partaient à l'assaut du monde. [...] Mon désir était seulement de travailler à partir du marxisme, sur l'objet nouveau détecté par lui dans le champ des sciences humaines et selon la méthode d'expérimentation objective préconisée ou du moins rêvée par son inspiration première: ce faisant, meilleur nom, j'appelais – l'Économie humaine. Par ailleurs, il s'agissait moins d'étudier historiquement une doctrine théorique que de la confronter avec les deux faits dont elle proclamait et dont j'apercevais la solidarité: le fait économique et le fait humain." (In: Revue Économie et Humanisme n° 17, janv.-fév. 1945)⁵¹.

L'économie humaine n'est ni pour le marxisme, ni contre le marxisme ni au-delà du marxisme. Elle part de la réalité économique que Marx, parmi tous les économistes, a le mieux cernée dans toutes ses dimensions et elle applique à cette réalité une méthode originale : l'enquête socio-économique impliquant les acteurs concernés dans son processus, c'est-à-dire dans la collecte des données, l'analyse des structures, la découverte des mesures à prendre pour passer d'une situation inhumaine ou moins humaine à une situation plus humaine. (Puel, 2004: p. 72) ⁵².

⁵¹ Tradução nossa: Posição de antítese maciça e brutal entre a tese liberalizante que era o capitalismo e a síntese equivocada sobre o que se encobria nacional socialismo. Centrar seu esforço sobre o marxismo, era na realidade, analisar e julgar os três místicos conquistadores, juntos se lançavam no mundo. [...] Meu desejo era somente trabalhar a partir do marxismo, sobre o objeto novo detectado por ele no campo das ciências humanas e segundo o método de experimentação objetiva preconizado ou ao menos visto em sua primeira inspiração: pensando num nome melhor, eu o chamaria – a economia humana. Por outro lado, tratava-se menos de estudar historicamente uma doutrina teórica do que confronta-la com os dois fatos que ela proclamava e que eu percebia como a solidariedade: o feito econômico e o feito humano.

⁵² Tradução nossa: A economia humana não é a favor do marxismo, nem contra o marxismo e nem à margem do marxismo. Ela parte da realidade econômica que Marx, entre todos os economistas, melhor a perseguiu em todas as suas dimensões e ela aplicava a esta realidade um método original: a pesquisa sócioeconômica compreendendo os atores envolvidos no processo, quer dizer, na coleta de dados, análise das estruturas, descoberta de medidas a tomar, para passar de uma situação inumana ou menos humana para uma situação mais humana.

Desse modo, a Economia Humana reconhecia o marxismo enquanto um método científico, desenvolvido por Marx para a interpretação sócioeconômica e seus desdobramentos, ainda que o papa Pio XII houvesse proibido seu vínculo com o catolicismo, em 1940.

Para Pelletier (1996), o projeto de Lebreton remonta a 1928, na tentativa de reencontro da tradição católica com as ciências humanas, a exemplo do que ele havia realizado com a juventude marítima de Saint-Malo, e salienta que *“L’économie humaine doit être une discipline de synthèse, le point de rencontre de toutes les sciences de l’homme et de la société”*⁵³ (idem : p. 42). No entanto, percebemos que o engajamento de Lebreton no diálogo com o Marxismo só ocorreu no final da década de 1930, pois o Mouvement de Saint-Malo ainda trazia uma visão mais conservadora por parte do padre dominicano, cujo objetivo principal era, o de combater o avanço da simpatia pelo socialismo.

Já em 1941, momento de constituição do Mouvement Économie et Humanisme e fundação da Revue Économie et Humanisme, o padre Lebreton, após ter dialogado com o Marxismo e demais pensadores econômicos, havia ampliado sua visão de mundo e sua maneira de interpretar a realidade social e humana presente na Europa. Mantendo a tradição católica, que havia proibido o diálogo da igreja com o marxismo (1937), Lebreton passou a usar o marxismo enquanto ciência e método para interpretação econômica e social. Tem-se aí a conotação do Mouvement Économie et Humanisme enquanto um núcleo de estudos sobre Marx, como era a idéia original de Lebreton, que foi sendo alterada à medida que os demais colaboradores se aproximaram do Movimento.

É importante situar os colaboradores que fizeram parte do ato de fundação de Economia e Humanismo em 1941, em Lyon, pois se trata de pessoas ligadas à elite intelectual e com certa influência e prestígio no governo francês. Neste sentido, fazemos menção, de modo especial, ao economista François Perroux, autor da teoria sobre o desenvolvimento harmônico e um dos principais intelectuais a contribuir na formação econômica de Lebreton. Em 1941, ano de fundação de Économie et Humanisme, era professor na Faculdade de Direito de Paris e já tinha muita reputação como economista. Segundo Pelletier

⁵³ Tradução nossa: “A economia humana deve ser uma disciplina de síntese, o ponto de encontro de todas as ciências do homem e da sociedade.”

(1996: p. 34), foi o principal intelectual a introduzir na França o trabalho da escola marginal vienense, rompendo com a tradição “Durkheimiana” na sociologia francesa. Ligado ao governo francês, atuou como membro da Comissão de Constituição para Vichy, e no mesmo período lançou a Revista *Cahiers Communautaires*, com estudos sobre a população francesa.

Outro militante atuante foi René Moreaux, que já havia colaborado com Lebreton no Mouvement de Saint-Malo e participou da reforma dos pescadores. Ligado à Marinha, como Lebreton em seu início de carreira, nos anos 1930 dirigiu a Revista da Marinha Mercante. Coube a ele presidir o Mouvement Économie et Humanisme até 1944, durante a transição para o pós-guerra.

O Movimento também contou com o apoio do filósofo Gustave Thibon, chamado de filósofo dos agricultores, devido ao seu trabalho nas regiões agrícolas da França, e de membros do governo francês. Além de Perroux, um alto funcionário fez parte da fundação, o agrônomo Jean-Marie Gatheron, ex-chefe de Gabinete do sub. Secretário de Estado da Agricultura (1936-1938). Também o empresário católico Alexandre Dubois, dirigente do Centro dos Jovens Patrões, considerado de idéias avançadas e progressistas, que implantou em sua usina um sistema de remuneração comunitária e durante o fim da segunda guerra participou da Legião Francesa de Combatentes, fez parte do EH.

Além destes participantes, uniram-se ao grupo os padres Loew e Moos que, juntamente com Lebreton e os demais participantes, foram responsáveis pela redação do ato de fundação, chamado de “Manifeste d’Économie et Humanisme”, publicado em fevereiro de 1942.

No manifesto, os autores pregavam EH como um Movimento em busca da esperança de uma ordem social cristã capaz de conciliar o ideal comunitário e a organização corporativa dos profissionais. O rigor ideológico contido no manifesto, pregando uma cultura de paz e tecendo duras críticas ao liberalismo econômico, constituiu, para Pelletier (1996) e Puel (2004), uma virada política um tanto modesta, porém um tormento teórico capaz de municiar a intelectualidade francesa contra o regime de Vichy.

Neste primeiro momento, sob a presidência de René Moreaux, a principal tarefa do EH foi a edição da *Revue Économie et Humanisme*, com tiragem

mensal. Seu conteúdo trazia artigos e ensaios sobre economia e críticas políticas ao regime de Vichy, além de análises sociológicas sobre ações do empresariado e do Estado francês, além do avanço do nazismo durante a segunda-guerra. Sobre a revista editada pelo Mouvement, é importante salientar que o Brasil começou a recebê-la a partir da 4ª edição, graças a assinatura feita pelo Prof. Luiz Anhaia Mello, então diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

3.4. *Économie et Humanisme* construindo um método de trabalho

“... para influir positivamente en un ambiente o en una sociedad, para poder ayurdarle a encontrar su equilibrio y su plenitude es necesario antes conocerlo a fondo y este conocimiento solo puede alcanzarse por uma investigación minuciosa y objetiva, científica, en una palabra.”⁵⁴

Lebret in Manual de Encuesta Social, 1961, p. 11

Conforme Garreau (1997) nos apontou anteriormente, a primeira enquete realizada por Lebret com os marinheiros e pescadores de Saint-Malo, em 1928, apresentava um método que pouco tinha de científico. Tratava-se de um trabalho muito mais empírico, de conhecimento e interpretação da realidade social, sem buscar apenas quantificação numérica para os problemas.

Porém, não podemos esquecer a formação com ênfase na matemática e os estudos de Engenharia Naval, realizados por Lebret nos anos 1910, que lhe renderam conhecimento suficiente acerca das análises estatísticas e interpretações numéricas. Esta formação foi complementada de maneira especial pelas disciplinas de sociologia e filosofia, com as quais Lebret se

⁵⁴ Tradução nossa: “... para influenciar positivamente em um ambiente ou em uma sociedade, para poder ajudá-la a encontrar seu equilíbrio e sua plenitude é necessário antes conhecermos a fundo e este conhecimento só se pode alcançar por uma investigação minuciosa e objetiva, científica, em uma palavra”.

deparou durante sua formação sacerdotal no Convento, e que o qualificou ainda mais para um método de interpretação social.

O método introduzido por Lebreton em *Économie et Humanisme* teve como norma o empirismo, trabalho interpretado como pouco científico pelos intelectuais franceses e que também sofreu críticas por conta dos intelectuais brasileiros ligados à Faculdade de Filosofia e Sociologia da Universidade de São Paulo. Para Pelletier, Lebreton opôs-se à maneira tradicional de fazer análises econômicas e sociais.

Cette méthode, hypothético-déductive, suppose d'abstraire de la complexité du réel un certain nombre de phénomènes économiques, et de leur appliquer un raisonnement économique d'ordre logique à partir d'hypothèses restrictives préalables.”⁵⁵ (1997, p. 123-124).

E assim, contrariando a tendência dos economistas tradicionais, o padre Lebreton buscou com o *Mouvement Économie et Humanisme*, uma maneira de analisar a realidade social, de forma a deduzir e explicar concretamente, diferenciando o “*homo aeconomicus*” dos valores econômicos, abrindo espaço para uma economia das necessidades humanas e criando uma hierarquia destas necessidades. “*Le refus de la méthode hypothétique joue face à la tradition des économistes libéraux un rôle analogue à celui de l'utopie communautaire face à l'individualisme des sociétés industrielles*” (idem, p. 124)⁵⁶. Assim, o método do *Économie et Humanisme* trabalhava de forma relevante para o homem, construindo uma normativa do empirismo, previamente à observação do real, chamando atenção para o risco de não apegar-se a história quando se trata de captar o presente e preparar o futuro. Para Lebreton:

⁵⁵ Tradução nossa: “este método, hipotético-dedutivo, supõe abstrair da complexidade do real um certo número de fenômenos econômicos, e de lhes aplicar um raciocínio econômico de ordem lógica a partir de hipóteses restritivas preliminares”.

⁵⁶ Tradução nossa: “A recusa do método hipotético desempenha face à tradição dos economistas liberais, um papel análogo à da sua utopia comunitária face ao individualismo das sociedades industriais”.

... realizar una encuesta no es asistir a un espectáculo. La encuesta há de servir para la elevación humana de la población que se entrevista. De ahí la organización de asociarse com los interesados, haciendoles comprender los fines que se persiguen y que se trata de un importante servicio que se presta al grupo, a la localidad o al conjunto de localidades.⁵⁷ (1961, p. 101)

Um século antes, o economista Pierre-Frederic Le Play deu início aos estudos que ficaram conhecidos como economia doméstica, onde ele apontava a importância de se levar em consideração os estudos sobre a família e seu orçamento doméstico, para se determinarem as condições sociais nas quais se encontrava a sociedade em que viviam. Pois para ele, a família era a base da estrutura social. Um fator que se repete no pensamento econômico de Le Play, na confecção de sua hierarquia das necessidades humanas.

Para Le Play, através do orçamento familiar era possível estudar, através do rendimento e da despesa, toda a vida da família, especialmente no que toca aos seus hábitos de consumo. A partir da realidade social, seria possível estudar aspectos como a inserção social e econômica da família, conseguindo chegar ao entendimento das sociedades mais vastas. Consciente da degradação das condições de vida das camadas populares, como consequência da inexistência das solidariedades tradicionais em espaço urbano, Le Play defendeu ao longo do século XIX, medidas para reforçar a “instituição familiar” para apoiar o indivíduo.

Em 1944, *Économie et Humains* publicou, sob a autoria de Le Play, um manual chamado “Méthode d’enquête”, demonstrando maneiras de interpretação da realidade social e econômica e apresentando o método de trabalho que EH introduziu em seus estudos. O Método trazia referências das disciplinas da economia, estatística, sociologia e geografia, apontando para a

⁵⁷ Tradução nossa: “... realizar uma enquête não é assistir a um espetáculo. A enquête tem de servir para a elevação humana da população que se entrevista. Daí a organização de associar-se com os interessados, fazendo compreender os fins que se perseguem e que se trata de um importante serviço que se presta ao grupo, à localidade ou ao conjunto de localidades”.

necessidade do pesquisador ir a campo buscar suas referências e conhecer a realidade social.

Mais la méthode statistique se révèle à son tour décevante, car elle impose la sélection de critères quantifiables au risque de perdre de vue les éléments qualitatifs du modo de vie. L'enquête Économie et Humanisme s'élabore dans cette tension entre qualitatif et quantitatif, entre monographie et statistique: l'effort portera sur la constitution d'échelles de valeur pour chaque critère nom quantifiable⁵⁸ (Pelletier, 1996, p. 134).

O “Méthode d'enquête” foi substituído em 1961 com a publicação do “Manual de Encuesta Social”, também de autoria de Lebrecht. O Manual já demonstrava maior afinidade de EH com o campo do urbanismo e apresentava a cidade como seu espaço de atuação e possibilidade de construção da política do desenvolvimento harmônico.

Lebrecht apontava para as seguintes etapas na busca pela interpretação da realidade social: a primeira etapa, chamada de contato global, ocorrendo de maneira intuitiva, *“sintética para percepção rápida das estruturas mais fundamentais, tais como método de observação direta”* (Lebrecht: 1961, p. 39). Esta primeira etapa permitiria ao pesquisador de campo afastar-se e aproximar-se do grupo em estudo, realizando apontamentos prematuros, sem valor empírico, que necessitariam ser comprovados, posteriormente, através do método estatístico, numa segunda etapa do trabalho. A última etapa consistiria numa intuição global, após confirmação numérica e com a possibilidade de intervenção na realidade social.

Desta forma, EH inaugurou um trabalho de pesquisa empírica, isso após ter realizado algumas tentativas de adesão ao cientificismo estatístico. O empirismo era visto por Lebrecht como uma maneira mais humanizada de se

⁵⁸ Tradução nossa: “Mas o método estatístico revela-se, por si só, ilusório, pois ele impõe a seleção de critérios quantificáveis, com o risco de perder de vista os elementos qualitativos do modo de vida. A enquete Economia e Humanismo se elabora nesta a tensão entre qualitativo e quantitativo, entre monográfica e estatística: o esforço se fará para a constituição de escalas de valor para cada critério não quantificável”.

conseguirem os dados referentes à realidade social e econômica da sociedade. Porém, era necessário que os dados obtidos em suas pesquisas de campo se constituíssem em um diagnóstico e um relatório com os apontamentos. Por isso, EH introduzira os diagramas como forma de representação gráfica. “*Et c’est la fonction des diagrammes circulaires que de pouvoir être superposés, comparés et réduits enfin à une moyenne significative.*”⁵⁹ (Pelletier, 1996, p. 134).

Vemos que existia em Lebreton preocupação em demonstrar às demais pessoas os resultados de seu trabalho empírico, e por isso Économie et Humanisme, se apropriava de métodos e ferramentas gráficas para esboçar suas análises⁶⁰. Porém, não consideramos os diagramas elaborados por Lebreton de fácil leitura e compreensão aos olhos comuns. Vejamos a seguir um diagrama em gráfico desenvolvido por Économie et Humanisme.

⁵⁹ Tradução nossa: “E é função dos diagramas circulares poderem ser superpostos, comparados e reduzidos, enfim, a uma média significativa”.

⁶⁰ A questão gráfica é incorporada ao trabalho do Mouvement Économie et Humanisme a tal ponto que a difusão do Movimento pelos países latino americanos incorporou em suas siglas a terminologia “gráfica”. No Brasil é fundada a SAGMACS – Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais e na Colômbia a SAGMAESCO – Sociedade Gráfica e Mecanográfica de Estudos de Economia e Humanismo.

Figura 14

Diagrama das Margaridas, para pesquisa dos hábitos familiares

Fonte: Puel, 1996, p. 439

Dissemos anteriormente que o Mouvement Économie et Humanisme foi um Movimento de contraponto à ordem social vigente, que tentou demonstrar outras possibilidades para o desenvolvimento econômico e a harmonia entre as classes. Porém, é possível dizer que o trabalho de Lebreton, enquanto pesquisador, também propunha inovação frente às pesquisas científicas, rompendo com tradições clássicas da economia e da estatística e integrando as

ciências, abrindo espaço para o trabalho interdisciplinar. Estes avanços no método interpretativo foram incorporados às enquetes e estudos realizados pelo Mouvement Économie et Humanisme e difundiram-se por diversos países, chegando inclusive no Brasil.

3.5. Brasil e terceiro mundo no foco de *Économie et Humanisme*

Em 1947, o médico e geógrafo brasileiro Josué de Castro publicou o livro “Geografia da Fome”, resultado de seus estudos sobre fisiologia, antropologia e geografia no Brasil. Este trabalho teve grande repercussão no meio acadêmico intelectual nacional e também obteve reconhecimento fora do país, como obra de grande prestígio. Desta forma, a obra de Josué de Castro ficou conhecida também na França e aguçou a curiosidade do padre Lebreton, estudioso das questões do desenvolvimento econômico, sobre o Brasil.

Em 1952, o historiador e antropólogo francês Alfred Sauvy empregou, pela primeira vez, a terminologia “terceiro mundo” ou “terceiro Estado”, em artigo publicado na revista L’Observateur, para denominar os países localizados na América Latina e África, os quais, para ele, viviam em situação ainda precária, apesar de apresentarem amplas possibilidades de melhoria e desenvolvimento local. Assim, a referência de Sauvy mostra que no período pós-segunda guerra e no início dos anos 1950, o Brasil, assim como os demais países da América Latina, já eram reconhecidos e alvo de estudos da intelectualidade européia.

Porém, foi a leitura de “Geografia da Fome” e o conhecimento de Perroux por ocasião de sua visita à USP, em 1946⁶¹, que levaram Lebreton a ter interesse

⁶¹ O economista francês Prof. François Perroux esteve no Brasil em 1946 por ocasião do início do curso de Economia na Universidade de São Paulo. Em sua visita, Perroux colaborou na formação das linhas metodológicas do curso e influenciou alguns dos professores que ingressaram na universidade, formando jovens nesta nova disciplina oferecida no Brasil.

em visitar e conhecer o Brasil. Desde Lyon, o padre já enxergava aqui no Brasil a possibilidade de utilização de seu método de *Économie et Humanisme* como ferramenta de experimentação para intervenção nas questões do desenvolvimento nacional brasileiro.

Esta trajetória era possível, porque desde a fundação de *Économie et Humanisme*, em 1941, Lebrete se qualificou como um pensador econômico, sendo reconhecido por alguns como sociólogo e por outros como economista. Nos anos 1940, os conhecimentos obtidos durante o curso de engenharia não se mostravam tão explícitos, mas voltaram à tona quando Lebrete deu início a seu trabalho de pesquisas urbanas, mais especificamente no Brasil. Porém, o reconhecimento do trabalho de Lebrete e de *Économie et Humanisme* levou-o a fazer uma série de viagens, a fim de ampliar seu campo de conhecimento e sua base de pesquisa. Estas viagens foram iniciadas após o fim da segunda Guerra e ocorreram primeiramente em países da Europa, como Bélgica, Luxemburgo, Alemanha, Suíça, Dinamarca e Suécia, no ano de 1945.

No Brasil, o contexto pós-segunda guerra mundial coincidiu com o processo de redemocratização do país, que tornou o quadro político social mais complexo do que nos países europeus, arrasados pela guerra. Tanto o Brasil quanto os países latino americanos não haviam assumido posicionamento tão marcante frente à guerra, não tendo se alinhado nem com os países do Eixo e nem com os países Aliados, o que garantiu maior segurança durante o período de batalhas.

Neste período, a atividade industrial brasileira desenvolveu-se de maneira expressiva, em decorrência do arraso do parque industrial europeu. Havendo necessidade de produção de materiais e fornecimento de equipamentos para os países que estavam envolvidos nas batalhas, o governo brasileiro soube aproveitar este momento e investir nas áreas de ponta, para que a indústria se desenvolvesse e gerasse importantes conquistas à nação brasileira. Este desenvolvimento fez o Brasil ampliar seu saldo na balança comercial, pois nunca antes a indústria havia exportado tamanha quantidade de produtos manufaturados à Europa.

Temos então a combinação de bons números na economia e a reconstrução de um novo tempo com a reabertura das vias democráticas, o que

gerou clima de otimismo entre a elite empresarial e os trabalhadores brasileiros. Foi neste contexto que o padre Lebret foi convidado, em 1947, a oferecer um curso de Economia Humana e Planejamento Econômico junto à ELSP – Escola de Sociologia e Política, em São Paulo, cujos alunos eram, em sua maioria, representantes da elite intelectual e empresarial paulistana, preocupados em impor ao Brasil um novo projeto de desenvolvimento econômico.

Lebret chegou ao Brasil em junho de 1947, tendo sua passagem paga pela FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, órgão de representação dos interesses da elite industrial paulista, capaz de exercer significativa influência no governo federal. No entanto, cabe-nos salientar que as informações sobre sua primeira vinda são imprecisas, pois ainda que o pagamento da passagem aérea pela FIESP esteja comprovado em seu diário, Lícia Valladares aponta que a vinda de Lebret ao Brasil foi intermediada pelos dominicanos de São Paulo, que haviam estado no Convento d'Angers e conhecido o trabalho de EH na França.

A disciplina oferecida por Lebret na área de economia, dentro do programa de pós-graduação em Ciências Sociais da ELSP⁶², teve duração de um semestre, e foi neste período que ele aproveitou para estreitar seus contatos no Brasil, bem como aperfeiçoar seu conhecimento sobre o terceiro mundo. Assim, além dos padres dominicanos, Lebret estreitou seus laços com importantes lideranças empresariais e intelectuais, como o Prof. Lucas Nogueira Garcez, Prof. Luiz Cintra do Prado, Prof. Antonio de Bezerra Baltar, Prof. Luiz Anhaia Mello, o sociólogo Frank Goldman, o empresário Olívio Gomes, o Desembargador João Batista de Arruda Sampaio, jovens com aspirações políticas como Wladimir Toledo Piza, André Franco Montoro e Carlos Alberto Alves Carvalho Pinto, Darcy Passos, além de seus contatos no meio religioso, através da Fraternidade Leiga dos Dominicanos.

Porém, as idéias difundidas por Lebret em seu curso eram consideradas por algumas lideranças empresariais avançadas demais e muito simpáticas à

⁶² O Programa da Disciplina oferecida por Lebret em 1947 pode ser conferido no final deste capítulo, como Anexo-1.

planificação da economia⁶³, o que para eles era visto como ferramenta utilizada pelos países de economia socialista, como a U.R.S.S, encabeçada pela Rússia, sendo, portanto, nocivas aos interesses econômicos individuais, presentes no ideário da classe empresarial paulistana. Até mesmo setores da igreja católica o consideravam subversivo à ordem social vigente, e por isso Lebret passou a ser mal visto pelos padres mais conservadores e também pelo governo do Presidente Dutra.

Segundo Lamparelli (2007), a situação de Lebret no Brasil se agravou quando o presidente Dutra, juntamente com o Congresso Nacional, cassou o registro de legalidade do Partido Comunista Brasileiro – o PCB. Mesmo sem haver empatia do partidão com Lebret, ele criticou o governo brasileiro dizendo que um país que cassa o registro de um partido político, não pode ser considerado um Estado de direito e muito menos um país democrático. Estas palavras de Lebret levaram o governo federal, juntamente com a cúpula da igreja católica brasileira a negociar o retorno de Lebret à França, tendo o apoio do Vaticano, a proibição de retornar ao Brasil e aos demais países da América Latina, que perdurou até 1953, quando ele retornou para colaborar com o governo de Garcez, no Estado de São Paulo.

É necessário apontar que a proibição dada pelo Vaticano a Lebret se estendeu aos demais países da América Latina, pois no mesmo ano ele havia visitado o Chile, a Argentina e a Colômbia, e também disseminado seus pensamentos progressistas sobre democracia e desenvolvimento econômico, desagradando algumas lideranças católicas, favoráveis a uma igreja mais tradicionalista, voltada exclusivamente à doutrina cristã e fechada para a realidade social e os problemas da população católica no mundo.

No entanto, como era comum, por onde passava Lebret costumava disseminar o Mouvement Économie et Humanisme e angariar adeptos para suas idéias. E no Brasil, Chile e Colômbia não foi diferente, havendo no Chile aceitação de suas idéias, incorporadas até pelo governo nacional, vinculado à Democracia Cristã, nos anos 1950. Já no Brasil e na Colômbia, a vinculação

⁶³ No contexto pós segunda guerra, é importante diferenciar a planificação econômica das idéias sobre o planejamento urbano.

com o EH ficou por conta da fundação de organizações sociais autônomas, que funcionavam como apêndice institucional do Movimento francês.

Por ocasião de seu retorno à França, no final do ano de 1947, a ordem recebida na carta de Roma era de que Lebret deveria reportar-se ao papa Pio XII, relatando os problemas ocorridos durante sua estada no terceiro mundo, esperando-se a repreensão da igreja a ele. Coube ao Núncio Apostólico em Paris, cargo que era exercido pelo Cardeal Angelo Roncalli, que em 1958 tornou-se o papa João XXIII ⁶⁴, repreender o padre Lebret. Em 24 de novembro de 1947, ambos tiveram uma conversa, relatada no diário de Lebret, como muito cordial, onde Roncalli o advertia de que não havia na igreja católica consenso sobre o uso do termo “humanismo”, e que isso poderia ser confundido com outras aspirações, recomendando a Lebret maior cuidado em seu trabalho e em suas aspirações sociais.

*“Roncalli adressa quelques avertissements: le mot ‘humanisme’ pouvait prêter à confusion dès lors qu’on avait ‘tendance à l’employer aujourd’hui dans le sens d’antichristianisme’”*⁶⁵ (Pelletier, 1996, p. 208). Neste período instaurava-se o contexto político da Guerra Fria e, na visão da igreja, a ameaça do socialismo frente ao capitalismo era real, sendo necessário o afastamento de qualquer percepção simpática a uma doutrina mais progressista que a vigente.

No Brasil, o quadro político era um tanto mais tumultuado do que esta oposição entre capitalistas e socialistas, pois dentro da própria esquerda havia pensadores mais progressistas e também mais conservadores. Desta forma, notamos a existência, dentro das forças à esquerda, de liberais conservadores, democratas cristãos e os integralistas, movimento ao qual D. Hélder Câmara, Arcebispo de Olinda, havia participado nos anos 1940.

⁶⁴ O papado de João XXIII é considerado pelos historiadores como dos mais progressistas, devido seu trabalho na organização do Concílio Vaticano II, que culminou com a abertura da igreja para o mundo e uma ampla reforma social da estrutura eclesiástica.

⁶⁵ Tradução nossa: “Roncalli faz algumas advertências: a palavra ‘humanismo’ poderia ser alvo de confusão desde que houvesse a tendência de empregá-la, hoje, no sentido de anticristianismo.”

O PCB não simpatizava com as idéias de Lebret, pois elas se opunham ao conceito de luta de classes, pregando o desenvolvimento harmônico, o que para Luis Carlos Prestes era impossível de ocorrer sem uma justa distribuição de renda. A seu ver, isto só seria alcançado em caso de vitória da classe trabalhadora sobre o capital, com a mesma tomando os meios de produção e o controle do Estado. Assim, a Democracia Cristã, que conseguia reunir liberais conservadores e simpatizantes do socialismo, era o espaço ao qual Lebret se vinculava com maior empatia aqui no Brasil.

3.6. A fundação da SAGMACS em São Paulo, Brasil

A Sociedade para Análises Gráficas e Mecnográficas Aplicadas aos Complexos Sociais – SAGMACS foi fundada oficialmente na cidade de São Paulo, em 1947, tendo como seus dirigentes o Engenheiro politécnico Prof. Luiz Cintra do Prado, o Engenheiro Eletricista Prof. Lucas Nogueira Garcez e o Frei dominicano Benevenuto de Santa Cruz. Esta iniciativa colocou o Brasil na rota do Mouvement Économie et Humanisme e instituiu a cooperação técnica entre Brasil e França e, conseqüentemente, entre os membros ligados a Lebret em Lyon e à SAGMACS em São Paulo.

Conforme apontamos anteriormente, a instituição da SAGMACS no Brasil esteve vinculada à vinda do padre Lebret no mesmo ano, na ocasião em que ofereceu a disciplina de Planejamento Econômico e Economia Humana no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais junto à ELSP – Escola de Sociologia e Política, em uma visita a São Paulo e demais países da América Latina. Neste período, o Mouvement Économie et Humanisme foi bastante difundido no Brasil e desta forma ganhou forças para ter em São Paulo um grupo de intelectuais vinculado a Lebret, na França.

Porém, é importante lembrar que o Brasil vivia um período de extrema complexidade política. O período conhecido como Estado Novo, empreendido pelo presidente Getúlio Vargas, havia terminado e Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro da Guerra (1936-1945), sido eleito presidente da República, em

eleições diretas em 15 de novembro de 1945, pelo PSD – Partido Social Democrata, em coligação com o PTB de Vargas. Devido ao desenvolvimento obtido pela industrialização ocorrida no país durante a segunda-guerra mundial, o Brasil detinha significativo saldo na balança comercial e assim vislumbrava fazer parte do hall de países modernos e desenvolvidos do mundo.

Conforme nos aponta Lícia Valladares, neste período, “a *vida política no Brasil se caracterizou por uma presença crescente dos comunistas, e pela necessidade de a igreja católica reagir à ascensão do marxismo. Naquele momento, cristãos e elites anticomunistas buscavam um projeto político para uma sociedade em plena reconstrução*” (2005, p. 79). Dessa forma, a elite e o governo perceberam a necessidade de adotar um discurso social mais conciliador, visando o afastamento das ambições socialistas.

Neste contexto, São Paulo, através de sua indústria, esbanjava os lucros obtidos com o advento da industrialização recente e projetava-se como a cidade brasileira melhor preparada para alinhar-se com as demais capitais de países desenvolvidos, mundo afora. Tal fato, por si só, já aguçou a curiosidade de Lebreton em entender e interpretar o que esta cidade industrial brasileira teria de coincidências e diferenças em relação às cidades industriais francesas ⁶⁶.

Esta condição de cidade desenvolvida, alcançada por São Paulo, também a fez superar a capital federal – Rio de Janeiro, em importância política, ao menos no que diz respeito ao empresariado industrial local. Estes empresários pretendiam consolidar-se enquanto a nova elite econômica e política não só de São Paulo, mas também do Brasil, e por isso passaram a pensar em um projeto de nação, que para eles encontrava-se ausente do governo de Dutra.

As idéias de desenvolvimento harmônico difundidas pelo padre Lebreton no Mouvement Économie et Humanisme o qualificaram como uma autoridade na área do desenvolvimento econômico – conforme já demonstramos anteriormente – e por isso, no Brasil, ele causou grande interesse ao empresariado industrial

⁶⁶ Em 1951, Lebreton publicou no Cahiers d'Économie Humaine nº 2-3, publicação trimestral mantida pelo Centre d'Etude des Complexes Sociaux do Mouvement Économie et Humanisme, um artigo intitulado “Connaitre une population”, aonde é apresentado um estudo sobre a cidade de São Paulo, chamado de “Le logement de la population de São Paulo (Brésil)”, apontando as diferenças entre a cidade industrial brasileira e as cidades industriais francesas.

paulista. Estes, por sua vez, buscavam uma maneira de alavancar o Brasil enquanto grande potência mundial, e então sentiram que naquele momento a possibilidade era real, em função dos custos que os países europeus haviam tido com a reconstrução de suas cidades, no pós-guerra. Lebret também enxerga no Brasil e em demais países do chamado terceiro mundo tal possibilidade. Porém, não queria repetir os mesmos erros que os avanços do capitalismo causavam na Europa. Verificando os anseios da elite na construção de novos valores para a sociedade brasileira, e a tentativa em adotar um discurso social conciliador, Lebret reconheceu no Brasil a possibilidade de implantar uma espécie de laboratório para suas idéias acerca do desenvolvimento harmônico.

Em São Paulo, o Mouvement Économie et Humanisme não chegou a se constituir enquanto uma organização social ou centro de estudos, a exemplo de Lyon, na França. Porém, a SAGMACS foi constituída como este braço institucional de EH no Brasil, com o objetivo de realizar trabalhos e estudos aplicados. Daí o nome de Sociedade para Análises Gráficas e Mecnográficas Aplicadas aos Complexos Sociais, que em seu início esteve vinculada a intelectuais de notoriedade, entre homens da elite industrial paulista. E foi neste meio que Lebret difundiu seus conhecimentos, visando chegar ao aparelho do Estado e assim apresentar serviços no âmbito da planificação econômica.

Esta parceria com a elite industrial foi tão rendosa a Lebret que levou a SAGMACS a ter sua primeira sede, instalada no Jockey Club de São Paulo, com espaços reservados aos diretores da equipe, que já começavam a estruturar trabalhos para possíveis parceiros e investidores. Além disso, é importante notar que, neste primeiro momento, a SAGMACS era subsidiada pelo Jockey⁶⁷.

Causa a nós, no mínimo estranheza quanto esta vinculação da SAGMACS com o Jockey Club, pois render-se a uma parceria com o Jockey não

⁶⁷ O Jockey Club de São Paulo foi fundado no final do século XIX por 73 sócios oriundos da elite paulistana. Entre os seus fundadores destaca-se Rafael Aguiar Paes de Barros, jovem empresário defensor da república e dos avanços modernos em São Paulo. Apesar das dificuldades impostas a sua atividade fim – Corrida de Cavalos – ter sofrido inúmeros reveses ao longo de sua existência, a Associação Jockey Club nunca deixou de funcionar como uma sede de encontro da elite empresarial paulistana, servindo inclusive como local para articulações políticas e encontros empresariais.

nos permite afirmar, neste período, que haveria possibilidade de uma vinculação de economia harmônica e muito menos à esquerda. Pois, os dirigentes e freqüentadores do Jockey identificavam-se com uma doutrina econômica capitalista, no mínimo mais monetarista do que progressista, permitindo-nos identificá-los num campo de centro-direita, movimento contrário ao qual a historiografia consagrou as ações de Lebreton, tido por estudiosos como um homem progressista, mais vinculado à esquerda, tendo alguns autores atribuído a ele simpatia ao comunismo. Porém, este quadro expressava a complexidade política e social por que passava o Brasil, onde empresários, amedrontados com as aspirações comunistas e o crescimento destas em meio aos trabalhadores, buscavam suavizar seus discursos, tentando demonstrar conciliação de interesses.

É por isso que Lamparelli (1994) aponta a existência de três períodos distintos na cronologia da SAGMACS e de suas atividades, que duraram cerca de quinze anos. Segundo Lamparelli, podemos dizer que existe neste primeiro momento a vinculação da equipe a esta elite industrial, por necessidade de institucionalização enquanto sociedade civil organizada, para realização de serviços no campo da planificação econômica e dos levantamentos sociais. Porém, durante os anos 1950, a SAGMACS tornou-se uma organização social responsável por estudos urbanos sobre a cidade e, mais tarde de planejamento urbano e regional.

Neste sentido, é importante situar que Lebreton, já reconhecido como economista, buscou como inspiração para seus estudos sobre a cidade, o urbanista francês Gaston Bardet, que entre 1943 e 1948 havia publicado alguns artigos na revista do EH. Segundo Choay (1983: p. 253), o trabalho de *“Bardet é reconhecido nos anos 1930 pela sua oposição ao urbanismo progressista de Le Corbusier, em decorrência de uma aproximação mais culturalista da cidade tornando-se o principal promotor desta corrente na França”*.

É importante mencionar que, além de Bardet, a formação urbanística de Lebreton também foi marcada pelo trabalho de Patrick Geddes e Lewis Mumford, que somados a Bardet fizeram com que o padre dominicano pensasse em um espaço urbano autenticamente comunitário. Este ideário do urbanismo lebretoniano encontra-se de certo modo em consonância com o urbanismo de

Anhaia Mello, professor e diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, homem de grande prestígio no meio político e intelectual.

Se é verdade que o padre Lebrez conseguiu penetrar em certos meios políticos através de suas relações com Lucas Garcez e Josué de Castro, é fundamental assinalar que desde a sua primeira estada no país, [...], a universidade brasileira não lhe havia aberto as portas, como fizera para outros franceses ou não, com um perfil mais acadêmico. Também é bom lembrar que a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), que acolheu o padre, não fazia parte da USP. A própria Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, que havia trazido ao Brasil personagens como Braudel, Lévi-Strauss, Monbeig ou Bastide, não recebeu Lebrez (Valladares, 2005, p. 80).

Dessa forma, é fundamental destacarmos a contribuição de Anhaia Mello em relação à abertura das portas da USP para Lebrez, através da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e não da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Através desta aproximação da SAGMACS com a FAU, foi possível despertar em alguns dos seus alunos o interesse pelo trabalho urbanístico junto a Lebrez ⁶⁸.

Voltando seu campo de atuação mais para a questão urbana e regional, em 1953 a SAGMACS foi contratada pelo então Governador Lucas Nogueira Garcez, para realização de um plano de eletrificação do Estado de São Paulo. Garcez solicitou a presença de Lebrez para a coordenação deste plano, porém era necessário retirar as restrições que haviam sido impostas pelo Vaticano, quando do retorno do padre ao Brasil, e então, juntamente com o Cardeal Carlos Mota, Garcez intermediou num esforço conjunto o retorno do padre Lebrez a São Paulo.

A contratação da SAGMACS pelo governo estadual paulista, deu início ao que Lamparelli e Leme chamam de segunda fase de trabalhos da equipe, quando teve início a conotação de um organismo de consultoria em planejamento urbano e regional.

⁶⁸ Neste sentido, Leme, Lamparelli e Valladares salientam a importância de Lebrez numa contribuição inaugural nos estudos de planejamento urbano em São Paulo, descrevendo detalhadamente seus aspectos metodológicos.

O estudo das “Necessidades e Possibilidades de Desenvolvimento do Estado de São Paulo” foi coordenado por Lebrete e pela primeira vez a SAGMACS formou uma equipe ampla, com profissionais das áreas da economia, sociologia e arquitetura, abrindo espaço para o trabalho interdisciplinar. Na ocasião Lebrete viajou e conheceu todo o território paulista, através da Bacia do Paraná-Uruguai, e verificou de perto as condições de vida da população e suas necessidades básicas, percebendo as mudanças em relação às condições que estava acostumado a verificar no primeiro mundo.

O estudo interestadual da Bacia Paraná Uruguai envolveu cerca de quarenta e cinco pessoas, entre engenheiros, economistas, arquitetos e sociólogos. A coordenação do estudo ficou a cargo de Alain Birou, Benevenuto de Santa Cruz, Louis-Joseph Lebrete, Luiz Carlos M. Goelzer e Raymond Delprat.

Em 1954, Lebrete aproximou-se do engenheiro pernambucano Antonio de Bezerra Baltar, e em parceria com ele desenvolveu um estudo para o desenvolvimento do Estado de Pernambuco, aliando economia com fatores sociais e urbanísticos. Nota-se, então, a presença e proximidade de Lebrete com duas importantes lideranças do urbanismo brasileiro, Baltar e Anhaia Mello. No caso de Anhaia Mello nota-se sua proximidade com as teorias do planejamento urbano e regional difundidas por Patrick Abercrombie, na Inglaterra e Estados Unidos. Baltar demonstrava profunda erudição no conhecimento das teorias urbanísticas difundidas internacionalmente na primeira metade do século e demonstrava simpatia pela inclusão dos estudos demográficos em seus planos urbanos. Soma-se a esta visão regionalista e estatística, a visão organicista de Bardet e temos aí a fórmula urbanística que deu início aos trabalhos urbanos da SAGMACS, neste primeiro momento.

Se esta foi a combinação de referências no campo do urbanismo, não podemos esquecer, que neste primeiro momento da SAGMACS, a principal contribuição de Lebrete foi a introdução do trabalho interdisciplinar, unindo profissionais e saberes da economia, sociologia, arquitetura e geografia. Cabe-nos dizer que no campo da sociologia a SAGMACS foi influenciada pelo pesquisador norte-americano Donald Pierson, vinculado à Escola de Chicago, e do francês Chombart De Lauwe, além do trabalho estatístico de Le Play.

Com o estudo “Necessidades e Possibilidades de Desenvolvimento do Estado de São Paulo”, a SAGMACS ganhou notoriedade e conseguiu legitimidade enquanto organismo de consultoria em planejamento urbano regional. O trabalho em parceria com Baltar, no Recife, expandiu o limite físico de atuação da equipe e novos contratos foram firmados na área de urbanismo. Porém, o mais importante deles se deu em 1956, num convênio firmado com a prefeitura de São Paulo, intitulado “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana”, maior pesquisa empírica realizada até aquele momento no país, e que estudaremos e apresentaremos ao longo dos próximos capítulos.

Cronologia dos principais trabalhos da SAGMACS:

1947	Le Logement de la Population de São Paulo;
1948	Pesquisa sobre as condições de vida dos trabalhadores do Jockey Club;
1952-1955	Estudo das Necessidades e Possibilidades de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, Bacia do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;
1954	Estudo para elaboração do Plano Diretor de Ourinhos, SP;
1955	Estudo sobre possibilidades de desenvolvimento do Pernambuco;
1956-1958	Estudo da Aglomeração Paulistana;
1958-1962	Estudo da Aglomeração de Belo Horizonte e Relatório para o Plano Diretor de Belo Horizonte, MG;
1959-1960	Estudo para o desenvolvimento do Estado da Guanabara;
1959-1961	Estudo sobre os problemas sócioeconômicos de Ipatinga, MG;
1961	Relatório sobre os problemas da Saúde Pública no Paraná;
1961-1962	Projeto para a região do Araguaia, SP;
1962	Estudo para revisão agrária de São Paulo;

1962	Estudo para concepção de um programa de gestão dos Armazéns Gerais do Estado do Mato Grosso;
1962	Estudo para implantação de um loteamento no município de São Paulo;
1962	Estudo para implantação de um loteamento no município de São Vicente;
1962-1963	Plano Diretor para Sorocaba, SP;
1962-1963	Plano Diretor para Barretos, SP;
1962-1963	Estudo para implantação de uma política habitacional em São Paulo;
1963	Estudo para um programa de Educação Fundamental;
1963	Comunidades Territoriais do Paraná;
1963	Projeto para rede de Água e Esgoto no Estado do Paraná;
1963	Relatório sobre o serviço de Água e Esgoto: Análise da situação dos sistemas nas redes de municípios do interior de São Paulo;
1963-1964	Prospecto dos Problemas de Desenvolvimento de Ubatuba, SP;
1964	Energia Elétrica no Estado de São Paulo;

Re-conhecendo os Problemas Paulistanos

A atuação da SAGMACS e Lebrecht em 1956 - 1958

4.0. Introdução

Neste capítulo, introduzimos o objeto de pesquisa que deu origem a esta dissertação de mestrado, o estudo da “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana”, trabalho que, conforme já dissemos, foi realizado pela Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais para a Prefeitura paulistana, no final da década de 1950.

Neste quarto capítulo, daremos início à discussão sobre a abrangência que este estudo teve na elaboração de um diagnóstico urbanístico das condições sociais e estruturais da cidade de São Paulo e dos municípios vizinhos. Primeiramente, discutiremos os aspectos da contratação e dos termos do contrato, assinado entre Prefeitura e SAGMACS, em outubro de 1956. Num segundo momento deste capítulo, apresentaremos a forma como a pesquisa urbana realizada pela SAGMACS se apresentou para o meio técnico, como relatório de análise sobre os problemas da cidade.

É bom lembrar que o estudo elaborado não se impõe enquanto plano urbanístico para a cidade, mas sim com o intuito único e exclusivo de levantar e apontar para os dados da realidade social e econômica existente em São Paulo. Para tanto, propomos delimitar este capítulo à apresentação do relatório apenas enquanto organização textual, sem uma análise aprofundada sobre o material, a qual acontecerá no quinto capítulo de nossa dissertação.

4.1. Anos 1950 em São Paulo: Novos Tempos e Novos Problemas

Conforme já apontado anteriormente, no segundo capítulo de nossa dissertação, o contexto pós-segunda guerra mundial trouxe transformações profundas na organização espacial e econômica da cidade de São Paulo. Além do acúmulo de saldo na balança comercial e o inchaço populacional, o fenômeno da metropolização também se impôs à realidade social e econômica da paisagem urbana.

São Paulo chegou nos anos 1950 esbanjando um ritmo de crescimento econômico ainda mais acelerado que nas décadas anteriores. A imagem da capital moderna presente nos discursos das autoridades e da classe empresarial, desde o início do século XX, passou a ser reinterpretada, agora sob as bases do que constituía o modo de vida metropolitano, buscando o alinhamento de São Paulo com as principais cidades do mundo, como Londres, Nova York, Chicago, Washington, Berlim, Paris e Buenos Aires, mostrando maior consonância com as teorias do urbanismo norte-americano.

O fenômeno da metrópole florescia em algumas das cidades brasileiras e, assim como em São Paulo, o novo estilo de vida das populações urbanas das grandes cidades passou a ser incorporado também no Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Belo Horizonte, abrindo campo para a consolidação do ideário modernista das grandes vias públicas, do crescimento da produção industrial, da incorporação do automóvel e dos arranha céus à paisagem da cidade. Porém, apesar da influência nas demais capitais brasileiras neste período, coube primeiro a São Paulo o alinhamento com as metrópoles mundiais, pois desde os anos 1940 a cidade já havia superado o Rio de Janeiro economicamente, e durante a década de 1950, também superado em número de habitantes, ampliado e muito seu mercado consumidor, além de ter visto seu parque industrial crescer a olhos vistos, durante a 2ª Guerra Mundial, o que intensificou o acúmulo de capitais da indústria nacional, que em grande parte se localizava no Estado de São Paulo, sobretudo na capital paulista e nas cidades em seus arredores.

Semelhante ao movimento econômico ocorrido no início do século XX, quando o Estado de São Paulo, tendo já consolidado sua malha ferroviária, tirou proveito deste avanço tecnológico e do saldo positivo em sua balança comercial, quando ocorreu a crise do café. São Paulo, utilizou-se do saldo na balança comercial, para investir capital em novas atividades econômicas e, sobretudo, desenvolver a indústria, consolidando-se como principal parque industrial do país. No pós-guerra, dispondo de capital excedente, foi capaz de investir nos novos símbolos do progresso e do desenvolvimento, levando as autoridades e a elite empresarial a festejarem os índices de crescimento populacional intensificados na década de 1940, que rendeu a São Paulo, no período, o título de cidade que mais cresceu no mundo. Também graças ao saldo na balança comercial, houve possibilidade de investimento de capital em obras arquitetônicas e de melhorias da infraestrutura urbana, fazendo assim com que São Paulo adquirisse cada vez mais a fisionomia das grandes metrópoles, sobretudo as norte-americanas.

Figura 15

Imagem a partir do Parque D. Pedro I, de onde se avista ao fundo o centro paulistano com inúmeros arranha-céus, alinhando-se com a imagem da metrópole industrial moderna.

Foto: B. J. Duarte, 1951

Porém, à medida que avançava a modernização da cidade e também o fenômeno metropolitano, novos males eram gerados e velhos problemas agravados. As autoridades e a elite burguesa, embriagadas pelos ares desenvolvimentistas, preferiam festejar o progresso e o desenvolvimento, esquecendo-se que não tão distante do perímetro central, em franca verticalização e obras, havia uma população que servia como força motriz para a sustentação das bases do proclamado progresso econômico. Esta, também impulsionada pelo progresso, crescia em ritmo bem maior do que a velocidade das discussões acerca dos problemas urbanos da cidade alcançava na época.

Figura 16

Foto: Paolo Gasparini

O novo estilo presente na metrópole abrigava, além da indústria, intensa atividade terciária, vários serviços, grande quantidade de comércios e, conseqüentemente, grande quantidade de pessoas que poderiam formar uma rede de relacionamentos e interesse comuns. Por isso, que as tensões sociais também se intensificavam e dividiam a cidade, conforme nos aponta Romero,

entre a sociedade normalizada e a sociedade anômica (2004: p. 367), formada pelos trabalhadores, operários e pessoas marginalizadas, sendo “*o número dos que se incorporavam à estrutura urbana sempre superior ao que a estrutura podia suportar*” (idem: p. 361). Fato que conforme nos apontou Valladares (2005) anteriormente, levantou a preocupação das autoridades, na tentativa de uma conciliação entre os interesses econômicos e o atendimento de algumas das necessidades da população marginalizada, abrindo campo para a cooperação técnica buscar quantificar dados sobre tal realidade.

Através dos dados dos recenseadores do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, verificamos que no início de 1950 a periferia paulistana já estava consolidada e representava parcela considerável da população, conforme revelou o Censo daquele ano.

Para se entender melhor os números do Censo, a partir de 1940⁶⁹ a metodologia de pesquisa dos recenseadores incorporou a verificação do número de habitantes conforme sua localização, sendo possível apontar a diferença de números entre os habitantes das áreas urbanas, suburbanas e periféricas, pois “*na apuração do Censo de 1940 a população foi discriminada em “urbana”, “suburbana” e “rural”, em correspondência com os quadros administrativos dos Municípios e Distritos.*” (IBGE: 1950, p. xiii e xiv).

Para efeito de comparação entre os números dos Censos de 1940 e 1950, apontamos os números obtidos na primeira contagem que introduziu esta diferenciação, sendo apresentado um quadro para São Paulo em 1940, onde a grande maioria da população vivia em área urbana (1.161.893) e pouco mais de 10% (164.368) nas áreas suburbanas e rurais, que a SAGMACS considerou como a periferia paulistana (idem: p. 559).

Este número alterou-se no Censo de 1950, onde o critério de divisão da população foi mantido. Os dados censitários revelaram que o grande crescimento atribuído à década anterior ocorreu, de fato, na periferia da cidade

⁶⁹ O Censo de 1940 foi o 5º realizado pelo IBGE. Os demais censos ocorreram em 1872, 1890 e 1900, contando apenas a população, em 1920 o 4º Censo do IBGE introduziu além da contagem da população, o levantamento da agricultura e da indústria. Em 1940 foi introduzida também a contagem das atividades comerciais e da prestação de serviço, além de ter dividido pela primeira vez a população em “urbana”, “suburbana” e “rural”.

e não em sua área central, onde estava a cidade consolidada. O Censo de 1950 apontou que dos 2.198.096 habitantes, cerca de 600.000 viviam na área considerada pelo IBGE como suburbana, sendo possível afirmar que a população periférica, em 1950, já alcançava um quarto dos habitantes de São Paulo (IBGE, 1954, p. 160). No início dos anos 1960, o número de habitantes localizados na área suburbana saltou de um quarto para metade da população paulistana.

Porém, apesar dos números do IBGE revelarem um crescimento populacional intenso, *“a cidade oficial não ‘via’ a cidade popular que surgia a seu lado. Mais do que isso: as intervenções realizadas buscavam encobrir tais discrepâncias, ocupando o campo visual dos espectadores dominantes”* (Campos, 2002, p. 91), num movimento de expulsão, desdém e desconhecimento, face àquilo que não combinava com as conquistas modernas advindas do progresso e do desenvolvimento econômico.

Este quadro de comemoração dos números considerados positivos pela Administração Pública e pela elite empresarial intensificou-se ainda mais nos primeiros anos da década de 1950, devido aos festejos do IV Centenário de fundação da Cidade de São Paulo, no ano de 1954⁷⁰, conforme se pode ver na edição da Revista Cruzeiro, de 23 de janeiro de 1954 (p. 41), que circulou em edição especial pelo IV Centenário, relatando um comparativo entre São Paulo e as demais capitais e louvando seu alinhamento com as grandes metrópoles, afirmando que:

São Paulo ingressa no seu IV Centenário destituída apenas do título de capital geográfico-política do Brasil. Porque no mais, guarda todas as primazias. É a capital econômica, pela pujança de sua produção. É a capital artística, porque lá se ensaia o melhor teatro do País, lá se faz o melhor cinema que está nos projetando no cenário internacional. A sua arquitetura é a mais moderna e a

⁷⁰ Cabe salientar que o Censo de 1950 foi publicado no ano de 1954, como forma de o IBGE homenagear os 400 anos da cidade de São Paulo. Apresentando nas primeiras páginas do volume sobre o Estado de São Paulo, uma dedicatória especial ao 4º Centenário da cidade.

mais bonita [...] É a capital demográfica, porque em número de habitantes já ocupa o primeiro lugar e não encontra quem lhe siga os passos. É a cidade mais limpa, a de melhor trânsito, a dos maiores arranha-céus, a dos mais luxuosos cinemas” (apud Arantes, 2000, p. 36).

Porém, conforme dissemos, nem tudo era motivo para festa e digno de comemoração, e a primeira fase de mobilização popular coincidiu com o apogeu do desenvolvimento urbano-industrial, a partir dos anos 1950. Também neste mesmo período ocorreu a criação das SABs – Sociedades Amigos de Bairros, as quais receberam grande apoio do então vereador Jânio Quadros, do PDC – Partido Democrata Cristão – que se transformou numa espécie de porta-voz da periferia paulistana. Através das SABs, melhores condições de infraestrutura urbana eram reivindicadas, expondo a tensão social entre os moradores da periferia e a Administração Pública. Desta forma, Rolnik nos aponta que:

Em seu quarto centenário de existência, São Paulo era então uma metrópole industrial de 2,5 milhões de habitantes e seu território ilegal foi, pela primeira vez, priorizado pela Prefeitura. Uma das medidas administrativas iniciais do Prefeito Jânio Quadros foi conseguir a aprovação na Câmara de um projeto de lei sobre “oficialização dos logradouros”, que declarava oficiais todos os loteamentos aprovados, todos os registrados de acordo com a anistia de 1936 e todos contidos na planta da cidade anexa à lei. Dessa forma, foi concedida uma anistia em massa, tornando todo e qualquer espaço contido naquela planta passível de investimento público. A medida legal foi um passo fundamental para pôr em marcha um Plano de Emergência, que consistia na colocação de guias, sarjetas, pavimentação e instalação de luz elétrica nas vias principais da periferia dos anos 50. (1997, p. 206).

Estas medidas apenas oficializavam as áreas periféricas da cidade, mas não enfrentavam os problemas do crescimento, visto pelos urbanistas como caótico, nem apontavam diretrizes para melhorias urbanas⁷¹. O poder público

⁷¹ Ainda que o Plano de Emergência de Jânio Quadros previsse a instalação de infra-estrutura mínima nas vias principais dos bairros periféricos, implantando guias e sarjetas, pavimentação e

continuava a demonstrar uma visão distorcida da realidade, apontando com facilidade para a necessidade de melhorias no perímetro do centro e mostrava desconhecimento total das áreas periféricas, desprezando conseqüentemente às demandas populares.

Deste modo, era preciso enfrentar os problemas oriundos do crescimento dito – pela elite empresarial, urbanistas e administração pública – desordenado, uma vez que este poderia impor risco ao processo de desenvolvimento econômico e à cultura metropolitana, vigente e festejada nos anos 1950. No entanto, na visão de Toledo Piza, prefeito de São Paulo em 1956, a confecção simplória de um plano de ordenamento urbanístico não se fazia suficiente, uma vez que não se conhecia a cidade como um todo e muito menos a sua realidade social.

Para se enfrentar tal realidade, o então prefeito Toledo Piza e o diretor da FAU, prof. Anhaia Mello – que fazia parte da Comissão do Plano Diretor do Município – convidaram o padre Lebrecht a coordenar um trabalho de pesquisa urbana, reconhecendo sua experiência na área científica.

O médico e político Wladimir Toledo Piza, era amigo de Lebrecht e apreciador dos seus métodos de trabalho. Havia assumido a prefeitura em um momento conturbado da história política paulistana, pois o então prefeito Juvenal Lino de Matos, ligado a Ademar de Barros, havia se envolvido em denúncias de desvio de dinheiro público e interpelado pela Câmara Municipal viu-se obrigado a deixar o cargo, retornando ao Senado Federal, de onde havia se licenciado para disputar a Prefeitura paulistana em 1954, sucedendo Jânio Quadros que se elegeu governador.

Diante das denúncias, algumas delas comprovadas pela Câmara, e da renúncia do prefeito, a mesa diretora convocou os vereadores para nomear entre seus pares, um vereador que responderia pelo Executivo até o término do

iluminação elétrica, não se previa a comunicação destes bairros com o centro da cidade, nem se apontava diretrizes para a implantação de equipamentos urbanos, tais como escolas, centros de saúde e parques.

mandato em 1957. Coube à Toledo Piza, então segundo secretário da mesa diretora, aceitar tal incumbência.

4.2. A Prefeitura Contrata a SAGMACS

Em 1956, o prefeito Wladimir Toledo Piza preocupado com o crescimento desordenado que São Paulo havia vivido nas décadas anteriores e diante de dificuldades financeiras para implantação de infra-estrutura, decidiu romper com o discurso dominante que pregava que, os problemas paulistanos ocorriam em detrimento da falta de um planejamento integrado. Tentando buscar solução para o planejamento da cidade, a Prefeitura mostrou-se convencida de que antes de planejar, era preciso conhecer os problemas e verificar a gravidade das mais diferentes regiões da cidade.

É importante contextualizar que no momento, havia outros dois trabalhos em curso, no que tange o ordenamento territorial da cidade, pois além da pesquisa da Aglomeração Paulistana, também havia a tentativa de construção do Plano Diretor e o levantamento de uma nova base cartográfica do município. A confecção do Plano, seguia a influência de Anhaia Mello, defensor do planejamento urbano enquanto quarto poder, senão vinculado diretamente ao Prefeito. Para discussão e elaboração do Plano estava vigente uma comissão especial. Esta comissão era dirigida pelo engenheiro da prefeitura Carlos Lodi – então Chefe do Departamento de Urbanismo, e contava com o apoio de demais técnicos da municipalidade e urbanistas.

Além da Comissão do Plano Diretor, era levantada desde 1953 uma nova base cartográfica do município – Vôo Vasp 1950 – que vinha realizando o trabalho aerofotogramétrico para constituição de um novo mapa de São Paulo. Este trabalho revela o reconhecimento das autoridades à existência de novos limites urbanos em São Paulo, e de certo modo, a tentativa de se reconhecer a periferia paulistana. Este trabalho foi concluído somente no início dos anos

1960, posteriormente a entrega do relatório resultante da pesquisa realizada pela SAGMACS entre 1956 e 1958.

Porém, a contratação da SAGMACS não ocorreu de maneira tão simples, pois Toledo Piza não seguiu a determinação da Lei Orgânica do Município vigente (Artigo 114), que obrigava a realização de concorrência pública, fator que foi levantado pela Assessoria Técnica Legislativa da Câmara Municipal, como um impedimento para a aprovação imediata do contrato (cf. Processo nº 8.038/56). Tamanha era a urgência do então prefeito em conhecer a gravidade dos problemas paulistanos, que firmou contrato “ad referendum” ⁷² da Câmara Municipal em outubro do mesmo ano. No entanto, consideramos este posicionamento da municipalidade, como imprudente, pois seria necessário aprovar junto ao Poder Legislativo a abertura de crédito adicional no orçamento da Municipalidade para pagamento da SAGMACS. Devido o imediatismo do então prefeito, a Assessoria Técnica Legislativa manifestou-se questionando que:

A aprovação de acordos e outros atos do Executivo, sobre os quais deve a Edilidade manifestar-se, se efetua por meio de Resolução ou de decreto legislativo, isto é, de diplomas – legais não subordinados à sanção do Prefeito e que são promulgados pela própria Câmara. [...] Mas, no caso em apreço, o ‘referendum’ deste Legislativo importa em despesas, que devem ser providas com recursos existentes nos cofres públicos. Ora, a autorização para despesas e a indicação dos recursos hábeis para seu atendimento constituem matéria de lei, dado a este termo sua compreensão específica de ato do legislativo sancionado e promulgado pelo Executivo. [...] Nestas condições, embora contendo disposição de competência privativa desta Câmara (o seu art. 1º), a presente propositura deve subordinar-se ao andamento formal dos projetos de lei e, se aprovado, sofrer a sanção e a promulgação do Prefeito. (Câmara Municipal, Informação nº 3.980, Processo 8.038 de 1956, pp. 1 e 2).

⁷² A expressão “ad referendum” quer dizer para posterior aprovação do Poder Legislativo, é um dispositivo usado pelo Executivo na tentativa de dinamizar os processos administrativos e obter resultados mais rápidos.

É fato que alguns setores discordavam da contratação de Lebret e da SAGMACS para realização do trabalho de pesquisa urbana, criticando a vinda de um pesquisador estrangeiro, em detrimento da contratação de qualificados técnicos brasileiros, que na opinião de membros da Associação Comercial de São Paulo, seriam capazes de realizar o mesmo trabalho, com maior afinidade com o sítio paulistano do que Lebret. Porém, com o auxílio de Anhaia Mello⁷³, Toledo Piza conseguiu emplacar a contratação da SAGMACS, aprovando a Lei 3.191 junto à Câmara Municipal em 20 de dezembro de 1956, que conforme seu cabeçalho *“aprova contrato de serviços científico-técnicos celebrado pelo Executivo com a SAGMACS e abre crédito especial de Cr\$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil cruzeiros) para ocorrer ao pagamento das despesas.”*.

A aprovação do contrato pela Câmara de Vereadores ocorreu dois meses após o encaminhamento do projeto de lei ao então Presidente da Câmara, Vereador Elias Shammass. Para que fosse possível aprovar o projeto que contratava a SAGMACS, os vereadores solicitaram o detalhamento da metodologia que seria empregada pelos pesquisadores envolvidos, para assim poderem considerar notório saber de Lebret e sua equipe, e assim suceder a contratação dispensando processo de concorrência. Pois era necessário responder a indagação feita pela Assessoria Técnica Legislativa à Municipalidade, de que:

Pesquisas sobre a estrutura urbana da população paulistana não são serviços de que somente a ‘SAGMACS’ possa desincumbir-se”. Porém, o parecer técnico do Legislativo salientava que “em favor do critério do Executivo, poder-se-a (sic)

⁷³ Toda documentação referente ao processo de contratação da SAGMACS pela Prefeitura, encontra-se no arquivo da Biblioteca da Câmara Municipal de São Paulo, sob o processo nº 8.038 de 1956. Junto a documentação, contém cópia do contrato, exposição dos motivos da contratação, parecer técnico da Assessoria da Câmara Municipal, Esclarecimentos sobre os métodos de trabalho da SAGMACS, assinado por Mário Laranjeira de Mendonça e uma cópia da ata da comissão do Plano Diretor, com uma carta de Luiz Anhaia Mello defendendo a contratação de Lebret e sua reconhecida experiência na área do urbanismo, para realização do trabalho para a Prefeitura paulistana.

apenas, alegar que os trabalhos da empresa contratante seriam orientados pelo Rev. Padre Louis Joseph Lebret, técnico de renome internacional e que dispõe de métodos próprios para a realização desses estudos.

O que revelava o prestígio e reconhecimento que gozava Lebret entre a opinião pública. Mas apesar do reconhecimento expresso no parecer, a notoriedade e relevância do trabalho de Lebret, o mesmo parecer indagava que o processo de contratação não descreviam os métodos que seriam utilizados pela SAGMACS e por Lebret:

De modo que a disponha a Câmara de fundamento para julgar da sua superioridade sobre os comumente utilizados em levantamentos dessa natureza. No termo do contrato há referência a 'pagamento dos direitos de utilização dos métodos de Economia e Humanismo'. Em que se diferenciam tais métodos dos demais?

Assim, visando atender a recomendação da Assessoria Técnica do Legislativo, o prefeito Toledo Piza solicitou a direção da SAGMACS o encaminhamento de um documento com o detalhamento dos métodos que seriam utilizados no trabalho de pesquisa urbana sobre a cidade de São Paulo. O engenheiro Mário Laranjeira de Mendonça, então diretor presidente da SAGMACS, encaminhou o documento "Esclarecimentos sobre os métodos que 'SAGMACS' empregaria para realizar a pesquisa sobre a estrutura urbana de São Paulo", justificando que tais métodos são resultados de vinte e cinco anos de pesquisa resultantes da elaboração de metodologia do Centro de estudos de complexos sociais do *Économie et Humanisme* francês, indicando como referência a leitura do livro escrito por Lebret "Guide Pratique de l'Enquête Sociale", onde poderia se constatar os questionários e diagramas que a equipe se utilizava em suas pesquisas. Justificando que:

Para o caso da cidade de São Paulo, SAGMACS elaboraria, de acordo com os métodos gerais contidos nos volumes acima citados, questionários, diagramas e

planos de estudos especializados, adaptados aos problemas específicos da cidade, de acordo com o esquema geral apresentado na cláusula I do termo do contrato. [...]

Além do problema dos métodos para a realização dos trabalhos ora em questão, é necessário considerar-se a experiência e a capacidade de quem vai dirigir com as qualificações do Rev. Pe. Lebret que, há 25 anos vem trabalhando neste campo, é o criador dos métodos de análise mencionados e tem realizado trabalhos dessa natureza na França, na Colômbia e no Brasil. Em nosso país, já realizou o estudo sobre o Estado de São Paulo e está realizando trabalho semelhante para os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.” Além de ter participado “como técnico num estudo sobre definição de Standards e níveis de vida da Organização das Nações Unidas em 1951. (Cf. SAGMACS, 1956, folha 8 do processo 8038/56).

Com o intuito de fortalecer a exposição da reconhecida experiência da SAGMACS à Câmara Municipal, Mendonça também mencionou a Ata da reunião da Comissão Orientadora do Plano do Município, ocorrida em 14 de agosto daquele ano, na qual Anhaia Mello manifestou à necessidade de realização do trabalho e das qualificações de Lebret para a coordenação. Verificamos então, a familiaridade de Anhaia Mello com o método empreendido por Économie et Humanisme. Além disso, observamos que sua atuação em defesa da contratação de Lebret para realização do estudo sobre a estrutura urbana da aglomeração paulistana, teve grande importância no reconhecimento desta necessidade junto à Opinião Pública e à Câmara Municipal.

Assim, sob a Lei 3.191/56, a contratação da SAGMACS foi aprovada pelo Legislativo em todos os seus termos, retroativo a 12 de outubro de 1956. Os custos desta contratação, Cr\$ 8.500.000,00, valor que representava 0,20% do total da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 1957 e cerca de 1% do total do orçamento para a Secretaria de Obras e Serviços – responsável pela implantação de infra-estrutura e a manutenção urbana, desta secretaria também saiam os recursos para a contratação de projetos e planos urbanísticos.

As despesas e responsabilidades previstas no contrato, conforme a Lei aprovada eram descritas em seu artigo 2º, que é o Executivo autorizado a despendar, com os serviços a que se refere o artigo anterior, [...], na conformidade dos itens seguintes:

I – Pagamento das despesas de direção e execução da análise, e direitos de utilização de métodos à SAGMACS, Sociedade Civil, nos termos da cláusula X do contrato.....	Cr\$ 4.800.000,00
II – Cinco viagens de São Paulo à Paris e vice-versa.....	Cr\$ 475.000,00
III – Permanência de um engenheiro na França.....	Cr\$ 30.000,00
IV – Móveis, máquinas e utensílios.....	Cr\$ 550.000,00
V – Transporte do pessoal para as pesquisas.....	Cr\$ 700.000,00
VI – Impressão de questionários, fichas, objetos de escritório, cópias heliográficas, etc.....	Cr\$ 270.000,00
VII – Impressão do relatório final.....	Cr\$ 1.000.000,00
VIII – Eventuais e despesas de pronto pagamento.....	Cr\$ 675.000,00

Além dos valores apresentados na Lei 3.191, os quais deveriam ser desembolsados pela municipalidade, o contrato também apontava para a obrigação do município ceder espaço físico à equipe participante, a destinação de um funcionário público do corpo técnico do Departamento de Urbanismo para acompanhamento dos trabalhos da equipe, a contratação de secretárias, sendo uma bilíngüe português-francês, e todas despesas com a impressão de cem volumes do relatório final, dos quais trinta seriam encaminhado à SAGMACS.

Como já sabemos, o contrato foi interrompido em 1958, pelo prefeito Ademar de Barros, antes do término dos trabalhos da equipe e por isso foram impressos somente cinco cópias do relatório final, contendo dois volumes divididos em cinco partes. É preciso esclarecer que a vigência do contrato esgotava-se em 31 de dezembro de 1957, após o término do mandato do

prefeito Toledo Piza, que entregaria o cargo para Ademar de Barros em 8 de abril. Portanto é possível afirmar que a SAGMACS trabalhou na maior parte de tempo sob a administração de Ademar de Barros, que não se sentiu encantado pelo método empreendido por Le Bret, e por isso negou o pedido de aditamento feito pela SAGMACS à municipalidade, para que fosse possível a conclusão integral do que se estava previsto no contrato assinado por Piza.

Em continuidade a melhor elucidação do estudo “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana”, apresentaremos a equipe participante do trabalho de pesquisa urbana e posteriormente, introduziremos para a maneira que o relatório foi organizado e apresentado à Municipalidade em 1958.

4.3. A equipe participante da pesquisa SAGMACS

Em 1956, quando foi contratada pelo prefeito Wladimir Toledo Piza, a SAGMACS já tinha conhecimento da existência da periferia que havia eclodido em São Paulo, ainda que estes locais fossem um tanto quanto ignorados pelo poder público e pelas elites empresariais. Sendo sua metodologia de trabalho baseada na obtenção de índices de condições de vida da população, a pesquisa incluiu na delimitação do perímetro a periferia da cidade, fator que revelaria, através de uma análise empírica, as condições de vida desta população e suas demandas estruturais, sociais e culturais, dispensando a elaboração de um novo plano, mas priorizando um trabalho de pesquisa urbana, com o intuito de conhecer profundamente as condições de vida da população como um todo, suas necessidades, carências e problemas, para posteriormente se apontar para um planejamento global da cidade. Para tanto, seria necessário empregar técnicos e pesquisadores e colocá-los em contato direto com esta realidade.

La observación social como formación humanista, en que, estudiantes laicos o empleados en vacaciones, exploradores, dirigentes de movimientos de juventud, todos necesitan iniciarse en la complejidad del mundo moderno, percibida desde

su base. Esa iniciación no se logra con los libros, sino mediante la observación de las cosas y de la vida, en contacto directo con el trabajo, siempre que ello se posible.⁷⁴ (Lebret: 1961, p. 25)

Em termos quantitativos, a periferia paulistana já havia sido revelada pelo Censo de 1940 e, neste momento, a diferença seria a adoção de uma metodologia de pesquisa urbana, capaz de levantar dados referentes ao estilo de vida da população, bem como de suas necessidades, adotando referenciais e instrumentos de uma pesquisa sociológica. Como coordenador da pesquisa em São Paulo, Lebret expunha sempre a sua equipe de pesquisadores a necessidade de se conhecer a realidade indo até o local, realizando um exercício de observação empírica, antes de se constituir um diagnóstico.

... realizar una encuesta no es asistir a um espectáculo. La encuesta há de servir para la elevación humana de la población que se entrevista. De ahí la obligación de asociarse con los interesados, haciéndoles comprender los fines que se persiguen y que se trata de un importante servicio que se presta al grupo, a la localidad o al conjunto de localidades.”⁷⁵ (idem: p. 101).

Quando foi contratada pela Prefeitura, em 1956, a SAGMACS funcionava sob o regime de uma Cooperativa de Técnicos que envolvia profissionais das ciências sociais e da engenharia. A sede de seu escritório ficava na Praça da Bandeira, 40, no 13º andar, no centro de São Paulo. Outros trabalhos já haviam

⁷⁴ Tradução nossa: “A observação social como formação humanista, em que, estudantes laicos ou empenhados nas férias, engajados, dirigentes de movimentos de juventude, todos precisam iniciar-se na complexidade do mundo moderno, percebida desde sua base. Essa iniciação não se dá com os livros, sem mediante a observação das coisas e da vida, em contato direto com o trabalho, sempre que ele é possível.

⁷⁵ Tradução nossa: “... realizar uma pesquisa não é assistir a um espetáculo. A pesquisa deve servir para a elevação humana da população que é entrevistada. Daí a obrigação de associar-se com os interessados, fazendo-os compreender os fins que se perseguem e que se trata de um importante serviço que se presta ao grupo, à comunidade e à cidade”.

sido realizados, sendo o mais notório até então o estudo da Bacia Paraná Uruguai, realizado em 1954 para o Governo do Estado de São Paulo, intitulado “Problemas de Desenvolvimento: Necessidades e Possibilidades do Estado de São Paulo”, conforme apontamos no capítulo anterior.

Em 1956, a equipe diretora da SAGMACS era formada pelo economista Antonio Delorenzo Neto, Diretor Presidente; José Gomes de Moraes Netto, Diretor Gerente; Frei Benevenuto de Santa Cruz, Diretor Técnico; e como Diretores Adjuntos, o Desembargador J. B. de Arruda Sampaio (pai de Plínio de Arruda Sampaio), o Arquiteto Domingos Theodoro de Azevedo Netto, e os engenheiros Antonio Bezerra Baltar e José Artur Rios.

A organização das equipes que realizaram o trabalho de pesquisa para a prefeitura de São Paulo foi dividida em 3 temas. A Equipe A, de *Análise Básica*, B de *Análise Sociológica* e C de *Análise Demográfica e Econômica*. Coordenavam as equipes os engenheiros Mário Laranjeira de Mendonça e Antonio de Bezerra Baltar, o sociólogo Frank Goldman e o economista Raymond Delprat.

Equipe A – Análise Básica

Esta equipe responsável pela *Análise Básica* tinha na coordenação o engenheiro Mário Laranjeira de Mendonça e contava com 43 profissionais envolvidos diretamente com a pesquisa, entre a chefia, pesquisadores e desenhistas, além de quatro funcionários administrativos, que secretariavam a equipe. De acordo com a composição da equipe apresentada na Parte I do estudo “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana” (p. V), estavam envolvidos na chefia do grupo o arquiteto Celso Monteiro Lamparelli e os engenheiros Carlos Eduardo Alves Lima, Manuel Valente Barras, Hélio Hell Caiaffa e Francisco Escobar. Os desenhistas eram chefiados pela arquiteta Miranda Maria Esmeralda Martinelli, e formavam o grupo os desenhistas Aderbal José Bueno, Olga Maria Noronha e Silva, Jacinto Afrânio, Jairo Rossetti, Ricardo Zarattini Filho e Regina Zonta.

A equipe contava ainda com 32 funcionários de nível técnico, intitulados pesquisadores. Estes não tinham formação específica, embora muitos fossem estagiários oriundos de cursos de Arquitetura e Urbanismo, Estatística, Engenharia, Geografia e Sociologia. A equipe de pesquisadores era composta por:

Alahyr Ferreira Cruz	Luiz Paulo Salomão
Antonio Carlos de Macedo	Malanias Massago Negamine
Antonio Carlos Queirós Guimarães	Marco Antonio França Mastrobuono
Biro Ernesto Zeitel	Mariano Silveira Gomes
Carlos Alberto Lima de Faria	Mário Azevedo
Clóvis Serra	Mário Mariotto
Divo Pereira de Rezende	Maurício Rosembaum
Edson Bongonha	Maury Demange
Eugenio Monteferrante Neto	Nelson Pinheiro Messias
Gil Augusto Machado	Osmar de Paula Pinto
José Arnaldo Pitton	Otávio Escobar
José Crispin Noronha	Paulo Irineu
José da Silva Guedes	Reinaldo Rudge Carlini
José Gustavo de Arruda Botelho	Sérgio de Salvo Brito
José Joaquim Ferreira	Walter Ribeiro dos Santos
Luiz Alchino Teixeira Leite	

Equipe B – Análise Sociológica

A Equipe B era dirigida pelo sociólogo norte-americano Frank Goldman, professor da Escola de Sociologia e Política. Seus assessores eram Ana Maria Adamo, Lídia Baumgartner, Plauto Lapa Coimbra e o arquiteto Francisco Whitaker Ferreira⁷⁶, o responsável pelos desenhos.

Entre os vinte e sete pesquisadores estavam as freiras Marta Alexandra e Maria Corintha e os demais eram:

Armando Frioli	Maria Aparecida Andrade
Arsenuhy Hahvegian	Maria do Carmo Guimarães Barros
Atsuko Haga	Olga Magnoli
Demarisse Machado Goldman	Ophelina Rabelo
Edith Vieira	Rafael Tacredi
Evanira Mendes	Rubens Guedes
Evelin Naked de Castro Sá	Sarah Chucid
Fabrizio Admo	Silvina Maria Negrisoló
Gastão Tomas de Almeida	Suely Virginia de Melo Moreira
Haidée Leis	Thekia Hartman
Helena Maria Pereira de Carvalho	Tyoto Hayasi
José Pedro Neto	Ziliah Branco
Kobue Mayasaki	

⁷⁶ Whitaker Ferreira, neste trabalho, ainda era contratado como estagiário, pois estava concluindo o curso de Arquitetura e Urbanismo na FAU USP, depois de sua formatura, passou a ser um dos coordenadores da SAGMACS.

Equipe C

A equipe C foi subdividida em duas frentes de trabalho, sendo C1 para fazer a *Análise Demográfica e Econômica* e C2 para a *Análise de Índices Urbanísticos da Aglomeração*. A equipe C1 foi dirigida pelo economista francês Raymond Delprat, amigo pessoal de Lebrete e seu assistente, assessorado pela economista Chiara De Ambrósio Pinheiro Machado.

A equipe C2 foi dirigida por Antonio Delorenzo Neto e assessorada pelos arquitetos Clementina De Ambrosio, Domingos Theodoro de Azevedo Neto e Celso Monteiro Lamparelli. Além do trabalho em C2, Delorenzo Neto também foi responsável pelos estudos administrativos, que visavam analisar a estrutura organizacional da administração pública da Prefeitura Paulistana, buscando desvendar suas deficiências.

A equipe C1 tinha caráter voltado para os estudos sobre a formação econômica e, por isso, em sua equipe estavam os calculistas Enio Delprat e Moyses Rejman. Eram responsáveis pelos desenhos e sistematização dos dados Antonio Cláudio Moreira, Orlando de Oliveira e Luiz Carlos Costa.

A equipe C2 tinha maior participação dos arquitetos, pois estes trabalhavam os dados econômicos e os índices urbanísticos, buscando a relação entre os índices econômicos na conformação do espaço urbano e da realidade social. Os desenhos ficaram a cargo de Francisco Whitaker Ferreira. Tanto C1 como C2 eram equipes relativamente pequenas, em relação às equipes A e B, que envolviam grande número de pesquisadores, que tinham contato direto com a população.

Direção e Coordenação da Pesquisa

A coordenação geral do trabalho de pesquisa urbana foi feita pelo Pe. Lebrete e pelo engenheiro Antonio de Bezerra Baltar. Cabe salientar que, enquanto Lebrete fazia parte da direção da SAGMACS, tendo sido seu fundador em 1947, o engenheiro pernambucano Antonio de Bezerra Baltar, que colaborou na coordenação da pesquisa sobre São Paulo e em outros trabalhos e estudos

feitos pela SAGMACS, não fazia parte do grupo SAGMACS, tendo sido contratado para coordenar a pesquisa como uma espécie de consultor. Seu nome é citado no estudo como diretor adjunto durante este período, mas a menção é feita apenas neste trabalho da cooperativa de técnicos.

A redação final foi feita pelos engenheiros Antonio de Bezerra Baltar, Antonio Delorenzo Neto, pelos economistas Raymond Delprat, Chiara De Ambrósio Pinheiro Machado, pelo sociólogo Frank Goldman e pelos dominicanos Pe. Lebret e Frei Benevenuto de Santa Cruz (SAGMACS, 1958, Parte I, p. IV).

Os mais de 30 questionários utilizados para a pesquisa de campo e as observações empíricas foram elaborados por Lebret, Mario Laranjeira de Mendonça e Benevenuto de Santa Cruz. Estes questionários poderão ser conhecidos ao longo deste capítulo. De acordo com relatório:

Os trabalhos foram iniciados em setembro de 1956, com uma pesquisa preliminar de contato global de toda a aglomeração realizada por Louis Joseph Lebret, Mario Laranjeira de Mendonça e Benevenuto de Santa Cruz.” E [...] “o curso de formação e iniciação para dirigentes e pesquisadores foi realizado em janeiro de 1957, por Mário Laranjeira de Mendonça e Benevenuto de Santa Cruz”. (idem, parte I, p. IV).

4.4. O Relatório da Pesquisa Urbana

Após apresentarmos a equipe responsável pela coordenação do trabalho e pelos pesquisadores que levantaram os dados em campo, e participaram da elaboração do diagnóstico sobre a Aglomeração Paulistana, apresentaremos a estrutura adotada pela SAGMACS na apresentação do relatório que foi entregue à Prefeitura de São Paulo em 1958, ao prefeito Ademar de Barros, como resultado da pesquisa urbana realizada. Apontaremos, assim, a forma como os dados levantados pela equipe foram sistematizados pela coordenação do trabalho e entregue às autoridades e à sociedade em geral.

O relatório apresentado à Prefeitura como resultado do estudo da “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana” foi dividido em cinco partes, dispostas em dois volumes. O volume inicial apresenta a primeira e a segunda parte do relatório e o segundo volume a quarta e quinta partes. Cinco exemplares foram preparados para a documentação do trabalho. De acordo com Celso Lamparelli e Frei Carlos Josaphat, que colaboraram com nossa pesquisa, estes exemplares do relatório sobre a pesquisa urbana da aglomeração foram distribuídos em 1958, da seguinte forma: um para a Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, devido à proximidade de Lebreton com o prof. Luis Anhaia Mello, então diretor da FAU⁷⁷; um para a Biblioteca do Convento dos Dominicanos em São Paulo; outro para o prefeito Adhemar de Barros, formalizando a entrega oficial à Prefeitura de São Paulo; outro para o Arquivo do Jornal Estado de São Paulo e o último exemplar ficou para o acervo do escritório da SAGMACS, em São Paulo⁷⁸.

A terceira parte do estudo destinada à Análise Sociológica não foi localizada. Todas as bibliotecas e arquivos, que mencionamos como depositários do relatório foram alvo de busca na tentativa de encontrar a terceira parte, porém, este trabalho se mostrou em vão. Segundo Lamparelli, a Análise Sociológica ficou seriamente comprometida, devido ao rompimento de contrato em 1958, por parte do Prefeito Ademar de Barros. Não sabemos se, de fato, esta parte do trabalho, que consistiria num terceiro volume do estudo veio a ser publicada pela equipe, porém, ao que tudo indica é possível afirmar que o trabalho não foi concluído e apresentado como as demais partes.

Em sua “Nota Prévia” (idem, *ibid*, parte I, p. IV) o estudo apresenta os dados técnicos da realização do trabalho, como data de assinatura do contrato, composição da equipe de coordenação geral do trabalho e revisão final do

⁷⁷ A Biblioteca da Pós-Graduação da FAU dispõe atualmente de 2 cópias originais do estudo, pois além do exemplar encaminhado à eles em 1958, o exemplar que pertencia à SAGMACS, também foi encaminhado para esta biblioteca em 1973, com o acervo restante da equipe, adquirido pela FAU.

⁷⁸ Francisco Whitaker Ferreira, durante entrevista, mencionou o fato de um colega francês, vinculado ao Centre Lebreton em Paris, ter mencionado a existência de um exemplar do estudo da Aglomeração Paulistana depositado no acervo deles.

relatório, cujos responsáveis foram apontados anteriormente. De acordo com as informações desta nota e da introdução do relatório (idem, ibidem, p. 2),

Em agosto de 1956, o então Prefeito de São Paulo, Dr. Wladimir Piza convidara 'SAGMACS', a continuar, na aglomeração paulistana, os estudos efetuados de 1952 a 1954, para a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai, sobre as necessidades e possibilidades de desenvolvimento do Estado de São Paulo". Justificando que "o trabalho que nos fora pedido é da alçada das disciplinas 'ordenação racional do espaço' e 'desenvolvimento', e não, rigorosamente falando, do âmbito da disciplina 'urbanismo'." (idem, ibidem, p. 13).

Figura 17
Lebrez expõe o estudo da Aglomeração Paulistana à Comissão
Do Plano da Cidade.

Fonte: Jornal Folha de São Paulo, 09/03/1958

Vejam, a seguir, a explanação do relatório da pesquisa urbana sobre a aglomeração paulistana, como foi apresentado para publicação.

Primeira Parte: *Perspectivas Históricas, Demográficas e Econômicas da Aglomeração Paulistana*

Esta parte introdutória tece um levantamento sobre a formação histórica da cidade de São Paulo, seus aspectos econômicos, demográficos, sociais e culturais, apoiando-se em textos dos geógrafos Pierre Monbeig e Aroldo de Azevedo e dos economistas Roberto Simonsen e Eurípedes Simões de Paula. Está dividido em cinco capítulos: 1) Da Capela de São Paulo à grande Metrópole Industrial; 2) A Expansão das zonas de influência da Metrópole Paulista; 3) O Crescimento Demográfico; 4) Estrutura da Expansão Paulistana; e 5) São Paulo e o crescimento de outras capitais brasileiras.

Segunda Parte: *Estrutura Urbana de São Paulo*

Nesta parte a SAGMACS explica o método de trabalho para obtenção dos dados referentes à estruturação urbana da cidade de São Paulo. Aqui se define o perímetro de investigação e os escalões de pesquisa, em três níveis: as unidades elementares, unidades complexas e unidades completas, além da adoção de critérios para implantação de um trabalho regional integrado dividindo as áreas de análises em Município de São Paulo, Aglomeração Paulistana, Great São Paulo, Greatest São Paulo e, enfim, todo o território do Estado. A segunda parte apresenta dois capítulos, o primeiro dedicado ao *Método* e o segundo dedicado à *Análise da Estrutura Urbana*. Os 37 questionários de pesquisa também estão inseridos nesta parte do relatório. Estes questionários serviram para se obterem dados nas variadas partes do estudo.

Terceira Parte: *Aspectos Sociológicos da Aglomeração Paulistana*

Conforme apontamos anteriormente, não veio a ser publicado pela SAGMACS. No índice do relatório publicado (ibid, ibidem, p. 4), esta parte não indica nenhum capítulo, nem seções ou apêndices pertinentes ao trabalho

realizado, o que nos impede de saber como seria a sistematização de tais informações.

Quarta Parte: Análise Urbanística

Aqui o relatório apresenta os resultados referentes à situação urbana existente na Aglomeração Paulistana e as condições para o desenvolvimento do urbanismo, sua legislação, seu plano de obras e ações concretas a fim de melhorar as condições de vida dos habitantes da metrópole, rompendo com o aspecto de pesquisa e diagnóstico, conforme vinha sendo reiterado ao longo do documento. Nesta parte, levantam-se os custos para implantação de infraestrutura e melhorias urbanas na cidade de São Paulo. A quarta parte dividiu-se em três capítulos: 1) Método de Trabalho adotado; 2) Fundamentos teóricos da análise urbanística de São Paulo; e 3) Dados resultantes da Pesquisa.

Quinta Parte: Conclusões e Sugestões

A partir da indagação *“como seria possível transformar a aglomeração paulistana num complexo urbano habitável de 10 a 12 milhões de habitantes?”* (ibid: ibidem: Parte V, p. 8), traçam-se diretrizes para o futuro da cidade, com o intuito de orientar as formas de crescimento urbano e as linhas metodológicas que deveriam ser seguidas pelos urbanistas no momento de preparação de um novo plano para a cidade. Esta parte divide-se em quatro capítulos: 1) A Aglomeração Paulistana e seus problemas; 2) A ordenação territorial do “Great” São Paulo; e 3) A ordenação territorial do “Greatest” São Paulo. Por fim, apresenta um estudo específico de uma das unidades elementares e se constituem diretrizes e idéias para melhorias desta unidade, as quais deveriam nortear as linhas de intervenção nas demais unidades.

Os Escalões de Análise

Conforme apontamos anteriormente, a segunda parte do estudo revela a metodologia de pesquisa da SAGMACS, a classificação conforme a localização e hierarquização das cidades próximas a São Paulo, e os escalões de análise.

Deste modo, a SAGMACS adotou uma maneira de hierarquizar as cidades do Estado de São Paulo e, assim, implantar uma lógica de planejamento regional, analisando outras cidades além do Município de São Paulo, objeto de pesquisa e análise, conforme o contrato celebrado com a Prefeitura em 12 de outubro de 1956.

A SAGMACS apresentou então a seguinte divisão regional: Município de São Paulo, Aglomeração Paulistana (incorporando além do Município de São Paulo, as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, Guarulhos e São Caetano), Great São Paulo (envolvendo os municípios próximos à capital e com alguma dependência direta de São Paulo), Greater São Paulo (incorporando as cidades industriais do interior e o litoral do estado) e Greatest São Paulo (compreendendo o território total do estado)⁷⁹.

⁷⁹ É conveniente dizer sobre as terminologias “Great São Paulo” e “Aglomeração Paulistana”, utilizadas pela SAGMACS para este estudo em 1957, que elas foram utilizadas anteriormente em significativos trabalhos urbanos realizados por demais autores como Patrick Abercrombie em 1944 para o “*Greater London Regional Plan*” e “*Country of London Plan*” (1943, p. 133) e por Chombart De Lauwe em 1952 no estudo “*Paris et l’Agglomération Parisienne*”.

Figura 18

Mapa delimitando a Great São Paulo, com a hierarquia de municípios conforme o estudo da SAGMACS em 1958.

A Greater São Paulo compreendia as cidades industriais, localizadas no interior e no litoral do estado. Pode-se notar, nesta divisão, a integração da pesquisa urbana para o município de São Paulo em 1958, com o trabalho realizado anteriormente pela SAGMACS, em 1954, para o Consórcio Interestadual da Bacia dos Rios Paraná e Uruguai, conforme colocado na nota prévia do relatório, pelo prefeito Toledo Piza, como uma continuidade do trabalho. Neste trabalho, Lebrecht percorreu todo o território do Estado de São Paulo, reconhecendo as necessidades e potencialidades da região. Foram incluídos na Greater São Paulo (ibid, ibidem, p. 14) os municípios litorâneos de Cubatão, Santos, Guarujá, São Vicente e Itanhaém; os municípios do Vale do Paraíba: São José dos Campos e Taubaté e ainda os seguintes municípios do

interior: Jundiaí, Campinas, Limeira, Americana, Piracicaba, Rio Claro, São Carlos, Araraquara, Jaú, Bauru, Botucatu, Sorocaba e São Roque⁸⁰.

Conforme apontamos, a complexa pesquisa no município de São Paulo integrou-se com a parte chamada de Aglomeração Paulistana, expandindo-se então para um total de cinco municípios – a capital, Guarulhos, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul (estes dois últimos emancipados de Santo André há menos de uma década). Para se compreenderem as condições de vida da população e a situação em que se encontrava o desenvolvimento urbano da cidade, foram definidos 3 escalões de investigação, *“fundamentados em estudos anteriores de estrutura urbana e no contato global com a área a analisar, adotamos a hipótese de que a vida coletiva da população se realiza em 3 escalões: elementar, complexo e completo.”* (ibid, Parte II, p. 8).

As unidades elementares eram definidas como locais ou áreas da cidade inseridas em um bairro, que contavam com o mínimo para suprir as necessidades de consumo e oferta de serviço à população local, considerando-se como equipamentos mínimos a existência de comércio de gêneros alimentícios, Escola Primária, farmácia, bares e ponto de parada de ônibus. A Aglomeração Paulistana foi então dividida em 364 unidades elementares, sendo 307 no município de São Paulo, 23 em Santo André, 17 em São Bernardo do Campo, 12 em São Caetano e 5 em Guarulhos.

Num segundo grau de importância, as unidades elementares formavam as unidades complexas, num diâmetro de 3 km, que deviam oferecer aos habitantes desta área ao menos uma loja de roupas e artigos domésticos, cinema, médico, dentista, clube. Por sua vez, estas unidades complexas formavam as unidades completas, que seriam uma espécie de sub-cidade ou sub-centro, sendo quase auto-suficientes em relação ao centro da cidade de São Paulo, apresentando grande diversidade de comércio, como lojas de artigos domésticos (eletrodomésticos), equipamentos escolares, de saúde e administrativos, necessários à vida coletiva.

⁸⁰ A cidade de Ribeirão Preto foi excluída da Greater São Paulo, sem maiores explicações para tal escolha. Esta exclusão nos chama a atenção, uma vez que Ribeirão Preto concentrava considerável população e detinha importante papel na economia do Estado.

Mapas da Cidade, Pranchas de Análises e Plantas de Estudos

Segundo o relatório da pesquisa urbana foram confeccionados 127 mapas, com estudos, análises e proposições para a cidade de São Paulo, tendo sido “os mapas em formatos maiores dispostos num volume especial, em Atlas” (SAGMACS, 1958, Parte I, p. 16). O índice aponta para 151, entre plantas, pranchas e mapas, sendo que vinte deles referem-se a informações obtidas junto às Prefeituras dos municípios em estudo, IBGE, SENAI – Serviço Nacional da Indústria e num “*Guia Católico de São Paulo*” (1954).

O índice de mapas, plantas e pranchas, está indicado nas páginas 16 a 23 do relatório. Porém, atualmente alguns destes mapas foram perdidos, e não se encontram sob a guarda da Biblioteca da Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, que é a depositária do acervo que restou da SAGMACS. Na Biblioteca da SEMPLA e no Arquivo do Jornal Estado de São Paulo, os exemplares do estudo nem fazem mais parte do acervo.

Levantamos e catalogamos os mapas existentes na Biblioteca da FAU PGR e apontamos aqui o resultado. As plantas que detalham cada uma das unidades complexas seguem de A a G, sendo a) Osasco e Lapa; b) Santana; c) Guarulhos; d) Vila Prudente; e) Ibirapuera, Santo Amaro e Pinheiros; f) Centro; e g) Santo André, São Bernardo e São Caetano;

Classificação conforme SAGMACS	Tipo/Informação do Mapa/Prancha	Perímetro/Local de estudo no mapa
Planta B 6.a, b, c, d, e, f, g	Níveis Coletivos de Vida	Unidades Complexas
Planta B 7.a, b, c, d, e, f, g	Equipamentos Básicos e Serviços por unidade	Unidades Complexas
Planta B 8.a, b, c, d, e, f, g	Distribuição das Camadas Sociais e Tipos Aparentes de Habitação	Unidades Complexas
Planta B 9.a,	Análise do Tipo de Habitação Dominante	Unidades

b, c, d, e, f, g	por unidade complexa	Complexas
Planta B 10.a, b, c, d, e, f, g	Equipamentos Comerciais por unidade complexa	Unidades Complexas
Planta B 11.a, b, c, d, e, f, g	Equipamentos de Serviços por unidade complexa	Unidades Complexas
Planta B 12.a, b, c, d, e, f, g	Equipamentos de Educação, Saúde e Recreio	Unidades Complexas
Prancha B 13.2	Localização do Comércio	Aglomeração Paulistana
Prancha B 14	Localização dos terrenos industriais	Aglomeração Paulistana
Prancha B 15.a, b, c, d, e, f, g	Tempo de Deslocamento para o trabalho	Unidades Complexas
Planta B 18	Localização do Comércio	Aglomeração Paulistana
Planta B 19	Localização dos Terrenos Industriais	Aglomeração Paulistana
Prancha C54	População Ativa (segundo ramos de atividade)	Estado Todo
Prancha C55	População Empregada em atividades industriais e de transportes	Estado Todo
Prancha C56	Concentração de indústrias nas Cidades do Estado	Estado Todo
Prancha C57	Atividades Industriais no Estado de São Paulo	Estado Todo
Prancha D1	Estudos Sociológicos: Tipo de População Predominante	Aglomeração Paulistana
Prancha D2	Estudos Sociológicos: Estratificação Social	Aglomeração

		Paulistana
Prancha D3	Estudos Sociológicos: Origem da População	Aglomeração Paulistana
Prancha D4	Estudos Sociológicos: Relações Sociais e Casamentos	Aglomeração Paulistana
Prancha D5	Estudos Sociológicos: Mobilidade Social	Aglomeração Paulistana
Prancha D6	Estudos Sociológicos: Reações da População	Aglomeração Paulistana
Planta E2	Níveis Coletivos de Vida	Aglomeração Paulistana
Planta E4	Distribuição Tipológica de Equipamentos Básicos	Aglomeração Paulistana
Planta E5	Zonas de Distribuição das Camadas Sociais	Aglomeração Paulistana
Planta E8	Distribuição Tipológica dos Equipamentos de Serviços	Aglomeração Paulistana
Planta E7	Distribuição Tipológica dos Equipamentos de Comércio	Aglomeração Paulistana
Planta E9	Distribuição Tipológica dos Equipamentos de Ensino, Saúde e Recreio	Aglomeração Paulistana
Planta E11	Distribuição Tipológica das unidades pela duração do tempo de deslocamento para o trabalho	Aglomeração Paulistana
Prancha F2	Congestionamento do Tráfego	Aglomeração Paulistana
Prancha F5	Estudos Urbanísticos: Classificação do Uso do Solo – Pinheiros	Pinheiros
Prancha F6	Estudos Urbanísticos: Classificação do Uso	Lapa

	do Solo – Lapa	
Planta F10	Estudos Urbanísticos: Altura das Construções	Centro
Planta F11	Estudos Urbanísticos: Estudo de uma unidade elementar – Vila Jaguará	Unidade Elementar – Vila Jaguará
Prancha G1	Esquema Estrutural Atual de Polarizações	Aglomeração Paulistana
Prancha G7	Localização Atual dos Centros Comerciais	Aglomeração Paulistana
Prancha G10	Estrutura Orgânica e funcional global	Aglomeração Paulistana
Prancha G12	Limites Propostos para as unidades secundárias e terciárias	Aglomeração Paulistana
Prancha G13	Esquema de Polarizações na estrutura proposta	Aglomeração Paulistana
Prancha G14	Esquema de Polarizações na estrutura proposta incluídas unidades elementares	Aglomeração Paulistana
Prancha G15	Equilíbrio dos Deslocamentos residenciais e locais de trabalhos	Aglomeração Paulistana
Prancha G16	Idéias para um esquema funcional de ligações rápidas	Aglomeração Paulistana
Prancha G17	Zonas Industriais, Centros e Vias Ligações Rápidas	Aglomeração Paulistana

O Estudo da “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana”

5.0. Introdução

O capítulo final desta dissertação analisa os resultados apresentados pela SAGMACS, a partir do trabalho de pesquisa urbana, intitulada de “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana”. Conforme já apontamos nesta dissertação, este trabalho coordenado por Lebrecht nos anos 1950 em São Paulo, ainda não recebeu a devida atenção dos pesquisadores e estudiosos sobre a história da formação do pensamento e ideário urbanístico paulistano.

Analizando o estudo elaborado pela SAGMACS, julgamos ser este de extrema importância para melhor elucidação da historiografia sobre a formação do pensamento urbanístico paulistano e também brasileiro, ainda que segundo Villaça (1995: p. 26), o trabalho “*teve o mesmo destino dos planos: a gaveta*”. Para nós, é possível afirmar que a metodologia encampada pelos técnicos e profissionais empregados na equipe de Lebrecht, se utilizou de instrumentos até então não utilizados nos demais trabalhos de planejamento urbano em São Paulo e nas demais regiões do Brasil.

A nosso ver, a utilização destes novos instrumentos e o emprego de técnicos e profissionais de diferentes áreas do saber, culminou com um trabalho de pesquisa urbana, que se fosse levado em consideração pelas administrações municipais sucessivas nas décadas de 1960 e 1970, poderia ter orientado as ações futuras para o desenvolvimento e planejamento da cidade.

Para tanto, propomos aqui, o estudo analítico do “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana”, buscando elucidar através da metodologia empregada, a fundamentação teórico-científica que nortearam o método de trabalho de Lebrecht na pesquisa urbana e foram disseminados por seus técnicos em demais trabalhos realizados para outras cidades. Além, desta preocupação, também buscamos aqui a melhor apresentação dos dados e resultados obtidos na pesquisa urbana, que apresentaram a realidade social paulistana no final da década de 1950.

5.1. Analisando a Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana

Para Lebrecht, coordenador da pesquisa sobre a Aglomeração Paulistana, a integração de saberes e experiências entre os diferentes agentes envolvidos no trabalho de pesquisa, era necessário, e para alcançar este objetivo, formou-se uma equipe interdisciplinar a fim de reunir profissionais capazes de identificar as demandas paulistanas e também constatar a realidade social existente na cidade. Fator que diferenciava o método de pesquisa da SAGMACS dos métodos correntes na época, é que enquanto estes partem da cidade e de seus elementos construídos para considerar a população e a região, o estudo da Aglomeração Paulistana, parte da região e da população para identificar as aglomerações e as condições de vida urbana.

Pois o urbanismo que não leva em conta a sociologia, variável de povo para povo, de clima para clima, de estruturação – étnica e social – para outra estruturação, comete, fatalmente, erros graves quando pretende aplicar ‘no varietur’ um zoneamento dito funcional, no qual zonas industriais, zonas comerciais, zonas residenciais, zonas de recreação são ligadas umas às outras sem que o tecido urbano total tivesse sido pensado em função da vida coletiva. (SAGMACS: 1958: Parte V – p. 38).

O texto mencionado acima está inserido na Parte V do relatório da pesquisa realizada pela SAGMACS, onde o estudo faz suas conclusões e sugestões para o planejamento futuro da cidade. Esta explicitação do ideário Lebrechtiano sobre o urbanismo e sua atividade interdisciplinar, que se integra às disciplinas das ciências humanas – tais como a sociologia, a geografia e a economia – ocorre na parte final do relatório, embora seja nítido que a integração do urbanismo com as outras ciências acontece desde as primeiras páginas do estudo. Deste modo se constituiu a metodologia de trabalho da equipe coordenada por Lebrecht, apontando que a função do urbanista deveria ser:

Capaz de fazer a síntese das exigências geográficas, econômicas, sociológicas e propriamente urbanísticas. Ultrapassando necessariamente o plano municipal e intermunicipal a fim de estudar os problemas desse plano em função das exigências de espaços mais amplos, espaços regionais, o que equivale a postular a necessidade de uma 'ordenação regional do território' (idem, Parte I, p. 13).

Podemos também entender esta visão integrada, na maneira de se pesquisar a cidade, como certa crítica de Lebrete à metodologia empregada em trabalhos urbanísticos anteriores aos anos 1950, tanto para São Paulo como para as demais cidades do Brasil e do mundo. Esta crítica é pertinente aos planos arraigados do discurso modernista e funcionalista, defendidos por *Le Corbusier*, *Robert Moses*, *Prestes Maia* e outros urbanistas que visavam apenas o ordenamento funcional do espaço⁸², discutindo o tecido urbano e a necessidade de intervenções para sua melhoria, sem levar em consideração às necessidades da população e sequer discutir seus principais problemas⁸³. Assim, Lebrete deixa claro sua diferenciação na compreensão do que seria elaborar soluções para a cidade, em relação aos demais urbanistas de sua época, pautando a obrigatoriedade de inserção dos estudos sociais aplicados à população para se alcançar os dados referentes a realidade vivida pelos habitantes da cidade, invariavelmente de classe social ou localização regional. Pois, a partir deste trabalho de pesquisa social, seria possível se estimar as

⁸² O zoneamento funcional para as cidades foi difundido na segunda metade do século XIX para as cidades alemãs e estudado por Franco Mancuso. Já nos anos 1930, Le Corbusier reeditou as diretrizes do zoneamento funcional com a Carta de Atenas, dividindo as funções urbanas em áreas de circulação, de lazer, de trabalho e de moradia.

⁸³ No mesmo período em que se realizava a pesquisa da estrutura urbana da Aglomeração Paulistana, atuava junto à Secretaria de Obras da Prefeitura paulistana a Comissão do Plano Diretor dirigida por Carlos Lodi, que divergia do trabalho empreendido pela SAGMACS. Pois, segundo Feldman (2005: p. 100) "Lodi contrapõe a pesquisa qualitativa como instrumento essencialmente técnico, quantitativo. Sendo a pesquisa urbanística ampla e constante, para ele, o fundamento do planejamento, antecedente para qualquer estudo, mas, deve se constituir, fundamentalmente, por elementos estatísticos e planimétricos."

demandas populares e construir um plano integrado de intervenção urbanística para toda a cidade.

O ideário urbanístico Lebreteano, impõe aos técnicos sua maneira de conceber uma enquête social, e ao contrário do que fora feito em trabalhos urbanísticos que nos referimos anteriormente, a SAGMACS visa aprofundar o reconhecimento dos problemas e das demandas populares na cidade de São Paulo, para assim, poder orientar o processo de planejamento urbanístico na cidade.

Assim, é possível verificar que o trabalho se deu de maneira distinta ao discurso dominante do período, que exalava vislumbre frente à modernização da cidade e de seu crescimento populacional e importância econômica, frente às demais regiões do país. De forma que, a pesquisa urbana empreendida pela SAGMACS, visava estudar a cidade e conhecer profundamente suas especificidades, para posteriormente preconizar a transformação de São Paulo em uma cidade humana, que segundo o relatório, se pautaria pelos princípios do desenvolvimento harmônico⁸⁴, apontando que “*o equilíbrio harmonizado entre a aglomeração e os diversos espaços regionais do Estado, exigirá, sobretudo, uma série de medidas restritivas à circulação*” (idem, *ibid*, Parte V, p. 59). Fazendo assim mais uma vez, alusão a integração das ciências humanas e dos estudos sociais aplicados ao planejamento urbano da cidade.

Esta integração com as ciências humanas no ideário urbanístico Lebreteano pode ser conferido na importância dada ao trabalho de reconstituição histórica da formação da cidade de São Paulo. Ao contrário da negação da história – expressão utilizada por Lebrete no “Manual de Encuesta Social” – faz-se o uso desta disciplina como procedimento metodológico para expor as matrizes do desenvolvimento da cidade, no primeiro capítulo da I Parte do estudo, chamado “Da Capela de São Paulo à grande metrópole industrial”, onde se utilizou principalmente como referências os geógrafos Pierre Monbeig, Defontaine e Aroldo de Azevedo e dos economistas Roberto Simonsem e Simões de Paula.

⁸⁴ Conforme Perroux a política do desenvolvimento harmônico “é controvérsia a uma acumulação sem ordem” (1967: p. 547).

Porém, não se estuda uma cidade ou região somente sob a óptica das ciências humanas. De forma que, para se compreender os fenômenos de configuração espacial e estruturação social, são necessários utilizar-se de métodos mecanográficos e gráficos, como mapas, levantamentos físicos territoriais, elaboração de questionários, construção de diagramas e tabelas, etc. Fator este que para nós consistiu no que vimos insistindo enquanto inédita integração de saberes e áreas de conhecimento.

Assim, se houve espaço para a inovação no planejamento urbano através das pesquisas e estudos sociais aplicados, além da utilização das ciências humanas – história, sociologia e economia – o trabalho da SAGAMACS mantém-se tradicional ao encampar as ferramentas gráficas até então utilizadas por geógrafos⁸⁵ e engenheiros no período.

Para efeito de melhor compreensão dos aspectos presentes no relatório elaborado pela SAGMACS enquanto resultado do “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana”, apresentaremos a seguir nossa impressão analítica dividida em quatro partes, assim como se deu a apresentação do estudo para a prefeitura. Cabe salientar que não incluímos a terceira parte do estudo, referente a Análise Sociológica, pois conforme já expusemos esta parte não foi concluída e sequer publicada.

5.2. Parte I – Um estudo introdutório sobre os aspectos formadores da hegemonia paulistana

Num trabalho bastante descritivo discorre-se sobre a formação histórica da cidade de São Paulo, descrevendo o sítio natural, as paisagens encontradas pelos jesuítas em 1554, as condições físicas para o desenvolvimento e também as dificuldades encontradas nestes quatrocentos anos de formação urbanística.

⁸⁵ Ainda que os geógrafos não fossem incorporados aos quadros técnicos do Departamento de Urbanismo da Prefeitura e sequer convidados a opinarem sobre os planos urbanísticos do período.

Para elucidar tais aspectos é utilizado o trabalho de Monbeig “*Aspectos Geográficos do Crescimento de São Paulo*” (1954) e “*Pionniers et Planteurs de São Paulo*” (1952), em que o autor traça o perfil sócio econômico e faz uma narrativa épica do crescimento populacional e urbano da cidade.

Para enriquecer esta descrição sobre a formação histórica de São Paulo, utiliza-se outro importante geógrafo, o prof. Aroldo de Azevedo, que desde os anos 1920 havia até o período em questão, publicado vários de seus estudos geográficos sobre a cidade, incluindo levantamentos sobre modos de vida e costumes culturais dos habitantes, divididos em bairros, tendo inclusive coordenado a publicação de uma coletânea em 1954 – por ocasião das comemorações do IV Centenário – intitulada “*A cidade de São Paulo: Aspectos da Geografia Urbana*”, em que apresenta hábitos da cultura urbana trazida pelos italianos, japoneses, espanhóis, frente à sociedade tradicional já consolidada, estabelecida nos bairros burgueses do perímetro central.

Além dos aspectos de formação histórica, a primeira parte do estudo também dedica um capítulo – capítulo segundo – para abordar os aspectos econômicos e a história social de São Paulo. Para realizar este trabalho, o relatório recorre aos economistas Roberto Simonsen, citando o trabalho “*História Econômica do Brasil*” e do professor Simões de Paula com “*A segunda fundação de São Paulo*”, que aborda a formação inicial dos bairros industriais paulistas como Brás, Bom Retiro, Água Branca e Ipiranga a partir dos anos 1910.

Utilizando-se dos economistas e dos geógrafos, tecem uma análise sobre as zonas de influência da metrópole paulistana sobre as demais regiões do país, apontando para o significado histórico que a ferrovia teve no desenvolvimento da economia paulista e na interligação de São Paulo com as demais capitais e outras regiões do país. Pois, cf. já apontamos anteriormente, o sistema ferroviário implantado na última metade do século XIX fez também do Porto de Santos o principal responsável pelas importações e exportações brasileiras, favorecendo ainda mais a vocação de São Paulo como entreposto comercial. Concluindo esta análise com uma comparação da existência de elevado volume de estradas de rodagem na década de 1950. E concluem o primeiro capítulo da primeira parte, dizendo que:

São Paulo, pela dupla irradiação de suas redes ferroviária e rodoviária em direção aos Estados do Sul, Mato Grosso, Goiás, Minas, Estado do Rio e Distrito Federal, é no país, o centro e o ponto de partida mais importantes do ponto de vista da irradiação e influência sobre espaços regionais. Seu papel de metrópole não será, por muito tempo, e talvez mesmo nunca, suplantado por qualquer outro centro brasileiro (SAGMACS: 1958, p, 38).

O segundo capítulo desta primeira parte expõe a necessidade de compreensão de todos os aspectos econômicos e sociais para a estimativa das demandas e conseqüentemente elaboração do planejamento das ações. Por isso a SAGMACS realiza um levantamento sobre as telecomunicações no Estado de São Paulo e também sobre a rede de serviços bancários. Estes levantamentos tinham como objetivo esmiuçar as condições econômicas para o desenvolvimento paulistano, enquanto metrópole industrial do país, sendo que o primeiro deles, levantava o número de ligações efetuadas e recebidas na cidade, apontando que *“a rede telefônica é outro elemento de influência da capital, proporcionando entre a capital e o interior ritmo mais dinâmico nas transações, contatos e negócios”* e apontando ainda para *“a irradiação cultural, técnica e política que a capital exerce, através do rádio, televisão, imprensa, orientação escolar, no interior do Estado e mesmo no resto do país”* (idem, p. 31). Concluindo que estes dados demonstram o fortalecimento de São Paulo como centralidade metropolitana do país, consolidando no início da segunda metade do século XX, a imagem da cidade de negócios, tal qual como podemos ver hoje. Sendo que, de acordo com o levantamento feito pela C.T.B. – Companhia de Telefonia Brasileira foi possível verificar que *“com exceção da cidade do Rio de Janeiro, todas as outras cidades, como Belo Horizonte, Santos, Santo André, São Caetano do Sul, Campinas, chamam mais vezes São Paulo do que São Paulo as chama”* (cf. Tabela IV-b, idem, p. 55).

Quanto a rede de serviços bancários, o estudo aponta (idem, p. 45), *“que São Paulo dispunha da rede bancária mais desenvolvida do Brasil, com um total de 1.454 estabelecimentos”*. Porém para demonstrar a hegemonia paulista frente as demais regiões, é importante mencionar que deste total, 105 vinculavam-se a matrizes de bancos paulistas, dos quais 75 localizavam sua

sede na cidade de São Paulo, o que demonstra sua vocação enquanto não só capital industrial, mas também econômica e de uma cidade de negócios.

Já o capítulo terceiro desta primeira parte destina-se a levantar as análises demográficas sobre os avanços da população paulistana em relação às demais cidades brasileiras. Cabe salientar que esta pesquisa constituiu um importante instrumento de análise para os técnicos da SAGMACS, pois a partir dos números levantados foi possível tecer as hipóteses para o crescimento de São Paulo para as próximas décadas e, desta forma, apontar as diretrizes para possíveis soluções urbanas.

Primeiramente a SAGAMCS teceu um resumo da evolução da população paulista, mostrando como a partir de determinada época ela já se mostrava portadora de sinais iniciais e de indícios reveladores do rápido ritmo de crescimento constituído desde o século XIX. Munida dessas informações, o estudo examinou “à luz dos dados existentes as principais características desse crescimento, permitindo apresentar suas perspectivas e projeções” (idem, p. 61), o que seria por si só suficiente para se estimar as possibilidades de crescimento populacional e assim buscar possíveis soluções urbanísticas.

É importante lembrar que através dos números do IBGE e do Departamento de Estatística do Estado, verificamos que os municípios da aglomeração (Santo André, São Bernardo, São Caetano e Guarulhos) tiveram no período de 1940-1950 uma taxa de crescimento bastante elevada, chegando a 9,6% ao ano. E segundo os dados obtidos nestes órgãos, entendeu-se que este crescimento acelerado ocorria principalmente devido ao fluxo migratório de pessoas que deixavam cidades no interior e as zonas rurais da capital, rumo aos centros urbanos atraídos, sobretudo pela possibilidade de trabalho na indústria. De forma que o relatório aponta que *“basta apenas saber se o surto industrial paulista, em plena ascensão nesse momento, tanto a partir de capitais nacionais quanto estrangeiros, tenderá preponderantemente para uma maior densidade de implantação na aglomeração ou se o movimento descentralizador para o interior provocará uma diminuição no ritmo de crescimento populacional da concentração urbana da capital”* (idem, ibid, p. 71).

Deste modo, pensando em apontar soluções que poderiam representar melhorias no futuro da cidade e equilíbrio entre as regiões, a SAGMACS após ter levantado as bases para a expansão populacional, para o desenvolvimento econômico e social e o histórico de São Paulo, tece três hipóteses que nortearam os trabalhos da equipe de pesquisa urbanística do grupo de Lebret.

Estas hipóteses levaram em consideração os cenários de crescimento populacional e expansão econômica, além de uma possível desaceleração da economia ou recessão. Com o intuito de prevenir a continuidade dos trabalhos imediatistas, que foram bastante comuns pelas administrações públicas nas décadas anteriores, e apoiando-se em levantamentos estatísticos, estas hipóteses constituíam cenários para o planejamento dos próximos 40 anos da cidade.

É importante perceber que as hipóteses trabalhadas enquanto cenários possíveis de crescimento demográfico para São Paulo, transcendem os limites físico-territoriais conferindo tratamento integrado à Aglomeração Paulistana. O que revela a abertura para uma discussão da questão metropolitana em São Paulo e o planejamento regional, da qual a SAGMACS mostrava-se adepta. Porém, a metodologia estatística empregada para construção das hipóteses de crescimento populacional, não eram ferramentas próprias da SAGMACS, mas sim, do IBGE e do Departamento de Estatísticas do Estado de São Paulo.

Assim, o relatório explicita a utilização da aplicação de *“um método que, considerando o crescimento vegetativo, procurava demonstrar o saldo migratório através de coeficientes médios, obteve-se nos testes preliminares, satisfatório comportamento em relação ao movimento demográfico, tanto no aspecto intrínseco como no extrínseco.”* (idem, p. 70). Apontando que os números poderiam falhar, uma vez que o IBGE e o Departamento de Estatísticas ainda não haviam aplicado as suas pesquisas até o período, um estudo sobre as migrações internas e imigrações estrangeiras.

A ‘hipótese a’ adotava a possibilidade de um crescimento geométrico de 5,25% ao ano para a Aglomeração Paulistana, apontando que São Paulo alcançaria no ano 2.000 uma população superior a 31 milhões de pessoas. *“Segundo esta hipótese, o desequilíbrio entre a população concentrada em torno da Capital e a população do Estado seria tal, que razões de ordem*

econômica apresentar-se-iam como bastante fortes para impedir que o fenômeno chegasse a existir” (ibid, ibidem, p. 75), o que levou a SAGMACS a descartá-la.

A ‘hipótese b’ consistiria em prever um maior equilíbrio entre a população da aglomeração e a do Estado. Este cenário previa a possibilidade de São Paulo alcançar um terço da população do Estado, o que era visto como possível, mas sendo provável sua superação devido o crescimento da última década. Assim, São Paulo atingiria no ano de 1.975 uma população de 5.630.000 habitantes e em 2.000 10.470.000 pessoas. Porém, *“a tendência atual, no entanto, revela uma aceleração do ritmo de aumento verificado entre 1940 e 1950. Desse modo, os resultados decorrentes dessa hipótese seriam inferiores à realidade, pelo menos no tocante a 1975, data a partir da qual a curva ascensional poderá ser menos rápida”* (ibid, ibidem, p. 76)⁸⁶. Este contexto levou a SAGMACS a tecer uma terceira hipótese.

A ‘hipótese c’, que foi admitida e escolhida para se trabalhar enquanto cenário desejável para o futuro da cidade era uma média entre as duas primeiras hipóteses, admitindo-se que os índices de crescimento seriam reduzidos a partir de 1975, chegando ao ano 2.000 com uma população de aproximadamente 10 milhões de habitantes e no máximo 12 milhões. Justificando esta terceira hipótese devido às seguintes razões:

1º - As diversas atividades localizadas na aglomeração não devem ser referidas apenas ao território do Estado, mas à toda a zona de influência comercial paulista para produtos industriais. [...]

2º - A necessidade de produtos industriais aumentará mais rapidamente que as cifras da população, e conseqüentemente, aumentarão também a percentagem da população industrial, [...]

⁸⁶ Cabe salientar que apesar desta hipótese ter sido descartada, pois no período os técnicos da SAGMACS acreditaram que São Paulo teria maior fôlego para continuar crescendo, os dados censitários realizados posteriormente ao trabalho, demonstraram a desaceleração do crescimento populacional paulistano a partir dos anos 1980.

3º - O dinamismo, a capacidade de investimentos, a elevação do nível técnico são razões de natureza a assegurar a São Paulo uma primazia que tornará mais denso ainda o seu tecido urbano por longa data.

4º - A energia elétrica já ou futuramente disponível, a possibilidade do transporte de energia produzida mesmo à distância, as possibilidades de energia térmica à base de carvão ou petróleo nacionais, e mesmo futuramente a utilização de energia nuclear para fins industriais, são razões positivas em favor do crescimento da população.

5º - A rede ferroviária e rodoviária, o porto de Santos, a ambiência técnica, maior produtividade e melhores condições de trabalho, são, igualmente, razões no mesmo sentido.

Podemos, pois, concluir pela afirmação de que o plano de ordenação racional da aglomeração paulistana, deverá ser estabelecido em função de uma próxima (1.975) população de 7.500.000 habitantes e previsto, em suas disposições fundamentais, básicas, para uma futura população (ano 2.000) que poderá variar entre 10 e 12 milhões (ibid, ibidem, p. 78).

O capítulo quarto trata da estrutura da expansão paulista, estendendo o trabalho para as cidades industriais paulistas, contidas no chamado greatest São Paulo, que analisava além das cidades da Aglomeração Paulistana, da Gret São Paulo e da Greater São Paulo, também as cidades de Marília, Ourinhos, Lins, Itapeningá, Barretos e São José do Rio Preto, áreas classificadas como Greatest São Paulo. Estas cidades não dependiam diretamente da capital paulista, como as cidades da Greater São Paulo, porém eram significativas em importância econômica devido a presença da atividade industrial.

É interessante ressaltar que a SAGMACS chamou atenção para a importância do comércio exterior em São Paulo, e seu crescimento ocorrido na década de 1950, com aumento das vendas em 35%. Porém o relatório aponta que o mercado consumidor paulista era garantido, sobretudo, pelo acentuado comércio por vias internas e locais, e expandia-se tanto para o interior do Estado, quando para as demais regiões do país, o que demonstra a hegemonia da produção industrial paulistana.

Porém, o relatório aponta que *“no que concerne à área comercial direta das vendas a varejo, não foi possível encontrar dados permitindo verificar as*

correntes comerciais por atacado e a varejo da capital e do Estado.” (idem, p. 88). E aponta para o método de W. J. Raily, revisada por P. D. Converse que era capaz de apontar o cálculo do ponto de divisão de influência comercial de duas cidades. *“Essa relação empírica não tem valor senão para duas cidades com rede comercial completa e já com uma população importante.”* (idem, p. 89).

No caso de São Paulo, as cidades (excluídos os municípios de Guarulhos e os do ABC que constituem com São Paulo uma só aglomeração urbana) que atendem a tais requisitos são: Rio de Janeiro, Santos, Campinas, Sorocaba. (idem, *ibid.*)

Para se entender o cálculo de Raily, o relatório apresenta os dados em uma tabela que levou em consideração cinco cidades: a capital, Campinas, Rio de Janeiro, Sorocaba e Santos. Vejamos a seguir o ponto de divisão em que revela a hegemonia paulistana em relação às demais cidades investigadas.

Cidade	População	Distância de São Paulo (Km)	Ponto de Divisão da zona de Influência comercial (Km)
São Paulo (Capital)	3.128.552	-	-
Campinas	160.722	87	16,1
Rio de Janeiro	2.623.000	432	205,7
Sorocaba	111.974	101	13,3
Santos	264.851	78	17,7

Tabela 6

Segundo esse cálculo, verifica-se que, a partir de 17,7 Km de Santos, 13,3 Km de Sorocaba, 205,7 Km do Rio de Janeiro, 16,1 Km de Campinas, a população moradora dessa área prefere São Paulo (cidade) às cidades mais próximas, para fazer suas compras periódicas. (idem, p. 90).

E atribuindo os seguintes motivos para a predominância de São Paulo frente as demais regiões como centro distribuidor de riqueza “*decorre de sua posição como centro de irradiação rodoviária, ferroviária e aeroviária Ligado aos diferentes Estados quer diretamente, quer por meio de entrocamentos, São Paulo domina uma considerável área brasileira.*” (idem, p. 91).

No que diz respeito ao setor industrial, o relatório apontou para a predominância da indústria na Aglomeração Paulistana e também em demais cidades do interior paulista, mostrando que esta situação influenciava o território paulista, deixando claro sua hegemonia frente às demais regiões do país. Porém, demonstramos anteriormente a partir das análises de Cano (1974) os motivos que levaram São Paulo tomar dianteira no desenvolvimento industrial brasileiro.

A primeira parte do estudo é finalizada com a apresentação do quinto capítulo que fez um estudo comparativo entre o crescimento de São Paulo e das demais capitais brasileiras. Foi priorizado as populações de três cidades: Distrito Federal, Porto Alegre e Belo Horizonte, pois a SAGMACS considerou que “*Salvador e Recife, embora capitais de Estados de população importante, encontravam-se em situação menos favorável de expansão, em virtude das dificuldades de desenvolvimento de seus ‘hinterlands’*” (idem, p. 111).

5.3. Segunda Parte – A Estrutura Urbana de São Paulo

A segunda parte do relatório apresenta dois capítulos, o primeiro é destinado à elucidação dos procedimentos metodológicos e o segundo para análises da estrutura urbana. Percebemos nesta parte do relatório a adesão ao trabalho de urbanismo não constituindo mais um texto descritivo e narrativo sobre a situação em que se encontrava São Paulo e os motivos pelos quais se projetava com maior importância em relação às demais regiões do país, como vimos na redação da primeira parte.

Para nós, a principal contribuição do trabalho da SAGMACS no incremento ao quadro do planejamento urbano brasileiro, foi a incorporação nas pesquisas urbanas de referências cruzadas, utilizando-se das disciplinas da sociologia, da economia e da estatística, com o intuito de se levantar as condições urbanísticas da cidade, as condições de vida e o chamado nível coletivo da população. Notamos aí o reforço do trabalho interdisciplinar, muito presente no discurso de Lebrecht, que apontamos no capítulo anterior onde tratamos sobre a formação da equipe.

Até então, a principal experiência de Lebrecht na investigação das cidades, eram os trabalhos de pesquisas sobre as condições de vida das populações, usando das disciplinas da estatística e da sociologia. Tendo realizado vários estudos e pesquisas semelhantes para outras cidades e regiões (como Lyon na França), incluindo um estudo comparativo, publicado em 1951, entre São Paulo, cidades industriais francesas e também Montevideu no Uruguai. Porém, notamos que sua afinidade com a temática da urbanística se deu com maior ênfase no Brasil.

Assim é importante mencionar que além da proximidade dele com o engenheiro Anhaia Mello, cabe ressaltar sua aproximação com o engenheiro pernambucano Antonio de Bezerra Baltar a partir de 1954, durante sua segunda estada pelo Brasil. No período em que Lebrecht se aprofundava na questão do planejamento urbano e regional, por conta do trabalho de estudo da bacia Paraná-Uruguai. Além deste estudo, Lebrecht foi chamado a atuar em Pernambuco num trabalho de investigação social das cidades para apoiar o planejamento de ações do governo estadual. Deste trabalho houve a aproximação entre Lebrecht e Baltar⁸⁷, que já tinha grande experiência na área do urbanismo e planejamento. Tanto que este é chamado para atuar como consultor da SAGMACS no trabalho de pesquisa da Aglomeração Paulistana.

⁸⁷ Antonio de Bezerra Baltar era engenheiro politécnico, professor da Escola de Engenharia da Universidade de Recife. Nos anos 1950 empreendeu o Plano Regional para Recife, mostrando-se adepto do planejamento regional e das idéias de Patrick Abercrombie. Por sua experiência em 1957 engajou-se no estudo da “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana”, auxiliando Lebrecht no trabalho urbano. Em 1958 elegeu-se Senador e nos anos 1960 por ocasião da ditadura militar transferiu-se para o Chile, onde atuou na CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe.

Nesta segunda parte o relatório aponta para os procedimentos metodológicos utilizados por Lebrete e sua equipe, para obter os dados referentes às condições de vida da população e levantar os principais problemas urbanísticos da cidade de São Paulo. Indicando como se deu a escolha e divisão física das unidades elementares, as quais apresentamos no capítulo anterior através do mapa B1, e a formação dos demais escalões que demonstravam a complexidade da vida urbana e serviram como base para as delimitações físicas entre os diferentes níveis de vida.

Este processo de delimitação seguia três critérios que, se iniciava ainda no escritório pela equipe de coordenação da pesquisa. O acesso às informações georreferenciais básicas era escasso, sendo que os mapas existentes mostravam-se desatualizados diante do crescimento físico territorial alcançado por São Paulo nos anos 1940 e 1950. Mesmo assim, no escritório a divisão ocorria através do *“mosaico fotográfico, das vias principais de acesso, das linhas de transporte coletivo e a consulta da planta da cidade de 1930 (S.A.R.A.) que permitiu identificar núcleos iniciais de povoamento e separações antigas,”* (SAGMACS: 1958: Parte II, p. 7).

Os critérios sucessivos consistiam na verificação em campo, realizada pelos pesquisadores, que atuavam diretamente nas ruas dos bairros analisando, sobretudo, a implantação do comércio que comumente atraía maior movimentação ao local, confrontando com os limites levantados pelo escritório. O terceiro critério tratava de corrigir os limites, apontados no primeiro critério de classificação dos locais, anteriormente à visita a campo, e assim complementar as informações em função das observações dos pesquisadores.

E deste modo, conforme já explicitamos anteriormente, quando tratamos dos escalões de análise, a partir da verificação dos limites físicos, a SAGAMCS estipulou que *“a vida coletiva da população se realiza em 3 escalões: elementar, complexo e completo.”* (idem, p. 8). A partir destes escalões, o contato global permitiu definir três regiões da cidade, em função da influência do centro principal e dos sub-centros, sendo, respectivamente, a região central, onde havia concentração máxima de atividades comerciais e de serviços; a região externa, onde a atração dos sub-centros é maior do que a do centro principal, formando assim uma área periférica polarizada que compunha a aglomeração paulistana, e a região de transição, que ficava em torno da região central,

possuindo certa autonomia. Observando o mapa a seguir é possível entender melhor a divisão das unidades de análise da Aglomeração a partir dos equipamentos comerciais.

Figura 21

Mapa B18 com a localização dos pontos e equipamentos comerciais na Aglomeração Paulistana.

Os critérios utilizados para a delimitação foram os seguintes:

- a) Existência de um núcleo de comércio e serviços;
- b) Existência de limites naturais ou artificiais: grandes espaços não habitados, rios, estradas de ferro, descontinuidades de loteamentos, avenidas expressas, cemitérios, parques, grandes depósitos ou oficinas;
- c) Dimensões: Diâmetro aproximado de 1.500 metros; [...]
- d) População mínima de 1.000 habitantes;

- e) Homogeneidade da área – devido muitas vezes ao desenvolvimento de um loteamento, ou à idade do desenvolvimento;
- f) Identificação da unidade pelos seus habitantes;” (cf. Parte II, p. 7).

Os dados da pesquisa foram agrupados para apresentação no relatório a partir das unidades complexas da aglomeração paulistana. Sendo que no município de São Paulo foram divididas em 17 áreas, sendo Osasco, Lapa, Casa Verde, Santana, Tucuruvi, Vila Maria, Itaquera, São Miguel, Penha, Brás-Moóca, Vila Prudente, Ipiranga, Pinheiros, Saúde, Ibirapuera, Santo Amaro, Centro e ainda, as cidades da Aglomeração Paulistana: Santo André, São Bernardo, São Caetano e Guarulhos.

Vejamos a seguir, a quantidade de população e de unidades elementares apontadas pelo relatório da SAGMACS, a partir do estudo das unidades complexas, pois o número de unidades elementares em cada uma das regiões revela o grau de desenvolvimento urbano, apontando que 1.894.184 habitantes, eram moradores das regiões periféricas⁸⁸ da cidade.

Unidade Complexa	Número de Unidades Elementares	População da Unidade Complexa em 1957
Osasco	16	67.681
Lapa	31	224.999
Casa Verde	10	93.025
Tucuruvi	12	68.565
Santana	23	68.565
Vila Maria	7	72.800
Itaquera	8	28.350
São Miguel	9	37.440
Penha	31	218.788
Brás-Mooca	29	520.350
Vila Prudente	9	89.302
Ipiranga	17	157.114

⁸⁸ Definida como locais onde a polarização e a atração eram maiores do que a do centro principal.

Saúde	20	123.146
Ibirapuera	13	129.548
Santo Amaro	17	92.988
Pinheiros	15	114.353
Centro	40	644.305
Total no Mun. de São Paulo	307	2.342.479
Santo André	23	173.802
São Bernardo	17	52.263
São Caetano	12	119.855
Guarulhos	5	52.000
Total na Aglomeração Paulistana	364	3.220.399

Tabela 7

Após as unidades de análise estabelecidas, os pesquisadores da SAGMACS passaram a atuar diretamente no campo, levantando os dados sobre as condições de vida da população. Estes dados depois de coletados e analisados, passaram a fazer parte do relatório final, chamado de “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana” encaminhado à Prefeitura em 1958. E assim *“as unidades completas foram delimitadas a partir da análise de atração das unidades elementares e dos equipamentos comerciais, de serviços e sociais”* (idem, ibid, p. 49), exposta na planta B4 do relatório, para facilitação da compreensão dos resultados.

A SAGMACS definiu como “área urbanizada” as áreas com ruas abertas até a profundidade de 50 metros de alinhamento para cada lado. As áreas habitadas sem este arruamento foram consideradas como áreas de urbanização precária ou carente. *“Como era de se esperar, e confirmando estudos anteriores, a zona de maior crescimento é a periférica. Sobre tudo a região da Freguesia do Ó, São Miguel Paulista, São Bernardo do Campo, Ibirapuera, Santo Amaro e Osasco”* (ibid, ibidem, p. 60), locais carentes de urbanização e desprovidos de equipamentos públicos.

Buscando desvendar a realidade social, os pesquisadores fizeram levantamentos dos níveis coletivos de vida, da situação dos equipamentos e

serviços públicos urbanos, da renda predominante e das tipologias habitacionais.

A interpretação detalhada dos níveis de vida exigiria o estabelecimento de uma tipologia precisa em função das camadas sociais, da idade, da densidade e da localização da unidade. Este estudo não foi feito porque, durante o desenrolar do trabalho, as autoridades municipais modificaram parcialmente os objetivos do estudo, solicitando maior ênfase para as sugestões a respeito do zoneamento da cidade, o que não fora previsto inicialmente (ibid, ibidem, p. 65).

Mesmo assim, é possível verificar na planta E-2, a distribuição das classes de unidades estabelecidas, segundo nota média dos níveis de vida, que definiriam a população em “situação péssima (0,0 a 1,3)”, “situação má (1,4 a 2,4)” e “situação satisfatória (2,5 a 4,0)”. A escala de notas segue de 0 a 4 e a maneira de avaliar pode ser verificada nos questionários, inseridos como anexo no final deste capítulo. O resultado das notas médias para definição das classes foi o seguinte:

- a) menor ou igual a 0,8;
- b) maior do que 0,8 e menor ou igual a 1,3;
- c) maior do que 1,3 e menor ou igual a 1,8;
- d) maior do que 1,8 e menor ou igual a 2,4;
- e) maior do que 2,4 e menor ou igual a 2,9;
- f) maior do que 2,9 e menor ou igual a 3,4;
- g) maior do que 3,4 e menor ou igual a 4,0.

Assim, “a planta E-2 nos mostra que a zona de níveis aceitáveis coletivo (e, f e g) se reduz a uma zona em torno do centro, de 5 km de raio, aproximadamente, alongada na direção dos centros de Lapa, Santana, Penha, Ipiranga, Santo Amaro e Pinheiros e dos núcleos de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul” (ibid, ibidem, p. 65). Concluindo que a população correspondente à zona exterior, isto é, à zona de níveis aceitáveis,

era de 1.772.723 habitantes, correspondendo a 54,70% da população total analisada e para o município de São Paulo somente 26,5% viviam em condições satisfatórias.

Figura 22

Planta E-2 – Distribuição dos níveis sociais da população da Aglomeração Paulistana.

Figura 23

Legenda da Planta E-2

Na sequência, o relatório traz os resultados da pesquisa sobre a situação e existência dos equipamentos e serviços básicos nas unidades complexas, dividindo-os em: a) Inexistentes; b) Apenas iniciados; c) Pouco Desenvolvidos; d) Desenvolvidos regularmente; e) Pouco Satisfatórios; f) Bons; e g) Excelentes ou satisfatórios. Foram avaliados para atribuição de notas dois tipos de equipamentos, os equipamentos e serviços básicos gerais e os equipamentos básicos de rua. Destacamos os equipamentos e serviços básicos gerais que foram avaliados pela pesquisa: a) via principal; b) mercados e feiras; c) limpeza de rua; d) telefone; e) correios e telégrafos; f) transporte coletivo; g) estádios e clubes; h) campos de futebol; e i) parques e jardins.

O relatório apontou que a grande maioria das unidades estudadas não dispunha de equipamentos suficientes para atender sua população, pois, segundo a Tabela II 4, 173 unidades elementares apresentavam a instalação dos equipamentos apenas iniciados ou nem isto, enquanto apenas 72 unidades elementares apresentavam os equipamentos em condições satisfatórias. O mapa abaixo aponta para a situação dos equipamentos básicos, e a legenda define, conforme classificação da SAGMACS.

Figura 24

Planta E-4 – Manchas apontam para a existência de equipamentos e serviços básicos na Aglomeração Paulistana.

Figura 25

Legenda Planta E-4

Seguindo a análise sobre as condições de vida da população paulistana, o relatório aponta para os níveis de renda e as tipologias habitacionais mais presentes em cada uma das unidades elementares estudadas. Para analisar a renda dos habitantes, a população foi dividida em “Alta Burguesia”, formada por proprietários rurais tradicionais, grandes industriais e comerciantes; “Médias Superiores”, formada por proprietários rurais, industriais e comerciantes, profissionais liberais, funcionários e empregados de alto nível (formação superior); “Médias Inferiores”, composta por pequenos industriais, artesãos importantes, comerciantes médios, funcionários e empregados médios; “Classes Populares Urbanas”, formadas por pequenos artesãos, pequenos comerciantes, empregados e funcionários, operários qualificados e trabalhadores braçais; “Populares Rurais”, formada por agricultores e trabalhadores agrícolas; e “População Marginalizada”.

Os dados foram obtidos através de entrevistas diretas com a população moradora da unidade elementar em estudo e por observação direta por parte dos pesquisadores, que levaram em conta, para a avaliação, o tipo de habitação e do vestuário das pessoas entrevistadas, o que revela pouco rigor científico, tom preconceituoso bastante próximo do trabalho dos reformadores sociais do início do século XX. De acordo com a classificação social, foram definidas para elaboração de territórios de classificação sócioespacial, as seguintes tipologias:

- a) Predominância de classes populares;
- b) Quase exclusivamente classes populares;
- c) Classes populares urbanas e classes médias inferiores;
- d) Classes médias inferiores e classes populares urbanas;
- e) Classes médias inferiores, classes populares urbanas e classes médias superiores com predominância de classes média;
- f) Classes médias inferiores e superiores com predominância de médias;
- g) Predominância de classes médias superiores.

Para sistematização das informações, que podem ser conferidas na Planta E4 (pág. 188) e na tabela II 6 (abaixo), as mesmas foram unificadas em:

1) Unidades Populares: formadas por predominância de a) Classes populares, b) Quase exclusivamente classes populares e c) Classes populares urbanas e classes médias inferiores;

2) Unidades Mistas: formadas por predominância de d) Classes médias inferiores e e) Classes médias inferiores, classes populares urbanas e classes médias superiores com predominância de classes médias;

3) Unidades de classes médias: formadas por f) Classes médias inferiores e superiores e g) Classes médias superiores;

Tabela II, 6 - Camadas Sociais (Resumo)			
Tipo	Nº de unidades	População em 1957	% em relação à população total
Unidades Populares	265	1.839.195	56,8
Unidades Mistas	82	1.193.040	36,8
Classes Média e Rica	17	208.164	6,4
Total	364	3.240.399	100

Tabela 8

Figura 26

Planta E-5 – Distribuição dos níveis de renda da população

Figura 27

Legenda Planta E-5

Em complementação à pesquisa da predominância de rendas, foi realizada uma análise das tipologias predominantes de habitação na unidade completa, nos mesmos moldes do método para obtenção dos índices sócioeconômicos das unidades elementares. Foram utilizados dois tipos de questionários, o primeiro (Ficha III.A.c) classificava as tipologias encontradas; o segundo foi utilizado apenas em algumas unidades, para se obterem os dados de forma mais precisa e apurada, realizando inclusive medição do local. Definiu-se um número mínimo de 10 casas por unidade elementar. As tipologias eram classificadas no primeiro questionário conforme:

- Favela – casas feitas com material precário: tábuas grosseiras, zinco, etc. Chão de terra batida;
- Habitação Coletiva precária (cortiço) – Definidas quanto tendo o equipamento sanitário utilizado em comum por mais que uma família;
- Casa de tijolos precária com área inferior a 30 m² - Área pequena, sem divisões internas ou divisões precárias;
- Habitação Coletiva Regular;
- Casa de tijolos popular com área entre 30 e 60 m² - Com divisões internas e área razoável de 30 a 60 m², sem forro;

- f) Apartamento confortável, com todos os equipamentos – Possuindo eletricidade, água corrente, chuveiro, esgoto, wc;
- g) Casa média a luxo – com as mesmas condições do apartamento confortável, mas com área total superior a 60 m²;

As informações foram obtidas simplesmente por estimativa feita pelos pesquisadores baseados na observação direta, a não ser em alguns casos na periferia onde foram contados os tipos de casa”. E “os dados da pesquisa revelaram certa confusão por parte dos pesquisadores entre os tipos C e E (ibid, ibidem: p. 84).

O segundo questionário (Ficha III.A.d) analisava os dados mais precisamente, visando obter uma pesquisa mais qualitativa sobre a predominância de tipologias de habitação, levando em consideração a construção, os equipamentos da casa e a ocupação. Avaliavam-se as construções da seguinte forma: 1) a superfície por habitação (área das unidades); 2) existência e número de janelas e outras aberturas, afim de avaliar a salubridade do local; e 3) o tipo de piso. Sobre os equipamentos se levantava a existência de 4) rede de água encanada; e 5) esgoto; 6) luz elétrica; 7) gás de rua ou de bujão; 8) telefone; e 9) existência de sanitário. Sobre a forma de ocupação, se avaliava a quantidade de moradores por unidade, verificando-se: 10) Número de famílias por habitação; 11) Ocupação superior a 5 m² por pessoa; 12) Promiscuidade por falta de separações internas.

Os dados do segundo questionário, de acordo com os valores da nota média ponderada, foram classificados da seguinte forma:

- 1) Péssimo: menor ou igual a 0,8;
- 2) Muito mau: maior do que 0,8 e menor ou igual a 1,3;
- 3) Mau: maior do que 1,3 e menor ou igual a 1,8;
- 4) Regular: maior do que 1,8 e menor ou igual a 2,4;
- 5) Mínimo Satisfatório: maior do que 2,4 e menor ou igual a 2,9;
- 6) Bom: maior do que 2,9 e menor ou igual a 3,4;

7) Excelente: maior do que 3,4 e menor ou igual a 4,0;

Apontando de forma resumida a tabela II 8, abaixo, aponta que quase metade da população da aglomeração paulistana vivia, na época, em condições medíocres.

Tabela II, 8 - Tipo de Habitação Predominante (Quadro Resumido da Aglomeração)		
Classes	Número de Unidades	% em relação ao nº total
Péssima (0,0 a 1,3)	70	19
Medíocre (1,4 a 2,9)	176	48
Satisfatória (3,0 a 4,0)	118	33
Total	364	100

Tabela 9

Nesta segunda parte do relatório, foi possível verificar a maneira de obtenção de dados e a abordagem dos pesquisadores com a população e seus problemas. Ao longo do texto apresentado, foi possível verificar alguns aspectos propositivos, indo além do trabalho de diagnóstico, mas ainda não se mostrando como um trabalho de planejamento ou de propostas para a cidade. Este aspecto propositivo fica mais explícito na quarta parte do estudo, em que a SAGMACS realiza o trabalho de pesquisa urbana.

5.4. Quarta Parte – Analisando a Urbanística Paulistana

O relatório apresenta nesta parte os resultados da pesquisa urbanística sobre São Paulo, onde se verificou a situação urbana existente na cidade e as condições para o desenvolvimento do urbanismo, sua legislação, seu plano de obras e ações concretas a fim de melhorar as condições de vida dos habitantes da metrópole.

Dividido em três capítulos, esta parte do relatório traz importantes considerações sobre a teorização do urbanismo e do planejamento regional,

capazes de demonstrar a afinidade da SAGMACS e de Lebrete com a temática. Assim como Prestes Maia em seu “Plano de Avenidas” faz questão de mencionar as principais idéias e correntes ideológicas do pensamento urbanístico internacional, a fim de demonstrar seu notório conhecimento da temática, Lebrete também faz menção dos seus ideólogos e das principais idéias vigentes à época.

Apesar de alguns aspectos propositivos, a preocupação em não fazer deste trabalho mais um plano para São Paulo é reiterada pela equipe. Afirmando que não:

Nos cabe, evidentemente, neste trabalho, organizar o plano urbanístico de São Paulo, tarefa para a qual, entretanto, a pesquisa realizada deverá fornecer os dados básicos indispensáveis” (SAGMACS: 1958: Parte IV, p. 97), [...] ao longo de outras partes deste relatório inúmeras sugestões foram feitas com respeito a soluções a serem adotadas para os diversos problemas específicos de planejamento.

Extrapolando assim, o trabalho de diagnóstico urbanístico, a SAGMACS transita no campo das propostas para a cidade, dedicando o terceiro capítulo desta parte do estudo à elaboração de orçamentos e levantamentos dos custos necessários para atendimento de demandas urbanísticas, após verificação em campo das reais necessidades de melhorias e obras urbanas de cada uma das unidades.

A pesquisa urbanística compreende análise somente sobre o município de São Paulo, excluindo as unidades elementares localizadas nos municípios que formavam a Aglomeração Paulistana, que são estudados apenas no terceiro capítulo, no que diz respeito aos elementos característicos de sua implantação, localizando as unidades das zonas periféricas e de transição. Embora a SAGMACS tenha extrapolado e expandido os limites da cidade, impondo uma metodologia de trabalho regional, o contrato estabelecido com o município previa um estudo das demandas para investimentos na resolução dos problemas urbanísticos paulistanos.

De acordo com o plano geral da pesquisa, a equipe encarregada do setor de problemas urbanísticos teve como tarefa a coleta e análise de dados característicos de determinadas anomalias do tecido urbano de São Paulo. Esses dados resultariam não de um levantamento exaustivo abrangendo todo o território da cidade, mas de uma amostragem programada de maneira a cobrir com suficiente rigor estatístico a extensa gama de variação dos fenômenos pesquisados, exemplificando as mais importantes das referidas anomalias (idem, p. 6).

Para obter os índices referentes às condições urbanísticas da cidade, o relatório aponta algumas vinculações com procedimentos metodológicos e diretrizes urbanísticas de autores ingleses e norte-americanos, destacando a maneira correta de obtenção de índices dos britânicos, chamada de “*net ratio of space*”⁸⁹, em que se leva em consideração a ocupação do terreno, utilização do espaço e dimensão construída em altura (idem, ibid, p. 22). No campo propositivo traz referências do zoneamento funcional da urbanística alemã no final do século XIX, da Carta de Atenas de Corbusier nos anos 1930, do trabalho do grupo Commonwealth Housing Commission para cidades australianas e faz menção ao engenheiro paulistano Anhaia Mello, no trabalho da Comissão Orientadora do Plano da Cidade, da qual era seu presidente.

Porém, ao mesmo tempo em que se menciona autores do urbanismo internacional, o trabalho de levantamento dos dados referentes a análise urbanística foram coletadas da maneira mais simples e usual. A pesquisa em campo, em que os pesquisadores analisaram a partir das plantas de localização, qual quer a situação da ocupação urbana “in loco”, realizando medições dos edifícios existentes, caracterizando os diferentes tipos de uso, levantando o estado de conservação e as condições de conservação.

⁸⁹ A “relação líquida do espaço”, utilizada pelos urbanistas britânicos, considera oito variáveis características da implantação urbana, sendo aferida a densidade da população (territorial ou bruta por hectare urbanizado), a cota de espaço por habitante (de superfície de terreno de usos gerais e de construção residencial) e mais quatro índices numéricos, de ocupação do terreno, de utilização do espaço, de proporção do terreno residencial e da dimensão construída em altura (número médio de pavimentos).

Segundo o relatório, as principais anomalias ⁹⁰ encontradas, mediante o cálculo de índices numéricos, eram: a) de implantação das edificações; b) dos equipamentos básicos; c) decorrentes do processo anárquico de expansão central e periférica; d) de circulação; e e) anomalias da legislação existente, com destaque para as inadequações às novas condições metropolitanas. Na introdução da quarta parte, explicitando a definição dos procedimentos metodológicos, destaca-se que:

Os índices escolhidos para caracterizar esses fatos foram selecionados pelo duplo critério de praticabilidade da obtenção no campo, dos dados numéricos que lhes servem de base, e da sua integração, em conjunto, numa concepção teórica, lógica e corrente, dos fenômenos urbanos decorrentes do crescimento das cidades” (ibid, ibidem, p. 6, 7).

Desse modo, foi assegurada uma coleta de dados de observação empírica, que segundo a SAGMACS, na medida do possível isenta de erros sistemáticos. Os elementos numéricos obtidos foram combinados num conjunto de índices técnicos que definiram sob inúmeros aspectos, o estágio atual de evolução urbana de cada uma das unidades analisadas, se combinando através de relações funcionais cujas expressões matemáticas são bem definidas e capazes de retratar de forma analítica ou graficamente as situações encontradas. Salientando na página 7, que, *“foram utilizados, índices de uso universal, permitindo o confronto dos fatos observados com os que ocorrem em outras cidades do mundo, cuja comparação com São Paulo, sob qualquer aspecto, fosse útil e instrutiva”*.

Sobre estas referências e índices universais, entendemos que a SAGMACS buscava construir ferramentas que pudessem facilitar a compreensão do fenômeno urbano e o planejamento da cidade. Para tanto, o

⁹⁰ A terminologia “anomalias”, que faz parte do vocabulário da medicina é incorporada por urbanistas e passa a ser usada frequentemente a partir do final do século XIX na Inglaterra, fazendo comparações da cidade como um organismo vivo, que também adoecia. Patrick Geddes e Ebenezer Howard, se utilizam desta terminologia para tecer comentários dizendo que às cidades, no final do século XIX, estavam doentes e precisavam curar seus males.

relatório faz constantemente comparações sobre a situação encontrada em São Paulo com demais cidades do mundo, reforçando este alinhamento com a realidade social das principais capitais européias e algumas importantes cidades norte-americanas.

O trabalho da equipe de pesquisa urbanística teve de aguardar, para seu início, o desenvolvimento final do trabalho realizado pela equipe de pesquisa das estruturas urbanas, uma vez que o seu plano de amostragem estratificada deveria utilizar os resultados da caracterização das unidades elementares, revelada pela primeira pesquisa. Por esse motivo o prazo disponível para a execução da sua tarefa tornou-se extramente curto. [...]

Dessa maneira, ao chegar o momento de estender a sua pesquisa ao centro urbano principal a equipe teve de se cingir a uma análise menos extensa e, assim, precisou dirigi-la a uma unidade escolhida pelo critério de tipicidade a mais aparente possível. (ibid, ibidem, p. 15).

Conforme explicitamos, o método de trabalho adotado foi o de obter os dados por amostragem, com base no trabalho já efetuado pela equipe de pesquisa das estruturas urbanas (na segunda parte do relatório). As quadras foram analisadas, preferencialmente, em torno do centro de unidade onde se implantaram os equipamentos elementares de serviço e comércio. Assim, selecionou-se, entre as unidades complexas uma quantidade de quadras para se analisar, sendo:

1 – Lapa – 45 quadras	11 – Vila Mariana – 9 quadras
2 – Osasco – 30 quadras	12 – Vila da Saúde – 31 quadras
3 – Santo Amaro – 24 quadras	13 – Santana – 25 quadras
4 – Pinheiros – 67 quadras	14 – Avenida Rangel Pestana – 18 quadras
5 – Rua Augusta – 16 quadras	15 – Mooca – 13 quadras
6 – Higienópolis – 41 quadras	16 – Vila Maria – 13 quadras
7 – Avenida Paulista – 11 quadras	17 – Penha – 20 quadras

8 – Casa Verde – 27 quadras	18 – Burgo Paulista – 46 quadras
9 – Itaim – 25 quadras	19 – Centro Urbano (Unidade Barão
10 – Vila Nova Conceição – 20 quadras	De Itapetininga) – 40 quadras

A coleta de dados foi feita através de cinco questionários, aplicados em campo pela Equipe C. Os questionários utilizados, cujos modelos são apresentados em anexo no final deste capítulo, incluíam os seguintes aspectos a serem observados: Ficha A1 – Dados referentes a cada edificação; Ficha A2 – Dados referentes à população de cada edificação; Ficha B1 – Dados referentes a cada quadra analisada; Ficha B2 – Classificação das áreas pelo uso (industrial, comercial, residencial, escritório, estacionamento, diversos); Ficha C1 – Dados referentes à população em cada quadra da unidade analisada; e a Ficha C2 – Densidade das quadras analisadas. Visando otimizar o tempo de trabalho, alguns equipamentos analisados tiveram de ser reduzidos a um contexto mínimo, devido a inviabilidade da obtenção de certos dados, e também por terem sido analisados pela equipe de pesquisa das estruturas urbanas. Deste modo, a SAGMACS expôs em seu relatório os resultados referentes à situação/existência de drenagem e pavimentação das ruas, redes distribuidoras ou coletoras de água e esgoto e rede de iluminação pública.

A amostragem realizada nas unidades escolhidas para a pesquisa urbanística escolheu quadras cuja implantação de edificações fosse, aproximadamente, dominante no centro da unidade. Os índices encontrados têm, assim, o caráter de coeficientes típicos da implantação ali existente, o que acarreta a circunstância de não coincidirem com os valores que se obteriam se fosse adotada a média aritmética de todas as situações ocorrentes na unidade, como índice característico de um levantamento exaustivo. A comparação, entretanto, de alguns dos índices médios obtidos tanto para o conjunto de quadras analisadas, como para a unidade toda, permite estabelecer as densidades de populações e um quadro mais completo da distribuição provável das situações em todo o bairro, mesmo nos limites da amostra realizada (ibid, ibidem, p. 34).

Figura 28

Mapa 7g – Estudos Urbanos

Detalhamento delimitando as quadras analisadas na área central.

Aponta-se esta diferenciação, quando se verifica que a estimativa da densidade populacional para a cidade de São Paulo era de 70,5 habitantes por hectare e verifica-se que a média geral dos valores obtidos das amostras foi de 106,5 habitantes por hectare, o que revela que a amostra foi extraída, em média, de áreas mais povoadas que a média geral da cidade.

E apresenta-se como resultado da análise sobre a densidade demográfica em São Paulo, que 72% da população analisada (correspondente a 8 áreas estudadas) viviam em áreas com densidade entre 100 a 150 hab/ha., conforme apontam os números abaixo:

Densidades	Unidades analisadas	% da população analisada
Abaixo de 50 hab/ha.	1 unidade	3%
De 50 a 100 hab/ha.	4 unidades	17%
De 100 a 150 hab/ha.	8 unidades	72%
De 150 a 200 hab/ha.	1 unidade	8%
	14 unidades	100%

A partir destes números se faz um comparativo com o Plano de Londres, que tinha fixado uma densidade “over all” para a zona urbana de apenas 137 hab/ha. Total, número criticado pela SAGMACS, pois consideraram o índice baixo para uma cidade que estava saturada em seu centro – como era o caso de Londres. Porém, demonstrando atenção às questões urbanas em evidência nas principais cidades do mundo, *“cumpre lembrar que se trata de proposição cujo objetivo é o de descongestionar uma das áreas de população mais densa do mundo e recordar ainda ter sido esse o único ponto do monumental trabalho realizado sob a orientação do eminente professor Patrick Abercrombie, a merecer crítica generalizada: a baixa densidade de povoamento recomendado pelo Plano”* (ibid, ibidem, p. 35).

Mostrando-se adepta a maior concentração populacional, a SAGMACS aponta que o custo de operacionalização dos equipamentos urbanos é bastante elevado quando a densidade é inferior a 100 hab./ha., podendo ser reduzido a cerca da metade planejando a cidade na base de 200 hab./ha. levando-se em conta as naturezas próprias do local. E por isso adota como referência para o planejamento futuro de São Paulo, o modelo londrino de Abercrombie, da densidade “over all” de 200 hab./ha., fazendo menção à necessidade de se planejarem os espaços dentro das unidades completas, compondo uma espécie de zoneamento, distribuindo os usos dentro dessas unidades, seguindo a divisão em áreas residenciais, de circulação, de recreação e de serviços e indústrias.

A imperiosa necessidade de programar a organização das diversas unidades que constituem o tecido urbano da aglomeração, conduziu-nos a apresentar, em suas linhas gerais, o método que – conservando para toda a cidade a densidade “over-all” de 200 hab./há. – permitisse estabelecer condições capazes de assegurar a mesma densidade para cada unidade completa ou secundária (ibid, ibidem, p. 105).

Tal fato poderia impor limites à especulação imobiliária, desafogando o centro da capital, que ficaria impedido de receber novos moradores, após alcançar os 200 hab./ha.

Apontando-se diretrizes para o planejamento futuro, a SAGMACS explica a maneira como o poder público poderia assegurar a manutenção da densidade “over all” em cada uma das unidades, apontando que cada uma delas conteria áreas residenciais de diferentes padrões, segundo o desigual poder aquisitivo das diversas camadas da população, reforçando a necessidade de haver diversidade de habitantes, de tipos habitacionais e de uso do solo, para garantir o descongestionamento da área central e melhorar os níveis coletivos de vida da população dos bairros mais afastados do centro, contrariando assim o princípio dos bairros exclusivos, que eram defendidos por urbanistas tradicionais em São Paulo.

Vejamos a seguir a maneira como o relatório apontou os resultados da análise urbanística, a partir de um dos bairros levantados pelos pesquisadores:

Parte IV-p. 88 - Levantamento das Condições Urbanísticas das Unidades Levantadas		
Nome do Bairro:	Santana	
Número de Quadras levantadas sem população:	25	
Número de Quadras levantadas com população:	4	
Área total levantada	396.080 m²	
	Residentes:	911 pessoas
	Trabalhando na unidade:	271 pessoas
	Residentes:	4.622 pessoas
	Trabalhando na unidade:	2.563 pessoas
A - USOS DOS TERRENOS	m²	%
Área dos lotes vagos	14.305	3,6
Área dos lotes ocupados	253.860	64,4
Área destinada dos lotes residenciais	181.500	45,7
Área de recreação	-	-
Área de circulação	126.971	32

Área estimada de outros usos	72.360	18,7				
Área total levantada	396.080	100				
Coeficientes técnicos						
Índice de ocupação	60					
Número médio de pavimentos	1,53					
Índice de utilização (aproveitamento)	0,92					
B – HABITAÇÃO						
Área de construção residencial	166.854 m²					
Coeficientes técnicos						
Densidade Territorial (bruta)	117 hab/ha.					
Densidade Residencial	256 hab/há					
Quota de conforto	36,1 m²/hab.					
Quota de terreno de usos gerais	43 m²/hab.					
C – TRABALHO						
	m²	%	Gênero de trabalho	nº de pessoas	%	p/há .
Área de Construção	7.971	12,2	Indústria	455	17, 8	11,5

	40.941	62,5	Comércio	1.720	67	43,4
	7.130	10,9	Escritórios	388	15,2	9,8
	9.440	14,4	Diversos	-	-	-
	65.482	100	Total	2.563	100	64,6
Proporção emprego e habitação						
Construção		m²	%			
	de emprego	65.482	28			
	de habitação	166.654	72			
	Total	232.336	100			
População		nº de pessoas	%			
	Empregada	2.563	35,6			
	Residente	4.662	64,4			
	Total	7.185	100			
Quotas de Espaço de trabalho		m²/empregado	por Há. Total			
Construção	Indústrias	17,50	202 m²			
	Comércio	23,80	1.030 m²			

	Escritórios	18,40	180		
Extensão de fachada comercial	1.816 m				
Área média por estabelecimento	-				
D – RECREAÇÃO					
Proporção de espaços		M²	% de área total		
	uso privativo	269.109	68		
	uso público: a) área	126.971	32		
	b) áreas verdes	0	0		
E – CIRCULAÇÃO					
	Total	Por há.	Por Habitante	Por Ocup.	
Extensão linear de ruas	7.500	189	1,6	1	
Área de ruas m²	126.971	3.200	27,5	17,7	
Largura de ruas	Menos de 8 m	8 a 16 m	17 a 32 m	Mais de 32	
%	8	69,5	22,5	-	
Extensão	600	5.200	1.700	-	

A análise de cada uma das 14 áreas, levantadas nos bairros de Burgo Paulista, Vila da Saúde, Mooca, Penha, Casa Verde, Osasco, Pinheiros, Lapa, Vila Maria, Vila Nova Conceição, Vila Mariana, Itaim e Santana (cujos dados estão apresentados na tabela anterior), que foram visitados, possibilitou identificar as chamadas anomalias (cf. SAGMACS), de implantação e de equipamentos, o que permitiu aprofundar sistematicamente sobre a situação encontrada nos bairros e posteriormente determinar diretrizes e medidas visando à correção dos problemas referidos, o que deveria ser objeto de intervenções urbanísticas. É necessário observar que *“é provável que algumas discrepâncias se manifestem [...] pelo fato de que na maior parte dos bairros a amostra da população se restringiu a um número muito pequeno de quadras”* (idem, p. 64).

Buscando resolver os problemas de ordem urbanística encontrados a partir desta análise, a SAGMACS apresentou um levantamento preliminar de custos para suprir a demanda por infraestrutura e equipamentos básicos mínimos com os recursos existentes no período, apontando, através de tabelas, a carência de demandas da cidade e o custo para suprir estas demandas.

Demanda	Área Atendida	% de Área Atendida dentro da área urbanizada	Área de implantação necessária	% da Área de carência dentro do município
Drenagem e Pavimentação	70 km ²	15%	364 km ²	84%
Água e Esgoto	110 Km ²	25%	324 km ²	75%
Iluminação Pública	185 km ²	42%	249 km ²	58%

Tabela 10

Segundo o relatório, para suprir esta carência seria necessário um investimento de 80 bilhões de cruzeiros, que correspondia a cerca de 8% do PIB brasileiro no período e 16 vezes o orçamento do município de São Paulo no ano de 1957. Considerando o valor empenhado pelo município nos últimos anos para as obras de urbanização, o prazo para suprir as demandas e resolver as

chamadas anomalias urbanas seria de 80 anos. Na página 58, apontam-se os custos por quilômetros quadrados de área urbanizada, sendo 190 milhões de cruzeiros por km² para drenagem e pavimentação, 26 milhões de cruzeiros por km² de tubulação para água e esgoto e 14 milhões de cruzeiros por km² de iluminação pública.

Praticando-se os custos levantados no período, do total apontado como demanda, 69,1 bilhões se referia a obras de drenagem e pavimentação das ruas, 8,4 bilhões às redes locais de saneamento (água e esgoto) e 3,5 bilhões à iluminação pública, sendo que não foi considerado nestes dois últimos o investimento correspondente aos equipamentos centrais de distribuição, coleta, produção ou tratamento, necessários ao funcionamento dos respectivos serviços.

Essa anomalia se deve à desmesurada expansão periférica da zona dita urbana com a inclusão de loteamentos inteiramente desprovidos de equipamento básico, enquanto zonas residenciais mais próximas do centro e, portanto, caracterizadas por um 'custo' de serviços públicos muito mais econômicos, foram mantidas com índices de ocupação por unidade de área total urbanizada atualmente verificada – da ordem de 70 habitantes por hectare – o que é totalmente impraticável, se o município decidir-se a promover a implantação e a manutenção de um equipamento básico satisfatório. O mesmo poderia ser dito dos municípios vizinhos ABC e Guarulhos” (ibid, ibidem, p. 59).

Caso a cidade estivesse implantada com concentração média de população da ordem de grandeza do índice preconizado de 200 habitantes por hectare, a população atual ocuparia apenas 150 km² e as extensões existentes de equipamentos atenderiam em maior porcentagem as áreas urbanizadas, como em 100% de iluminação pública e 73% de saneamento básico.

A conclusão da quarta parte apresenta, além de sugestões para a constituição de “*Normas Técnicas para o dimensionamento das unidades dos diferentes escalões*” (p. 97), as “*Etapas de Planejamento das unidades completas ou secundárias*” (p. 101), traçando diretrizes para o planejamento futuro da cidade, pensando em uma cidade que no ano 2.000 alcançaria 12

milhões de habitantes, em uma área de 600 km². Para tal planejamento, cada unidade elementar teria como padrão um raio de 800 metros, superfície de cerca de 20 hectares e população de 20.000 a 40.000 habitantes. Com o intuito de acabar com a segregação sócioespacial, cada unidade deveria conter áreas residenciais de diferentes padrões, segundo o desigual poder aquisitivo das diversas camadas da população. E estas unidades deveriam ser estruturadas em proximidade das áreas de polarização, como os sub-centros de comércio, cf. a Planta G7.

Figura 29

Planta G7 – Localização dos centros comerciais em 1957.

Percebe-se, nas diretrizes apontadas para as unidades elementares, a negação ao urbanismo modernista, difundido pela Carta de Atenas, pois além da pregação contrária à segregação sócioespacial por tipo de usos e classes sociais, aponta-se a necessidade de cada unidade possuir certa autonomia, tendo sua própria rede de estabelecimentos comerciais, facilidade de acesso

dos moradores ao seu local de trabalho e a outras regiões da cidade, buscando-se ampliar o escalão de vida coletiva para além da área central, abrindo espaço para uma cidade orgânica. Estas diretrizes críticas ao urbanismo modernista ficam melhor elucidadas na quinta parte do relatório, em que a SAGMACS aponta as sugestões para o planejamento futuro da cidade.

5.4. Quinta Parte – Conclusões e Sugestões

A SAGMACS inicia sua parte conclusiva indagando *“como seria possível transformar a aglomeração paulistana num complexo urbano habitável de 10 a 12 milhões de habitantes?”* (ibid: ibidem: p. 8). Apontando como saída a transformação da aglomeração em uma cidade multipolar e orgânica. Definindo uma cidade habitável como um lugar:

Onde a circulação seja física e economicamente possível, onde toda a população urbana possa encontrar condições normais de vida familiar e coletiva; onde o custo dos serviços urbanos não seja tal que reduza sistematicamente a área de equipamentos satisfatórios” (ibid: ibidem, p. 8).

As diretrizes apresentadas pela SAGMACS, na quinta parte do relatório, foram pensadas para uma cidade com capacidade para uma população que atingiria no máximo 12 milhões de habitantes, numa área efetiva de 600 km², incluindo os espaços verdes e as zonas industriais. Salientando seu vínculo com o planejamento regional e o desenvolvimento harmônico, faz um lembrete ao leitor, de que é importante ter em mente as áreas correspondentes aos diversos espaços a que o estudo se refere, retomando a divisão que apresentamos anteriormente, em município de São Paulo, Aglomeração Paulistana, Great São Paulo, Greater São Paulo e Greatest São Paulo.

Na parte conclusiva, a SAGMACS torna claros seus objetivos de contribuir para o planejamento de ações futuras em São Paulo, afirmando que *“não se deve esquecer que o equilíbrio da atual aglomeração da Capital exige,*

desde já, uma ordenação territorial do 'great' São Paulo, bem como dos espaços mais amplos, 'greater' e 'greatest' São Paulo" (ibid: ibidem, p. 59). De forma que a finalização do estudo aponta para os problemas atuais vividos por São Paulo, trazendo sugestões e diretrizes para a melhoria desta cidade.

É importante perceber que, a base estruturada para São Paulo pelos planos elaborados até então era de *"uma cidade caracteristicamente mononucleada organizada em função de um único centro"* (ibid: ibidem: Parte V, p. 9). Deste modo, a equipe de Lebreton adotou como sugestão a tentativa de transformar São Paulo em uma cidade humanizada, criando uma estrutura poli-nuclear e orgânica, e apontando a necessidade de descentralização inclusive da administração municipal, com a implantação de Subprefeituras. O número estipulado é de 53 Subprefeituras, no estudo da Aglomeração Paulistana em 1957.

Para os técnicos, o problema de São Paulo não estaria no crescimento populacional e econômico, impulsionado por fatores locais, regionais e nacionais. Sobre este aspecto, apontamos anteriormente que o relatório tece três hipóteses relativas ao futuro de São Paulo. Nesta parte conclusiva, relembrando que a primeira hipótese seria a de continuidade do crescimento anárquico, a segunda hipótese a de continuação do crescimento anárquico, moderado por um número insuficiente de medidas, e a terceira hipótese a de crescimento em termos de geografia voluntária e de economia humana. Por razões óbvias, as duas primeiras hipóteses deveriam ser rejeitadas para o planejamento das ações futuras.

Apontando as diretrizes para o futuro da cidade, o estudo traça perfis e faz considerações sugerindo diretrizes para serem adotadas em cada uma das unidades elementares, de forma a descongestionar o centro da cidade e contribuir como uma cidade poli-nucleada, ou seja, multipolar. Pois *"o descongestionamento de um centro de cidade não deve, de fato, efetuar-se apenas tendo-se em conta as polarizações secundárias"* (ibid, ibidem, p. 11).

Pensando em enfrentar os complexos problemas urbanísticos, a análise efetuada pela comissão de Pesquisas Urbanas e pela SAGMACS reconhece que seria necessário se pensar em ações que se iniciassem nas diretrizes para

ocupação dos lotes e implantação de novos loteamentos para a cidade. Sendo assim, o relatório faz surgir os seguintes escalões:

1º - o loteamento, sendo de dimensões variáveis, de alguns hectares a mais de cem hectares. Será, pois, frequentemente indispensável reunir vários deles para constituir uma unidade elementar. Cada loteamento, mesmo pequeno, deve dispor de algum comércio de primeira necessidade. Se atingir uma maior dimensão poderá constituir, por si só, uma unidade elementar. Essa unidade é, justamente, o escalão seguinte.

2º - o conjunto de unidades elementares que constituem uma unidade terciária ou complexa; a unidade elementar tem geralmente de 200 a 400 ha., o que corresponde a um trajeto máximo de 1 km, para alcançar o centro de vida coletivo que aí é indispensável criar. A unidade elementar deve ser numa primeira fase, equipada com comércio e serviços de primeira necessidade (gêneros alimentícios). Depois, ela deve ser equipada com comércio e serviços de segunda necessidade (além da alimentação, itens de vestuário, artigos para a casa, etc.).

3º - o conjunto de unidades elementares que constituem uma unidade terciária ou complexa;

4º - o conjunto de unidades terciárias que constituem uma unidade secundária ou complexa, implantando uma lógica de unidades regionais no município de São Paulo e sugerindo as Administrações Regionais ou Subprefeituras para melhor implementação de políticas públicas, fiscalização e eficácia da gestão local;

5º - a unidade municipal;

6º - a aglomeração multimunicipal, conferindo tratamento à questão metropolitana em São Paulo e municípios vizinhos.

O relatório aponta como sugestão que era preciso, que o centro de serviços já fixado, bem como as ligações com os loteamentos que constituem a zona residencial da unidade, descongestionassem, pensando no incentivo a novas centralidades. Apontando diretrizes tiradas do planejamento urbano regional e do desenvolvimento harmônico, *“é necessário, portanto, considerar*

uma ampliação de São Paulo fora dos municípios tidos como constituintes da atual aglomeração da capital" (ibid: ibdem: Parte V, p. 68).

Esta referência feita pelo estudo da SAGMACS o torna diferente dos demais planos que gabavam São Paulo de ser concentrado. E assim aponta, no great São Paulo, cidades propícias a receberem indústrias e oferecerem emprego à população do próprio local: Itapeverica da Serra, Barueri, Mauá, Ribeirão Pires, Ferraz de Vasconcelos, Poá, Suzano e Mogi das Cruzes, mostrando em mapa, diretrizes para uma nova estrutura de aglomeração, visando instituir uma estrutura orgânica e funcional global.

Cada unidade elementar deve ter o seu plano de urbanização. Com o índice de 200 hab/ha, bruto fixado para a aglomeração urbana e mantido em cada unidade do escalão secundário, as unidades terciárias ou complexas deveriam ter concentrações demográficas médias que não se afastassem demasiado daquele valor. O índice apontado visava combater a especulação imobiliária em avanço pela cidade e descongestionar a área central de São Paulo. Trabalhando o mesmo índice para toda a cidade seria possível desenvolver as diferentes áreas do município, criando certo grau de autonomia para os bairros em relação ao centro da cidade.

A proximidade com a população é amplamente citada no estudo da SAGMACS, além da metodologia que colocava seus técnicos diretamente com a população. Em várias partes do texto faz menção à necessidade de realizar uma gestão democrática e descentralizada, envolvendo diretamente a população, na tomada de decisão sobre os rumos que a cidade deveria tomar. Para a SAGMACS *"uma cidade, mesmo que bem ordenada materialmente, e administrada segundo as regras normais, não é verdadeiramente humana senão através da real associação de todos os cidadãos nas decisões que lhes concernem."* (idem: ibidem, p. 61).

O relatório final assumiu caráter mais propositivo do que função analítica para a qual fora contratado. Para tanto, tomou o papel reservado aos urbanistas e engenheiros, no sentido de planejar as ações futuras da cidade, apontando diretrizes para o planejamento e exemplificando como deveria ser realizado o plano para cada uma das unidades do município de São Paulo. Este apontamento de diretrizes para o planejamento de cada uma das unidades da

cidade demonstra a tentativa de descentralização das práticas urbanísticas e de levar melhorias urbanas em diferentes localidades, independentemente de sua complexidade e distância da área central.

Porém, um estudo que propunha a importância da descentralização das ações administrativas e da melhor distribuição de equipamentos e serviços básicos nas diferentes regiões da cidade poderia ser considerado por si só, óbvio e simplório demais. No entanto, o que diferenciava as propostas feitas pela SAGMACS é o fato de o “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana” levar em consideração toda a extensão territorial do município, inclusive transpondo estes para tratar a questão urbana de maneira metropolitana e regionalmente integrada.

Podemos considerar o levantamento realizado por Lebrecht como uma voz incomoda da maioria dos habitantes da cidade de São Paulo, uma vez que estes não estavam sendo contemplados pelas decisões dos grandes planos e projetos urbanísticos, vigentes até então. Este descontentamento foi explicitado, através dos mapas sobre os níveis de vida, que traziam os diagramas conhecidos como gráfico das margaridas.

Figura 30

Legenda do Gráfico da Margarida, do Mapa 9F, com as tipologias habitacionais encontradas

Figura 31
Mapa 12B – Detalhando a Situação dos Equipamentos Escolares nas unidades completas Ipiranga, Vila Prudente e Braz-Mooça

Figura 32

Legenda da Planta 12

Além deste diferencial, a nosso ver a SAGMACS romperia com a lógica da especulação imobiliária vigente desde o final do século XIX na capital, mostrando que a estrutura mono-nuclear não daria conta de melhorar as condições urbanísticas de São Paulo, sugere à municipalidade construir a nova sede do Gabinete do Prefeito na periferia da cidade, em São Mateus, o que reforçaria a eficácia do planejamento urbano no controle da expansão territorial e descolando-se dos interesses imobiliários, que tinha preferência pela manutenção do inchaço nas áreas próximas ao centro e nos bairros exclusivos.

Considerações Finais

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A SAGMACS E A INSERÇÃO DA PESQUISA URBANA

Após termos percorrido o estudo da “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana”, apresentando a maneira como este foi conduzido por Lebrete e sua equipe, suas linhas metodológicas na tentativa de compreender a cidade de São Paulo como um todo, além de apresentar os resultados apontados pela pesquisa da Aglomeração, cabe a nós responder o que de fato mudou na maneira de se fazer planejamento urbano, a partir desta contribuição da SAGMACS à formação da urbanística moderna paulistana. Assim, na conclusão de nossa pesquisa de mestrado, tentamos responder aos seguintes questionamentos: Qual a eficácia do estudo “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana” e do trabalho da SAGMACS, para o planejamento urbano elaborado em São Paulo a partir da década de 1960?; Por qual motivo a SAGMACS recusou-se a executar um plano para a cidade?; E, o que de fato, houve de inovador na condução dos trabalhos de Lebrete, acerca da questão urbana no Brasil?

A nosso ver, é fato que Lebrete e a SAGMACS contribuíram com a formação do pensamento urbanístico e de suas práticas, no planejamento das cidades no Brasil. Lembramos que, sua atuação não se restringiu à cidade de São Paulo, tendo a SAGMACS, ao longo da década de 1950 – período de maior ocorrência de contratos para a equipe, realizado inúmeros trabalhos, e entre suas atuações mais significativas, estão os trabalhos da Bacia do Paraná Uruguai, que envolveu os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, levando quatro anos para ser concluído; a parceria com Baltar no estudo para o “Desenvolvimento de Indústrias Interessado a Pernambuco e ao Nordeste” (1952); o “Plano Diretor para a cidade de Ourinhos” (1954); além do estudo semelhante para Belo Horizonte. Esta atuação projetou a SAGMACS enquanto importante organismo de pesquisas para o planejamento das cidades brasileiras, o que lhe rendeu prestígio e reconhecimento no meio acadêmico, empresarial e político.

Embora a SAGMACS já despontasse entre esses meios, anteriormente ao término do trabalho para a prefeitura paulistana, ao estudarmos o relatório “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana” e seus desdobramentos, percebemos que este trabalho foi um marco na história da atuação da SAGMACS. A partir de 1958 – ano de

conclusão do trabalho em São Paulo – a equipe participante, ganhou maior autonomia em relação ao Pe. Lebret e intensificou sua atuação no campo do planejamento urbano e regional, expandindo seus contratos na primeira metade da década de 1960, mesmo tendo os principais membros da equipe, se afastado da SAGMACS para atuar nos quadros do governo de Carvalho Pinto⁹¹. Segundo Whitaker Ferreira (2007) e Moreira (2008), alguns dos técnicos da SAGMACS se interessaram por ingressar na estrutura da máquina pública, pois acreditavam que, atuando no governo, seriam capazes de incrementar a administração pública com novas idéias, além de pensarem que ali, teriam maior possibilidade de agir.

Embora os trabalhos mais significativos, até então, tivessem sido realizados como prestação de serviço para o Poder Público, a vinculação da equipe de Lebret com o governo de Carvalho Pinto reafirma nossa hipótese de que, após o trabalho de pesquisa da Aglomeração Paulistana, os métodos utilizados pela equipe ganharam maior notoriedade e respeito entre o meio político.

Porém, relembremos que, na introdução desta dissertação, mencionamos o caráter ideológico presente na disciplina do urbanismo, não sendo esta, fruto meramente da concepção técnica, mas atuando também de forma engajada, visando alcançar um objetivo. Percebemos, assim, a interrelação existente entre a urbanística e a política, não pela importância das decisões do Estado na eficácia do urbanismo, mas pelo direcionamento dessas ações, de forma a perseguir um alinhamento ideológico.

Assim, o urbanismo enquanto ideologia é facilmente perceptível quando falamos da atuação da SAGMACS no Brasil. Conforme apontamos no terceiro capítulo desta dissertação, Lebret percebeu a importância do engajamento dos cidadãos, dos empresários e também das instituições: a igreja, o Estado, a Indústria e a Universidade, fazerem-se presente na discussão sobre as questões econômicas e sociais, e engajarem-se politicamente, se desejassem reconstruir a economia – até então baseada na exploração capitalista e na alienação comunista – de modo a não prejudicar os lucros, mas atender às reivindicações dos trabalhadores, por melhores

⁹¹ Quanto ao engajamento dos membros da SAGMACS no governo de Carvalho Pinto, é importante situar a participação dos arquitetos Antonio Cláudio Moreira, Celso Lamparelli, Domingos Theodoro de Azevedo Netto, Francisco Whitaker Ferreira e o engenheiro Mário Laranjeira de Mendonça, todos, profissionais que atuaram na pesquisa da Aglomeração Paulistana e eram considerados discípulos de Lebret.

condições de vida, abrindo espaço para a chamada terceira via ou economia humana, baseadas no princípio do desenvolvimento harmônico de Perroux. Nesse sentido, devido aos seus anseios e também aos estudos por ele desenvolvidos, muitos atribuem à Lebrete o título de sociólogo e economista.

Para melhor respondermos à indagação sobre o que de fato houve de inovador na condução dos trabalhos de Lebrete, acerca da questão urbana no Brasil, recuamos alguns anos, lembrando a narrativa histórica que constituímos e apresentamos nos capítulos iniciais desta dissertação, onde explicitamos, em linhas gerais, o modo como era realizado o planejamento urbano de São Paulo. Além dessa narrativa, apresentamos em nosso primeiro capítulo, a maneira com que a administração municipal organizou sua estrutura, apontando para o papel das obras e do planejamento urbano, o que revelou que, até o final dos anos 1940, havia duas maneiras de posicionar-se frente à questão: a que colocava a urbanística e o planejamento urbano enquanto realização de obras, e a que inseria o urbanismo como mecanismo de regulação e ordenação espacial urbana. Diante destes posicionamentos, não podemos admitir a existência de um planejamento urbano e de uma visão de conjunto de fato, e sequer da compreensão da totalidade da cidade, entre os atores do período.

Situamos o trabalho de pesquisa urbana realizado por Lebrete, preconizado pela SAGMACS, como principal diferencial destes posicionamentos da época, pois a metodologia de pesquisa empregada tinha como objetivo conhecer as especificidades da cidade como um todo, não descartando nenhuma das regiões e buscando reunir a maior quantidade de informações sobre os mais variados temas. De forma que, o resultado deste trabalho, integrado ao ideário dos projetos urbanos, dariam conta de construir a prática de um planejamento urbano eficaz no município e conduzido pelo Poder Público, movido, sobretudo, pelo cumprimento das demandas da maioria.

Até 1956, momento em que a prefeitura contratou a SAGMACS para realizar a pesquisa sobre a Aglomeração Paulistana, podemos dizer que, as principais ferramentas metodológicas utilizadas por Lebrete estavam filiadas às práticas vigentes nos trabalhos da geografia e da sociologia, contemplando um caráter mais analítico, próximo a idéia de *Survey*, bastante difundido por Donald Pierson, a partir da Escola de Chicago, nos EUA. Assim, o urbanismo de Lebrete não pode ser considerado propositivo, como era o trabalho dos engenheiros e urbanistas até o período de 1940-

1950, contrariando assim, a tônica do discurso dominante do período, e impondo uma nova maneira de se atuar no campo da urbanística moderna.

Salientamos que, para que fosse possível a construção de um planejamento urbano eficaz, movido pelo interesse da maioria, era necessário conhecer as demandas da população paulistana como um todo, delimitando um campo de pesquisa mais abrangente que a área central, que o perímetro de irradiação e que os bairros próximos do centro, caminhando em busca das informações junto à população, nas mais diferentes regiões da cidade. Assim, notamos neste movimento uma contribuição da SAGMACS ao quadro do urbanismo no Brasil, uma vez que, não era prática comum estender os planos urbanos aos bairros das regiões periféricas da cidade.

Se alguns geógrafos e sociólogos já estendiam seus estudos até esses locais, desconhecemos trabalhos que tenham ultrapassado as delimitações físicas do território paulistano, estendendo-se às cidades vizinhas, que tinham ligação de troca direta com a capital paulista, seja pelo fluxo migratório de trabalhadores ou pela busca dos equipamentos de comércio e serviços. De forma que, apontamos para a contribuição da SAGMACS no incremento da discussão da questão metropolitana no Brasil, mostrando-se adepta ao planejamento urbano e regional dos urbanistas ingleses, que já discutiam as grandes aglomerações urbanas desde o início do século XX, além do Eng. Baltar que também já posicionava-se favoravelmente ao planejamento regional e falava na questão metropolitana em Recife no início dos anos 1950, sendo esta questão uma das principais inovações à urbanística paulistana, inserida no trabalho da SAGMACS⁹².

Ainda sobre os aspectos de possíveis inovações no planejamento urbano, a partir da atuação de Lebrecht, gostaríamos de salientar a inserção da pesquisa sociológica em campo, feita através de observação direta da realidade social e também de entrevistas com a população. Esta ferramenta metodológica culminou com a introdução, por parte dos urbanistas mais à esquerda, da preocupação com a

⁹² Cabe esclarecer que, estamos defendendo a introdução da questão metropolitana a partir da atuação da SAGMACS e Lebrecht, porém, a nosso ver, o início desta discussão não se deu a partir do trabalho “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana”, mas sim do estudo “Necessidades Possibilidades do Estado de São Paulo”, iniciado em 1953-54, pela Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí, onde se percebe a influência das idéias de Baltar.

questão social, o que, em alguns momentos influenciou as decisões do Poder Público sobre o planejamento de obras e destinação de recursos para melhorias urbanas, implantação de infra-estrutura e equipamentos públicos.

Porém, como nos propusemos a estudar em nosso mestrado, o “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana”, que nas primeiras linhas da apresentação do seu relatório, afirma a recusa “*ao prefeito Wladimir Piza o encargo da planificação de um São Paulo reestruturado e de um plano de reforma administrativa geral*” (SAGMACS: 1957, p. 2), buscamos entender o motivo pelo qual a SAGMACS recusou o encargo de realizar um plano de ordenamento para a cidade.

Cabe lembrar que, em 1956, momento em que a prefeitura contratou a SAGMACS, estava vigente a Portaria Municipal 708, de 1948, a qual instituiu a Comissão Orientadora do Plano da Cidade, idéia defendida por Anhaia Mello, conforme já apontamos. Em 1953, a comissão teve seu nome alterado para Comissão Orientadora do Plano Diretor do Município. Neste período, a comissão era dirigida pelo engenheiro Carlos Lodi, que também chefiava o Departamento de Urbanismo da prefeitura, e via no trabalho de pesquisa urbana da SAGMACS importante contribuição para o incremento e posterior confecção de um Plano Diretor para São Paulo, uma vez que Lebrecht recusou tal encargo.

Louvável a atuação do prefeito Toledo Piza, na contratação da SAGMACS, para auxiliar a compreensão da complexidade urbana de São Paulo. Conforme já apontamos, seu mandato foi bastante curto, uma vez que havia sido escolhido entre os vereadores para ocupar a Chefia do Executivo, em detrimento da renúncia do então prefeito em 1956, o senador Lino de Matos.

Assim, parece-nos que Piza tinha clareza de que não haveria tempo hábil em seu mandato para implantar grandes obras de melhorias na cidade, preferindo então contribuir com o planejamento futuro de São Paulo, deixando encaminhado um Plano Diretor para o ordenamento e definição das obras futuras da cidade. A nosso ver, o gesto de Piza, demonstra desprendimento em relação ao cargo e aponta para sua simpatia ao planejamento das ações do Executivo. Porém, cabe lembrar que, coincidentemente, havia neste período forte defesa, por parte dos economistas, de um planejamento estratégico, de

forma que todos os governos que tomavam posse no final dos anos 1950 viam-se obrigados a constituir um Plano de Ação ou de Metas.

Porém, quanto ao motivo pelo qual a SAGMACS recusou o encargo do planejamento de São Paulo, podemos dizer que até então os trabalhos empreendidos por Lebrecht vinculavam-se à pesquisa urbana e à pesquisa sociológica, com embasamento empírico, seguindo os métodos iniciados por Le Play, no século XIX, e aperfeiçoados por Chombart De Lauwe e a Escola de Chicago, a partir dos anos 1940. Assim, estes trabalhos não configuravam em si o espaço da planificação e do projeto urbano, mas da pesquisa urbana, que daria suporte ao planejamento da cidade, o qual deveria ser empreendido por uma visão interdisciplinar.

Nestes quase dez anos de trabalho em São Paulo, a SAGMACS havia aperfeiçoado sua metodologia de pesquisa e voltava-se cada vez mais à questão urbana. Mas, o estudo da Aglomeração Paulistana tinha sido, até então, o maior trabalho contratado à equipe, e serviu como uma espécie de experimento para aprimorar suas bases conceituais e metodológicas, a fim de poder dar respostas para o planejamento futuro.

Além disso, coube a Comissão Orientadora do Plano Diretor a responsabilidade pelas diretrizes de ordenamento urbanístico da cidade. Lebrecht também salientou que o trabalho de empreender um plano urbanístico para São Paulo retardaria e muito o prazo de entrega, não havendo tempo hábil para Toledo Piza, ter reconhecimento como autor do plano, já que seria necessária a contratação de muitos profissionais e o emprego de onerosas quantias financeiras, correndo-se o risco de não se atender ao objetivo do próximo prefeito. Ironicamente, o que Lebrecht havia previsto aconteceu, pois quando Ademar de Barros assumiu a prefeitura, o trabalho da pesquisa urbana, ainda em andamento, não interessou à nova administração, que negou um aditivo à Lebrecht e cancelou o empenho de pagamento do contrato vigente desde 1956⁹³.

⁹³ Motivo este que para Lamparelli (2007), foi o responsável pela não conclusão da pesquisa sociológica, coordenada por Frank Goldman, que deveria constituir a terceira parte do relatório do “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana”.

Em Belo Horizonte, no estudo semelhante realizado em 1958, chamado de “Estrutura Urbana de Belo Horizonte”, a SAGMACS preocupou-se em dar continuidade ao trabalho iniciado, empreendendo, numa etapa seguinte, o planejamento urbano da capital mineira. Este fato nos faz lembrar que a SAGMACS, enquanto cooperativa de técnicos, dependia de contratos para sobreviver financeiramente. E que talvez por isso, no caso de São Paulo, Lebrecht tivesse considerado a possibilidade de empreender o planejamento futuro, numa próxima etapa de contrato. De qualquer modo, isso nos pareceu pouco provável.

Finalmente, tentamos apontar para a relevância do trabalho da SAGMACS, frente o “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana” para o planejamento urbano, respondendo qual a eficácia que este trabalho teve para os demais trabalhos de planejamento em São Paulo, a partir da década de 1960. Conforme já apontado a delimitação da inclusão das áreas periféricas, na compreensão dos problemas da cidade, e a introdução da pesquisa social, que levou em conta os habitantes dos diferentes bairros, rompendo com a idéia do urbanismo enquanto planejamento de obras viárias e de embelezamento em proximidade da área central, foram pontos extremamente positivos. Sendo que, podemos dizer que, as diretrizes apontadas pelo relatório de Lebrecht, sobre a Aglomeração Paulistana, contradizem o ideário da cidade burguesa, vigente em São Paulo, desde a segunda metade do século XIX.

Além de fazer alusão direta ao Mouvement Économie et Humanisme, o fato de Lebrecht ter, em certo modo, introduzido o habitante no apontamento das demandas populares, e apontado ao planejamento a preocupação social, foram fatores que nos levaram a intitular nossa dissertação de “Urbanismo e Humanismo”. Pois, a nosso ver, ainda que a questão humana não tenha sido incorporada em suma ao planejamento urbano paulistano, o trabalho de Lebrecht abriu espaço para uma ruptura com as práticas até então vigentes, trazendo a ciência do urbanismo para o campo das humanidades e das ciências sociais aplicadas, além de ter dado início ao trabalho multidisciplinar, integrando diferentes áreas do conhecimento.

Quanto à eficácia do estudo realizado pela SAGMACS em São Paulo, não podemos afirmar que, se este fosse levado em consideração nas décadas de 1960 e 1970, seria possível a construção de uma cidade mais humana, justa e eficiente em sua gestão territorial. Ainda mais, não tendo este estudo sido

publicado pela prefeitura. Porém, seus métodos de interpretação, possibilitaram a construção de hipóteses possíveis para o crescimento populacional e econômico da cidade. De forma que, hoje, é possível se verificar, que até o ano 2000 (limite das projeções de estudo do relatório), a hipótese adotada para a conceituação de diretrizes para o planejamento futuro, confirmou os números apontados no relatório.

O início dos anos 1960 era uma época de euforia, de expansão das atividades industriais, de crescimento econômico e de novos empregos. O discurso de que planejar era preciso estava presente nos organismos estatais e também no meio empresarial. Em São Paulo, comemorava-se a primeira colocação no ranking de população, a pujança de sua indústria e a abertura de novas estradas. De forma que, retomando a participação de membros da equipe de Lebrecht no governo de Carvalho Pinto, verificamos que, de certo modo, a metodologia da SAGMACS era empregada e difundida dentro do aparelho de Estado, não tanto pela sua eficácia, mas por acreditar-se que havia espaço para as novas idéias no campo do planejamento urbano e regional. Porém, este quadro foi abortado a partir do golpe militar de 1964.

Como vimos afirmando, o urbanismo enquanto disciplina está fortemente vinculado à matriz ideológica, e como demonstramos, no caso da SAGMACS, não resta dúvida de seu engajamento político, mais voltado para a esquerda, mesmo tendo a antipatia do Partidão, e também não podendo considerar o Partido Democrata Cristão uma força política à esquerda. Com o golpe militar, a SAGMACS fechou suas portas. Alguns dos profissionais vinculados à instituição, foram perseguidos e acusados de colaborar com as idéias comunistas no Brasil, e assim, a cooperativa encerrou sua atuação definitivamente em 1965.

Porém, no quadro do planejamento urbano paulistano, alguns dos antigos técnicos da SAGMACS, permaneceram figurando entre os organismos de estudos e pesquisas urbanas. Sendo que em 1968, alguns deles atuaram na elaboração do PUB – Plano Urbanístico Básico, para a Prefeitura de São Paulo. Neste plano, algumas das idéias da SAGMACS faziam-se presentes, entre as quais, mencionamos, de forma especial, o trabalho extensivo aos municípios da Aglomeração Paulistana, inserindo definitivamente a questão metropolitana nas disciplinas do planejamento urbano e regional, economia e história urbana,

discussão que em São Paulo, para nós, foi iniciada pela SAGMACS, através do trabalho de Lebet.

Assim, reconstituir as bases em que se deu a pesquisa urbana sobre a Aglomeração Paulistana, elaborada pela SAGMACS para a Prefeitura paulistana no final dos anos 1950, nos embuiam de novos questionamentos e de algumas respostas, como é função do campo da historiografia. Pois o trabalho de pesquisa em história urbana e social é um percurso que não se esgota, sendo sempre possível reinterpretarmos as bases desta mesma história, pois não somos autores de trabalhos finalizados. O que nos torna colaboradores de uma possível melhor elucidação dos fatos da história social, política, econômica e urbanística. E assim, esta dissertação além de tirar a SAGMACS e o pe. Lebet do ostracismo no campo da história do urbanismo, deve abrir também campo para a possibilidade de novas pesquisas sobre a temática e novas possibilidades de interpretações.

Anexos

Anexo I –

Programa da Disciplina oferecida por Lebrete na ELSP

Economia Humana – Frei Louis Joseph Lebrete, O.P.

36 Aulas, às 8 hs., às segundas e sextas-feiras, I Termo Letivo.

Programa:

1. Fracasso Humano no mundo moderno.
2. Crítica da economia política.
3. – 7. A reação marxista (5 aulas).
8. A reação nazista.
9. Os ensaios corporativistas.
10. – 12. A planificação soviética (3 aulas).
13. – 15. Bases e exigências da economia humana (3 aulas).
16. Lugar da economia humana entre as ciências.
17. As unidades territoriais em economia humana.
18. – 22. A análise em economia humana.
 - As pessoas;
 - O hábito;
 - A demografia;
 - A estrutura econômica das unidades territoriais;
 - Os equipamentos (sanitário, cultural, espiritual).
23. Conjuntura Humana e Conjuntura Econômica.
24. – 28. Elementos dum “sistema” em economia humana.
 - Os setores de economia ordenada;
 - Organização profissional e comunidades territoriais;
 - A supressão ou a regulamentação do antagonismo cidade-campo;
 - A alternância das atividades;
 - As trocas entre as unidades territoriais (no interior das nações e entre as nações).
29. A economia humana e a política
30. A economia humana e a espiritualidade cristã.
31. – 35. Passagem da economia atual à economia humana.
 - Experiência francesa em curso (na pesca – experiência de Valence – reunião comunitária);

Estratégia e tática;

Etapas da evolução;

36. Necessidade de um movimento espiritual.

Bibliografia Recomendada: ANCEL, J. *Geopolitique*, Par; ARTAUD, M. *Le Métier d'agriculteur*, Par; BADIN, C. *La doctrine sociale de l'Eglise et la science économique*, Par, 1938; BARDET, G. *Problèmes d'urbanisme*, Par; *Principes inédits d'enquête et d'analyse urbaines*, Par; BENONVILLE, D. *Initiation à l'analyse statistique*, Par, 1939; BETTELHEIM, C. *La planification soviétique*, Par, 1945; *Les problèmes théoriques et pratiques de la planification*, Par, 1946; BOUGLE, *Socialisme français*, Par, 1935; BOULLLE, N. *L'expérience pédagogique de Moutiers*, Par; BOULARD, Abbé, *Problèmes missionnaires de la France rurale*, Par, 1946; BOUTHOD, G. *La populatoin dans le monde*, Par, 1935; BOWLEY, *Eléments de statistique*, Par, 1929; BRUHAT, J. *Histoire de l'URSS*, Par, 1945; BRUNHES, J. *La géographie humaine (édition abrégée)*, Par, 1942; BUREAU, P. *La science des moeurs, Introduction à la méthode sociologique*, Par, 1923; CHENU, M. D. *Spiritualité du travail*, Par; *Pour être heureux, travaillons ensemble*, Par; CORNU, A. Karl Marx, *L'homme et l'oeuvre. De Phégelianisme au matérialisme historique (1841-1845)*. Par, 1934; DARMOIS, G. *Statistiques et Applications*, Par; DAUPHIN-MEUNIER, *La cite de Londres*, Par, 1940; *La Banque 1919-1935 (Allemagne, Angleterre, France)*, Par, 1936; DESCAMPS, P. *La sociologie expérimentale*, Par, 1933; DELPECH, H. *Recherches sur lê niveau de vie et lês habitudes de consommotion (Tolouse 1936-1937)*, Par, 1938; *La science économique appliquée aux problemes contemporains*, Par, 1942; FERENCZI, *L'opimum synthétique du peuplement, Institut International de Coopération Intelectuelle*, Par, 1938; FOURASTIÉ, y e MONTET, H. *L'économie française dans le monde*, Par, 1945; DUBREUIL, H. *La fin des monstres*, Par, 1938; ENGELS, *Oeuvres completes*; FAIN, G. *DESROCHES, o terre enfin libre (em curso de publicação)*; DOU, E. *Historie du Mouvement ouvrier, 1830*. GATHERON, J. M. *Le pain et l'or*, Par; GEORGE, P. *L'Économie de l'URSS*, Par, 1945; GIDE, S. e RIST, C. *Histires des doctrines économiques depuis lês physiocrates jusqu'a nos jours*, Par, 1944; GIGNOUX, C. J. *L'économie française entre lês deux guerres 1919-1939*; Par; *La crise du capitalisme au XXème siècle*, Par, 1943; GOBLET, Y. *La formation des régions*, Par, 1942; GODIN, H e DANIEL, *La France, pays de mission*, Par; GONNARD, R. *Histoire des doctrines economiques*, Par; GUILLAUME, G e GUILLAUME, E. *L'économie rationnelle*, Par, 1937; HALBWACHS, M. *L'évolution des besoins dans les classes ouvrières*, Par, 1933; HITLER, *Mein Kampf*; HUBER, M. *Cours de statistique appliquée aux affaires (3 vol. Publicados)*, Par, 1943, 1944; INSTITUT SCIENTIFIQUE DE RECHERCHES ECONOMIQUES ET SOCIALES, *Cinq conférences sur méthode dans les recherches économiques*, Par, 1938; JOUVENEL, B. *La crise du capitalisme américain*, Par; KERVRAN, *Nos régions naturelles*, Avignon. LA BLACHE, V. *Principes de géographie humaine*, Par, 1941; LANDRY, A. *Taité de Démographie*, Par, 1944; LE BRAS, G. *Introduction à l'étude de l'histoire religieuse en France*; LEBRET, L. *Guide du Militant (tomos I e II, tomos III e IV em curso de publicação)*; *Sous la conduite du St-Esprit: Le Père Fulgence Bordet*, Par; *Action, chemin vers Dieu (em curso de publicação)*; *Positions clés*, Par; *Mystique d'un monde nouveau*, Par, 1943; *Principes pour l'action*, Par; LEBRET, L. e DESROCHES, *La Communauté Boimondau*, Par; LEBRET, L e MOREAUX, B. *Les professions maritimes á la recherche du bien*

commun, Par, 1943; LENINE, Oeuvres complètes; LHOMME, J, Le problème des classes; Transformations économiques et classes sociales, Par; LIZERAND, Le régime rural de l'ancienne France, Par, 1942; LOEW, M R, Les docks de Marseille. En mission prolétarienne, Par; LOMBROSO, G, La rançon du machinisme, Par; LOMENIE, E B, Les dynasties bourgeoises (de Bonaparte à Mac-Mahon), Par; LUBAC, H, Le drame de l'humanisme athée, Par, 1944; Catholicisme social, Par; MARCH, L, Les principes de la méthode statistique, Par; MAURETTE, F, Les grands marchés de matières premières, Par; MICHONNEAU, Paroisse Missionnaire, Par, 1946; MONTCEZ, A, Initiation aux méthodes statistiques, Par, 1945; MORAZE, C, Introduction à l'histoire économique, Par, 1943; NOGARO, B, La méthode de l'économie politique, Par, 1939; PAYOT, J, La faillite de l'enseignement, Par, 1937; PERROUX, F, Cours d'Économie Politique, Par; La valeur, Par; Capitalisme et Communauté, Par, 1943; Communauté, Par, 1942; PEYRET, H, La guerre des matières premières, Par, 1946; La lutte pour les denrées vitales, Par; PIE XII, Messages de guerre au monde, Par, 1945; L'action, catholique (messages pontificaux), Par, 1933; PILLEMENT, G, Destruction de Paris, Par; PIROU, G, Les doctrines économiques en France depuis 1870, Par; Les nouveaux courants de la théorie économique aux États-Unis d'Amérique, Par, 1939; PIROU, G e BYE, M, Introduction à l'étude de l'économie politique, Par, 1939; PLEKHANOV, Les questions fondamentales du marxisme, Par; PRINCIPALE, M, Corporation et Communauté, Par, 1943; RENARD, G, e LEBRET, L, Anticipations corporatives, Par, 1937; REUTER, P, Les trusts, 1942; ROMIER, L, Explication de notre temps, Par; ROPS, D. Par delà notre nuit, Par, 1943; ROUPNEL, Histoire de la campagne française, Par; ROUX, P, Précis de science sociale, Par, 1914; SAND, R, L'économie humaine, Par; SAUVY, A, Richesse et Population, Par, 1944; 1944 Bien être et population, Par; La population, Par Essai sur la conjoncture et la prévision économiques, Par, 1938; La prévision économique, Par, 1943; Chances de l'économie française, Par; SEE, H, Les origines du capitalisme moderne, Par; SIEGFRIED, A, La crise britannique au XXème siècle, Par; Vue générale de la Méditerranée, Par; SPENLE, E, La pensée allemande, Par; SOMBART, W, Le socialisme allemand, Par, 1938; L'apogée du capitalisme, 2v, Par, 1932; SUAVET, T, Économie saine ou bienfaisance sociale, Par; THIBON, G, Destin de l'homme, Par, 1941; VOISIN, P, Une politique de l'habitat, Par; WAGEMAN, E, Introduction à la théorie du Mouvement des Affaires, Par, 1932;

Anexo 2 –

Fichas e Questionários Utilizados na Pesquisa da Aglomeração Urbana

Ref. II.B.I	Fl. 2
-------------	-------

II. B.1 - ANÁLISE DESCRITIVA

Estrutura do comércio, serviços e equipamento social

1. - Lista do comércio, serviços e equipamento social

Comércio	Serviços	Equipamento Social
1. Venda 2. Empório, armazém ou Merceria 3. Feira Livre 4. Açougue 5. Padaria 6. Quitanda	40. Cabelereiro e/ou Barbeiro 41. Sapateiro 42. Costureira 43. Eletricista 44. Encanador 45. Ferreiro 46. Marceneiro 47. Tinturaria 48. Oficina Mecânica 49. Farmacêutico	70. Caixa de Correio 71. Telefone público 72. Escola pré-primária 73. Escola primária 74. Assistência médica infantil e/ou Maternal 75. Recreio infantil 76. Creche 77. Capela
7. Loja de tecidos simples Ou/ e roupas simples 8. Artigos domésticos simples 9. Farmácia, drogaria 10. Papelaria 11. Livraria 12. Banca de jornais e revistas 13. Depósito ou casa de materiais Para construções 14. Posto de gasolina 15. Relojoaria 16. Mercado coberto ou super-Mercado	50. Médico 51. Dentista 52. Parteiro 53. Cartório 54. Tabelião 55. Advogado 56. Caixa Econômica 57. Agência de IAP 58. Agência de Banco 59. Agência de passagens 60. Sede de Banco 61. Escritório de Seguro	80. Agência de correio e telégrafo 81. Curso de alfabetização de adultos 82. Escola Profissional 83. Escola de Formação Doméstica 84. Clubes sociais e recreativos 85. Centro de Jovens 86. Abrigos 87. Associações 88. Centro de saúde ou clínica médica 89. Cinema 90. Agência funerária 91. Igreja 92. Hospital 93. Maternidade 94. Ginásio 95. Colégio 96. Escola Normal 97. Escola ou Instituto Universitário
17. Tecidos p/ ternos, tailleurs Ou/e roupas prontas 18. Artigos domésticos de vulto 19. Móveis 20. Ótica, fotografia 21. Hotel 22. Joalheria 23. Flores 24. Peles 25. Salão de chá		

26. Grande Loja		
Número da Pesquisa.....	QUADRO II.B. 2 (1) Levantamento de campo do Comércio, Dos Serviços e do Equipamento Social	Ref. II.B.2 (1)
Número de Moradores.....		U N I D A D E
.....		Nome.....
Chefe de Grupo.....		Notação.....
.....		Nomenclatura.....

C O M É R C I O			S E R V I Ç O S		
Tipo	Nº	Qualificações	Tipo	Nº	Qualificações
1.			40.		
2.			41.		
3.			42.		
4.			43.		
5.			44.		
6.			45.		
			46.		
7.			47.		
8.			48.		
9.			49.		
10.					
11.			50.		
12.			51.		
13.			52.		
14.			53.		
15.			54.		
			55.		
16.			56.		
17.			57.		
18.			58.		
19.			59.		
20.					
21.			60.		
22.			61.		
23.					
24.					
25.					
26.					

Número da Pesquisa.....	QUADRO II.B. 2 (2) Levantamento de campo do Comércio, Dos Serviços e do Equipamento Social	Ref. II.B.2 (1)
Número de Moradores.....		U N I D A D E
.....		Nome.....
Chefe de Grupo.....		Notação.....
.....		Nomenclatura.....

E Q U I P A M E N T O			S O C I A L	
Total	Tipo	Qualificações	Nº	Qualificações
	70.			
	71.			
	72.			
	73.			
	74.			
	75.			
	76.			
	77.			
	80.			
	81.			
	82.			
	83.			
	84.			
	85.			
	86.			
	87.			
	88.			
	89.			
	90.			
	91.			
	92.			
	93.			
	94.			
	95.			
	96.			
	97.			

Número da Pesquisa.....
Número de Moradores.....
.....
Chefe de Grupo.....
.....

II.A - ANÁLISE DESCRITIVA:

Elementos gerais

Os dados a serem obtidos no local, exceto quando são precedidos pela letra E, que significa - preencherão no escritório. Se o elemento é precedido dos sinais RE, RT ou RC significa que o conjunto deve ser colhido só na região externa, de transição ou central.

1. Definição precisa da unidade

Definição comum.....
 Metros quadrados da planta base.....
 Ocupação (ver I-B.1).....
 Unidades contíguas (nome comum):
 Ao norte.....
 Ao leste.....
 Ao sul.....
 Ao oeste.....
 Distância:
 Para centro da cidade (linha reta).....
 Para centro da unidade completa (ruas)...

2. Características físicas

Latitude média.....
 Relevo (riscar a citação inútil):
 Plano horizontal
 Plano inclinado
 Plano muito inclinado (+ 10%)
 Ondulado
 Muito irregular
 Vale
 Montanhoso
 Superfície (Desenhar em planta os limites e medir no escritório).....
 Particularidades (riacho, estrada de ferro, cemitério).....

3. Tipo de unidade

Segundo a nomenclatura da pesquisa (ver Ficha II.A).....
 Segundo o modo principal de ocupação (co-locar 3 cruzes segundo é mais intenso):
 Residencial.....
 Comercial.....
 Serviços diversos.....
 Artesanal.....
 Industrial.....
 Segundo o modo de criação (riscar o inútil): Loteamento oficial.....
 Loteamento clandestino.....
 Nº de barracas de venda de lotes....

 Porcentagem das construções que são clandestinas.....

4. Idade da unidade (nº de anos até 1/1/57)

Abertura de ruas.....
 1ª construção.....

5. Povoamento

Número de habitações em 1950.....
 (RE) Número de habitações em 1957.....

Ref.II.A
U N I D A D E
Nome.....
Notação.....
Nomenclatura.....

(na mesma taxa 1950-57)

%

Terrenos vagos

Casa média e luxuosa

Sidade estimada em 1964

Número da Pesquisa.....
 Número de Moradores.....

 Chefe de Grupo.....

III.A.a - Nível Biológico

	P	M	PxN		Valor das Notas
1. Embriagues notória e freqüente (semanal) Porcentagem da população total.	1				0: 1% 1:0,6% 2:0,4% 3: 0,2% 4: 0,1% e menos
2. Freqüência de focos de contaminação (água estagnada, lixo, sanitários mal Cuidados).	2				Número de focos divididos pela superfície habitada em hectares. 0: + 1 1: 0,25 2: 0,10 3: 0,05 4: Menos de 0,05
3. Infestação de moscas, mosquitos, Pulgas, percevejos e piolhos.	1				0: Muito intensa 1: Freqüente 2: Periódica 3: Excepcional 4: Nenhuma
4. Contaminação da água (dejetos humanos, Água estagnada e lixo, riacho, esgoto, Produtos industriais).	3				Distância freqüente dos poços aos focos de contaminação. 0: Menos de 5 m 1: 5 a 12 m 2:12 a 18 m 3: Mais de 18 m 4: Nenhuma fonte de contaminação
5. Existência das moléstias: Tuberculose, Febre tifóide, Sífilis, Difteria. Sublinhar as doenças existentes	1				0: Existem as 4 1: Existem 3 2: Existem 2 3: Existe 1 4: Nenhuma
6. Existência das moléstias: Desinteria Bacilar, Ancilostomose, Shistomose e amebíase. Sublinhar as doenças existentes.	1				0: Existem as 4 1: Existem 3 2: Existem 2 3: Existe 4: Nenhuma
7. Existência de enfermidades por carência (ex. avitaminoses) Opinião de autoridades locais.	1				0: Muito freqüente 1: Freqüente 2: Alguns Casos 3: Excepcional 4: Nenhum caso
8. Existência de casos de desidratação De crianças.	1				
Soma					Nota média ponderada: $\frac{\text{Soma PxN}}{\text{Soma P}} =$

Número da Pesquisa.....

Número de Moradores.....

.....

Chefe de Grupo.....

III.A.b - Nível Doméstico

	F	P	F x P		Valor das Notas
1. Falta de higiene corporal	1				0 - muito freqüente: 75 a 100% 1 - freqüente: 40 a 75% 2 - comum: 25 a 40% 3 - raro: 10 a 25% 4 - muito raro ou Inexistente: 0 a 10%
2. Roupas sujas	2				
3. Casas sujas	3				
4. Tratamento precário de doenças	2				
5. Alimentação desequilibrada por falta de:	1				
a) leite	1				
b) carne	1				
c) legumes	1				
d) frutas	1				
Soma					Nota média ponderada: $\frac{\text{Soma } P \times N}{\text{Soma } P}$

Número da Pesquisa.....
 Número de Moradores.....

 Chefe de Grupo.....

III.A.c - Habitação: Tipos Aparentes

Tipo	%	Descrição
A. Favela		Feita de material precário: tábuas grosseiras, zinco, etc. Chão de terra batida
B. Habitação coletiva precária (cortiço)		Equipamento sanitário em comum; promiscuidade.
C. Casa de tijolos precária		Área pequena (menor do que 30 m ²). Sem divisões internas ou divisões precárias.
D. Habitação coletiva regular (tipo popular)		
E. Casa de tijolos (tipo popular)		Com divisões internas. Área razoável (de 30 a 60m ²). Sem forro.
F. Apartamento moderno confortável		Possuindo eletricidade, água corrente, chuveiro, esgoto, wc.
G. Casa média a luxo		Idem % mais de 60 m ²

Número aproximado de unidades residenciais (casas ou apartamentos)

Número de Moradores.....

 Chefe de Grupo.....

VI.A. - ANÁLISE DO DESLOCAMENTO
 PARA O TRABALHO

Folha de Levantamento de campo

População da unidade.....

Da própria unidade (Notação)	Local	% aproximada Da população Ocupada (1)	Tempo total (ida e volta) Casa - trabalho (2)			
			Pé	Ônibus	Lotação	Trem
Número das unidades contíguas (quadrados da planta base)						
Número das unidades afastadas (nome do bairro)						
Tipos de Indústrias predominantes na unidade:						
Têxtil						
Alimentos						
Minerais não metálicos						
Metalúrgica						
Química e Farmacêutica						
Vestuário, calçado e Artefato de tecido						
Outras						
Fazer um círculo proporcional à importância. (número de operários).						

(1) População morando na unidade e que vai para o
 Trabalho nos diferentes lugares.

(2) Colocar os tempos nas conduções mais usadas.

ANEXO III –

Transcrição das Entrevistas Realizadas

Conforme mencionamos em nossa dissertação, a realização de nosso trabalho de pesquisa deve-se, em grande parte, à colaboração dos profissionais atuantes nos quadros da SAGMACS, que se dispuseram a nos receber para que pudéssemos entrevistá-los, tirar impressões pessoais e reconstituir aquele período ao qual situamos nosso objeto de pesquisa.

Incorporamos assim a história oral como um importante instrumento metodológico de nossa base documental, tendo sido o resultado destas entrevistas, realizadas em diferentes momentos e cercadas por diferentes situações, devido a nossa cumplicidade para com as fontes ouvidas, são neste encarte relatadas.

Vale lembrar que duas das entrevistas realizadas, não estão aqui transcritas em cumprimento a exigência de não publicação da informação, imposta pelos depoentes. Outras três entrevistas foram realizadas anteriormente ao nosso ingresso no programa de pós-graduação, de forma que nos guiaram na elaboração de nosso plano de pesquisa.

Prof. Dr. Antonio Cláudio Moreira Lima e Moreira

24.06.2008

Residência do Profissional

Lucas: Para iniciarmos o sr. poderia falar sobre sua trajetória profissional, o início de sua carreira que me parece ter sido iniciada já na SAGMACS.

Cláudio: Eu era estudante de arquitetura nessa época e fui trabalhar na equipe de SAGMACS como desenhista, meu primeiro trabalho era um trabalho de desenho, de diagramação daquelas mil figurinhas que o Lebrecht usava na parte gráfica dos trabalhos, os índices que representavam os problemas sociais. E o que eu fazia era basicamente desenhar, principalmente fazer os índices, legendas, era essa minha atividade.

Lucas: Isso é em 1958?

Cláudio: Isso em 1958. Foi o meu primeiro trabalho, e esse trabalho propiciava muito contato com a equipe de SAGMACS. Na realidade o contato que eu tinha mais com o pessoal da pesquisa era com o Celso Lamparelli e o Chico (Whitaker), e também vendo a trama toda que estava ocorrendo no trabalho e acompanhando o trabalho. Então, eu estava pensando antes de você chegar, qual foi a minha participação nesta equipe de SAGMACS, o que é que isso significou para mim? Minha participação é irrelevante, eu era um desenhista. Mas o que significou isso para mim foi muito importante, porque foi uma abertura, me propiciou uma abertura, eu fui muito estimulado ali a discutir e entender com o que eu estava trabalhando.

Lucas: Mas vamos voltar um pouco anterior ao seu trabalho na SAGMACS, gostaria de saber como o sr. ingressou na SAGMACS, qual era seu contato?

Cláudio: Qual é a trajetória? A trajetória é mais ligada à igreja, porque esta era basicamente a equipe de JUC. O Chico, o Celso, eram da direção nacional e paulista

da JUC, e tinha o pessoal que participava eu, Clementina, Costa, todos participávamos da equipe de JUC.

Lucas: Então seu contato com o Lebrecht foi primeiro com seus livros de espiritualidade dirigidos a conscientização dos cristãos? Basicamente todos que atuavam na SAGMACS tinham este elo com a JUC e o catolicismo da época.

Cláudio: Sim, mas eu conheci mais pela equipe que fez o trabalho da bacia Paraná-Uruguai, que estava nesta equipe o Duca (Domingos Teodoro de Azevedo Netto), Clementina De Ambrósio que você já entrevistou, o Bastos que já faleceu, tinha esse pessoal aí que fez este primeiro grande trabalho do Lebrecht aqui, teve outros também mas que se desenvolveu, levou maior tempo foi este estudo mesmo.

Lucas: E sobre esta equipe, como é que era a estrutura disso, como que era o funcionamento e financiamento da SAGMACS? Pois ela faz questão de não se identificar como uma empresa, fala-se em um órgão de assessoramento, uma prestadora de serviços. Poderia explicar um pouco esta questão?

Cláudio: É o que hoje nós chamaríamos de uma O.N.G. Mas era uma sociedade civil sem fins lucrativos com toda a cara de sociedade civil sem fins lucrativos, isso quer dizer que seus sócios e diretores não auferem lucros, a SAGMACS estava nesta área, não almejava o lucro, não existe esta contrapartida financeira, então se conformava com o emprego. Enquanto ela estava trabalhando com o Lebrecht era mais assim, depois é que a SAGMACS se constituiu enquanto cooperativa, quer dizer a SAGMACS continuou existindo enquanto empresa, com essa estrutura jurídico/financeira sem fins lucrativos, não parou neste período, depois é que se constitui esta estrutura de que quem prestava os serviços eram seus sócios. Mas isso foi num período depois, foi depois deste trabalho da Aglomeração Paulistana, acho que foi ali em 1962/63 e foi abortado em 64 pelo mercado, ali junto com o golpe.

Lucas: E também não houve certa perseguição do novo regime à SAGMACS?

Cláudio: É, mas na realidade as coisas não são tão simples assim, acho que não se pode bem atribuir isso, toda a esquerda passou a ser mal vista pelo novo regime, tudo quanto era movimento de esquerda era inimigo e entre o movimento da

esquerda católica também, era deste movimento que a SAGMACS era representante. Então nós como todo movimento de esquerda perdemos as possibilidades de trabalho. Algumas pessoas passaram a ser perseguidas na SAGMACS é o caso específico do Chico Whitaker, Frei Tito que se matou, mas não a todos nós não.

Lucas: Por falarmos em esquerda, deste vínculo de vocês com a esquerda, isso também se evidencia no trabalho de vocês. A SAGMACS tem como cliente basicamente o poder público. Mas me parece que há certa tendência em prestar serviços a governos mais progressistas. Daí uma vinculação a políticos mais simpáticos a esquerda, centro-esquerda. Alguns trabalharam no governo do Goulart, também houve uma tentativa de trabalhar para o Arraes em Pernambuco, a própria atuação no Plano de Ação do Carvalho Pinto. Gostaria que o sr. falasse um pouco sobre este lado ou vínculo político da SAGMACS.

Cláudio: Não era só a SAGMACS que prestava serviços para o Estado, há presença de consultorias internacionais desde o governo do Getúlio aqui no Brasil, portanto anteriores a nós. O que é importante é que quando o Lebrete vem ao Brasil em 1947, ele traz consigo a idéia do Movimento Economia e Humanismo do qual a SAGMACS era um braço, digamos é o braço civil, o braço institucional do movimento. E ele constitui aqui o Movimento de Economia e Humanismo basicamente reunindo o pessoal que era do PDC, o Partido Democrata Cristão dessa época, e traz uma concepção filosófica que era dele com uma nova visão social, e constitui aí o movimento no Brasil. Enfim, era um mix de pessoal católico que tinha uma perspectiva progressista, a linguagem esquerda não era utilizada na época. Então o que era ser progressista na época? Era a luta contra o status quo, um pouco do que era apresentado entre os franceses, a idéia de que entre o capitalismo e o comunismo havia uma terceira via progressista, e essa linha era que norteava um pouco do pessoal do PDC e era a mesma linha que guiava o Movimento de Economia e Humanismo. Este movimento de Economia e Humanismo em 1947 ele não era mais do que um grupo de cidadãos eminentes que se identificava com o discurso, mas que não tinham uma atuação particular, digamos assim, tinham uma reserva do pensamento de contato de possibilidades com o que viria ser SAGMACS.

Agora não podemos dizer que SAGMACS ficou hibernando durante o governo Carvalho Pinto, talvez ela tenha ficado hibernando, mas o Economia e Humanismo

não. E aí entra essa história de que a matriz era a possibilidade de transformação estava dentro do aparelho de Estado, dentro da máquina. Isso fez com que todo o pessoal que estava próximo da SAGMACS naquele momento, acabasse envolvido em ações governamentais. Era uma opção clara, vamos a um governo que através da estrutura governamental se pode agir, no sentido de promover um desenvolvimento, para utilizarmos a linguagem da época. Esta linguagem ainda vem até hoje, mas é pouco utilizada, e ainda tem o mesmo significado...

E daí sai uma série de possibilidades, quando houve o desmonte da equipe que fez o estudo da Aglomeração Paulistana, é que houve o Plano de Ação. Foi no mesmo momento em que o Carvalho Pinto tinha sido eleito, e procurava uma equipe com a possibilidade de fazer o Plano de Ação. E aí entra o Plínio Sampaio, o Mário Laranjeira e é ele quem puxa consigo o pessoal de SAGMACS, e esse pessoal vêm a trabalhar no governo Carvalho Pinto, nesta função de um planejamento governamental, com essa idéia de que dentro da máquina governamental estava uma das maiores possibilidades de agir. Eu não sei se isso é uma circunstância ou é realmente uma discussão própria política, mas enfim, o Mário foi para lá e levou o pessoal da equipe para lá. Mas nessa época o Chico foi destacado, no mesmo período, no meio do Plano de Ação o Chico retorna a SAGMACS para reavivá-la.

Lucas: O sr. retornou ao momento da primeira vinda do Lebrete ao Brasil em 1947, e acho interessante comentar neste momento, o fato de que o Lebrete demonstrar um interesse pelo estudo da cidade. Pois antes dele vir para o Brasil, não me parece se aproximar tanto de um trabalho urbano, já em 1947 ele faz um estudo comparando São Paulo com as cidades industriais francesas. Então gostaria que o sr. comentasse como é que era isso, esta figura de um padre, com formação em engenharia, um braço no sindicalismo e que de repente vai coordenar um trabalho de investigação urbana, que é até considerado por alguns autores como o maior trabalho de pesquisa urbana já realizado no país. Como é que este padre com formação de sociólogo economista, vai trabalhar com urbanismo, e aqui em São Paulo?

Cláudio: O que ele traz para a linguagem da época, especialmente para a linguagem da igreja, é o método científico é o método qualitativo, que é a variação de quantificação dos problemas e ele traz isso também para a geografia. Tanto é que ele

desenvolve um manual, vários manuais para o pesquisador. E o que ele está definindo são variáveis a pesquisar, são parâmetros de quantificação, já dá para dizer que ele já está pensando em métodos de análise da realidade social e isso é uma análise através do espaço.

O que ele faz é basicamente isso, mas porque que ele entra no urbano, eu não sei te responder. Ele havia feito já para o Brasil um estudo sobre habitação no Recife, neste estudo é importante notar a presença e a influência do Baltar. O Baltar é engenheiro e urbanista, ele é um estudioso do urbano, ele é que traz a visão urbanista para o Lebrecht. O Lebrecht entra no urbano pelo menos com a informação do Baltar, pois quem sabe trabalhar com isso é o Baltar. Ao trabalhar em São Paulo, em São Paulo a figura é o Mário Laranjeira, que havia estudado, feito pós-graduação nesta área de desenvolvimento urbano.

Agora porque ele é chamado a fazer estudos urbanos e habitacionais? Eu sei que dentro do estudo da Bacia Paraná-Uruguai, eles fizeram o Plano Diretor de Ourinhos, não que isso fizesse parte do contrato deles, mas fizeram como desenvolvimento de metodologia, um laboratório metodológico. Porque a escolha do Plano Diretor, porque Ourinhos, eu não sei.

Lucas: Mas o trabalho da pesquisa da Aglomeração Paulistana, é um trabalho de urbanista não?

Cláudio: Eu diria que basicamente é um trabalho de pesquisa sociológica. O trabalho de urbanista é um trabalho que contava, que se baseava numa pesquisa sociológica. Era um trabalho que cruzava com a informação sociológica. Isso era a novidade, um impacto, pela dimensão de informações, com aquele instrumental todo de análise. Essa contribuição do Lebrecht é essa quantidade imensa de informações que passou a se dispor, era uma análise rápida, com aqueles gráficos que permitem você ler a realidade. Isso não existia aqui.

Lucas: Pois é não existia, eu também queria discutir sobre outro aspecto que era pouco relevante na época, que é a questão da periferia paulistana. Pois o Estrutura da Aglomeração Paulistana traz esta questão a tona, a SAGMACS desvenda esta periferia, faz um alerta, impõe uma questão regional/metropolitana, não adianta você fazer obra no centro e esquecer que São Paulo é uma metrópole.

Cláudio: É o primeiro trabalho e o único também. É o Lebrecht que traz essas expressões Great São Paulo, Aglomeração Paulistana. Ele recorre a essas expressões inglesas que eram do Abercrombie. Mas enfim, ele traz essas questões que eram uma novidade para a época.

Lucas: Podemos atribuir este despertar dele para a questão regional, através do trabalho para a bacia Paraná-Uruguai?

Cláudio: É foi ali que permitiu este conhecimento, acho que isso é vital, ele fez o estudo da bacia Paraná-Uruguai, e em São Paulo ele terminou este trabalho, ele acompanhou de perto, ele percebeu a dimensão do território paulistano. O que ele traz de importante, foi a Cristina Leme que me chamou a atenção para isso, que nenhum trabalho percebe a dimensão metropolitana, é o primeiro trabalho de abordagem de periferia de São Paulo.

Lucas: Sem dúvida, pois já se falava dessa periferia, mas vocês foram a primeira equipe a ir lá conhecer de perto, pesquisar...

Cláudio: Exato, sim a sujar o pé...

Lucas: Vamos falar um pouco dessa dimensão da periferia, em 1940 já temos uma primeira dimensão disso com o Censo do IBGE que classificou em população urbana, suburbana e rural. Temos nos anos 1950 o trabalho do Jânio enquanto vereador que se beneficiou dessa população inclusive. E depois enquanto prefeito legitimou essas áreas, levando luz, asfalto. Mas fora essas ações parecem que a periferia não faz parte da cidade, que não tem a menor importância. Comente um pouco este aspecto do despertar para periferia.

Cláudio: Mas esta periferia do Jânio não é a mesma nossa, só o nome que é o mesmo. Eu também não conhecia São Paulo, conhecia a São Paulo urbanizada, locais razoavelmente habitável. Mas a pesquisa trouxe uma nova dimensão, porque o contato do Jânio com a periferia sempre foi um contato com uma periferia mais rala, ele era o representante desta periferia, a periferia que ele mobilizou eram mais

bairros populares como Artur Alvim, Osasco, já eram lugares com um grau de adensamento.

Mas na época a periferia profunda já chegava a lugares desconhecidos. Vou dar o exemplo do Marial em Osasco, que na época fazia parte do município de São Paulo. Este núcleo estava lá no meio do mato, sem nada, sem nenhuma infraestrutura urbana, tinha a periferia desconhecida, o pessoal chegava lá com seu barraco e se instalava, era o acampamento e isso ia gerando novos bairros. Nós fomos até lá.

Lucas: Eu toquei no Jânio devido ele ter sido prefeito em 1953, 1954 e ali ele fez a lei da anistia, de levar equipamentos para esses locais, o que já chocou a população do centro, que não conhecia esses lugares.

Cláudio: É, mas São Paulo é uma história de anistia, o processo de crescimento de São Paulo é todo esse, a discussão era o que é oficial e o que é anistiado. Isso é só para não darmos os créditos ao Jânio...

Lucas: Mas os próprios planos que se faziam na época, excluía esses locais periféricos. Quando o Toledo Piza chama a SAGMACS para fazer o estudo da Aglomeração, ele diz “vamos parar de fazer obras a qualquer custo e vamos planejar, vamos conhecer o que a cidade tem e depois estudar uma solução”. Esta pesquisa basicamente sociológica obtém inúmeros índices, e a SAGMACS se recusa a fazer um plano, dizendo que isso fica para uma etapa seguinte. Esta idéia de deixar o plano posteriormente, quem faria o trabalho depois? Era uma idéia de deixar na mão da SAGMACS?

Cláudio: A SAGMACS não tinha naturalmente esta condição de fazer o plano. Não tínhamos essa pretensão. A idéia da equipe que ali trabalhava, é que este estudo estivesse sempre presente entre os planejadores da cidade, que isso fosse levado em consideração.

Voltando um pouco ao Jânio, a discussão aí é sobre a importância do eleitorado, daí a importância que a periferia toma, mas isso está voltado para a periferia mais próxima. Daí a importância das demandas populares, para se atender isso e alcançar os votos.

Lebret traz aí uma visão ideológica que é a realmente uma visão que não é só da classe, mas isso não é uma visão dele só, é de todos nós, é uma visão cristã, digamos progressista. A marca do ponto de vista metodológico é que todo desenvolvimento, era para todos, tínhamos no período a idéia de que todo o processo de desenvolvimento se faria por acréscimos, por prêmios de produtividade, então o que importa é que a marca não é a do bolo, que Delfin vem a se expressar depois de uma forma muito feliz, da idéia de que o bolo primeiro cresce para dividi-lo depois. O Lebret não vêem a colocar esta dimensão, ele faz a discussão de como é dividido o bolo nesta sociedade independente de crescer ou não. Quem leva, quem ganha o que? E algo que ele colocou, é isso a idéia das necessidades básicas, então é um parâmetro, pois quando ele esta avaliando a realidade, ele esta definindo em função de um padrão mínimo. E coloca que há necessidades básicas a serem supridas aí. Quando ele coloca isso na informação gráfica ele mostra quem atendeu isso e para onde está faltando.

Lucas: Sobre esse tema das necessidades básicas e voltando um pouco às referências internacionais, os trabalhos dele anteriores a Estrutura da Aglomeração, ele faz uma pesquisa sobre as condições de habitação em São Paulo, que é publicada pela Revista do Arquivo em 1951. Sobre esse trabalho, ele faz comparações com as condições de habitação na França, então até onde estes parâmetros europeus, franceses, não comprometem num certo tom preconceituoso a ponto de o Lebret não compreender as necessidades que havia no Brasil, numa cidade como São Paulo?

Cláudio: A busca de parâmetros estrangeiros foi sempre uma realidade para nós. Nós sempre estivemos abertos aos estrangeiros, aos costumes, os parâmetros e índices. O Lebret trouxe os deles para constatar os fatos, mas sempre houve, não foi ele que implantou esta questão das referências internacionais. Isso sempre foi problemático. Uma dificuldade específica que nós tínhamos, feito este levantamento, nós não conseguíamos entender como que era possível se chegar a uma conclusão, era um excesso de números. Era excesso de informação. Que método era esse, o que ele fazia, como ele fazia para chegar a alguma conclusão? E uma das coisas que ficou evidente, é que ele estava definindo o que era bom, o que era ruim, segundo a própria história de vida dele, era intuitivo. E nós fomos verificando isso e fomos

tentando definir um método específico para isso, definindo um parâmetro de referência, e para isso nós definimos o que eram as necessidades básicas, então tudo o que não atendia esse parâmetro das necessidades básicas, seriam de padrão insatisfatório, onde sobre, já superou a necessidade básica estava num nível de conforto, então o que fizemos foi isso, identificar carências e daí você tem necessidades de superação em alguns pontos. Então isso foi a metodologia definida em SAGMACS, o que tornou possível se estabelecer um convívio com o Lebrete.

Lucas: Fale-me sobre a definição desta metodologia, da superação da metodologia do Lebrete, quem é que estava por trás disso?

Cláudio: Nós pensamos diante daquele mundo de dados que o Lebrete levantava o que é que nós fazíamos com aquilo, pois nós não tínhamos um método de análise, então nós definimos o que era carência e o que era necessidade de superação.

Eu me lembro que foi feita uma reunião sem a presença dele, eu também não participei devido a um problema familiar, esta reunião foi numa chácara retirada da cidade, mas foi discutido isso, o que é que esta pesquisa estava significando para nós, e o resultado disso foi a definição de parâmetros e que permitiu continuar esse trabalho, e garantiu desenvolver o trabalho da SAGMACS. Agora o que faz de diferente o Lebrete do planejamento convencional é a primeira ação que é de se entender que a parte da metodologia dele se baseava antes de tudo na observação, se faz com observação, vai até lá para conhecer.

Lucas: Sim de certo modo a SAGMACS ela integra a questão do técnico com o meio pesquisado, a metodologia impõe conhecer o local, a realidade daquela população. Mas também tem a questão da integração do técnico com o poder público. Então comente um pouco sobre as ferramentas que vocês contavam para fazer este trabalho, qual era a estrutura que a prefeitura dispunha para vocês iniciarem este trabalho?

Cláudio: Não tinha estrutura nenhuma. Não tinha nem nível de informação, nem de nada, de dados então eram raríssimos. São Paulo não tinha nada. Olha o que tinha na época, o estudo da Aglomeração se deparou foi com esta dificuldade de se identificar, pois não havia mapas, depois quando se fez o PUC, continuava a mesma

dificuldade, não tinham mapas. Nós trabalhamos com os mapas da Light, se fazia muita representação gráfica, e o mecanográficas era a expressão porque nós trabalhávamos muito com a representação numérica da expressão de valores, então tinha uma quantidade de cálculos infernais.

Nós não tínhamos uma formação de intervenção no poder público, nem nós nem nenhuma outra equipe que prestava este serviço, então nós viemos a aprender a trabalhar com esta possibilidade de intervenção no poder público. E isso facilitou também a experiência em seguida no governo do Carvalho. Para nós arquitetos nós não tínhamos formação sociológica, humanitária, e muito menos formação de economistas, então foi uma dificuldade, pois nós não estávamos preparados para isso tudo e fomos nos aperfeiçoando.

Lucas: Para encerrarmos, assim como o sr. outros quadros que atuaram na SAGMACS, se tornaram professores na FAU. Então perguntaria ao sr. como professor, 50 anos depois desse trabalho da SAGMACS, o que é que mudou na maneira de se fazer planejamento nas cidades brasileiras, em São Paulo?

Cláudio: Eu acho que tem alguns fenômenos em São Paulo que não podem ser conferidos as demais cidades, um deles é a velocidade de crescimento da cidade, que é algo descomunal, não dá para descrever sem antes vivermos, se imaginássemos que a cidade dobra a cada 10 anos, você sabe o que isso significa? Que você está sempre a reboque dos fatos, pois a velocidade de crescimento não permite um planejamento. Isso é muito característico da cidade de São Paulo, o Rio não cresce nesta velocidade, as demais cidades também não crescem assim. Então todo plano que se faça hoje, se faz sem saber o que estamos planejando. É a projeção de uma perspectiva do passado ou é uma proposta imaginária para o futuro? O segundo ponto é a questão da falta de respostas técnicas, isso fez com que se fizesse um permanente esforço de planejamento, o que marcou muito os anos 1960, mas se faz planos setoriais, tudo muito separado, como é que vai ser o abastecimento de água, como é que vai ser a locomoção em São Paulo, não se tem uma visão de conjunto. E um dos trabalhos que abrem esta abordagem é um estudo que o Flávio Villaça faz dentro da Hidroservice, sobre perspectiva de crescimento da população.

Frei Carlos Josaphat

30.05.2007

Apto. do Frei no Convento Sagrada Família

A pedido do depoente esta entrevista não foi gravada, de forma que não há transcrição pública dos fatos relatados por nosso entrevistado.

Prof. Dr. Celso Monteiro Lamparelli

11.06.2007

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP

Edifício da Pós-Graduação – “FAU Maranhão”

O depoente solicitou-nos que sua entrevista não seja publicada por nós.

Chiara De Ambrósio Pinheiro Machado

04.12.2007

Paróquia Santo Domingo

* Entrevista revisada pela depoente.

LUCAS - Para iniciarmos nossa conversa acho importante que a sra. nos conte sobre sua trajetória pessoal, formação profissional, bem como seu vínculo com o Padre Lebrecht, o Movimento Economia e Humanismo e o trabalho da SAGMACS em que a sra. atuou nas equipes dos estudos “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana” em 1957 e “Potencialidades e Necessidades da Bacia Paraná Uruguai” em 1954, e em Belo Horizonte acho que não...

CHIARA – Atuei na SAGMACS de 1953 a 1959, que coincidiu quando acabamos o trabalho para São Paulo nos anos de 1959 e 1960. Digo acabamos, isso mais com relação a minha parte, pois deixei a coisa em ordem e estruturada, isso daquilo que dependia de mim, a parte econômica do estudo. E depois do Estudo da Aglomeração a coisa continuou com mais exuberância, com novos diretores, novas pessoas lá dentro, melhor estrutura, maior reconhecimento.

Mas eu deixei a SAGMACS nos anos de 1959 e 1960, não fui a Belo Horizonte, porque no ano de 1958 eu me casei. Seria difícil então sair de São Paulo para ir a Belo Horizonte naquele contexto de vida nova. Eu não enxergava de forma coincidente minha carreira profissional com a vida que tinha de casada, principalmente no começo da vida, digo isso devido a certa timidez com relação ao casamento, pois eu queria me dedicar a isso, pois para mim era importante formar uma família. Aí escrevi alguns artigos naqueles anos na revista “Cuadernos Latinoamericanos de Economía Humana” no Uruguai... Agora os meus trabalhos de economia foram realmente no começo da minha carreira que foi curta também, mas sempre empenhada com estudo e pesquisas.

LUCAS – A sra. se graduou em economia em...

CHIARA - Eu me formei em Economia na USP em 1951, a faculdade era nova e justamente essa faculdade foi elaborada pelo grupo de Ciências Sociais que tinha tido como elemento de formação desse curso na USP o prof. François Perroux, que

esteve aqui no Brasil, a economia veio muito depois das Ciências Sociais, mas teve muitos professores da Ciências Sociais, enfim havia sempre uma vinculação seguiam uma linha, uma idéia das Ciências Sociais, sempre com a idéia de que a economia era uma ciência, que era amoral, eu me lembro que o primeiro ano de economia foi isso, uma demonstração de que a Economia era Ciência, um debate forte de que a ciência era amoral já partia daí uma certa crítica minha - será que existe alguma coisa amoral? Como é que pode ser amoral uma ciência com o nome de Economia Política? Mesmo por mais científico que seja sempre tem um interesse, uma tendência, ninguém vai fazer uma bomba atômica sendo cientista, agora ele vai por uma necessidade própria moral dele de desenvolver o conhecimento, mas mesmo ele não é amoral ou apolítico.

LUCAS – O curso de Economia tinha esse forte viés científico, não se falava muito em aplicabilidade, em formulação de teorias econômicas, pensamentos econômicos?

CHIARA – Era puramente científico, naquela ocasião, até então, só se estudava economia na faculdade de direito, era uma disciplina daquela faculdade. E havia apenas duas outras escolas que ofereciam o curso a Escola de Comércio Alvarez Penteado e os Salesianos, mas não saberia te dizer, me parece que era de crédito, composição de preços, eu não conhecia muita gente lá, conhecia só uns 2 professores, que eram alunos na época do curso de contabilidade que eu fiz na Alvarez Penteado. Minhas primeiras noções de economia política às tive no currículo daquele curso.

Mas pra você ter uma idéia do que era o curso deles (FAAP), numa das disciplinas do curso de Contabilidade, que fiz como ensino médio, um professor nos deu como trabalho ler o livro do Stephan Sweig – “Brasil país do Futuro”. E me deu um também do Joaquim Nabuco (Espírito Nacionalista na História do Brasil), são livros que mostram como eles estavam vendo um pouco da administração, da contabilidade, isso mostra principalmente que eles tinham um pouco de visão da economia política.

Na realidade eu gostaria de fazer o curso na Alvarez Penteado, mas aí tive um problema por ser italiana, eles me disseram que eu não poderia exercer a profissão, pois o armistício entre Itália e Brasil não estava assinado. Nem o empenho da Diretoria e Secretaria da Álvares Penteado pode remover o obstáculo. Candidatei-me

anos mais tarde na USP, e por fim fui fazer na USP, pra mim foi bom, até melhor, pois estudei gratuitamente. A USP exigia tempo integral, tive que postergar algumas matérias por causa de meu trabalho e as venci nos anos seguintes. As aulas da tarde me atrapalhavam um pouco porque eu trabalhava a tarde, mas eu consegui acompanhar a turma que fez vestibular comigo em 1948 e nos formamos em 1951. Se no Álvares Penteado estudei Economia Política com economistas e professores menos cientificistas, não se deu o mesmo na USP.

LUCAS – Me fale um pouco como é que era estruturado o curso de Economia naquele período. Pergunto-lhe isso porque, a USP é fundada em 1934, mas há quem diga que nos anos 1940 o Brasil recebe uma nova missão francesa, que são professores de lá que vem para formalizar a carreira das humanidades dentro da USP, embora viessem alguns americanos também.

CHIARA – Pois é, é uma influência muito forte dos franceses, mas dos EUA também. O professor francês era o Paulo Hugon, que dava aula em francês, dava o curso de economia política no primeiro e segundo ano, assistido pelo Prof. Dorival Teixeira Vieira. O François Perroux também estava na jogada, passou por aqui, mas eu não cheguei a conhecer.

Tinha um norte-americano, o prof. Stives que dava aula de Atuário, era assistido pelo Prof. Bueno de Estatística, tive várias aulas com ele, Estatística 1, Estatística 2, era muito importante, o próprio prof. Bueno é que estabeleceu os índices de variações. Na Matemática era o prof. Bertê (mas era brasileiro), ministrava a aula de Matemática Aplicada, o que pra mim era um pouco complicado, porque não fiz o Científico, fiz no ensino médio o Curso de Contabilidade, então tinham meninos que entendiam muito bem da matéria, faziam os cálculos de derivada, diziam pra mim – Chiara nós somos engenheiros frustrados, porque tentamos entrar na Poli e acabamos nas Ciências Econômicas, mas isso eles...

Como te falei o Perroux eu não cheguei a conhecer, ele já tinha passado, já tinha ido, na verdade descobri isso por causa de uma leitura que fiz que deu pra perceber que o Perroux estava nesta jogada da formação das ciências econômicas aqui na USP.

Eu gostava muito de Conjuntura Econômica que era no último ano, tivemos o prof. Montoro, o Prof. Monteiro de Barros que foi diretor da Faculdade, uma profa.

que me marcou muito foi a profa. Alice Canabrava ensinou muito a fazer pesquisa, levantamento em jornais. O Prof. Wagner da Administração que no futuro foi ocupado por um colega meu, o Delfim, que virou professor, ele sempre foi muito mais avançado do que a instituição permitia. Ele conseguia dar aulas para nós sobre análise matemática para economista muito bem. Eram análises gráficas, as derivadas, os deltas, aí quando chega o Lebrete com umas análises gráficas, eu tinha pelo menos uma noção, mas não o grafismo dele, aqueles diagramas todos que ele fazia, os gráficos das margaridas. Hoje está tão evoluído isso tudo, você olha pelas cores e já sabe onde está a maior densidade populacional, as áreas de produção industrial, são as tecnologias.

Enfim sobre as ciências econômicas é isso aí, a minha formação se deu nessa linha, sempre trabalhei em institutos de economia, formei o departamento de economia numa empresa de metais ferrosos, inclusive chamei meus colegas, alguns que tiveram posição em governo, pois isto era no início da minha carreira, e naquela época, as pessoas tinham certa dificuldade em conseguir trabalho, então digamos que eu, tive certa sorte, fui mais privilegiada no início do que os meus colegas, comecei a trabalhar um pouco antes deles e aí chamei alguns que estavam parados.

LUCAS – Esse foi seu primeiro trabalho como profissional?

CHIARA – Não este já era o segundo, meu primeiro trabalho foi na Associação Comercial, lá que tinham muitos documentos, era um espaço estruturado, que vinham de longe, pois o departamento tinha sido fundado pelo prof. Dorival Teixeira Vieira, foi ele também que me falou para ir para essa empresa de metais ferrosos onde formei o departamento de Economia, e de lá eu fui pra SAGMACS, aí trabalhei em conjunto algum período, pois mantive contato com a Associação Comercial, então eu buscava os dados lá, na Bolsa de Valores, onde o Delfin trabalhava, enfim os dados que eram necessários, no fundo os colegas se entrosavam então se trocava os dados.

Agora eu conheci o Lebrete da segunda vez que ele veio para o Brasil, em 1953, no congresso da JUC em 1954, eu me lembro dele, ele foi jantar na minha casa, por causa da Clementina e de mim, conheceu meus pais, uma pessoa muito agradável. Mas em 1954 eu já estava na SAGMACS, como disse, acumulando com o

outro emprego, era uma espécie de voluntária, até eles me assumirem e então deixei o outro trabalho na empresa de metais ferrosos.

Eu me lembro que fazia muitas projeções para o estudo da Bacia e que havia certo preconceito dos colegas com relação a este trabalho. Eu tinha colegas que vinham e me falava – isso é um trabalho de começo? Sempre com aquele preconceito de uma economia que não era para o bem comum, ele não queria dizer que era um trabalho de começo, eles queriam dizer que não era uma economia clássica, não era aplicado ao mercado. Mas ora, não é por falta de número que não tem trabalho, as pessoas humanas estão aí, se não entram numa curva de estatística não é porque não existem, é porque não foram pesquisados, veja só o Norte e o Nordeste do país, nós conhecíamos os coronéis e olha lá, não conhecíamos a população, então da mesma forma que eu tinha preconceito com aquele pessoal que dizia que a economia era amoral, eles também tinham preconceito com a economia humana que fazíamos na SAGMACS. Enfim, estamos cheios de preconceitos, o que não falta são os preconceitos nessa vida, todos temos nossos preconceitos!

LUCAS – Se é, acho que é uma herança muito forte do positivismo. A academia também está cheia de preconceitos que vem principalmente do positivismo. Até por falar nisso, sobre o trabalho de Lebrecht, certa vez eu fui questionado se não teria um pouco de positivismo nesse trabalho, referindo-se aos dados dos níveis de vida. Para citar um exemplo, aquele primeiro trabalho sobre as condições de moradia da população que é publicado em 1951, ele refere-se de uma forma dizendo que em tal bairro há um nível de vida europeu e que bairros em que as casas não tem aquecimento, tem um nível precário, pois na França todos tinham aquecimento, como se aqui precisássemos...

CHIARA – Eu falo no meu artigo da Revista de Teologia, que eles publicaram este ano, dos cuidados permanentes com as “Corrent d’air” que o Lebrecht falava muito. Não podia abrir uma porta sem fechar uma janela, assustava-se com o vento, mas imagina que aqui precisávamos de aquecimento. Para nós era de vento que se precisava nas salas do prédio da Praça das Bandeiras.

Mas por você falar das comparações dos níveis de vida comparando com o estilo europeu, gostaria de lembrar um trabalho já começado pelo Prof. Dorival (Teixeira Vieira) nessa época. Ele começou a composição de um índice dos preços,

levantamento dos custos de vida, coisa que a FIPE faz até hoje. A Prefeitura é que começou a fazer esse levantamento, em cima das cadernetas que o pessoal usava para comprar nos empórios.

LUCAS – E seu contato com Lebret, como é que isso ocorreu? Como foi o convite para atuar na SAGMACS?

CHIARA – Eu era da Fraternidade Leiga de São Domingos, e o Lebret fazia parte da minha formação através de seus livros de espiritualidade, havia toda uma influência dele em minha geração. Meu marido também era da fraternidade, mas naquele tempo era homem de um lado e mulher do outro, até que o frei Domingos Maia Leite que construiu esta igreja, é que iniciou um grupo de fraternidade de casais, fazia parte também o arquiteto Carlos Milan.

Mas meu contato com a SAGMACS, acho que se deu porque pensava que não podia ficar indiferente, eu nasci na Itália sob o regime de Mussolini, minha mãe gostava de alguma coisa dele, meu pai era indiferente, mas ambos eram radicalmente contrários a violência, então há uma terceira via sim, você não pode ser a favor desse regime que tem atrocidade, mas também não pode ficar do lado do rei, então é preciso uma vida de tolerância, e acho que era um pouco disso que encontrei na SAGMACS com a Economia Humana. É uma questão de lado, de opção mesmo!

LUCAS – Por falar em lado, o prof. Lamparelli nos colocou que durante o governo de Carvalho Pinto a SAGMACS ficou hibernando, devido a grande parte de seus membros terem se envolvido com a campanha e se instalado em cargos de assessoramento. Alguns também tiveram posicionamento no governo do presidente João Goulart, e anos mais tarde o fim dos trabalhos da SAGMACS esteve ligado a uma certa perseguição do regime militar implantado em 1964. Comente sobre os posicionamentos políticos e afinidades com lideranças situadas num campo de centro-esquerda e pertencentes à igreja católica na SAGMACS?

CHIARA – Nessa época do governo do Carvalho eu já estava fora, mas tem sim uma vinculação com esse pessoal por causa das intenções, do respeito aos homens, de uma doutrina mais social, mais humana. Agora a invasão pelos militares, aí já foi mais por causa dos dominicanos que tinham uma ação combativa.

Eu acho q o Lebret formou gente, formou lideranças sim, e acho que isso foi muito bom, nós ganhamos com isso, teve o Paulo de Tarso que foi político, foi Ministro da Educação do Jango, o Lamparelli trabalhou com ele, o Plínio de Arruda Sampaio, o Hélio Bicudo, o Darci Passos que foram deputados, o Montoro também, é tudo gente que teve contato com o Lebret e que ajudou em vários momentos, foram protagonistas de muitos avanços na nossa política. Eram todos jovens naquela época então a contribuição dele foi grande.

LUCAS – E quanto a esta permeabilidade da SAGMACS com o Estado, um fato que me parece facilitado pelos governos, um certo privilégio da SAGMACS em relação aos demais, comente um pouco sobre isso.

CHIARA – Eu nunca me liguei muito nisso, porque eu era do segundo escalão, isso era com o primeiro escalão, eles é que viam os trabalhos, que negociavam os contratos e avisavam a gente o que é que a gente tinha que fazer, aí montava-se as equipes. Mas eu acho que essa facilitação por parte do Estado, era devido ao fato de a SAGMACS estar melhor estruturada socialmente naquele período, e também tinha a questão da forte influência da França no Brasil, isso era bem visto pelos governos. Agora eu não sei dizer melhor sobre isso porque fazia meu trabalho no segundo escalão, um trabalho técnico. Tinha o Alves Lima da Livraria Duas Cidades, que tinha uma afinidade forte com o governo e os políticos junto com o frei Benevenuto.

LUCAS – Gostaria também de lhe perguntar sobre uma vinculação com os demais países da América Latina, como é que isso ocorria, pois Lebret tinha uma visão regionalista.

CHIARA – Ele era um homem de visão regionalista e sabia que os males de um determinado local acabariam afetando ao outro, acho que na SAGMACS não chegamos a ter uma integração tão forte, mas falávamos muito nisso, pensávamos que isso era importante, que fortaleceria o 3º mundo, no fundo o Lebret tinha muita esperança no mundo subdesenvolvido, tinha interesse no trabalhador da periferia, achava que eles tinham que saber das reais condições não podiam ser alienados, tinham que lutar.

LUCAS – Sobre este aspecto do homem da periferia, para a equipe da SAGMACS qual era a importância que tinha o habitante, as demandas populares e a periferia no planejamento da cidade?

CHIARA – Era muito importante! Eles eram ignorados antes, e até hoje há um desprezo por eles, veja só, essas pessoas que dão um centavo de esmola, não se dão conta que tão fazendo bem pra si próprio, porque o um centavo que doaram, não vai fazer falta alguma a eles, e tá fazendo falta pro outro que ele não conhece. O Lebrecht tinha um trabalho de enxergar além de você próprio, uma visão católica, ecumênica do Vaticano II, e fazia uma associação com a pedagogia do Paulo Freire. Então foi fundamental esse trabalho da SAGMACS porque nós passamos a enxergar essa população, passamos a reconhecer eles enquanto parte da cidade, coisa que não tinha importância, ou era pra se usar para legitimar interesses, ou era pra se esquecer... Então pro Lebrecht as demandas populares eram a prioridade do seu trabalho, ele não queria deixar tudo pronto, achava que devíamos levantar os dados, interpretar a realidade e despertar para que esta população reivindicasse as melhorias para si, pensando coletivamente, pois a pesquisa dele era sobre os níveis de vida da população.

LUCAS – Uma última questão sobre as condições em que vocês atuaram no período do estudo Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana. Este trabalho ocorreu após a passagem de Jânio Quadros pela Prefeitura, ele que denunciava a precariedade da periferia, atuou na criação das SABs, etc. Também nos anos 1940 foi feito o censo que dividiu a cidade em área marginal e área central, no final dos anos 1950 estava em elaboração um novo mapa aerofotogramétrico para São Paulo. Então gostaria que situa-se um pouco sobre quais eram os materiais, o que já estava a disposição da SAGMACS como estudos, mapas, planos anteriores, para auxílio da equipe na elaboração do trabalho...

CHIARA – Havia muitos mapas, mas não posso afirmar a sua origem. Eu me recordo que os arquitetos e urbanistas discutiam muito sobre os mapas. Mas na minha na área, de economia, não me lembro de ter nada a nossa disposição não, nós é que tivemos que ir lá levantar todos os dados mesmo.

Eu não sei muito sobre a equipe de urbanismo, apesar dos meus estagiários serem arquitetos, eu tinha um estagiário da economia que abandonou o curso, foi fazer arquitetura, acho que por influência desse pessoal. Mas era o Baltar que trazia o método, dizia como tinha que ser, onde os pesquisadores tinham que ir, o que tinham que fazer lá, e nós trabalhávamos na interpretação dos dados, e elaboração dos relatórios. Mas não me recordo de a prefeitura ter colocado a disposição algum material não, talvez algum mapeamento antigo, mas nós tivemos que construir tudo mesmo.

Prof. Dr. Flávio Villaça

24.06.2008

Residência do Entrevistado

Lucas: Para iniciarmos gostaria que o sr. pontuasse o início de sua carreira profissional, desde 1953 quando se formou, o mestrado nos EUA, até seu ingresso na SAGMACS. O sr. pertenceu a JUC como os demais membros?

Villaça: Eu não pertenci a JUC, nunca tive este vínculo não, eu era amigo de alguns dos membros, amigo principalmente do Chico (Whitaker) que era meu contemporâneo na FAU. Vamos dividir esta história da SAGMACS propriamente dita, no início com a presença do Lebrecht, daquele período que o grupo formou uma cooperativa. O grupo eu digo o Celso Lamparelli, o Chico, eu, o (Luis Carlos) Costa, tinha bastante gente. Nós formamos uma cooperativa, porque éramos todos católicos ou não, nós tínhamos uma visão progressista e não queríamos formar uma empresa nos termos tradicionais, então organizamos uma cooperativa, não visávamos lucro, e esta cooperativa seguia supostamente, ou ao menos tinha a intenção de seguir supostamente os princípios da SAMACS, digo isso porque por fim não seguiu. Mas esta cooperativa, eu me lembro de que tínhamos um colegiado diretivo e fizemos alguns trabalhos. Eu não me lembro do papel do frei Benevenuto (de Santa Cruz) nesta cooperativa. Não me lembro bem ao certo os trabalhos que fizemos, não foram muitos não e acho que ela durou 2 anos, mais que 3 certamente que não, pois como nenhum de nós tinha tino empresarial esta cooperativa acabou fechando.

O que eu quero é dividir claramente o período da SAGMACS propriamente dita, inclusive quando o Lebrecht esteve aqui e dirigiu a SAGMACS, que é o período do trabalho da Bacia do Paraná Uruguai, a pesquisa de São Paulo (Estrutura da Aglomeração Paulistana) e talvez também a de Belo Horizonte, mas ele para por aí, e aí vem a cooperativa. Que eu me lembre os trabalhos que eu participei na SAGMACS via cooperativa foram o Plano Diretor de Barretos, um trabalho para um loteamento em São Vicente, o trabalho da Cia. Ferro e Aço de Vitória que foi um trabalho muito pioneiro, com muitas idéias progressistas, mas que eu tenha participado que eu me lembre foi só nisso. Neste trabalho pra Vitória o Chico teve um papel muito importante e o frei Benevenuto também, eu me lembro de ter ido de avião acompanhado do Benevenuto para Vitória. Este foi talvez o trabalho de maior porte,

maior importância que a equipe sucessora de SAGMACS realizou, porque estudou um problema pioneiro, de habitação de uma grande empresa, para isso estudamos vários trabalhos semelhantes, Volta Redonda, a USIMINAS, então nós estudamos como essas empresas resolveram seus problemas habitacionais.

Teve mais um trabalho importante, o trabalho da USIMINAS, além do da Cia. De Ferro e Aço de Vitória, este sim foi o pioneiro e de maior porte que fizemos, eu me lembro que foi no município de Coronel Fabriciano. Me lembro que nós tivemos uma proposta muito pioneira de não fazer conjunto habitacional e aproveitarmos a cidade existente para alojar os empregados da USIMINAS. Estes foram os trabalhos da cooperativa que eu participei, ao meu ver, nenhum deles seguiu nada daquelas coisas que o padre Lebrecht deixou, o Plano Diretor de Barretos, não tinha nada daquela coisa toda que tem na Aglomeração Paulistana, aquele tipo de pesquisa, aqueles gráficos, nada daquilo teve prosseguimento.

Lucas: E não teve por que a metodologia foi aperfeiçoada, ou simplesmente abandonada?

Villaça: Não, porque nunca o pessoal se propôs a usar aquele tipo de pesquisa, principalmente aquela forma de apresentação, eu me lembro logo que eu cheguei dos EUA eu não gostei nada daquilo, eu queria dados quantitativos, não queria dados gráficos. Eu tentei quantificar isso de uma forma mais objetiva, talvez no primeiro artigo que escrevi para a Revista Engenharia Municipal num número do ano de 1957 ou 1958, que se chama “A Polarização em São Paulo”. Neste artigo eu usei a pesquisa tentando produzir um mapa real de São Paulo, usei os dados da pesquisa da aglomeração paulistana para ver os centros de polarização e as zonas de influência.

Mas eu não gostei daquele trabalho, eu não gostava daquele tipo de apresentação que não era quantificada, era puro gráfico, e depois também nada em nenhum dos próximos trabalhos usou aquela metodologia, no trabalho do Plano Diretor de Barretos, USIMINAS, Ferro e Aço de Vitória, não se usou nada. Simplesmente porque nunca se discutiu aquilo, nunca se pretendeu usar.

Lucas: Mas isso só quanto aos gráficos ou a metodologia de pesquisa também foi descartada?

Villaça: Não nós não usamos na pesquisa. Por exemplo, o trabalho que mais demandou pesquisa foi o da USIMINAS, nós fomos estudar Volta Redonda, como que a Cia. Siderúrgica Nacional resolveu seus problemas habitacionais, aquela questão de fazer vilas operárias para os empregados, mas em nenhum deste momento surgiu a necessidade de se fazer aqueles gráficos, aquela coisa da borboleta. A gente seguiu uma pesquisa normal, , no Plano Diretor de Barretos também não seguimos, foi um trabalho da mesma maneira que se fazia na época, nós não estávamos orientados a usar aquela metodologia da SAGMACS.

Lucas: Tanto que o trabalho para Belo Horizonte, que há diferença é só de um ano, já cai muito o uso dos gráficos, eles não aparecem na mesma proporção que para a pesquisa de São Paulo. Mas apesar deste descarte da metodologia de investigação do Lebrecht, percebemos que existia ali, ou por ele ou pela equipe que o assessorava na época, um alinhamento das ressonâncias do urbanismo internacional. A equipe fala muito no modelo francês, mas é possível notar a influência do Abercrombie, nem tão claro do modelo norte-americano. É possível falar sobre esta ressonância do urbanismo internacional na SAGMACS?

Villaça: Eu não conheço muito este urbanismo internacional dos anos 1950, como você está colocando, mas eu não vejo esta ressonância na SAGMACS. Porque o que o padre Lebrecht trouxe de mais importante, está no título Economia e Humanismo, que era uma idéia de humanização da economia. Então eram muito mais idéias a respeito de uma economia mais humana, ou seja, de uma humanização da economia, especificamente da economia, não falam tanto das ciências sociais. Então por exemplo, trouxe uma grande ênfase aos problemas sociais, em oposição ao urbanismo, digamos mais arquitetônico, mais físico que se fazia na época, mas era neste sentido da humanização da economia, de trazer os problemas sociais à tona. Então o que há de original é esta ênfase aos problemas sociais, isso sim se prosseguiu, teve continuidade, pois a equipe toda era uma equipe progressista, ou pelo menos com idéias progressistas, com muita tônica no progresso social, inclusive isso eu não vejo muito no urbanismo internacional da época, Abercrombie, Le Corbusier, ou aqueles austríacos todos, eles não tinham esta tônica na questão social. Então este pioneirismo é o pioneirismo do pe. Lebrecht, isso então talvez tenha

sido o que mais potencializou a união da equipe e o prosseguimento daquele tipo de enfoque, mas não os métodos específicos do Lebrecht.

Lucas: Eu digo isso porque é possível percebermos claramente uma diferença de enfoque, na visão de cidade que o Lebrecht tem de cidade, que é absorvido pela equipe da SAGMACS, em vista do que se fazia em relação ao planejamento de São Paulo na época. Não há uma vinculação com o trabalho do Robert Moses que havia feito um plano em 1951, ou o Prestes Maia que é grande figura do urbanismo na década anterior. E saindo um pouco de São Paulo, o estudo para a bacia do Paraná-Uruguai que traz uma visão regional, fugindo do modelo vigente.

Villaça: Por regional você fala em metropolitano não? Pois a pesquisa da aglomeração é um trabalho de abrangência metropolitana, pois a metrópole já estava claramente formada, eu acho que isso teria que acontecer mais tarde ou mais cedo. Mas esta visão humanista, visão progressista, menos economicista e arquitetônica, é que vai ser a grande contribuição e que vai ser o lastro da formação da equipe que sucedeu SAGMACS.

Agora dez anos depois você não nota mais nenhuma influência do Lebrecht. Se você pegar o que o Celso fez, não o que ele escreveu, mas o que ele fez de fato, ou o que o Chico fez, eu não vejo nenhuma influência do pe. Lebrecht, aí se toma o rumo, digamos, do humanismo da época, a influência do Lebrecht morre aí nos anos 1960 e a equipe caminha por si só. O Lamparelli escreveu uma coisa interpretando o Lebrecht não é? Mas o trabalho que se faz, seja o Chico ou o Costa, eu, o próprio Celso Lamparelli, o que a gente faz daí por diante, não dá mais pra ver a influência do Lebrecht, já se entra em outra discussão.

Lucas: Agora o sr. tocou no Movimento Economia e Humanismo, dizendo que é este quem traz a implementação da economia humana, uma visão mais social, uma preocupação com os mais pobres e que também vai influenciar a maneira de se ver a cidade. Talvez revelando a perversidade da cidade, diria da cidade moderna, do crescimento industrial a qualquer custo, a metrópole desumana que ali nos anos 1950 em São Paulo estava muito presente, era o que o paulistano vivia e em contrapartida, em detrimento do IV Centenário em 1954, as autoridades comemoravam esta imagem

da metrópole, da expansão da cidade. Então, qual é o vínculo do Economia e Humanismo com o pessoal da FAU que depois ingressa na SAGMACS?

Villaça: Pois é como eu disse isso é o que o pe. Lebret traz de novo, isso vai calar na equipe toda, porque a equipe toda era uma equipe progressista e que não estava satisfeita com o Brasil de então, ou dos rumos que estavam se tomando. Mas já pelos anos 50/60, o Brasil estava se humanizando um pouco mais, no período do Juscelino, havia um pouco de abertura para a esquerda, tanto que no período do Jânio o governo se esquerdizou bastante, depois no Jango este pessoal tomou posição de esquerda, ocupou cargos como no caso do Chico, por exemplo. Então o que há aí é que a SAGMACS e o Economia e Humanismo vinha com uma pregação com a qual esta equipe se integrou se satisfez, digamos se sintonizou com esta pregação do Economia e Humanismo, isso sim, houve uma sintonia grande com a equipe, pois a Economia e Humanismo trazia algo de novo em relação ao urbanismo que se aprendia na faculdade, algo de novo que não se tinha nos livros trazidos da Europa e nos EUA, pois este urbanismo dos livros nunca apresentou solução para os pobres, ou conhecimento dos pobres, aliás isso era algo que não existia para eles. Esta foi até uma novidade para o Lebret, pois os pobres não existiam na Europa pelos padrões deles, mas existia para nós, e nós queríamos um urbanismo que falasse de alguma coisa de justiça social, de habitação, dos problemas da maioria, então isso aí a Economia e Humanismo trouxe uma contribuição grande.

Lucas: E por falarmos nisso, introduziria também a questão do engajamento do técnico com a população, da coleta dos dados sobre as condições de vida desta população. Não falo em integração, mas um fato de ir conhecer esta população, saber como vive, onde mora, sair do gabinete. Parece-me que este é um método que fica também em 1960, este contato de ir até a periferia, envolver o técnico, apesar de o sr. apontar para uma superação do método do Lebret, após sua partida, isto persiste até o final da SAGMACS não?

Villaça: Isso aí não teve fim, isso aí se integrou na corrente que eu digo, é uma corrente que estava já se desenvolvendo e que vai se desenvolver mais ainda com a acessão da esquerda no final dos anos 1950 até o início dos anos 1960, isso está sintonizado com o pensamento pelo menos da esquerda da época. Mas não é uma

coisa que eu diria que foi por influência do pe. Lebret que este urbanismo dos anos 1960 se desenvolveu, este pessoal nem sabia quem era o Lebret, este pessoal ignorava o Lebret, mesmo esta esquerda sintonizada com problemas urbanos, com problemas da maioria pobre, etc, nem sabia quem era o pe. Lebret. E o pe. Lebret também não deixou neste aspecto do pensamento dele, ou mesmo da prática dele, ele não deixou um seguidor, porque o Chico, por exemplo, seguiu uma linha muito mais próxima do que de discípulo do Lebret, a não ser óbvio por esta preocupação humana, da justiça social. O próprio Mario Laranjeira, eles entraram na preocupação que a época, final dos anos 1950, início dos anos 1960, tinha com a injustiça, daí a importância que a esquerda representou para eles. Mas havia várias esquerdas na época, todas tinham em comum uma preocupação com os pobres, mas é claro que a esquerda do Chico nada tinha haver com a esquerda do Partido Comunista da época.

Mas no final dos anos 1950 já estava amadurecendo, já estava se formando um movimento social genericamente de esquerda, mas que enfim, se preocupava com a justiça, fundamentalmente podemos resumir nisso, se preocupava com a justiça, ou seja, a opressão dos pobres, seja na cidade, na questão dos planos, seja no urbanismo, onde for, havia um amadurecimento da consciência brasileira nesta necessidade de justiça de se combater a opressão dos pobres.

Então o pessoal do Lebret, acho que entrou neste ramo nem tanto pelo Lebret, pois as idéias do Lebret sumiram nesta entrada, e este pessoal também nos mais variados matizes, seja os comunistas tradicionais, seja os católicos, entraram nesta linha não tanto por influência do Lebret, mas por este humanismo.

Lucas: A primeira vinda dele (ao Brasil) em 1947 não tem muito a ver com urbanismo, ele vem pra difundir o Economia e Humanismo, e ele acaba tendo contato com algumas personalidades, que se tornam lideranças políticas, os quais mais tarde estarão em condições de destaque, o próprio Montoro que fez o curso foi ser governador em 1982 num período mais próximo de hoje, digamos é a mesma democracia. Mas em 1947, logo em seguida veio o Lucas Garcez, o Carvalho Pinto, o Plínio de Arruda Sampaio que foi trabalhar com o Carvalho, depois o Toledo Piza que foi o prefeito que contratou o estudo da aglomeração, e era amigo dele, então o Lebret tinha um arco de alianças, amigos influentes, vamos dizer uma permeabilidade com essas personalidades. Isso teria algo a ver com o fato da SAGMACS vincular-se facilmente em realizar trabalhos para o Estado?

Villaça: Mas não é a SAGMACS que faz trabalhos para o Estado e entra no governo Carvalho Pinto. O governo Carvalho Pinto começa em 1959, com a feitura do Plano de Ação, o Plínio de Arruda Sampaio, o Celso Lamparelli, eu, o Chico todos nós, mas no corpo do Estado, como funcionários do governo, então, não é a SAGMACS, somos nós trabalhando para o governador. Isso mostra como esse pessoal entra num governo e faz trabalhos com a sua competência tradicional sem ter nenhuma vinculação com o pe. Lebrez.

Lucas: Sim este é até um período em que o Lamparelli coloca que a SAGMACS ficou hibernando, pois seu quadro foi atuar no aparelho do Estado.

Villaça: Sim é depois que termina o governo Carvalho Pinto em 1962 é que começa a cooperativa, não é?

Lucas: O Whitaker volta um pouco antes do término do governo para reavivar a SAGMACS.

Villaça: O governo Carvalho Pinto termina em 1962, talvez 63, aí é que esta equipe toda Celso Lamparelli, eu, esse pessoal todo fica desempregada e nós vamos formar a cooperativa. Isso mostra que a estas alturas o pe. Lebrez já tinha sumido do mapa de nossas influências.

Lucas: E o Lamparelli e o Whitaker deixam novamente a SAGMACS para assessorarem Ministérios no governo do presidente João Goulart. E há uma dissidência do Mário Laranjeira que forma a ASPLAN...

Villaça: É então a cooperativa durou dois anos no máximo, porque a cooperativa foi de 1963, 63, 64, mas acho que a cooperativa se desfez antes mesmo do golpe de 64, pois nenhum de nós tinha tino empresarial, nós éramos incapazes de tocar uma empresa e a cooperativa pretendia ser uma empresa que vivia de seus trabalhos. Não chegamos a falir, mas fechou.

Lucas: Me fale um pouco do frei Benevenuto neste período da cooperativa. Ele estava vinculado à SAGMACS neste período dos anos 1960?

Villaça: Sim, eu me lembro de ter ido no mesmo avião com ele, visitar o interior de Minas lá em Coronel Fabriciano, então em alguma coisa ele participava, eu não me lembro bem em que, mas ele participava sim.

Lucas: Enfim, gostaria que o sr. comentasse sobre a herança da SAGAMCS para o planejamento urbano. O sr. diz num artigo para o livro do Csaba e da Sueli Schifer, que o Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana é um dos maiores trabalhos já realizados no âmbito do planejamento urbano no Brasil. Comente sobre esta herança para o planejamento urbano no Brasil.

Villaça: Deixe-me ver em que contexto eu disse isso... Assim, está no capítulo “Conhecer a Cidade” que eu falo do Toledo Piza, sim, localizei aqui no texto. É isso mesmo, talvez a pesquisa do PUB (Plano Urbanístico Básico), dez anos depois tenha sido até maior, mas ela não foi feita como um pacote, e esta da SAGMACS foi contratada somente como pesquisa, e isso é importante distinguirmos, pois não tinha o objetivo de um plano. Já o PUB a pesquisa está diluída em várias equipes enormes e sempre pensando no plano. É neste sentido que estou chamando a atenção, pois enquanto trabalho de pesquisa foi a maior, sem dúvida foi o maior trabalho feito, o que não é um grande consolo, pois ela não é usada, assim como o PUB também não foi usado, viraram trabalhos de gaveta.

Lucas: Mas sobre o aspecto institucional, o quadro que se forma, os elementos que estão por traz desta pesquisa como o trabalho interdisciplinar, a maneira de se obter os dados, até a forma gráfica de se apresentar, apesar de o sr. ter criticado este aspecto gráfico, tem um certo ponto de inovação, não é? Não poderíamos dizer então que de certo modo, talvez involuntariamente, mas este trabalho do Lebrecht levou a formar uma geração de urbanistas, contribuiu na inovação do urbanismo?

Villaça: Assim claro, o trabalho dele representou uma etapa na formação desses técnicos. Foi uma etapa importante na formação destes técnicos. Mas também temos que considerar que formaram outras equipes técnicas que não passaram pela

influência do Lebrete, então, digamos que a influência do Lebrete foi muito restrita, a um setor, a um grupo de técnicos. Pessoal de origem católica, a origem da preocupação com a justiça é uma visão que vem da igreja, por isso também essa preocupação desses técnicos.

Lucas: Assim a origem cristã dos técnicos. Esta origem que os leva a conhecer a caridade, a questão da justiça e o contato com o Lebrete, criticando aquela realidade de que sobra de um lado e falta para outro, levando-os a pensar em uma terceira via... Mas o que me parece é que do ponto de vista da organização da cidade, não havia uma preocupação tão grande em se conhecer, era mais o fazer obra, não levava em conta o “survey”. Me parece que de certo modo a partir do Estrutura da Aglomeração é que se dissemina este levantamento das condições sociais nas demais cidades, inclusive com a introdução de novos organismos na esfera pública, como o SERFHAU em 1964, o BNH em 1967, a Lei Orgânica do Estado São Paulo nos anos 1970 falando em obrigatoriedade de Plano Diretor. Enfim, maior preocupação com o que Lebrete chama de “aménagement du territoire”.

Villaça: Quando você falou em “survey” eu me lembrei muito do Anhaia Mello, que já falava neste Survey antes do Lebrete. Mas enfim, esta componente sócio-econômica dos planos diretores, ela já está consciente nos anos 70, não está na prática, mas os urbanistas já têm conhecimento sobre ela. Agora nunca houve uma obrigatoriedade em se fazer o plano, o SERFHAU nunca obrigou a fazer, tinha diretrizes, mas é a Lei Orgânica do Estado que fala em obrigatoriedade, mas também não se cumpre.

Lucas: Cinquenta anos depois deste estudo para São Paulo, nos deparamos quase que com os mesmos problemas que se apontava ali em 1958, quantitativamente mais agravado, a questão da polarização do centro, a dificuldade em se chegar ao local de trabalho, a habitação, a questão ambiental cada vez mais latente.

Villaça: Pois é aqueles gráficos da borboleta mostravam as condições de vida da população, isso piorou hoje, favela como a gente tem hoje, isso não existia em 1957, 1958 aqui em São Paulo, era uma coisa desprezível que existia. Esse estudo

sobre transporte não existia, então o Lebrez foi pioneiro em pesquisar estas condições de vida, apontar para estes dados, hoje conhecemos isso, mas também não avançamos na resolução do problema.

Francisco Whitaker Ferreira

18.12.2007

Residência do Entrevistado

* Entrevista revisada pelo depoente

Lucas - Para iniciarmos nossa conversa acho importante o sr. nos situar sobre sua trajetória pessoal junto à SAGMACS, bem como seu vínculo com o Padre Lebrete e o Movimento Economia e Humanismo.

Chico - Meu vínculo com o Pe. Lebrete, para minha geração, sobretudo a Juventude Universitária Católica, ele influenciou muito esta geração de 1950, 1954, 1955, de várias maneiras, mas principalmente dentro da linha do trabalho com a Ação Católica, com duas questões fundamentalmente, um livro que ele escreveu o “Princípios para a ação” e o outro livro o “Exame de Consciência” em que ele colocava como o pecado mais grave, o pecado da omissão, isso nos influenciou e a todos, de maneira que eu já estabelecia este vínculo com ele. Então eu já o conhecia e quando ele veio pela segunda vez em 1952, ele já veio formando o grupo de Economia e Humanismo, mas eu não tive muito vínculo com o Movimento Economia e Humanismo, eu estava no 3º ano de faculdade, mas já estava vinculado ao frei Benevenuto de Santa Cruz, o Eduardo Passos, a Chiara De Ambrósio, todo um pessoal ligado em torno dos dominicanos que ele criou, e eu entrei mais diretamente no trabalho da SAGMACS em 1957, quando ele já estava praticamente no meio da pesquisa sobre São Paulo e eu era o desenhista dele. Dele e das outras pesquisas também, por exemplo da parte econômica que era o Raymond Delprat que coordenava, eu tinha a função de transformar os dados em gráficos, de tornar visualmente claras as coisas que eles encontravam, e o Lebrete tinha aquele gráfico das borboletas, então eu estava vinculado nas demais pesquisas, na sociológica não, e eu fazia isso como estagiário, estava me formando na faculdade em 1957 e aí ingressei na SAGMACS como profissional.

Daí veio Belo Horizonte, e eu fui pra lá, fiquei responsável pela parte da pesquisa dos níveis de vidas, eu me casei e me mudei pra lá, fiquei uns 8 meses por lá. Depois voltando, eu continuei na SAGMACS e aí se constituiu uma equipe por vários profissionais que tinham trabalhado em pesquisas anteriores e começaram a aparecer outros trabalhos, o frei Benevenuto captava e nós íamos mandando braço, principalmente em pesquisas sobre o impacto do desenvolvimento das usinas de Porto de Tubarão, coisas para a Petrobrás, ou

então estudos de desenvolvimento regional, trabalhos para a região sudeste do Estado de São Paulo, Vale do Ribeira e em cada vez que o Lebrecht vinha, ele passava, fazia reuniões com a equipe e íamos ficando mais autônomos em relação ao Lebrecht. Inclusive íamos, nos tornando mais autônomos em relação a própria metodologia dele, íamos buscando aperfeiçoar, avançar, por exemplo nós iniciamos com mais intensidade a dimensão participativa, um trabalho de planejamento participativo, naquela época ainda a participação era na perspectiva com os prefeitos, com quem nos contratava, ainda não tinha essa relação com o povo.

Nós fizemos um trabalho integrando a participação dos prefeitos, no Vale do Ribeira, foi um trabalho de desenvolvimento de todo o Vale do Ribeira, e para montar este plano nós fizemos reuniões, ouvindo todos os prefeitos da região. Mas muito interessante esta experiência no Vale do Ribeira, que à medida que íamos avançando íamos integrando os prefeitos.

Na época havia um pouco esta perspectiva do técnico que é chamado a resolver, fizesse o que quisesse em Belo Horizonte foi assim, aqui em São Paulo foi assim... nós começamos a introduzir a perspectiva de participação, trazendo inclusive para participar do processo decisório no Vale do Ribeira.

Aí veio a eleição do Carvalho Pinto pro Governo do Estado e o Plínio de Arruda Sampaio, também vinculado a JUC, tinha sido presidente antes de mim, era da mesma patota, ele foi chamado pelo Carvalho Pinto pra ser subchefe da Casa Civil, com a incumbência de montar um plano de ação pro governo. Então ele montou um grupo de planejamento e nos chamou, praticamente toda a equipe da SAGMACS para o governo do Estado, me lembro que foram o Mário Laranjeira, o Duca (Domingos Teodoro de Azevedo Netto), Celso (Lamparelli), eu, e mais pessoas novas que estavam lá, mas menos intensamente, e nós quatro fomos pra lá, ficamos praticamente os 4 anos, a turma toda ficou, o Cláudio Antonio Moreira, trabalhando neste grupo de planejamento.

E a SAGMACS pelo que eu me lembro, ela deu um tempo de espera, não me lembro de ter pegado algum contrato ou de alguma equipe que tenha ficado lá... eu voltei antes do fim do governo, porque eu discordei de uma série de coisas e orientações lá e em 1962, eu voltei pra SAGMACS e peguei novos contratos, eu não me lembro especificamente quais foram, talvez o contrato de desenvolvimento do Araguaia, o desenvolvimento do Paraná também, eram novos projetos.

LUCAS – Estes trabalhos vinham em continuidade ao estudo feito no governo do Lucas Garcez, do desenvolvimento da Bacia do Paraná-Uruguai, ou não tinham relação?

CHICO – Em termos... os trabalhos de 1953, eram mais analíticos, um estudo das necessidades e potencialidades, e nosso trabalho nessa época já eram mais um plano de desenvolvimento, e a diferença do nosso estudo pra São Paulo é que é um trabalho de análise, um estudo analítico, de problemáticas e perspectivas, não era fazer um plano, projetos para a cidade, era uma análise.

LUCAS – Isso é que difere o trabalho do Lebrecht, em relação aos demais trabalhos e planos urbanísticos que se destacavam na época, Prestes Maia, Robert Moses...

CHICO – Assim, ele introduziu todo o problema da análise econômica, do desenvolvimento econômico, da situação da cidade e mais do que isso das necessidades e níveis de vida da população, deu essa dimensão humana, das condições de vida da população que ele pretende melhorar, e seguia toda uma teoria do Movimento Economia e Humanismo dos níveis de vida do desenvolvimento menos humano para um nível mais humano. Então tem toda uma diferença em relação aos planos de traçados de avenidas, obras, outras coisas do Prestes Maia, etc., o nosso trabalho era uma perspectiva de melhorar as condições de vida da população, a descentralização da cidade em vários núcleos, mostrando essa necessidade de levar subprefeituras para as diferentes regiões, enfim de melhorar as condições de vida da população em geral.

Agora nos anos 1960, o nosso negócio já era um passo adiante em relação ao Lebrecht, era o próprio plano. Por exemplo, no Paraná, a gente analisou as potencialidades, nós usávamos o trabalho de 1953, como referência, mas era muito mais avançado, a problemática do Paraná naquele momento, era uma realidade diferente da de 1953, por exemplo, começou a intensificar-se o trabalho do volante – os bóias frias, começaram a aparecer muito este tipo de mão de obra devido ao plantio de café, nós analisamos isso também, e fizemos um plano de desenvolvimento. Isso foi depois de eu ter saído do Plano de Ação.

Então interveio outro fato, o Plínio Sampaio foi eleito Deputado Federal, o Carvalho Pinto cogitou a candidatura do Plínio para Prefeito de São Paulo, mas a idéia não vingou, máquinas partidárias muito complicadas, ele era muito jovem ainda, e então ele foi eleito deputado. E como Deputado, ele foi designado a relatar a emenda constitucional para se

permitir fazer a reforma agrária e ele novamente me chamou para ir pra lá também. E então em 1963, fui para a SUPRA – Superintendência de Reforma Agrária, e por indicação do Plínio fiquei como Diretor de Planejamento da SUPRA, mas isso foi em julho de 1963, o golpe veio em abril... mal deu tempo de esquentar a cadeira.

Agora minha vinculação com o Lebret nisso permaneceu, eu tive contato com ele posteriormente, não tanto no Movimento Economia e Humanismo, mas num movimento próximo desse grupo, em 1954 eu estive na Europa, fiquei dois anos lá, houve um convenio com a Alemanha, e eu fui pra lá estudar em Hamburgo e de lá eu fui para a França e me vinculei com o grupo do Padre Lebret de Economia e Humanismo, fui para Paris, conheci as pessoas de lá, tinha uma livraria do grupo... Eu circulei nesta área do Movimento Economia e Humanismo, mas foi muito superficialmente.

Depois que eu saí da SUPRA e da SAGMACS, veio o golpe e eu fui trabalhar na CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Eles me chamaram para fazer o primeiro plano de pastoral deles em 1965, durante o Concílio Vaticano II, e neste ano ele foi aprovado em Roma durante o Concílio. Eu fui até lá, por ser um dos colaboradores, mas fui por conta, por que a situação do país estava complicada e eu tive que sair do Brasil neste tempo. E neste tempinho fora eu resolvi dar uma passada por Roma, lá encontrei o Lebret, que estava trabalhando como perito do Concílio, perito do D. Helder Câmara. Os bispos tinham a possibilidade de designar uma pessoa como perito, assessor deles e o D. Helder chamou o Lebret. Mas ele já estava bastante doente naquela ocasião.

Depois em 1966, quando eu fui ao exílio para a França eu já fui com a possibilidade de trabalhar no IRFED – Instituto de Formação em Economia e pelo Desenvolvimento, instituto criado pelo Lebret, e eu fui lá dar aulas no IRFED e me vinculei também a uma outra organização que se chamava Centro Lebret, que estava sendo dirigido pelo Cosmau, que foi o sucessor do Lebret, também o CCFD – Comitê Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento – que tem a palavra Desenvolvimento por influência do Lebret – eu fui montar o Serviço de Projeto deles. Então sempre fiz parte desta mesma família, sempre estive vinculado a este pessoal, tanto que recentemente, na semana passada eu fui chamado para uma reunião lá, com esse pessoal do Centro Lebret, que devido as dificuldades financeiras, juntaram a Revista de Économie et Humanisme, o IRFED e o Centro Lebret num único corpo, e eu participei dessa reunião para estudar sobre a continuidade dos trabalhos, estavam lá pessoas de vários países que como eu trabalharam com ele naquele período. Eu acabei ficando pra eles lá, uma referência sobre o Brasil, e recentemente fui chamado a participar de dois Colóquios, um deles pelos 40 anos da

Encíclica *Populorum Progressus* que foi praticamente redigida pelo Lebrecht. E depois eu fui num outro do conjunto de organizações de ajuda ao terceiro mundo, tipo o CCFD, que se chama CITZE, que integra todas as organizações católicas de ajuda ao terceiro mundo desde o Canadá, EUA, Inglaterra, França, Irlanda, Bélgica, e fizeram outro colóquio sobre a *Populorum Progressus*, o que é que resta disso hoje, o que é que está sobrando disso. E eu inclusive, principalmente depois do segundo Colóquio e da conversa com o Centro Lebrecht, eu estou jogando com eles, sobre o problema das categorias com as quais nós estamos trabalhando ainda, principalmente no chamado Norte, que é a categoria do Desenvolvimento, eu questiono isso, se ainda devemos falar disso, ou se devemos falar numa outra categoria, tipo mudança, pois desenvolvimento gera uma conotação de modelo e isso é coisa que tem que imitar, e a outra discussão, é a noção de norte sul, como se norte fosse mais desenvolvido que o sul, gerando uma conotação de superioridade deles, então você vê que minha trajetória continua ligada, mas com o Movimento Economia e Humanismo eu não tive uma vinculação muito direta. Aqui no Brasil eu era um menino e eles já eram filósofos, profissionais, eu sempre fui muito mais operacional, então acompanhava, mas não tinha esse vínculo.

LUCAS – Fale-me sobre sua formação profissional. O sr. fez graduação em arquitetura e urbanismo e depois atuou dando aulas na pós-graduação em administração pública, utilizando sua experiência desenvolvida nos trabalhos durante sua permanência na SAGMACS. Como a SAGMACS influenciou nesta trajetória?

CHICO – Eu fiz graduação em Arquitetura, mas não fiz pós-graduação, eu tive vinculação com a Administração Pública, por que eu dei alguns cursos no IBAM, Instituto Brasileiro de Administração, ali se criaram alguns cursos, comigo dois. Eram cursos que se chamavam CEMUAM, que trazia uma urbanista argentina, a Dina Mera, para dirigir essa área e ela nos chamou, a mim, ao Duca, a Clementina, era um curso para urbanistas, sobre Planejamento Urbano, isso foi em 1964, 1965, depois do golpe, e nesse momento como eu tinha elaborado uma metodologia para o planejamento, não urbano, para o planejamento, era o curso que eu dava e em 1965 eu escrevi o livro “Condições de Vida e Planejamento Físico”, que é o curso que dava no IBAM, modelo da Fundação Getúlio Vargas.

O livro é uma metodologia de pesquisa, voltada para decisões de planejamento, e escrevi um outro artigo sobre isso para a revista Arquitetura lá no Rio, então só para esclarecer que eu não fiz pós. E essa influencia da SAGMACS sobre minha trajetória, eu

acho que é esse vínculo total, toda a equipe da SAGMACS, a maneira da coisa funcionar, minha formação foi se acumulando a partir daí.

LUCAS – O entrosamento do arquiteto urbanista com as questões da administração pública, a economia e as questões sociais, ganharam relevância após os anos 1950, com a influência do padre Lebreton? Comente sobre esse quadro institucional...

CHICO – O que acontecia naquela fase, é que era tudo muito estanque, os economistas trabalhavam, os sociólogos trabalhavam, os urbanistas trabalhavam e o Lebreton o que trouxe de novo foi a interdisciplinaridade. Isso era mal visto aqui, a universidade reagiu muito quanto a isso. Havia duas coisas que a universidade discordava do Lebreton, primeiro a questão da interdisciplinaridade e o segundo o método de aproximações sucessivas, que ele introduziu. Este método dele inclui fundamentalmente a necessidade de você se aproximar, de conhecer a realidade, de entrar nela, tem muito do método da Ação Católica, lançada pelo Pe. Cardin, que é a técnica de “ver, julgar e agir”, primeiro você vê, depois você julga a partir dos seus critérios, suas idéias e depois você age. O Lebreton tinha muito dessa idéia, primeiro conhecer a realidade, mas a realidade como um todo.

Hoje se fala em transdisciplinaridade, mas naquela época a interdisciplinaridade era muito mal vista. Eu me lembro que o Baltar, dizia nosso método de rigor estatístico é o seguinte, nós fazemos uma medida, fazemos a segunda, bateu com a primeira, não precisa repetir que está correta, senão bateu faz uma terceira, bateu com uma delas está encerrado... Porque era tudo muito rápido, e você construindo o conhecimento em todas essas observações em várias áreas que vão se completando entre si. Então toda essa problemática social que estava na origem da metodologia do Lebreton, na elevação dos níveis de vida, automaticamente repercutia na maneira de agir do pessoal da SAGMACS.

Eu então exagerei ainda mais, na linha da pesquisa para planejamento, ao invés de pensar só na pesquisa, eu fazia isso de integrar, quando eu fui pro CEMUAM, e pro IRFED, a minha cadeira era a pesquisa para o planejamento, como fazer. Depois quando eu fui pro Chile, trabalhei na CEPAL, continuei nisso, minha disciplina lá era de fazer a pesquisa aplicada a tomada de decisão no planejamento. Para mim este tipo de influência me levou a essa necessidade de você ir pra ação o mais rápido possível, com o mínimo possível de conhecimento da realidade, quer dizer, não ficar eternamente conhecendo a realidade para depois agir. Publiquei o livro “Planejamento Sim e Não” que é justamente isso, este contraponto, você caminha nestes dois extremos, ou o planejamento ou a improvisação,

mas a tese desse meu livro é de que é preciso ter intuição, temos que agir em parceria, o ideal é ficarmos próximos do planejamento, mas tem hora que não é possível, precisa agir na intuição e fazer um pouco de improviso. Você estuda com a necessidade de agir, e eu incluí posteriormente a idéia da participação, na França no curso que eu dava, nós trabalhávamos isso de ir para um bairro e discutir diretamente com a população o que é que isso aqui precisa.

Mas aqui esse entrosamento foi mal visto, eles acusavam o Lebrecht de não ter rigor científico, e para ele o rigor científico implicava em ficar cinco anos debruçado em cima de um conteúdo e às vezes nem conhecer a realidade, por que não deu tempo, enquanto você ficou só estudando passou a realidade, e o Lebrecht tinha uma linha que era de chegar logo e agir, fazer a intervenção.

LUCAS – Tanto é que a primeira vinda dele ao Brasil em 1947, ele vem para ministrar uma disciplina na ELSP, que tinha outra linha, era um trabalho muito mais empírico, de pesquisar em campo, diferente da sociologia da USP que tinha esse compromisso com o rigor científico, a USP sempre muito presa nas bases do positivismo...

CHICO – Sim, ele influenciou a todos nós, mas completamente diferente do trabalho acadêmico, que era o que a universidade queria.

LUCAS – Comente sobre o trabalho na SAGMACS. Como era a estrutura, a formação dos quadros e a captação de novos trabalhos?

CHICO – Era uma estrutura muito simples, a equipe crescia conforme a complexidade dos trabalhos. Tinha a Presidência, o Diretor Técnico, o Diretor Administrativo. A Presidência e o Corpo Diretivo eram o Delorenzo e o Benevenuto, não me lembro muito bem e não acompanhava muito isso, porque não éramos contratados, fazíamos parte da equipe para tocar os trabalhos específicos. O Baltar era um dos que eram chamados, quando a gente precisava, uma espécie de consultor, assessor.

Mas não tinha trabalho de formação, quer dizer, cada vez que o Lebrecht vinha, a gente fazia alguns estudos com ele, mas não tinha nenhum trabalho específico de formação, era tudo muito na prática, do que a gente necessitava e nós éramos diferentes entre nós, cada um com suas habilidades maiores ou menores, e nós tentávamos equilibrar essas diferenças lá dentro.

E a captação de trabalho era da mesma forma que é feita hoje pelas empresas, você identifica uma necessidade e vende o trabalho para quem está precisando, quem fazia isso era o Benevenuto, ele tinha muita facilidade, ia contatando com o governo federal, governos estaduais as estatais, a Petrobras, propondo o que nós podíamos fazer.

LUCAS – Mas havia uma vinculação ou permeabilidade com o Estado? Pois a SAGMACS era basicamente uma prestadora de serviços para o Estado.

CHICO – É naquele período nós só pensávamos em poder público. É o tal negócio, naquela fase, você tinha o Estado todo poderoso e os profissionais atuando em suas áreas, trabalhos mais complexos, mais globalizantes não tinham quem fizessem, e a novidade do Lebrecht foi justamente essa, juntar as diferentes disciplinas e uma perspectiva de desenvolvimento. O IAB talvez mais adiante, na hora que começam os planos diretores, começa a entrar mais nisso, mas aí são mais os arquitetos que entram nisso, numa necessidade criada pelo próprio Estado.

Agora a SAGMACS tinha essa permeabilidade com o governo, porque começou tudo com o Garcez. O Garcez esteve na França e conheceu o Lebrecht. Quem armou a vinda do Lebrecht para cá em 1947, foi um dominicano daqui que estava lá, o frei Romeu Dayli, e foi ele quem convidou em nome da ordem dos Dominicanos para que ele viesse ao Brasil. E mais tarde em 1957/1958 ele era o assistente nacional da JUC. Mas eu pessoalmente não tinha muita relação com isso de cúpula, mas estava lhe contando isso, porque em 1952 foi o Lucas Nogueira Garcez, que o trouxe para cá, aí ele já veio para fazer esse estudo das Necessidades e Potencialidades do Estado de São Paulo.

LUCAS – Gostaria que comentasse sobre o perfil e a formação da equipe que compunha a SAGMACS, o contato e influência da Igreja Católica, a linha e afinidades políticas da equipe, bem como a facilidade em permear os organismos do Estado...

CHICO – A equipe era uma equipe muito vinculada à JUC, a maioria saiu da JUC, então eram todos católicos, o diretor técnico geral da SAGMACS era um dominicano o frei Benevenuto, mas dali para a frente era onde tinha contrato, naquele tempo o que sobrava para se trabalhar eram os governos, governos estaduais, municipais, com as estatais, ainda havia alguma dificuldade. Agora quem era o grande responsável por esta parte da captação de contratos era o Benevenuto.

Uma vez eu me lembro que ele me chamou pra conversar, com o Miguel Arraes que era governador de Pernambuco, antes do golpe, estava tentando levar trabalho para lá, o Arraes era um desconfiado total, ficou imaginando o que é que queríamos com ele, mas aí quando estruturamos um trabalho veio o golpe de 1964 e cassou o Arraes, nem deu tempo de iniciarmos o trabalho lá no Recife.

LUCAS – Como você tocou no Arraes, eu acho interessante abordar um pouco desta vinculação da SAGMACS com setores de centro-esquerda, com políticos mais progressistas. Fale um pouco deste lado, ou opção política que havia na SAGMACS.

CHICO – Os contratos de trabalho eram com governos ligados aos partidos de centro-esquerda, com a democracia cristã. Por exemplo, o Ney Braga que nos contratou para fazer o Plano de Desenvolvimento do Paraná era da Democracia Cristã, o Arraes não me lembro, acho que já era do Partido Socialista, a idéia toda do Piza mesmo, era uma visão à esquerda, mesmo sendo do PTB, mas naquela época podíamos classificar o PTB como tendente a esquerda, você tinha o Getúlio que era a turma dos trabalhadores, e a outra turma eram os patrões, então quem defendia os trabalhadores era o pessoal do Getúlio.

A relação era necessariamente assim, porque o Lebrecht era um cara progressista, a democracia cristã dele era uma visão engajada na transformação, e daí a necessidade com os caras que estavam a fim de mudar a realidade.

LUCAS – Falávamos sobre a questão dos membros que compunham a SAGMACS, você falou num vínculo deles com a JUC, a Chiara participava da Fraternidade Leiga de São Domingos, mantida pelos dominicanos, gostaria que comentasse um pouco mais sobre esta relação dos profissionais com a igreja católica em especial a ligação com os dominicanos.

CHICO – A JUC era mais ampla do que os dominicanos, era um movimento reconhecido dentro da estrutura das Dioceses e da Igreja Católica como um todo, e na verdade o que houve é que foi através dos dominicanos, que alguns deles influenciaram muito a JUC, mas uma parte da JUC, os assistentes em geral da JUC não eram dominicanos, frei Romeu, Padre Enzo, Padre Benedito que depois virou bispo em Uberlândia, eram padres seculares, embora os dominicanos estivessem muito ligados a eles. Então não havia uma vinculação dos dominicanos com a JUC, havia mais uma vinculação pessoal nossa com eles. Eu por exemplo era muito ligado a um dominicano chamado Reginaldo de Sá, mas eram relações

pessoais, familiares, porque minha irmã o conhecia. O próprio Benevenuto eu fiquei vinculado a ele, só depois que entrei na SAGMACS, antes disso não.

Mas de qualquer maneira, podemos dizer que a JUC é que alimentou, digamos formou os quadros da SAGMACS, antes o Eduardo Passos que fazia parte do grupo de Economia e Humanismo tinha sido da JUC, a Chiara também, ela trabalhou com o Delprat na parte econômica, a Clementina que trabalhou com o Baltar também era da JUC.

LUCAS – O prof. Lamparelli nos colocou que durante o governo de Carvalho Pinto a SAGMACS ficou hibernando, devido uma grande parte de seus membros ter se envolvido com a campanha e se instalado em cargos de assessoramento. Alguns também tiveram posicionamento no governo do presidente João Goulart, e anos mais tarde o fim dos trabalhos da SAGMACS esteve ligado a uma certa perseguição do regime militar implantado em 1964 no país. Comente sobre os posicionamentos políticos e afinidades com lideranças situadas num campo de centro-esquerda e pertencentes à igreja católica, que notamos presentes na SAGMACS.

CHICO – Essa perseguição dos militares foi mais com relação aos dominicanos, frei Chico que depois se suicidou na França, não tanto à SAGMACS. Digamos assim, que o Convento deles era nosso quartel general, era onde nos reuníamos todos para conversarmos.

LUCAS – Gostaria que comentasse sobre as influências teóricas do padre Lebret. Em sua primeira visita ao Brasil em 1947, ele fez um estudo analisando as diferenças entre uma grande cidade industrial da América Latina, no caso São Paulo com relação as principais cidades industriais francesas. O resultado foi publicado em um dos Cahiers de Économie et Humanisme com o título “Connaitre une population” em 1951, em que traça uma linha metodológica para obtenção de dados. Comente sobre quais eram os autores e pensadores tidos como ideólogos da SAGMACS.

CHICO – O Perroux foi companheiro do Lebret lá na França, aquela formula todo homem todos os homens, é uma fórmula do Perroux feito junto com o Lebret, ele fundou outro instituto na mesma época da criação do IRFED, chamado IDES – Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social, ele está na história do Lebret mais como um companheiro de reflexão.

Mas os pensadores mesmo, todos os teólogos franceses que influenciaram a Ação Católica, na verdade nos influenciaram a todos, por exemplo o Comgart, o David Backer, gente que influenciou também o Concílio. Posteriormente esta turma foi influenciada pelo Maritain, que não era um dominicano, mas influenciou muito na parte política, neste aspecto influenciou até o Montoro aqui no Brasil, que é outro cara que foi influenciado pelo Lebret também.

LUCAS – Por falar que o Lebret influenciou o Montoro na política, é nítida a preocupação de Lebret em formar novas lideranças políticas e novos quadros para assessoramento técnico, que aqui no Brasil tinha maior ênfase na questão do planejamento urbano e regional. O que era valorizado na formação sócio-intelectual dos agentes e técnicos que compunham a equipe? Podemos ver que a maioria dos atores envolvidos com a SAGMACS eram vinculados a JUC.

CHICO – Todos de JUC, todos vieram da JUC. Eu estava muito junto com esta turma aí, mas não havia propriamente uma vinculação de Lebret, dominicanos com a JUC, eram padres seculares, ligados a diocese que comandavam, davam força para o movimento. Não havia uma vinculação do Lebret com os leigos, o que havia era uma vinculação com o frei Benevenuto de Santa Cruz, mas de qualquer maneira foi a JUC que movimentou esse trabalho de Lebret, no pessoal de economia e humanismo.

LUCAS - Vamos falar dos trabalhos desenvolvidos para as Prefeituras de São Paulo e Belo Horizonte, nos quais o sr. atuou, no primeiro como desenhista e depois coordenou equipe em BH. O estudo Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana, é considerado por vários estudiosos como a maior pesquisa urbana já realizada em nosso país, principalmente porque revelou os problemas existentes nas regiões periféricas de São Paulo. Comente sobre a metodologia empregada neste trabalho...

CHICO – Olha a metodologia dele implicava em ir para todo o lugar, o negócio dele era checar os níveis de vida, por isso tinha esse contato com a população, tinha muito também da nossa observação, mas ainda não era participação. O entrevistado era só o entrevistado ainda, não era o sujeito, não tinha essa aproximação no sentido de participação. Mas na verdade essa idéia da participação nem foi o Lebret que começou a desenvolver, embora

ele falasse de uma idéia que estava vinculada a teologia de você ser o sujeito, ter noção dessa dimensão. Mas só lá no Concílio é que a participação é falada, mas ainda nem tanto.

Eu me lembro que quando nós começamos a fazer participação com os prefeitos, numa passagem do Lebrete em 1962, nós fomos falar com ele sobre o que estávamos fazendo, mas fomos temerosos em expor isso, pois achávamos que tínhamos que abandonar alguns aspectos da metodologia do Lebrete, por demorar muito tempo, e nós estávamos mais preocupadas em principalmente fazer com que os planos fossem assumidos pelos prefeitos. Estávamos temerosos porque o Lebrete ainda tinha uma idéia muito européia de que os técnicos é que sabem fazer, até hoje os europeus tem muito disso, mas aqui nós queríamos que os planos fossem absorvidos, saíssem do papel. Tivemos o encontro com ele em 1962 e ele nos disse vocês são sábios, aprovou esta mudança.

Mas tínhamos que aperfeiçoar o trabalho, pois eu me lembro em Belo Horizonte, nós fizemos um estudo e entregamos na Câmara e a coisa parou aí, nós havíamos sido contratados pelo prefeito Celso Azevedo, que ainda tinha uma visão progressista, mas aí em um ano, mudou o prefeito, entrou o Amintas, que diziam que ele andava sempre com um revólver na cintura, quer dizer era outro estilo de governo, de político, e ele recebeu aquilo, depois inclusive nos contratou para continuarmos o estudo, nós conseguimos convencer. Pois nós começamos a achar que tínhamos que mudar aquela metodologia, isso em 1958, porque nós percebemos que quando apresentamos aquilo na Câmara, era uma espécie de chinês para os vereadores, percebemos então uma necessidade de aperfeiçoar. Então a partir daí nós mesmos é que fomos introduzindo a dimensão participativa.

No meu curso no CEMUAM, nós começávamos a pesquisa, indo conversar com a população local sobre os problemas a resolver, aquilo que a população entendia como necessário mudar. Na França em 1966 também fiz isso, fiz uma pesquisa numa cidade na periferia de Paris, mas eles também acharam estranho, ainda mais lá com a importância dos técnicos. Depois entra a Teologia da Libertação, dando maior ênfase a participação, a noção de sujeito, de cidadania e no planejamento a noção de que se não há participação a coisa não se realiza.

Então a raiz está aí, mas o que aconteceu é que depois é que se verificou que no planejamento, se não há participação a coisa não se realiza, mas não estavam nas primeiras intuições do Lebrete não, pelo menos era impreciso, mais mesmo era a interdisciplinaridade, acho que aí sim está a grande jogada dele, a necessidade da rapidez, de evitar-se ficar academicamente analisando, era a idéia de um conhecimento aplicado. E

aí vieram os desdobramentos, a descoberta da miséria, do subdesenvolvimento, da dimensão do problema e o escândalo do subdesenvolvimento.

LUCAS – Temos aí uma vinculação ou influência do Celso Furtado e Florestan Fernandes, que também estão trabalhando com a questão do subdesenvolvimento nos anos 1950?

CHICO – Não, pois é a teoria do subdesenvolvimento enquanto desenvolvimento econômico, enquanto esse modelo de desenvolvimento, embora se fale da miséria também. Mas é uma época em que tudo isso começou a interagir, o próprio Paulo Freire em 1964, 1963, ele começou com a pedagogia dele que implicava em intercâmbio de saberes, ele é que jogou esta horizontalidade, que hoje está no Fórum Social Mundial, é uma das regras fundamentais.

O Celso Furtado, nesta época, estava analisando outro desenvolvimento, sobre o desenvolvimento justo, superar a problemática da dependência do sul em relação aos países ricos. Ele queria desenvolver o nordeste, mas não somente na linha do desenvolvimento econômico, e sim na linha da distribuição de renda, e tudo isso fazia parte numa espécie de pensamento comum, que circulava em todas essas elites pensantes daquela época, e no fundo se juntam com toda a perspectiva de esquerda, por exemplo, Jango era considerado comunista, mas não há uma vinculação precisa das coisas não.

LUCAS – É possível notar pela formação dos quadros da SAGMACS, composto por economistas, sociólogos, engenheiros, geógrafos e arquitetos entre outros, a introdução do trabalho interdisciplinar. Comente sobre a metodologia utilizada pela SAGMACS, pois, gostaria de entender melhor este cenário de integração de saberes, e a tentativa de dialogar com a população para se identificar às demandas populares.

CHICO – Essa foi a principal contribuição do Lebrecht, essa visão integrada da coisa. Mas ainda não era bem interdisciplinar, pois ele só uniu as diferentes áreas em um trabalho integrado. Porque todos trabalhavam, os economistas, iam lá faziam seu trabalho, os arquitetos iam lá e também faziam, cada um ficava na sua área, e não conheciam o todo por causa disso, aí veio o Lebrecht, e uniu os arquitetos, os economistas, os sociólogos, cada um continuou fazendo seu trabalho isolado, mas na hora de juntar os dados, aí sim se entendeu as diferenças e conseguiu se ver o todo.

LUCAS – O trabalho urbano da SAGMACS ocorreu em um período após a passagem de Jânio Quadros pela Prefeitura. Quando foi vereador, Jânio denunciou a precariedade da periferia paulistana e tornou-se uma espécie de porta-voz das demandas populares, atuou na criação das SABs – Sociedades Amigos de Bairros que se tornaram um forte comitê eleitoral para sua eleição à Prefeitura e ao governo do Estado... Estou situando este quadro político, porque alguns autores colocam que o trabalho de Lebrete foi que revelou pela primeira vez a periferia de São Paulo, mas o Censo de 1940 já fala na existência de um cinturão periférico. Então gostaria que o sr. comentasse sobre as ferramentas para trabalhar que haviam no período à disposição da equipe da SAGMACS, como mapas que apontassem os moradores dos bairros fora do centro, planos de obras para essas localidades, diagnósticos pré-existentes, etc. Enfim, falasse um pouco do quadro político institucional que SAGMACS encontrou na São Paulo do final dos anos 1960, para atuar enquanto organismo de assessoramento...

CHICO – Vou te dar um exemplo do nível de desconhecimento que os políticos tinham da realidade da cidade de São Paulo, no meu setor do Plano de Ação do Carvalho Pinto em 1959, era Justiça e Segurança. Havia apenas um Fórum na cidade de São Paulo, o Fórum João Mendes, era óbvio que precisava descentralizar isso, descentralizar no sentido de descobrir que existia uma periferia enorme e com gente, havendo grandes distâncias, e portanto precisava fazer chegar o serviço público até lá, a segurança também, a polícia tinha que estar lá. Mas os juízes e desembargadores, não queriam nem saber disso, pois a vida deles era ir do bairro do Jd. América pro Fórum com carro oficial, voltando pra casa sem ter idéia além desse percurso de zona sul ao centro da cidade de São Paulo.

O Plínio então teve uma idéia, porque ele conhecia bem essa área, pois o pai dele tinha sido Desembargador, Secretário de Justiça do Estado de São Paulo, ele transitava bem com esse pessoal, e me sugeriu para levá-los a conhecer São Paulo. Então eu peguei uma Kombi e levei uns 8 ou 9 desembargadores e disse vamos dar uma voltinha, passei o dia com eles, saímos do centro, nem era a periferia de hoje, ainda era uma periferia próxima, ir lá pro Brás já era uma novidade, ir pro Belém, então, os caras levaram um tremendo susto e toparam fazer essa transição de levar os Fóruns para essas áreas.

Eu te falo isso, pra você ver o nível que se tinha de conhecimento do que era a cidade. A chamada elite dirigente estava protegida no seu canto da cidade, o máximo que via de resto da cidade, era ir pra Santos, o sair da cidade ir pro interior, mas aí passavam de carro e não viam nada. Eles foram e ficaram assustados, cada um daqueles centros

secundários que nós passamos, isso era tudo próximo, Lapa, Penha, tudo próximo, nem era São Miguel, nada daquilo, vendo aquilo lá, eles enxergaram a pujança daqueles centros comerciais, a quantidade de gente que tinha e eles acordaram, toparam fazer os Fóruns e as delegacias de polícia seguiram, isso já foi mais fácil.

Então nós descentralizamos esse negócio, não propriamente com a pesquisa do Lebret diretamente, mas foi a nossa interferência, com o nosso conhecimento que nós tínhamos da realidade, das estruturas que eram ainda desconhecedoras dessa realidade, e aí deu certo, a coisa funcionou.

Já quanto ao quadro político institucional, não é que a SAGMACS entrasse nisso, até a SAGMACS ia descobrindo as coisas, depois a gente ia se envolvendo e as circunstâncias iam ajudando. Esse trabalho que eu fiz com os juízes e desembargadores, foi em 1959, antes da segunda etapa da SAGMACS, foi no final da primeira, logo depois do estudo, nós tínhamos na nossa cabeça a realidade de São Paulo, pois nós já tínhamos visto, havíamos visitado. Eu dei aula na PUC, aqui em São Paulo em 1963, de Realidade Brasileira, eu pegava os alunos e fazia eles andarem na periferia, eu fazia eles irem fazer pesquisa desde que fossem na periferia. O estudante da PUC, era como o juiz privilegiado da zona sul, não sabe o que é essa cidade.

Então esse trabalho da SAGMACS para nós, influenciou nossas vidas, nas nossas constatações de vida e automaticamente nos acordou primeiro e nós fomos acordando aos outros. Talvez na JUC a própria questão social, quando passamos a tratar da questão social (no programa nacional da JUC em 1954), foi um salto qualitativo de consciência da realidade brasileira, foi uma maneira de dizer que não podíamos ficar só no superficial, tínhamos que ir ao âmago da questão que é a desigualdade social.

LUCAS – Atualmente existe certa conotação de populismo, quando se fala em combater a pobreza, investir na periferia, etc. O trabalho da SAGMACS em 1957 foi feito num período de forte apelo populista, tanto de Jânio quanto Ademar. Até que ponto esse populismo não influenciou a ida da SAGMACS ao encontro da periferia?

CHICO – Mas não era isso que está aí, era outra coisa, muito diferente. O Jânio e o Ademar são problemas genéricos, localizados, é endêmico mesmo... O populismo é outra jogada, é fundamentalmente paternalista, é explorar a insuficiência do povo para isso aí.

Então eu acho que esse quadro não influenciou a SAGMACS no reconhecimento da periferia, porque o método do Lebret era investigar e analisar os níveis de vida era pegar

bairro por bairro e ver o que é que existia de condições de vida da população. Nada haver com o populismo desses caras.

Mas curiosamente, nesse período de pós-guerra, no mundo inteiro era um acordar para o terceiro mundo. Josué de Castro com “Geografia da Fome” trouxe o conhecimento do problema do subdesenvolvimento para o Lebrete lá na França, ele se associou ao Lebrete para fazerem uma campanha contra a fome. Nesse tempo o mundo inteiro começou a acordar para a existência da periferia no mundo, aliás o problema da desigualdade social, até hoje no Brasil, tem seu lugar reconhecido. Embora eu tenha participado da elaboração de um estudo recente (estudo feito pelo CONIC e publicado no livro Relatório sobre a dignidade humana e paz no Brasil em 2007) em que mostra que 97% da população brasileira consideram que tem muita desigualdade social no Brasil. Enfim, todos reconhecem, todos querem resolver, todos a acham injustos, acham que não está bom, mas na hora de resolver 47% desses 97% acham que a desigualdade é natural.

LUCAS – Entre os profissionais que atuaram na SAGMACS, o sr. é um dos mais ativos e combativos, foi militante partidário, vereador, tem um intenso trabalho junto a CNBB, ao CONIC, mantém vínculos com o movimento Economia e Humanismo na França e publica artigos na revista deles com certa regularidade.

a) Como é o trabalho do movimento Economia e Humanismo hoje?

CHICO – Então como eu te falei, eles estão se reestruturando, estão enfrentando uma baita crise financeira e por isso se uniram. O IRFED, Centro Lebrete e a Revista de Economia e Humanismo, viraram uma única instituição e estão se estruturando ainda, não se sabe o que vai acontecer.

b) Há trabalhos práticos no campo do urbanismo?

CHICO – Não, eu desconheço, acredito que nunca houve, ao menos via IRFED e Centro Lebrete, pode até ser que alguns membros vinculados ao grupo tenha se engajado nisso, mas eu desconheço para te falar assim.

LUCAS - Em sua opinião, se fosse possível que leitura Lebrecht faria hoje sobre o Brasil, em especial a cidade de São Paulo, a respeito do desenvolvimento econômico, direitos humanos, políticas públicas, violência e periferia?

CHICO – Ah, uma tragédia!

LUCAS – Para encerrar, gostaria de saber do sr. que participou da equipe que vislumbrava o desenvolvimento harmônico e a transformação de São Paulo numa cidade humana se em dias atuais ainda é possível alcançar tal objetivo?

CHICO – Temos que pensar que sim, eu penso que sim, temos que nos manter otimistas, por que senão o que é que vai ser não é? Eu estou participando da formação de uma ONG chamada Nossa São Paulo, movimento suprapartidário, com representatividade de vários órgãos de classe, pessoas com interesse em contribuir com nossa cidade, e isso eu acho bom, quer dizer você tem gente empenhada para tentar reverter isso que taí.

Índice Iconográfico

ÍNDICE DAS FIGURAS E IMAGENS UTILIZADAS

FIGURA 1	Imagem com a divisão do mundo pelo Tratado de Tordesilhas	31
FIGURA 2	Planta da Cidade de São Paulo em 1868	39
FIGURA 3	Planta da Cidade de São Paulo em 1881	40
FIGURA 4	Planta da Cidade de São Paulo em 1897	41
FIGURA 5	Mapa com a Expansão da Malha Ferroviária no Estado de São Paulo	46
FIGURA 6	Plano de Avenidas para São Paulo	58
FIGURA 7	Fotografia de Alice Brill São Paulo nos anos 1950	66
FIGURA 8	Planta Sara Brasil, fl. 36	79
FIGURA 9	Planta Sara Brasil, fl. 38	80
FIGURA 10	Planta do Plano de Avenidas	84
FIGURA 11	A) Malha Urbana de 1930 B) Malha Urbana de 1950	85
FIGURA 12	Ilustração aquarelada do Plano de Avenidas	92
FIGURA 13	Mapa com a delimitação da Aglomeração Paulistana	95
FIGURA 14	Diagrama das Margaridas, elaborado por Économie et Humanisme	131
FIGURA 15	Fotografia de B. J. Duarte sobre o Parque D. Pedro I, 1951	150
FIGURA 16	Fotografia de Paolo Gasperini uma usuária do transporte urbano, 1961	151
FIGURA 17	Fotografia de Lebrecht, reproduzida pela Folha de São Paulo, 1958	170
FIGURA 18	Mapa com a delimitação da Great São Paulo	174
FIGURA 19	Mapa B1 – SAGMACS	176
FIGURA 20	Mapa B3 – SAGMACS	192
FIGURA 21	Mapa B18 – SAGMACS	200
FIGURA 22	Planta E-2 – SAGMACS	204
FIGURA 23	Legenda da Planta E-2	204
FIGURA 24	Planta E-4 – SAGMACS	206
FIGURA 25	Legenda da Planta E-4	206
FIGURA 26	Planta E-5 – SAGMACS	209
FIGURA 27	Legenda da Planta E-5	209

FIGURA 28	Mapa 7G – SAGMACS	217
FIGURA 29	Planta G7 – SAGMACS	226
FIGURA 30	Reprodução parcial do Mapa 9F – SAGMACS	232
FIGURA 31	Mapa 12 B – SAGMACS	233
FIGURA 32	Legenda do Mapa 12 B	234

Referências Bibliográficas

AB'SABER, Assiz. **Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo**. São Paulo: Tese de doutoramento, USP, 1956

ABERCROMBIE, Patrick. **Greater London Plan (1944)**. London: H. M. Stationery, 1944

_____. **Planeamiento de la ciudad y del campo**. Madrid: Espasa-Calpe, 1936

ABREU RAMOS, Plínio. **Os partidos políticos no Estado Novo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980

ADAM, Paul. **Les visages do Brésil**.

ADAMS, James. **Modern Town and Country Planning: A history of and introduction of the law practice of modern town and country planning in Great Britain**. London: Churchill, 1950

ADAMS, Thomas. **The New York Regional Plan – The Making of the Plan**. The Norman Remington, 1925

AGACHE, Alfred Donat. **La Remodelation d'une capitale: Amenagement, Extension, Embellissement**. Paris: Societe Cooperative des Architectes, 1932

ALMANDOZ, Arturo. **Revisão da Historiografia Urbana na América Hispânica, 1960-2000**. In: PINHEIRO, Heloísa Petit & GOMES, Marco Aurélio A. de Figueira (org.) *A Cidade como História: os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo*. Salvador, EDUFBA, 2005

ALMEIDA JR, A. **A Faculdade de Direito e a Cidade**. In: *Jornal "O Estado de São Paulo"*, São Paulo, 25/01/1954

AMERICANO, Jorge. **São Paulo atual, 1935-1962**. São Paulo: Melhoramentos, 1963

ANDRADE, Carlos R. Monteiro de. **Barry Parker em São Paulo: Ressonância das idéias da Cidade Jardim**. Tese de Doutorado, São Paulo: FAU USP, 1998

_____. **A peste e o plano: Urbanismo Sanitarista de Saturnino Brito**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAU USP, 1992

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 9ª ed., São Paulo: Forense Universitária, 1999

ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como História da Cidade**. São Paulo: 4ª Ed., Martins Fontes, 1998

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Metrópole e Cultura: São Paulo no meio do século XX**. Bauru, SP: EDUSC, 2001

AZEVEDO, Aroldo (org.). **A Cidade de São Paulo: Estudos da Geografia Urbana**. São Paulo: Editora Nacional, 1958

_____. **São Paulo metrópole moderna**. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, AGB nº5, 1950

AZEVEDO, Heloísa Pereira de Lima. **Tendências da Gestão Intermunicipal em Aglomerações Urbanas Metropolitanas**. Tese de Doutorado, São Paulo: FAU USP, 2002

AZEVEDO, Ricardo Marques de. **Metrópole e Abstração**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2006

BALTAR, Antonio Bezerra. **Índices Característicos do Desenvolvimento Urbano**. In: Binário nº 14, Lisboa: 1976

_____. **Planos Diretores para cidades pequenas e médias do Brasil**. Leituras de Planejamento e Urbanismo. Rio de Janeiro: IBAM, 1965

_____. **Conferência sobre Planejamento Urbano**. Salvador: Escola de Belas Artes da Bahia, 1957

BARAT, Josef. **Política do Desenvolvimento Urbano: Aspectos Metropolitanos e Locais**. Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento Econômico e Social – IPEA, 1976

BARBUY, Heloísa. **A Cidade-Exposição: Comércio e Cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914**. São Paulo: Edusp, 2007

BARDET, Gaston. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

_____. **Mission de l'Urbanisme**. Paris: Editions Ouvrières: 13ª ed., 1948

_____. **Nouvel Urbanisme**. Paris: Ouvrières, 1948

_____. **L'Urbanisme**. Paris: Presses Universitaires de France, 1947

_____. **Problèmes d'Urbanisme**. Paris: Dunod, 1941

BARROS, Liliana Scrank Lehmann & MOIZO, Rosana Pires Azanha. **Formação Administrativa de São Paulo: 1554-1954**. In: Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, Depto. do Patrimônio Histórico, nº 199, 1991

BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986

BETTIN, Gianfranco. **Los Sociólogos de la Ciudad**. Barcelona: Gustavo Gili, 1980

BLONDEL, Maurice. **L'Action**. Paris, PUF, 1949

BONDUKI, Nabil G. **Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade, 4ª ed., 2004

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2005

_____. **Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza**. São Paulo: 7ª ed., Brasiliense, 1992

_____. **Jogos da Política: Imagens representações e práticas**. São Paulo: Marco Zero, 1992

BRUNO, Ernani Silva. **História e Tradições da Cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1954

_____. **São Paulo: Terra e Povo**. Porto Alegre: Editora Globo, 1967

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Processo Legislativo nº 8038**. São Paulo, 1956

CAMARGO, Candido Procópio Ferreira et all. **São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza**. São Paulo: Edição Loyola, 5ª ed., 1975

CAMPOS, Candido Malta. **Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo**. São Paulo: Editora Senac, 2002

CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. Rio de Janeiro: Difel, 1977

CARDIM FILHO, C. A. Gomes. **Problemas da Capital**. In: São Paulo: Secretaria de Obras Públicas, 1951

CARPINTÉRO, Marisa Varanda T. **Em busca da imagem: cidade e seu figurino (1938-1945)**. Campinas, SP: Tese de doutoramento, UNICAMP, 1998

CASTELLS, Manuel. **Problemas de investigação em Sociologia Urbana**. Lisboa: Editora Presença, 1984

CASTRO, Josué. **Geopolítica da Fome**. Editora Civilização Brasileira, 1951

_____. **Geografia da Fome – o dilema brasileiro**. Editora Civilização Brasileira, 1946

CESTARO, Lucas R. **Entrevista com o Prof. Celso Monteiro Lamparelli**. São Paulo: Acervo Pessoal do autor, 2007

_____. **Entrevista com Chiara De Ambrósio Pinheiro Machado**. In: “Urbanismo e Humanismo: A SAGMACS e o estudo da ‘Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana’”. São Carlos, SP: Dissertação de Mestrado, 2009

_____. **Entrevista com Francisco Whitaker Ferreira**. Op. Cit.

_____. **Entrevista com o Prof. Dr. Antonio Cláudio Moreira**. Op. Cit.

_____. **Entrevista com o Prof. Dr. Flávio Villaça**. Op. Cit.

CHAGNON, Louis. **Directives Sociales Catholiques**. Montreal: L'action porissiale, 1937

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo: Utopias e Realidades**. São Paulo: Perspectiva, 4^a ed., 1997

_____. **A Regra e o modelo: sobre a teoria da arquitetura e do urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 1985

CHOMBART DE LAUWE, Paul Henry. **Hombres y Ciudades**. Barcelona: Editora Labor, 1976

_____. **Imagens de la Culture: Premier éléments de recherche em France**. Les Editions Ouvrières, 1966

CIUCCI, G. Dal Co. F. MANIERA-ELIA, M, TAFURI, M. **La Ciudad Americana**. Barcelona: Gustavo Gili, s.d.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: 14ª Ed. Editora Nacional, 1990

Escola Dominicana de Teologia. Revista Dominicana de Teologia – Louis Joseph Lebret. São Paulo: Ano III, nº 5, Jul/Dez., 2007

FELDMAN, Sarah. **Planejamento e Zoneamento: São Paulo 1947-1962**. São Paulo: Edusp, 2005

FERNANDES JR., Rubens (org.). **B. J. Duarte, Caçador de Imagens**. São Paulo: Cosac Naify, 2007

FERNANDES, Florestan. **Mudanças Sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira**. São Paulo: 2ª Ed., Difel, 1974

_____. **Caracteres Rurais Urbanos na formação e desenvolvimento da cidade de São Paulo**. São Paulo: Anhembi, 1955

FERREIRA, Barros. **Grandezas e Misérias de uma grande capital**. In: “Digesto Econômico”, ano V, nº 59. 1949

FERREIRA, Francisco Whitaker. **Entrevista sobre SAGMACS – depoimento oral**. São Paulo, 2007

_____. **Condições de Vida e Planejamento Físico**. Rio de Janeiro, FGV, 1966

FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão (orgs.). **As esquerdas no Brasil: a formação das tradições 1889-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006

FORTI, Reginaldo (org.) **Marxismo e Urbanismo Capitalista**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979

FURTADO, Celso. **Economia Brasileira: Contribuição a análise do seu desenvolvimento**. Rio de Janeiro: A Noite, 1954

GARDNER, Patrick. **Teorias da História**. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gubenkian, 5ª Ed., 2004

GARREAU, Lydie. **Louis-Joseph Lebret: un Homme Traque**. Paris: Editions Golias, 1997

GEDDES, Patrick. **Cidades em Evolução**. Campinas, SP: Papyrus, 1994

GOHN, Maria da Glória. **Fundamentos da Pesquisa Participante**. São Paulo: Tese de Doutorado, FAU USP, 1985

_____. **Reivindicações Populares Urbanas: um estudo sobre as associações de moradores de São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1982

GRAEFF, E. **Planejamento Urbano – do populismo aos dias atuais**. In: Espaço & Debate, nº 6, 1982

GROSTEIN, Marta Dora. **A Cidade Clandestina: os ritos e os mitos**. São Paulo: Tese de Doutorado, FAU USP, 1987

GUNN, Philip. **O paradigma da cidade-jardim na via Fabiana da Reforma Urbana**. In: Espaço & Debate, nº 40, 1997

_____. **Glossário de Dados Estatísticos Municipais: Programas Macro-eixo Rio São Paulo**. São Paulo: Secretaria de Economia e Planejamento, 1976

HALBWACHS, Mauricio. **Morfologia Social**. Lisboa: Livraria Acadêmica, São Paulo: Saraiva & C.A., 1941

HELLER, Frederico. **O caminho para a economia metropolitana**. In: Jornal “O Estado de São Paulo”, São Paulo: 25/01/1954

HILBERSEIMER, Ludwig. **La Arquitetura de la grand ciudad**. Barcelona: Gustavo Gili, 1979

IMPROTA, Milton. **Drama econômico-financeiro do município de São Paulo. Engenharia Municipal**. São Paulo: 15-18 abril/jun, 1961

IANNI, Otávio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil: 1930-1970**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971

_____. **O Colapso do Populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª Ed., 1971

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos municípios brasileiros – São Paulo**. Rio de Janeiro: IBGE, vol. 29, 1951

_____. **Recenseamento Geral do Brasil – 1940**. Rio de Janeiro: IBGE, vol. 19, 1940

JAMES, Preston E. **Brazil**. New York: The Odyssey Press, 1946

JANJULIO, Maristela da Silva. **Sinais de modernidade: São Paulo burguesa no início do século XX**. In: Anais do X Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Recife, PE: 2008.

LALLEMENT, Michel. **História das idéias sociológicas**. Petrópolis: Rio de Janeiro, 3ª ed., Vozes, 2005

LAMPARELLI, Celso M. Entrevista ao autor, depoimento oral. São Paulo: acervo pessoal, 2007

_____. **Louis-Joseph Lebrete e a pesquisa urbano-regional no Brasil**. In: Revista Espaço & Debate, nº 37, 1994

LANGEMBUCH, Jurdgen R. **Estruturação da Grande São Paulo**. Rio de Janeiro: FIBGE, 1971

LAVEDAN, Pierre. **Qu'est-ce que l'urbanisme?** Paris: Editeur Henri Laurens, 1926

LE CORBUSIER. **Urbanismo**. São Paulo: Martins Fontes, 1992

_____. **Maniere de penser l'urbanisme**. Paris: Gonthier, 1966

_____. **Carta de Atenas**. Rio de Janeiro, 1938

LEFBVRE, Henri. **O Fenômeno Urbano**. São Paulo, 1979

_____. **O direito à cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, s.d.

LE PLAY, Pierre. **La reforme sociale en France: Deduite d'observation compredes peuples europeens**. Tous: Alfrede Mome, 1874

LEBRET, L. J. & VIAU, Paul. **Propriedade e Socialização**. Porto: Livraria Figueirinhas, 1964

LEBRET, Louis-Joseph. **L'Économie au service des hommes**. Paris: Editora du Cerf, 1968

Lebrete precursor do Grande São Paulo. In: "Folha de São Paulo", set./out. 1967, p. 354-369 (Suplemento Especial Caderno 9).

_____. **Esbozo de uma Carta de la Ordenacion**. Manual de Encuesta Social. Madrid: Rial, 1962

_____. **Manuel de Encuesta Social**. Madrid: Rial, 1962

_____. **Manifesto por uma civilização solidária.** São Paulo, 1961

_____. **Guide Pratique de L'enquete sociale.** Paris: Universitaires de France, 1955

_____. **Princípios para ação.** São Paulo, 1950

_____. **Sondagem Preliminar a um estudo sobre habitação em São Paulo.** São Paulo: 1947

LEME, Maria Cristina da Silva. **A pesquisa pioneira de Lebrecht.** In: Espaço & Debate, vol. 24, nº 45, 2005

_____. **Planejamento em São Paulo 1930-1969.** São Paulo: Dissertação de Mestrado, FAU USP, 1982

LEME, Maria Cristina e LAMPARELLI, Celso. **A politização do urbanismo no Brasil: a vertente católica.** Anais do IX Nacional da ANPUR, vol. 2, Rio de Janeiro, 2001, pp. 675-687

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana.** São Paulo: Edusp, 2001

LESSA, Carlos. **A estratégia do desenvolvimento 1874-1976: Sonho e fracasso.** Rio de Janeiro: Tese de Livre-docência, UFRJ, 1978

LEVY, Evelyn. **Planejamento Urbano, do populismo ao estado autoritário: o caso de São Paulo.** São Paulo: Dissertação de Mestrado, EASP, FGV, 1984

LIBANEO, Maria Lucia Leonardi. **A invenção da cidade de São Paulo.** São Paulo: Dissertação de Mestrado, PUC, 1989

LODI, Carlos. **Características próprias do urbanismo.** Engenharia Municipal, São Paulo, 2-8, jun., 1960

_____. **Negado Pagamento à SAGMACS.** In: Jornal "O Estado de São Paulo", São Paulo, 7 nov. 1960

_____. **O Plano Diretor de São Paulo.** Engenharia Municipal, São Paulo: 1957, pp. 17-22

_____. **Planejamento Geral.** São Paulo: Secretaria de Obras, Depto. de Urbanismo, 1951

LOJIKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981

MACEDO, Silvia C. **Cordeiro de. Antonio Bezerra Baltar e a cidade integrada a região**. São Carlos, SP: Dissertação de Mestrado, EESC USP, 2002

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. **Condições Econômicas de Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Confederação Nacional da Indústria, 1955

MAIA, Francisco Prestes. **Os grandes problemas urbanísticos de São Paulo**. In: "Digesto Econômico", ano VIII, nº 96, 1952

_____. **O Programa Norte Americano de Melhoramentos para São Paulo**. In: "Digesto Econômico" nº 77. São Paulo: 1951, pp. 5 – 27

_____. **Introdução ao estudo de um Plano de Avenidas para a cidade de São Paulo**. São Paulo, Melhoramentos, 1938

MANCUSO, Franco. **La experiencia del zoning**. Barcelona: Gustavo Gili, 1978

MANNHEIM, Karl. **Liberdade, Poder e Planificação Democrática**. São Paulo, Mestre Jou, 1972

MEDES, José Camargo. **O problema da cidade das camadas de São Paulo**. In: "Boletim Paulista de Geografia", nº 5, São Paulo, 1950

MELLO, Luis Ingácio Romeiro de Anhaia. **O Plano Regional de São Paulo: uma contribuição da Universidade para o estudo de um código de ocupação lícita do solo**. São Paulo, FAU USP, 1954

MEYER, Regina M. P. **Metrópole e Urbanismo: São Paulo anos 50**. São Paulo: Tese de Doutorado, FAU USP, 1991

MILLER, N. L. **A área central da cidade**. In: AZEVEDO, A. de (org.) A Cidade de São Paulo: Estudos da Geografia Urbana. São Paulo: Editora Nacional, 1954

MONBEIG, Pierre. **Novos estudos da Geografia Humana Brasileira**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957

_____. **Le Brésil**. Paris: Presses Universitaires de France, 1954

_____. **Aspectos Geográficos do crescimento de São Paulo**. São Paulo: Anhembi, 1958

MORSE, Richard. **Formação Histórica de São Paulo: de comunidade a metrópole**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974

MORSE, Robert. **Programa de Melhoramentos Públicos para a Cidade de São Paulo**. New York: Internacional Basic Economy de São Paulo, 1950

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965

_____. **A cultura das Cidades**. Belo Horizonte: Itatiaia Ltda., 1961

Organização das Nações Unidas. Departamento de Assuntos Econômicos. **Financiamento del Desarrollo economico com recursos nacionales: métodos para aumentar el ahorro nacional y para asegurar su utilización mas provechosa com fines de desarrollo econômico**. Nueva York, 1950

Organização das Nações Unidas. Departamento de Assuntos Sociais. **Internacional Survey of Programmes of Social Development**. New York, 1959

_____. **Internacional Survey of Programmes of Social Development**. New York, 1955

OSELLO, Marco Antonio. **Planejamento Urbano em São Paulo 1899-1961**. São Paulo: Dissertação de Mestrado, EASP-FGV, 1983

PAPA JOÃO XXIII. **Carta Encíclica Pacem in Terris**. Roma, 1963

_____. **Carta Encíclica Mater et Magistra: sobre o recente desenvolvimento da questão social à luz da doutrina cristã**. Roma, 1961

PAPA LEÃO XIII. **Carta Encíclica Rerum Novarum: sobre a condição dos operários**. Roma, 1891

PAPA PIO IX. **Carta Sylabus**. Roma, 1864

PAPA PIO XI. **Carta Encíclica Divini Redemptori: sobre o comunismo ateu**. Roma, 1937

PAULA. E. Simões

PELLETIER, Dennis. **Économie et Humanisme, de l'utopie communautaire ao combat pour lê tier monde**. Paris: Ed. Du Cerf, 1996

PEREIRA, Margareth da Silva. **The Time of the Capitals: Rio de Janeiro and São Paulo, words, actos and plans.** In: ALMANDÓZ, Arturo. Planning Latin America's capital cities 1850-1950. London: Routledge, 2002

PERROUX, François. **A Planificação e os pólos de desenvolvimento.** Porto: Editora RES, s.d.

PIERSON, Donald. **Habitações de São Paulo: estudo comparativo (Jd. América, Pacaembu, Higienópolis).** Revista do Arquivo Municipal, vol. LXXXI, São Paulo, 1942, pp. 192-238

PORTA, Paula (org.). **História da Cidade de São Paulo: a cidade colonial.** São Paulo: Paz e Terra, 2004

POLLEANS, Edouard & CROZIER, Michel. **Moviments ouvrier et socialistes – chronologie et bibliographie: Anglaterra, France, Allemagne, Etats Units (1750-1918).** Paris: Ed. Ouvrières, 1950

PORTA, Paula (org.). **História da Cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004

PORTELA, Fernando. **São Paulo 1860-1960: a paisagem humana.** São Paulo: Editora Terceiro nome, Louveira, SP: Albatroz Editora e Produtora 2004

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1979

Prefeitura Municipal de São Paulo. Departamento de Urbanismo. **Lei 3.191/56 – Contratação da SAGMACS para realização de uma pesquisa urbana em São Paulo.** São Paulo, Município, 1956

_____. **Problemas Urbanos da Capital, Planejamento Geral, Legislação Urbanística.** São Paulo, 1951

_____. **Código de Posturas do Município de São Paulo de 06/10/1886.** São Paulo, Departamento de Cultura, 1940

PRESTES, Lineu. **Melhoramentos de Inadiável Realização para São Paulo.** Diário de São Paulo, São Paulo, 15/12/1950

PUEL, Hugues. **Économie et Humanisme dans le mouvement de la modernité.** Paris: Editions du Cerf, 2004

REIS, Nestor Goulart. **São Paulo: Vila, Cidade e Metrópole.** São Paulo: Edusp, 2004

_____. **São Paulo e outras cidades.** São Paulo: Editora Hucitec Ltda., 1993

REZENDE, Vera. **Planejamento Urbano e Ideologia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982

ROLNIK, Raquel. **A cidade a Lei, legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo.** São Paulo: Estúdio Nobel, 2ª Ed., 1997

ROMERO, José Luis. **América Latina: as cidades e as idéias.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004

RUBEL, Maximilien. **Bibliographie Ouvriers du Karl Marx.** Paris: Ed. Ouvrières, 1956

SAES, Flávio. **São Paulo Republicana: vida econômica.** In: PORTA, Paula (org.) História da Cidade de São Paulo. A cidade na primeira metade do século XX. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2004, pp. 215-257

SAGMACS. **Energia Elétrica no Estado de São Paulo.** São Paulo, 1964

_____. **Prospecto dos problemas de desenvolvimento de Ubatuba.** São Paulo, 1964

_____. **Água e Esgoto: Análise da Situação dos Sistemas das redes de municípios do interior de São Paulo.** São Paulo, 1963

_____. **Água e Esgoto no Estado do Paraná.** São Paulo, 1963

_____. **Comunidades territoriais do Paraná.** São Paulo, 1963

_____. **Educação Fundamental.** São Paulo, 1963

_____. **Estudo para uma política habitacional.** São Paulo, 1963

_____. **Grupos de população “problema”.** São Paulo, 1963

_____. **Plano Diretor de Barretos.** São Paulo, 1963

_____. **Plano Diretor de Sorocaba.** São Paulo, 1963

_____. **Estudo para um loteamento no município de São Vicente.** São Paulo, 1962

_____. **Estudo para um loteamento no município de São Paulo.** São Paulo, 1962

_____. **Programa de Mecanização agrícola do Estado de Mato Grosso.** São Paulo, 1962

_____. **Programa de Armazéns Gerais do Estado de Mato Grosso.** São Paulo, 1962

_____. **Projeto Araguaia.** São Paulo: Associação de Desenvolvimento do Vale do Araguaia, 1962

_____. **Relatório do Plano Diretor de Belo Horizonte.** Belo Horizonte, 1962

_____. **Revisão Agrária de São Paulo.** São Paulo, 1962

_____. **Saúde Pública no Paraná.** São Paulo, 1962

_____. **Ipatinga e seus problemas sócio econômicos.** São Paulo, 1961

_____. **Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana.** São Paulo, 1958

_____. **Problemas de Desenvolvimento: Necessidades e Possibilidades do Estado de São Paulo.** São Paulo, 1954

SAIA, Luis. **Notas para teorização de São Paulo.** São Paulo: FAUUSP, 1982

_____. **Arquitetura Paulista.** São Paulo: Diário de São Paulo, 1959

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. **O papel da iniciativa privada na formação da periferia paulistana.** In: Espaço & Debate, nº 37, vol, 14, São Paulo, 1994

_____. **Habitação e Cidade.** São Paulo: FAPESP, 1993

SAMPAIO, Plínio de Arruda. **O Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto: Planejamento e Política no Estado de São Paulo em 1959.** In: Espaço & Debate, ano I, nº 1, São Paulo, 1981

SAMPAIO, Regina. **Adhemar de Barros e o PSP.** São Paulo, Global, 1982

SANGIRARDI, Luiz Gomes Cardim. **O Desenvolvimento dos Trabalhos do Plano Diretor.** In: "Engenharia Municipal", nº 12. São Paulo, jan-fev-mar, 1959, pp. 11-14

SEGAWA, Hugo M. **Prelúdio da Metrópole: arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX para o XX.** São Paulo: Ateliê Editorail, 2000

SILVA, Janice Theodoro da & RUIZ, Rafael. **São Paulo: A fundação, o poder público e a vida política**. In: PORTA, Paula (org.). História da Cidade de São Paulo: A cidade colonial. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004, pp. 69-113

SIMMEL, George. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1967

SIMÕES JR, José Geraldo. **Anhangabaú: histórias e urbanismo**. São Paulo: Editora Senac, 2005

_____. **O Setor de Obras Públicas e as Origens do Urbanismo na Cidade de São Paulo**. FGV/ EAESP, São Paulo: Dissertação de Mestrado, 1990

SINGER, Paul Israel. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana: Análise da Evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife**. São Paulo: Editora Nacional, 1977

_____. **O Brasil no contexto do capitalismo internacional, 1889-1930**. In: FAUSTO, Boris. O Brasil Republicano III, estrutura de poder e economia. São Paulo: 1975

SITTE, Camillo. **Art de bâtir les villes**. Paris: Laurens, 1918

SOMEHK, Nádia. **A Cidade Vertical e o urbanismo modernizador: São Paulo 1920-1939**. São Paulo: Estúdio Nobel, Edusp, FAPESP, 1997

SOMEHK, Nádia e CAMPOS, Candido Malta. **A cidade que não pode parar: Planos Urbanísticos de São Paulo no século XX**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002

SOUZA, L. A. G.de. **A JUC: os estudantes católicos e a política**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1984

TAFURI, Manfredo. **Projeto e Utopia: arquitetura e desenvolvimento do capitalismo**. Lisboa: Ed. Presença, 1986

_____. **La Esfera y el Labirinto: vanguardias y arquitectura de Piranesi a los años setenta**. Turin: Giulio Einaudi Editori, 1980

TAWWEY, R. H. **La Religion et l'essor du capitalisme**. Paris: Marcel Riviere, 1951

TOLEDO, Benedito Lima de. **São Paulo: 3 cidades em um século**. São Paulo: Edusp, 2004

_____. **Prestes Maia: as origens do urbanismo moderno em São Paulo.** São Paulo: Empresa das Artes, 1996

TOPALOV, Christien. **Naissance de l'urbanisme moderne et reforme de l'habitat populaire aux Etats Unis, 1900-1940.** Paris, Centre de Sociologie Urbaine, 1988

_____. **Os saberes sobre a cidade: tempos de crise?** In: Revista Espaço & Debates, nº34, São Paulo: Neru, 1991, pp. 28-38

VALLADARES, Lícia do Prado. **A Escola de Chicago: impacto de uma tradição no Brasil e França.** Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005

_____. **A invenção da favela.** Rio de Janeiro, FGVED, 2004

VAN GESTEL, C. **La Doctrine Sociale de l'église.** Liege: La pensse catholique, 1952

VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O Fenômeno Urbano.** Rio de Janeiro, 2ª ed., Editora Zahar, 1973

VILLAÇA, Flávio. **Uma contribuição para a história do urbanismo.** In: DÉAK, C. & SCHIFFER, S. O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: FUPAM, Edusp, 1999

_____. **Espaço Intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Nobel, FAPESP, 1998

WEFFORT, Francisco C. **O Populismo na política brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978

ZMITROWICZ, Witold. **As obras públicas na engenharia e sua função na estruturação da cidade de São Paulo.** São Paulo: tese de doutoramento, FAU USP, 1984